

Leia também:

História da Sociologia,
de Gaston Bouthoul

*Intervencionismo e Autori-
tarismo no Brasil,*
de R.A Amaral Vieira

*A Época das Incertezas e
as Transformações do
Estado Contemporâneo,*
de Riccardo Campa

Eurocomunismo e Estado,
de Santiago Carrilo

*O Que São os Direitos
Humanos?,*
de Maurice Cranston

Democracia Francesa,
de Valéry Giscard
D' Estaing

*Origem da Família, da
Propriedade Privada e
do Estado,*
de Friedrich Engels

*Ciências Humanas
A Criação Cultural na So-
ciedade Moderna,*
de Lucien Goldmann

O Marxismo,
de Henri Lefebvre

O Príncipe,
de Maquiavel

*Legado Político do
Ocidente,*
de A. Moreira, A. Bugalho
e Celso A. Mello

*A Tentação Totalitária
Como Terminam as
Democracias,*

O Conhecimento Inútil
de Jean-François Revel

*O Estado Espetáculo
Sociologia Política,*
de Roger-Gerard
Schwartzberg

*O Capital Estrangeiro no
Desenvolvimento do Brasil,*
de J.M. Gouvêa Vieira

Estudos

Sociológicos

Raymond

Aron



Esta coletânea reúne os principais ensaios redigidos por Raymond Aron, no período de 1955 a 1967, enquanto professor de sociologia na Universidade de Sorbonne.

Eles abordam, principalmente, os problemas fundamentais da sociologia: as classes sociais, as elites, o poder, a modernidade.

Através destes textos, Raymond Aron apresenta sua reflexão sobre o futuro das sociedades contemporâneas, a democracia, o significado do modelo ocidental de desenvolvimento, e o papel dos historiadores e dos sociólogos nessas sociedades.

Raymond Aron

Estudos Sociológicos

Tradução
Marcia Cavalcanti



Copyright © 1988, Presses Universitaires de France

Título original: *Études Sociologiques*

Capa: Projeto gráfico de Felipe Taborda

ISBN-85-286-0123-4

Revisão: Maria Helena Torres, Gerdal J. Paula.

1991

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Todos os direitos desta tradução reservados à:

EDITORA BERTRAND BRASIL S.A.

Av. Rio Branco, 99 — 20º andar — Centro

20040 — Rio de Janeiro — RJ.

Tel.: (021) 263-2082 Telex: (21) 33798 Fax: (021) 2636112

Não é permitida a reprodução total ou parcial desde obra,
por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito
da Editora.

Atendemos pelo Reembolso Postal.

Sumário

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1/ *Macht, Power, Puissance, prosa democrática ou poesia demoníaca? (1964), 9*

CAPÍTULO 2/ *Relato, análise, interpretação, explicação: crítica de alguns problemas do conhecimento histórico (1974), 43*

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 3/ *Estrutura social e estrutura de elite (1950), 101*

CAPÍTULO 4/ *Classe social, classe política, classe dirigente (1960), 145*

CAPÍTULO 5/ *A classe como representação e como vontade (1965), 177*

CAPÍTULO 6/ *Categorias dirigentes ou classe dirigente? (1965), 179*

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO 7/ *Os sociólogos e as instituições representativas (1960), 237*

CAPÍTULO 8/ *Teoria do desenvolvimento e filosofia evolucionista (1965), 259*

PRIMEIRA PARTE

Capítulo 1

Macht, Power, Puissance, *prosa democrática* *ou poesia demoníaca?**

As palavras *power* e *macht*, em língua inglesa e língua alemã, *pouvoir* ou *puissance*, em língua francesa (poder ou potência, em língua portuguesa), continuam envoltas em halo sagrado ou, se se prefere, continuam imbuídas de misteriosas e um pouco terríficas ressonâncias. O caráter demoníaco da potência (*die Dämonie der Macht*) sugeriu o título de um livro, escrito após a aventura hitlerista. Os especialistas em Relações Internacionais empregam a expressão *power politics*, equivalente a *Macht-politik*, não sem cometer certo equívoco quanto ao sentido desse conceito, que ora designa a essência da relação entre Estados, ora alguma doutrina (quase sempre condenada) sobre estas relações.

* Publicada em *Archives européennes de sociologie*, V, I, 1964, p. 27-51; reproduzido em *Etudes politiques*, Gallimard, 1972, p. 171-194. Agradecemos a Pierre Nora a autorização para a publicação deste texto. Copyright Gallimard.

Do outro lado da Mancha e do Atlântico, não se esgotam as citações de Lorde Octon: “O poder corrompe, o poder absoluto corrompe inteiramente.” E Montesquieu, antes dele, escrevera: “É uma experiência eterna a de todo homem que tem poder ser levado a dele abusar, ir até onde encontra limites. Quem diria? A própria virtude tem necessidade de limites.” Quando C. Wright Mills quis denunciar a minoria na sombra que reina sobre os Estados Unidos, forjou a expressão *power elite* (elite do poder), tomando da tradição maquiavélica um de seus termos, elite, e combinando-o com o termo detestado pelos marxistas e radicais, *power*. Porque o poder (power), ruim em si mesmo, é duplamente ruim se detido por alguma elite, já que o pequeno número, no clima ideológico americano, por definição, não será composto pelos melhores, pois o poder corrompe aqueles que o detêm.

Recusando-nos a escutar estes patéticos ecos dos temores e disputas dos pensadores, interroguemos os sociólogos e cientistas políticos contemporâneos. Um sociólogo holandês¹, depois da revisão de diversas definições propostas pelos autores, chegou à seguinte fórmula: poder é a possibilidade, por parte de um grupo ou de uma pessoa, de limitar outras pessoas ou outros grupos na escolha de seu comportamento, visando a objetivos próprios. No mesmo sentido, C. J. Friedrich afirma que poder é “a relação entre homens manifestada na conduta daqueles que seguem (ou obedecem)”. Ou ainda: “Quando o comportamento de certo grupo de homens se ajusta aos desejos de um ou de

1. J. A. A. Van Doorn, *Sociology and the problem of power*, em *Sociologia neerlandica*, I, 1962-1963, p. 3747.

alguns deles, esta relação será chamada de poder de L sobre A, B, C.”²

Estas definições não são equivalentes e cada uma delas apresenta dificuldades. A primeira pretende eliminar os elementos psicológicos, tais como “consciência”, “vontade” e “móvel” (*motivation*). Mas a referência aos objetivos daquele que detém o poder como à restrição da escolha deixada àqueles que a ele se submetem exclui a possibilidade de que a relação sujeito-objeto do poder possa ser determinada, abstração do que se passa (ou do que se supõe que se passe) na consciência de um e de outro. Por outro lado, esta definição é, por assim dizer, indireta: não evoca o fato de que alguns comandam e outros obedecem ou de que alguns dirigem e outros o seguem, nem mesmo sugere que a “liberdade” daqueles que são o objeto da potência seja suprimida ou reduzida. “*The possibility of taking initiative remains completely unimpaired; only the range of choice is restricted.*”³ Ao contrário, a definição de C. F. Friedrich é direta ou positiva: a relação de poder segundo o uso pelo fato de que “certos indivíduos seguem outros”. Mas, como nem sempre eles os seguem, e nem em tudo, a diferença entre a definição direta ou positiva, por um lado, e a definição indireta ou negativa, de outro, não apresenta importância decisiva.

Em última análise, as sociologias modernas do poder se originam todas de procedimento que podemos chamar indiferentemente formalização ou abstração. A sociedade tal qual nós a observamos comporta relações múltiplas de

2. “Where the behavior of a certain group of men conforms to the wishes of one or several of them, the relation between them shall be called the power of L over A, B, C.” *Man and his government*, Nova York, 1963, p. 161.

3. “A possibilidade de tomar iniciativas permanece completamente em aberto; só se restringe a latitude da escolha.” J. A. A. Van Doorn, *loc. cit.*, p. 13.

comando/obediência, o mesmo indivíduo sendo a um só tempo o que comanda e o que obedece não apenas em razão da hierarquia própria das organizações complexas, mas também devido à multiplicidade de sistemas sociais aos quais cada um pertence. Se, portanto, decidimos procurar um conceito que se aplique a todas as relações comando/obediência, públicas e privadas, de direito ou de fato, em todos os setores da existência coletiva, sem levar em conta os meios empregados por quem comanda nem os sentimentos experimentados por quem obedece, chegaremos necessariamente a uma relação *interpessoal e assimétrica*, cuja característica será o fato de que “alguém anda, fala ou toma a iniciativa, e outros o seguem e escutam”; ou, ainda, a fim de eliminar mais completamente o conteúdo concreto da relação comando/obediência, diremos que “a liberdade de escolha de alguns é limitada pela ação voluntária de um indivíduo ou de um grupo”.⁴ Neste momento, o poder terá deixado de ser misterioso, fascinante, demôníaco. Como seria possível uma sociedade onde não houvesse sujeitos e objetos de poder sem que, a cada instante, a liberdade de escolha de A, B, C fosse restrita pelo poder de X? Ou, ainda, sem que A, B, C seguissem a iniciativa tomada por X? Para criar a ficção de uma sociedade sem “poder do homem sobre o homem”, F. Hayek deve colocar uma antítese radical entre o comando das leis e aquele dos homens. Falta-lhe admitir que a generalidade das leis deixa o indivíduo livre para combinar os meios em vista dos fins enquanto o comando preciso de um homem faz do outro seu instrumento. Mas por que exorcizar o demônio? Purificado pelo processo de abstração científica, o poder não

4. Se esta restrição se deve a uma ação involuntária de um outro, este último não tem poder.

reproduz mais entusiasmo nem terror. Tornou-se neutro, pálido e vazio. Nada impede que o comparemos, como faz habitualmente T. Parsons, ao dinheiro: é a coisa mais partilhada deste mundo. Partilhada desigualmente, sem dúvida: uma pessoa possui muito, e outra, pouco poder. Mas estaríamos errados, diz então Parsons, afirmando que alguém não tem poder *algum*. Aquele que não possui senão alguns *centavos* tem pouco dinheiro, mas não está totalmente desprovido. Do mesmo modo, ninguém é inteiramente desprovido de poder (será preciso acrescentar: no regime político dos Estados Unidos?), por menor que seja a parte que desfrute.

Não coloco em dúvida, pessoalmente, a legitimidade da conceitualização formal, com tendência supra-histórica, mas exijo condição dupla: que não seja desconsiderada a especificidade dos problemas e das situações históricas ou sociais; que não sejam falsamente assimilados a ordem política à ordem econômica, o poder ao dinheiro, como se a desigualdade de recursos ou das rendas à disposição de cada indivíduo pudesse ser comparada com a desigualdade de poder.

Até aqui seguimos o uso corrente e empregamos o termo poder como equivalente de *power* e de *Macht*. Ora, o francês tem duas palavras para traduzir *Macht* e *power*: poder (*pouvoir*, em francês) e potência (*puissance*, em francês). As duas palavras têm a mesma origem: o verbo latino *posse* (ser capaz de, ter força para); a primeira é o infinitivo do verbo e, segundo a fórmula de Littré, “marca simplesmente a ação”, enquanto *potência* (o particípio) designa “algo durável, permanente”. Temos a potência de fazer

algo e exercemos o poder de fazê-lo. É por isso que se diz “a potência da máquina” e não o poder. Esta distinção seria aproximadamente aquela entre potencial (potência) e ato. Não é inútil lembrar que *power*, dependendo do caso, refere-se a um potencial ou a um ato. Ou, ainda, que designa o potencial cuja passagem ao ato oferece a revelação ou a medida. Assim se explica o fato de a sociologia, que se quer estritamente empírica e operacional, interrogar-se às vezes sobre a utilidade do termo *power*, na medida em que este designa um potencial que não é jamais conhecido senão por atos (decisões). Na sua origem, a dualidade dos termos *potência* e *poder* é a dos conceitos de potencial e ato, mas o uso introduziu novas nuances. Tornou-se hábito, na França, chamar de *Poder* o homem ou, melhor, a minoria que decide em nome da coletividade ou que toma decisões de natureza tal que influam sobre a coletividade. Neste sentido, que eu não ousou chamar vulgar, embora a palavra seja utilizada nesta acepção por muitos cientistas políticos, o Poder se confunde com a minoria dona do Estado. Poderíamos dizer ainda: o Poder é a encarnação humana do Estado. Tal autor, que se interroga sobre as razões de ser, sobre o fundamento do poder, pergunta-se, de fato, por que todas as sociedades, salvo apenas algumas sociedades primitivas, conheceram a concentração do poder, a atribuição a um ou alguns da capacidade (reconhecida legítima) de estabelecer regras para todos, de impor a todos o respeito destas regras ou, enfim, de tomar decisões, de fato ou de direito, obrigatórias para todos. Um homem coloca a coletividade em guerra com outra: os outros membros da coletividade padecem as consequências desta decisão a ponto de arriscar ou sacrificar sua vida no combate.

O termo potência não é utilizado em português nesta acepção. Dizemos *assumir o poder* ou *chegar ao poder*

(como, em francês, *prendre le pouvoir* e *arriver au pouvoir*), expressões traduzidas, em alemão, como *Macht* e, em inglês, como *power*, mas não dizemos “assumir a potência” ou “chegar à potência”. Por outro lado, fala-se em “grande potência” (*Großmacht*) e não em “grande poder”, quando se trata dos atores principais no cenário internacional. Foi a oposição entre as expressões *arriver au pouvoir*, chegar ao poder, isto é, tomar posse do Estado ou do poder de comandá-lo, e *les grandes puissances*⁵ que me incitou, em *Guerra e paz entre as nações*,⁶ a dizer que potência é o conceito mais genérico — o potencial de comando, de influência ou de coação que possui um indivíduo com relação a outros —, poder não sendo mais do que uma modalidade de potência, a que caracteriza não qualquer exercício da potência, mas uma espécie de potencial e a passagem ao ato realizador deste potencial.

Retenhamos provisoriamente destas análises a única distinção do particípio e do infinitivo, o potencial e o atual, que encontramos em outras línguas e que se justifica pela análise semântica: *ter a potência de fazer alguma coisa, exercer o poder de fazê-la*. Qualquer pessoa que possua arma de fogo ou bombas atômicas tem a potência de matar um homem ou milhões de homens, mas não exerce necessariamente seu poder de fazê-lo. O exemplo precedente nos coloca no caminho de outra distinção. A potência de um fuzil ou de uma bomba é inteiramente física, e, embora a mesma palavra sirva legitimamente para designar

5. Em francês, não é concebível usar *politique de pouvoir* para traduzir *Macht-politik*, o que sugere também que o poder não é somente ato, com relação a uma potencialidade, mas essa potencialidade ou esse ato semilegalizado com relação ao potencial ou ao ato puro e simples.

6. *Paz e guerra entre as nações*, Brasília, Universidade de Brasília, 1979.

o potencial de uma máquina ou o de um homem (ou grupo), a potência da qual tratam sociólogos e cientistas políticos apresenta característica específica: é a potência do homem sobre o homem, ou seja, a capacidade que tem um homem de restringir a liberdade de que goza um outro na sua conduta ou de obter de um ou de muitos outros que o sigam ou obedeçam. Enquanto conceito político, potência designa uma relação entre pessoas; mas, como designa ao mesmo tempo um potencial e não um ato, podemos definir potência como o potencial que possui um homem ou grupo de estabelecer relações, de acordo com seus desejos, com outros homens ou outros grupos.

Tomemos, daqui por diante, como conceito mais genérico, não o termo poder, como o fazem freqüentemente os sociólogos contemporâneos, mas potência, que tem a dupla vantagem de ser utilizável na maioria dos casos em que os alemães dizem *Macht* e os americanos ou ingleses, *power*. Além do mais, enquanto designa, segundo a fórmula de Littré, alguma coisa permanente ou durável e não apenas o ato ou o exercício, ele tem extensão maior do que a de poder.

Pouco importa, além disso, o vocabulário que escolhermos. Trata-se antes de tudo de não insinuar uma filosofia ou uma interpretação da realidade por intermédio dos termos retidos. Ora, o que, neste aspecto, me parece decisivo são as etapas pelas quais se passa para reconstruir a sociedade, concreta e global, a partir da relação elementar, microscópica, de potência. Vejo duas vias principais que conduzem a concepções diversas.

Depois de "potência" (*Macht*), Max Weber introduz um segundo conceito fundamental, o de *Herrschaft*. Um indivíduo tem potência, numa relação social, desde que tenha tido possibilidade de impor sua vontade a uns ou a

outros, mesmo encontrando resistência, seja qual for esta possibilidade. Quanto ao termo *Herrschaft*, implica o facto de comando (*Befehl*) e a possibilidade de que este comando seja obedecido. Traduziria *Herrschaft* por *domínio* (em francês, *domination*), devido à identidade do sentido das raízes (*Herr, Dominus*).⁷ O conceito de domínio tende a delimitar, dentro da vasta área das relações de potência (a conduta A, B ou C é determinada, positiva ou negativamente, em certas circunstâncias e sob certos aspectos pela vontade de X), um campo mais estreito, no qual aquele cuja vontade é imposta recorre ao comando e é obedecido. O *dominante* não é qualquer *potente*. É necessário que a relação de potência se estabilize para que o sujeito dessa relação comande os que são objeto da mesma. É necessário que este sujeito tenha segurança de sua capacidade de exigir e de obter obediência. Nesta direção desenvolve-se a casuística das relações de potência, conforme sejam acidentais ou regulares, costumeiras ou legais, simplesmente efetivas ou legítimas. Passa-se da potência — conceito formalizado e abstrato — ao poder (no sentido de que este termo se reveste quando se opõem os governados ao poder) ao longo das diversas etapas de estabilização, institucionalização, legitimação, concentração e dominação.

É curioso, e quase divertido para o historiador das idéias, que T. Parsons tenha traduzido *Herrschaft* por

7. Esta tradução é adotada por um dos melhores tradutores de Max Weber, J. Freund. Os tradutores italianos escolheram *potenza* para *Macht* e *potere* para *Herrschaft*. A diferença entre *potenza* e *potere* corresponde àquela entre potência e poder do participio e do infinitivo. Utilizarei parcialmente no sentido de que do dominante será dito ter um poder mais do que uma potência no momento em que exerce seu domínio (ato com relação a potencial) e que exerce uma legalidade ou legitimidade.

imperative control. Tudo se passou como se um sociólogo americano, cujo conhecimento da língua alemã não pode ser posto em dúvida e cujo esforço de objetividade é evidente, não pudesse impedir-se de traduzir um conceito de sentido perfeitamente claro por um termo que não tem nem o mesmo sentido, nem a mesma ressonância, mas que se adapta melhor a seu universo mental.

De Aristóteles até Max Weber, sempre soubemos em que consistia a relação social comando/obediência. A noção de *imperative control*, muito pouco traduzida em francês (a menos que se tome o termo *contrôle* no sentido do inglês *control* e se use *contrôle social autoritaire*), faz desaparecer o face-a-face da relação entre quem comanda e quem obedece, num sistema de ordem imposto (ou de disciplina imposta). Ora, as relações de poder ou de domínio institucionalizado não constituem a totalidade do sistema de comportamento socialmente imposto. Costumes, leis, preconceitos, crenças, paixões coletivas contribuem igualmente para determinar a ordem social. Também, ao eliminar o domínio do senhor sobre quem o serve, substituindo-o por uma ordem imposta, prepara-se a eliminação das relações especificamente políticas sobre as quais têm especulado os filósofos ocidentais.

C. J. Friedrich, que não é sociólogo, mas cientista político, não se equivocou: critica a tradução de *Herrschaft* por *imperative control*, que, diz ele, "amount to a gloss and lack clarity"⁸, propondo que se utilize o termo *rule* definido por ele próprio como *institutionalized political power* (assim, ruler seria *Herrscher*). Esta tradução parece preferível à de Parsons, embora *Herrschaft*, tal como de-

8. *Man and his government*, p. 180 (nota). "Corresponde a sofisma e não tem clareza."

fine Max Weber, tenha extensão mais ampla do que potência política institucionalizada (*institutionalized political power*). O domínio supõe certo grau de instituição (sem o que o dominante não ousaria comandar), mas o termo dominação evoca a relação direta entre o senhor e quem serve, mais do que a relação entre o governante e os governados. ✕

Quaisquer que sejam as gradações de significado entre *Herrschaft*, domínio e *rule*, o sociólogo, mesmo tomando como ponto de partida a noção de potência, na acepção mais vasta ou na mais vaga, encontrarão a dimensão própria da política: a "potência integral", na expressão de Th. Geiger, a potência da sociedade considerada como um todo e exercida sobre seus membros ou ainda a potência de um ou de alguns concentrada sobre todos e não a relação recíproca de dependência entre os dirigentes e os membros de uma organização, partido ou sindicato profissional. Em troca, desde que se passe da relação elementar de potência, cujas modalidades e manifestações são inumeráveis, para a ordem social imposta (*imperative control*), corre-se o risco de desconhecer a especificidade do político enquanto tal.

De fato, representemos o conjunto de uma sociedade como um sistema no qual estejam integrados indivíduos e grupos. Cada um destes indivíduos ou grupos tende a assegurar para si certa potência (no sentido mais amplo de *capacidade de fazer*, ou no mais estreito, de *capacidade de influir sobre a conduta alheia*). Ninguém quer ser puro objeto de uma potência externa, cada um quer ser também, em certa medida, sujeito. A competição pela potência aparece como o equivalente da competição por dinheiro, e domínio da política passa a ser comparável a um mercado.

Esta representação reflete um aspecto da realidade, sobretudo em alguns regimes (por exemplo, o americano). Sindicatos profissionais, partidos políticos, grupos de pressão aparecem como rivais, cada um em busca da maximização de sua potência (capacidade de determinar a conduta ou as decisões de outros), sem que nenhum pareça inteiramente desprovido deste raro bem, jamais monopolizado por quem quer que seja, sempre dividido, ainda que de maneira muito desigual, entre todos.

É suficiente, portanto, uma cuidadosa análise para encontrar a falha do raciocínio. A competição pelos fundamentos ou instrumentos da potência tolera a comparação com a competição econômica. Quem quer possuir a maior quantidade possível de capital, de prestígio ou de armas, a fim de impor sua vontade, age como o *homo economicus*, buscando a maximização do lucro ou da produção. Mas a maximização dos instrumentos ou meios de potência não equivale à da própria potência. Relação entre homens ou grupos, ela não se presta à quantificação tão facilmente quanto as coisas ou os bens: a potência relativa, não-absoluta, estende-se sobre determinados homens ou grupos e não sobre outros; comanda certas condutas por parte dos objetos da potência, mas não outras. Se tantos autores estão inclinados a confundir a luta pela potência com a competição econômica, é porque, antes de mais nada, tendo identificado a luta pelos meios (ou instrumentos) da potência com a luta pela própria potência, substituíram esta última, que é uma relação humana, por alguns determinantes de tal relação.

Se compararmos potência e dinheiro ou potência e riqueza, a diferença de natureza não nos passará despercebida. Entre a distribuição da riqueza e a repartição da potência, a analogia permanece superficial, e a distinção,

radical. Quem possui dada quantidade de moeda pode obter, em contrapartida, dado volume de mercadorias. Poderá, talvez, *adquirir* os serviços de alguns indivíduos, mas o comportamento de numerosas outras pessoas não está à venda. O dinheiro é o meio, normalmente eficaz numa sociedade moderna, de atingir o fim natural da atividade econômica, satisfazer seus desejos ou ainda reduzir ao mínimo a disparidade entre desejos e recursos. Mas a economia constitui um subsistema diferenciado: o dinheiro permite comprar só os bens oferecidos no mercado. Não há dúvida de que oferece a capacidade de determinar, em alguns aspectos, o comportamento de certas pessoas, mas não há proporcionalidade entre a potência econômica, definida pela capacidade de adquirir bens no mercado, e a potência política, definida pela capacidade de determinar a conduta de outros homens.

Quem adquire riquezas inevitavelmente priva outros dessas riquezas. Como o volume das riquezas é limitado a cada instante, é verdade em *determinado* sentido (a proposição era verdadeira quase sem reservas nas sociedades tradicionais) que os outros são privados daquilo que aquele acumula. No plano comercial, em teoria e de fato, não é isso o que acontece, pois, numa troca ideal típica, cada uma das pessoas que troca prefere o que recebe àquilo que possuía e que dá como contrapartida. Contudo, se considerarmos a sociedade como uma unidade, os bens do rico diminuem automaticamente o que fica à disposição dos outros membros da coletividade. No entanto, a economia moderna, por seu caráter progressivo, retira boa parte do alcance desta concepção secular. O volume dos bens, embora limitado a cada momento, tende a aumentar sempre. Levando em conta a dimensão temporal, não é certo que o enriquecimento de um provoque compensação au-

tomática no empobrecimento alheio. O crescimento permite o enriquecimento simultâneo de todos ou da maioria dos membros da coletividade, sem que, por isso, desapareça o elemento de conflito (*agon*) do universo econômico.

A relação de troca tende, idealmente, para a igualdade; a relação de potência aparece essencialmente assimétrica e desigual. Se L se faz seguir ou obedecer por A, B e C ou se L limita a liberdade que têm A, B e C de escolher seus objetivos e seus meios, L não pode ser sujeito de potência sem que A, B e C sejam objetos dessa relação. *A fortiori*, se passarmos da potência ao domínio, ao domínio institucionalizado, ao poder legítimo, torna-se evidente a assimetria. A expressão normal da potência estabilizada é o comando de um lado e a obediência de outro. Se um comanda, o outro obedece. Neste sentido, jamais a potência será dividida como a riqueza pode ser. A imagem de um mercado no qual se afrontam múltiplos competidores substitui a de uma hierarquia com relações entre superiores e inferiores; entre patrões e empregados.

De fato, a potência de L sobre A, B e C não é total no sentido de que L proíbe aos objetos de sua potência certas ações ou lhes dita certas condutas, mas pode ser que A, B ou C, por sua vez, tirem de L a liberdade de determinadas escolhas. A pluralidade dos domínios onde se exerce a potência deixa lugar a uma reciprocidade: alguns não são meramente sujeitos, e os outros não são meramente objetos. Além do mais, os fundamentos ou instrumentos de potência, riqueza, prestígio, força ou posição, numa estrutura hierárquica de poder, não se acumulam necessariamente nas mãos dos mesmos homens. A sociologia da potência traz contribuição indispensável à ciência da política, na medida em que permite integrar o estudo do poder legítimo com análise mais ampla das estruturas múltiplas da potência.

Ainda, é preciso não se deixar iludir pela semelhança entre a distribuição de renda e a dispersão da potência, que tem muitos sentidos. Antes de mais nada, ela designa o que eu preferiria chamar a diferenciação dos subsistemas sociais, de onde resulta normalmente a separação dos instrumentos da potência. O mesmo *dominante* (*ruler, Herrscher*) não é, ao mesmo tempo, rei e grande sacerdote; não possui, ao mesmo tempo, as armas e o dinheiro. O detentor do poder supremo, na ordem de legitimidade, sofre a limitação do exercício da sua vontade pelas regras constitucionais. Em segundo lugar, os dominantes de determinado setor — os administradores dos meios de produção — se chocam com os de outro setor. O diretor da General Motors ou da United Steel Company deve discutir as condições de trabalho com os secretários dos sindicatos e corre o risco de intervenção do presidente dos Estados Unidos em caso de alta de preço em momento julgado inoportuno. Em terceiro lugar, no interior das organizações complexas, as relações de potência autênticas não são refletidas exatamente pelas relações formais de autoridade. Chamamos aqui de *autoridade* a potência possuída por um indivíduo graças à posição que ocupa numa organização social, que não precisa ser pública: o diretor de uma firma tem o direito de comandar, mas detém autoridade política no sentido amplo da palavra, e não no sentido estrito — de acordo com o qual pertence exclusivamente à política o subsistema que culmina no poder legítimo exercido por uma ou algumas pessoas apenas, em nome de todas. A sociologia das organizações, as empresas industriais, as burocracias públicas ou privadas, os sindicatos ou os partidos, buscará as formas como são efetivamente tomadas as decisões, até que ponto coincidem ou divergem a distribuição oficial de autoridade e a reparti-

ção efetiva de potência (distinção expressa, em geral, pela oposição entre potência *formal* e *informal*).

A diferenciação da potência, sem dúvida alguma, caracteriza a estrutura da potência tanto quanto toda a ordem social. No fim da análise, a diferenciação despoetiza a potência como a relação elementar faz no início. Mas o poder centralizado e legítimo exercido por alguns sobre todos, em nome de todos, merece ser considerado com angústia se se transforma na causa de uma competição conduzida de acordo com as regras, em conformidade com leis escritas e costumes às vezes mais restritivos ao arbítrio do que as próprias leis? Mais ainda: o cidadão ou observador da sociedade americana não se pergunta sobre o que deve temer, ora inclinado a temer o excesso de poder, ora a sua ausência? Se ninguém mais pode decidir em nome de todos contra alguns, a sociedade não se inclinará a um conservadorismo fatal, durante época de mudanças aceleradas?

Será necessário levar a sério C. Wright Mills, denunciando a *power elite* ou os cientistas políticos que vêem os Estados Unidos (como as democracias ocidentais) paralisados pela dispersão ou ausência do poder? Será que os teóricos das relações internacionais nos incitam a retornar à prosa ou à poesia demoníaca da potência?

H. J. Morgenthau passa a ser o teórico realista por excelência das relações internacionais; mais do que qualquer outro, ele teria identificado a competição de potência que define a rivalidade entre as nações. O subtítulo de seu livro mais importante, *Politics among Nations*, é: *the struggle for power and peace* ("a luta pelo poder e pela

paz"). No início do primeiro capítulo desse livro, Morgenthau afirma que "o conceito de poder político coloca um dos problemas mais difíceis e controversos da ciência política", dificuldade que as primeiras páginas do livro ilustram claramente.

A teoria começa com a seguinte proposição:

A política internacional, como toda política, é uma luta pelo poder. Qualquer que seja o objetivo último da política internacional, sua finalidade imediata é sempre o poder. Os estadistas e os povos podem procurar, em termos definitivos, a liberdade, a segurança, a prosperidade ou o próprio poder. Podem definir seus objetivos em termos de algum ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem esperar que esse ideal se materialize pela própria força interior, pela intervenção divina ou pelo desenvolvimento natural dos assuntos humanos. Contudo, onde quer que lutem pela realização desse objetivo por meio da política internacional, terão de fazê-lo buscando o poder. Os cruzados queriam libertar a Terra Santa do domínio dos infiéis; Woodrow Wilson queria fazer o mundo seguro para a democracia; os nacional-socialistas queriam abrir a Europa oriental à colonização germânica, dominar a Europa e conquistar o mundo. Uma vez que escolheram o uso do poder para alcançar esses fins, foram atores no cenário da política internacional.⁹

No parágrafo que reproduzimos, *power* — o poder — é antes de mais nada o *objetivo imediato* de todo ator no cenário internacional. No fim do mesmo parágrafo, *power* é o meio escolhido pelos mesmos atores para atingir seus objetivos. Em que consiste essa *noção* (ou realidade), ao mesmo tempo *objetivo imediato* e *meio universal* da política internacional? Ela é definida algumas linhas adiante como "*man's control over the minds and actions of other*

9. H. J. Morgenthau, *Politics among Nations*, Nova York, 1949, p. 13.

men" (o controle do homem sobre as mentes e as ações de outros homens). *Political power* é a relação recíproca de domínio entre os detentores da autoridade pública e entre eles e o povo (*mutual relations of control among the holders of public authority and between the latter and the people at large*).

Como o poder político (*political power*), como relação psicológica entre aqueles que o exercem e aqueles sobre o qual ele é exercido, poderia ser a característica específica das relações internacionais? O poder, efetivamente, equivale, segundo essas definições, à influência ou à dominação do homem sobre o homem, característica muito mais de toda sociedade do que de toda política. Por outro lado, o poder político, definido pela relação entre os detentores de autoridade e aqueles sobre os quais essa autoridade se exerce, permite ainda menos especificar as relações internacionais, uma vez que estas não comportam a dualidade entre os detentores da autoridade pública e o povo: cada um desses autores detém, no interior de um território, "a autoridade pública".

Que a referência à potência não permite estabelecer a diferença específica da política internacional, reconhece-o Morgenthau, logo depois, quando escreve que *the aspiration for power being the distinguishing element of international politics, as of all politics, international politics is of necessity power politics*.¹⁰ Ninguém colocará em dúvida, ao que me parece, que a política internacional seja política de potência, se este conceito, traduzido em inglês, significa simplesmente que os atores internacionais, como os nacionais, procuram adquirir dominação ou influência

uns sobre os outros e que esta aspiração universal acarreta luta ou competição. Ninguém, com efeito, negou que toda política comporta uma dimensão agonal enquanto a maioria dos atores também trouxe à tona a dimensão complementar de acordo (ou, para retomar o conceito de Augusto Comte, do consenso). E, quando Morgenthau pergunta "Não seria surpreendente se a luta pelo poder fosse apenas um atributo accidental e efêmero da política internacional, quando ela é um elemento permanente e necessário de todos os ramos da política interna?"¹², somos tentados a responder: certo, mas aqueles que rejeitam, com ou sem razão, a expressão *power politics* — política de poder — não lhe atribuem outro sentido? A potência — *power* — pode ser simultaneamente o objetivo próximo, o meio universal e o motivo constante das relações internacionais sem que se introduza uma confusão inextricável na linguagem e no pensamento?

Enquanto relação psicológica entre os que a exercem e os que a sofrem, a potência política (*political power*) não constitui evidentemente o "meio universal" dos atores sobre a cena internacional. A potência — relação entre um espírito (*mind*) que domina e um espírito que sofre a ascendência do primeiro — aparece como "meio universal" da ação do homem sobre o homem e não como meio específico da política; menos ainda como meio específico da política entre as nações. A potência representa pelo menos o objetivo imediato de qualquer política? Vale lembrar o Japão da era Tokugawa: seu objetivo não era seguramente o de exercer influência maior sobre os outros atores internacionais.

De fato, H. J. Morgenthau não ignora evidentemente a diferença específica da política internacional: "*In inter-*

10. Sublinhado por mim.

11. H. J. Morgenthau, *Politics among Nations*, p. 15.

12. *Ibid.*, p. 18.

national politics in particular, armed strength as a threat or a potentiality is the most important factor making for the political power of a nation."¹³ Mas tudo se passa como se H. J. Morgenthau quisesse convencer seus leitores de que a política internacional é política de poder, usando argumento exatamente contrário àquele que todos os pensadores utilizam há séculos, ou seja, que "a essência da política internacional é idêntica à da política interna".¹⁴ Ora, esta identidade resulta da noção de *struggle for power* — a luta pela potência —, que encontramos até na família: "*The conflict between the mother-in-law and the child's spouse is, in its essence, a struggle for power.*"¹⁵

Creio que os pensadores da tradição — e Bergson em *Les deux sources de la morale et de la religion* prolonga essa tradição — teriam admitido, como Hobbes e Morgenthau, que a *luta pela potência* é universal se nela vemos a expressão de uma pulsão inscrita na natureza humana; eles teriam, entretanto, sustentado que as relações entre os membros de uma comunidade diferem *essencialmente* das relações entre as comunidades tomadas como unidades. Os filósofos antigamente opunham o *estado civil* ao *estado de natureza*, no sentido jurídico da expressão: as nações não alienam sua independência ou sua soberania para proveito de um órgão encarregado de estabelecer o direito, provido dos meios de força necessários para impor seus veredictos. Sem tribunal e polícia, os Estados vivem como na natureza, e a célebre fórmula *homo homini lupus* continua a ser aplicável a esses monstros de frieza.

13. H. J. Morgenthau, *Politics among Nations*, p. 18. "Na política internacional, de modo particular, a força armada como ameaça ou potencialidade é o fator mais importante do poder político de uma nação."

14. *Ibid.*, p. 17.

15. "O conflito entre a sogra e a nora é, em essência, uma luta pela potência".

Ao mesmo tempo, explica-se que a noção de *potência* possa ser interpretada como definição das relações entre os Estados ou como doutrina da política internacional (do que ela é ou deveria ser). Enfatizar caráter específico das relações internacionais é lembrar que, em última análise, os Estados permanecem os únicos juízes de seus interesses supremos, livres para tirar a espada quando a violência do criminoso ou do revolucionário viola a legalidade no interior dos Estados. É verdade — J. H. Morgenthau tem razão nesse ponto — que a potência não se confunde com a força e menos ainda com o emprego da força. Mas, quanto mais o teórico da *power politics* dissimula seu próprio objeto de estudo ao comparar a luta entre os Estados aos conflitos entre sogra e nora, mais o leitor percebe, por meio do disfarce do conceito formalizado, a "relação entre consciências", a luta para maximizar os meios da potência e o conflito, com o emprego da força.

A presente conjuntura parece, aliás, fornecer argumentos tanto aos defensores da política de potência quanto a seus adversários. Jamais aparentemente foi tão certo dizer que cada Estado ou bloco quer a morte do outro. Jamais a descrição hobbesiana do estado de natureza entre os Estados refletiu tão fielmente a realidade:

*Yet all times, Kings, and Persons of sovereigne authority, because of their Independency, are in continual jealousies, and in the state and posture of Gladiators, having their weapons pointing, and their fixed eyes on one another; that is, their Forts, Garrisons, and Guns, upon the Frontiers of their Kingdomes; and continual Spyes upon their neighbours, which is a posture of War.*¹⁶

16. *Leviathan*, I, 13.

Ao mesmo tempo, nunca os Estados se empenharam de forma tão solene na renúncia ao uso da força. Nunca concluíram tantos pactos aparentemente tão importantes quanto os que os instituíram como Estados soberanos. Enfim, nunca houve **desproporção** tão evidente entre a capacidade dos grandes Estados de impor sua vontade aos pequenos e os meios e força à disposição de uns e de outros. A proporcionalidade tende a desaparecer entre potência — relação entre as vontades — e força — instrumentos de pressão física. Cada um dos grandes deve tolerar um pequeno que o incomoda, como acontece com os Estados Unidos, em relação a Cuba, e com a União Soviética, em relação à Albânia.

Nada, nessa conjuntura, contradiz a natureza essencial da relação entre os Estados, como se vem manifestando há muitos séculos. Hoje, mais do que nunca, a segurança de um Estado, sua própria existência, depende de sua vontade e dos meios de força de que dispõe: quando a União Soviética quis instalar em Cuba mísseis balísticos de médio alcance e os Estados Unidos disseram não, duas vontades se confrontaram, ambas armadas com terríveis instrumentos de destruição, cada uma ameaçando a outra, e nenhuma das duas pronta a aceitar o veredicto de um árbitro ou tribunal; a relação permaneceu, na essência, o que tinha sido: a situação natural hobbesiana, com mísseis balísticos tomando o lugar de fortes e canhões.

A relação entre as vontades ou entre os Estados nunca deve ser confundida com a relação entre os meios de força. A distinção se acentua em nossa época, num desenvolvimento mais lógico do que paradoxal, devido à enormidade dos meios de força. As canhoneiras simbólicas do século XIX não podem ser substituídas pelas bombas termonucleares: os Estados Unidos jamais tentaram pres-

sionar os Estados não-armados atomicamente, ameaçando-os de utilizar as armas nucleares. Por volta de 1959-1960, na época em que a União Soviética tentava que se acreditasse e os Estados Unidos deixavam que se acreditasse que “o vento do Leste triunfava sobre o vento do Oeste” e que os foguetes dariam ao campo dito socialista superioridade militar, Khruchchev exibiu, de forma um pouco vaga, suas armas de destruição massiva. Mas, finalmente, juntou-se também à doutrina americana: as armas nucleares são reservadas a um emprego diplomaticamente defensivo, não devendo intervir militarmente, senão como recurso extremo.

Desde então, a neutralização recíproca dos aparelhos termonucleares consagra a natureza imutável das relações entre os Estados — ninguém sabe o que se passará se um só deles possuir tal aparelhagem —, mas, ao mesmo tempo, esta neutralização aumenta desmesuradamente o campo diplomático no qual as relações de força militar não comandam as relações das vontades estatais nem determinam o curso da diplomacia e da história. Hegel, a propósito de Napoleão, forjou a expressão marcante: “*Die Ohnmacht des Sieges*.” (A impotência da vitória). Talvez devêssemos evocar “*die Ohnmacht der Macht*” (a impotência da força), se entendemos por *Macht* os instrumentos de destruição.

Não é por isso, contudo, que as relações entre os Estados podem ser comparadas às relações sociais dentro dos Estados. Os debates semiparlamentares das Nações Unidas acrescentaram novo instrumento à diplomacia tradicional, mas isto não significa que tenha havido a conversão da diplomacia ao primado da lei. A novidade é uma diferenciação mais nítida dos níveis. As relações diplomáticas entre os Estados estavam mais influenciadas pelas relações das forças militares na época pré-atômica, quando o emprego dessas forças aparecia como menos impro-

vável. Os Estados não renunciavam, no entanto, a se enfrentar nem submeter seus combates às regras de não-violência. Suscitam ou encorajam as revoltas, enviam armas aos aliados, os Estados ditos socialistas tendo por aliados aqueles que se insurgem contra o regime capitalista, os Estados Unidos, não sem hesitação, arriscando aqui e ali sua sorte no jogo da subversão ou da contra-subversão (jogo para o qual são pouco dotados, pela mesma razão de seu sistema político-social).

A política internacional, tal como ela se desenvolve atualmente, deve provocar medo ou inspirar confiança? Tudo se passa como se, em momentos diversos, a opinião pública se inclinasse para a angústia ou para a serenidade. Um dia, ela escuta Lord Russel ou Sir Charles Snow fixando para a humanidade, no máximo, alguns decênios — de hoje ao final do século — para escolher entre o apocalipse termonuclear ou a Terra Prometida do Estado Universal (ou a paz na terra aos Estados de má vontade). Estado de espírito particularmente desenvolvido na Grã-Bretanha, onde o pacifismo, clássico no intervalo entre as guerras, atualmente se alimenta do horror que inspiram as armas nucleares. Na França, domina o estado de espírito oposto, composto de dois sentimentos: uma espécie de recusa a acreditar na eventualidade da guerra monstruosa e a consciência de que, de toda maneira, a decisão de paz ou guerra não depende dos indivíduos, talvez um pouco mais da França ou da Europa.

Provisoriamente, desde a crise de Cuba no final do ano de 1962, a humanidade atravessa uma fase de calma.

Os dados fundamentais não se modificaram. O que é novo é o poder destruidor das armas, o poder material à disposição daqueles que detêm o poder. O que não é novo é o medo que o homem do poder inspira aos outros

homens quando estes sonham com as consequências que pode ter uma decisão tomada por aquele. Como dissipar este medo senão recusando a apenas um homem o direito e a capacidade de tomar decisões cujas consequências afetariam milhões de homens? Assim raciocinaram filósofos e juristas, elaborando as doutrinas da separação dos poderes. Quando os sociólogos constatarem a dispersão do poder social, alegrem-se, tão natural ao homem é o medo do homem.

Ora, na cena internacional, parece que a concentração de poder tranqüiliza e que a própria idéia da dispersão assusta demais. Os pacifistas divertem os dirigentes dos Estados Unidos e da União Soviética na denúncia daquilo que todos chamam “disseminação das armas atômicas”. O sistema internacional sempre foi oligárquico ou, se preferirmos, desigual: alguns atores, chamados grandes potências, dominaram a cena e fixaram as regras não-escritas da competição. Porém, mais comumente, os atores secundários se irritam com a subordinação e aspiram à independência. Por que estes atores secundários — mais numerosos do que nunca — parecem reconciliados com uma diarquia?

Poderíamos falar de dois motivos: o primeiro, o que eu chamava há pouco de *Die Ohnmacht der Macht* (a impotência da força), ou ainda a desproporção entre o potencial de destruição dos aparelhos termonucleares e o poder político (dito de outra forma, os dois grandes não conseguem impor sua vontade utilizando diplomaticamente sua força militar); o segundo, a convicção difusa e quase irrefletida de que o risco de acidente permanece fraco quando dois Estados detêm sozinhos os monstruosos instrumentos. Se estes dois Estados proibiram a todos o recurso às armas regulares e se absterem de utilizar suas ar-

mas nucleares a não ser para paralisarem-se um ao outro, a conjuntura parece, no fundo, a menos ruim possível. O poder é concentrado, mas em domínio estritamente limitado. Ela continua a inspirar alguma angústia, porque nenhum homem merece dispor de semelhantes utensílios de morte. Tudo se passa, neste caso, como se a tentação de utilizar estas armas devesse crescer com o número de Estados que as possuísem. Neste sentido, a diarquia atual tende a nos dissimular que o poder já está disperso em toda medida compatível com a essência das relações entre Estados.¹⁷

A "política de poder" ou melhor, a *Machtpolitik* dos autores alemães enquanto doutrina da ação diplomática, deduzia-se da teoria das relações internacionais. Já que estas relações escapam às leis, cada ator guardava a responsabilidade de seu destino e a liberdade de tirar a espada pela defesa de seus interesses supremos. A *Machtpolitik* não implicava o imperialismo, a vontade de ampliar o espaço de soberania ou de submeter os povos estrangeiros. O conceito ganhava tom nacionalista e se inspirava na filosofia pessimista: os Estados, às voltas com uma competição permanente, ao mesmo tempo pacífica e sanguinária, não sobrevivem senão pela "vontade de poder" e não prosperam senão na afirmação orgulhosa de sua independência.

O mesmo conceito em inglês, *power politics*, exprime a mesma teoria e ensina doutrina diferente. A teoria resgata a originalidade das relações internacionais quanto às outras relações sociais (ausência de tribunal e de polícia), mas a doutrina, que dela se deduz, vai, por assim dizer, em sentido contrário ao da doutrina alemã. Os ideólogos

17. É verdade que certos Estados recusam esta diarquia, mas o motivo desta recusa me parece menos o medo do que a vontade de independência.

americanos se opõem aos moralistas ou aos juristas que so-nham submeter as leis à soberania dos Estados, lembram a essência eterna destas soberanias (ou, quando são teólogos, como R. Niebuhr, a corrupção da natureza humana) para pôr de sobreaviso pensadores e homens de Estado contra o perigo de representar a fera pretendendo representar o anjo, contra o perigo de tornar as guerras inexpiáveis e de concluir acordos de paz cartagineses sob o pretexto de punir os Estados culpados de agressão e de assegurar para sempre a segurança da democracia. Os ideólogos americanos da política de poder se inclinam em geral para a moderação, o realismo, beirando mesmo o pessimismo; recomendam a volta às experimentadas práticas da diplomacia e condenam toda veleidade de cruzada: invertendo a relação dos valores próprios à ideologia nacional, um discípulo de H. J. Morgenthau, R. E. Osgood, escreve que todo emprego da força em vista de outro objetivo que não a defesa do interesse nacional se chama condenação.

Em outros termos, *Machtpolitik* e *power politics* podem, segundo as circunstâncias, sugerir a grandeza romântica dos Estados em luta pela dominação do mundo, a sutileza de um Talleyrand ou a sabedoria burguesa dos diplomatas que, eles também, diriam que um mau compromisso vale mais do que um bom processo (um mau acordo vale mais do que uma batalha ganha).

Se nós passamos das relações internacionais à política no interior dos Estados, a potência (*power*) torna-se ao mesmo tempo difusa (quem não possui um pouco?) e indeterminada (no limite, cada vez que A determina uma ação de B, tem-se um exemplo de poder de A sobre B). Utilizado como princípio de análise, no caso da sociedade americana, um tal conceito induz inevitavelmente à representação de uma realidade relativamente conformada ao ideal

democrático. Estejamos estudando uma organização complexa (uma grande *corporação* industrial), um partido político, uma cidade, o Exército, o Congresso ou a Presidência dos Estados Unidos, a dificuldade parece ser menos descobrir os limites do poder daqueles que oficialmente detêm o poder do que liberar os responsáveis das decisões tomadas. Em outros termos, a teoria correntemente adotada vai no sentido do que chamaremos dispersão de poder. Ora, simultaneamente, os indivíduos, cada vez mais numerosos, têm o sentimento de impotência, sentem-se incapazes de pesar sobre o curso dos acontecimentos, convencidos de que sua sorte é determinada fora deles, pelas forças obscuras que ninguém governa ou que as minorias governam, cínicas e obscuras. Assim se explica a reação violenta de um C. Wright Mills atribuindo a uma elite de detentores de meios de produção, de gerais e, subsidiariamente, de homens políticos, o poder supremo, que os jogos da política e o tumulto da praça pública dissimulam.

Os sociólogos ortodoxos não levaram a sério o livro de C. Wright Mills, e provavelmente sua reação não teria sido diferente se a teoria da *power elite* se tivesse baseado numa rede de fatos mais extensa e se a conceituação tivesse sido menos primitiva. Não que a teoria sociológica da *classe dirigente* seja contrária aos fatos, mesmo no caso dos Estados Unidos, a ponto de não lhe podermos acreditar certa verossimilhança. Mas ainda é preciso atentar, no entanto, a parte de verdade *evidente* que a tese da dispersão do poder comporta (estando definido o sentido dado ao termo poder).

A sociologia das organizações ou a sociologia da política local, no plano em que se situam, chegam a resultados que ninguém tem o direito de refutar (a menos que proceda, com igual minúcia, a investigações que cheguem

a resultados opostos). O poder não é, na acepção retida, potencial global, indiferenciado, que qualquer um possuiria em quaisquer circunstâncias, face a quem quer que seja e seja qual for o domínio em questão. Se se deseja saber "quem governa" na grande *corporação*, na municipalidade, na fábrica, no Exército ou no Estado, é preciso se desvencilhar da concepção metafísica do poder, tanto quanto como da concepção jurídica do poder. Quando analisamos uma organização, evidentemente, não é suficiente o conhecimento de qual é, no papel, a hierarquia de comando para se conhecer a partir daí a distribuição de poder. O grau da autonomia — o número de decisões que o indivíduo pode tomar — não é necessariamente proporcional ao nível em que cada um se situa na hierarquia da organização. Além disso, a personalidade daquele que cumpre este ou aquele papel pode aumentar ou diminuir o poder normalmente reservado ao titular deste papel. Em outros termos, uma espécie de dispersão do poder decorre da própria natureza das organizações complexas. Esta dispersão não poderia ser posta em questão senão recusando-se a hipótese necessária a este tipo de análise, a saber, a *equivalência das diversas decisões*.

Da mesma forma, ao nível municipal, R. Dahl mostrou de maneira convincente como as coisas se passavam em New Haven, de que forma tais cidadãos conseguiam, tomando certas iniciativas, favorecer um projeto ou fazer fracassar o outro, apesar da passividade ou da indiferença da maioria dos eleitores. Não surgiu pois, ao menos nesta pequena comunidade, algo equivalente à *power elite*: os mesmos homens não são poderosos em todos os assuntos; os que detêm os diversos instrumentos de poder não constituem um grupo coerente; não tecem durante a noite os fios de uma conspiração, donos da cidade e seguros de

suas vontades por detrás da fachada democrática. Mas as decisões a serem tomadas em New Haven são raramente de natureza a modificar os hábitos individuais ou o destino coletivo.

Teríamos a mesma representação se estudássemos no microscópio uma cidade do sul dos Estados Unidos onde os problemas da segregação se colocam com frequência? Se acompanhássemos o processo de decisão no Exército, a diplomacia federal, o Congresso? Dois fatos correm o risco de modificar as conclusões: a dispersão do poder favorece a resistência dos privilegiados, ao mesmo tempo em que protege contra a mística tirânica dos legisladores, temida pelos *founding fathers*. Em certo nível da organização social, o que conta não é o número de decisões tomadas por um ou por outro nem o número de casos em que A triunfou sobre B, ou B sobre C, ou C sobre A. O que conta é o homem que toma as grandes decisões irreversíveis, cujas consequências correm o risco de se prolongar quase indefinidamente e de ser experimentadas por todos os membros da coletividade. Em última análise, o potencial do poder supremo, como teria dito Maurras, é absoluto e restrito. Ele não se estende a todos os domínios, mas, em sua esfera, pertence a um só e não deve ser distribuído. O presidente dos Estados Unidos: chefe das Forças Armadas, estratégia que conduz à guerra e à diplomacia.

As sociedades ocidentais parecem caracterizadas pela dispersão de poder quando as comparamos às sociedades soviéticas. Estas últimas inspiram o pânico em razão da totalização aparente do poder concentrado na minoria no poder. Os mesmos homens dirigem a política externa e a planificação econômica, interpretam a verdade do dogma e determinam a repartição da renda. A sociedade é absorvida no Estado, e o Estado pertence a uma

minoría mais ou menos coerente. Toda vez que esta mesma minoria obedecia ao terror que o tirano supremo espalhava, o poder resultava numa espécie de magnificência demoníaca e quase demente. É bom perguntar-se o que pode fazer um honesto cidadão para provocar ou impedir a construção de imóveis para alugar em terreno comunal, mas seria lamentável esquecer o poder chamado demoníaco que apenas um detém, seja que a decisão tomada no topo envie milhões de homens à morte, seja que certos seres tenham o misterioso dom de arrastar seus semelhantes, estimulando ao mesmo tempo a dedicação e o medo, fascinando adversários e partidários marcados pela graça e nascidos para o comando. Basta que estes personagens carismáticos consigam chegar ao poder, e a humanidade estremece de angústia e de esperança.

A sociologia das decisões deixa inevitavelmente enobertos três aspectos do problema da potência:

1. Toda organização complexa, privada e, sobretudo, pública comporta, de vez em quando, decisões históricas se concordamos em defini-las pelos seguintes traços: elas são singulares, irreversíveis, desenvolvem consequências, a longo prazo, das quais todos os membros suportarão os efeitos.

2. Estas decisões históricas são tomadas geralmente por um homem (ou grupo de alguns). Por limitado que seja em seu campo de aplicação, o Poder permanece, num sentido absoluto, no campo das decisões históricas (diplomacia e estratégia).

3. O homem do poder (da autoridade estabilizada, institucional, legítima) não tem, às vezes, outra autoridade além daquela a que se prende a função que ele desempenha. Mas a autoridade designa também a qualidade graças à qual uma personalidade se impõe a outras, obtém

consentimento, fidelidade e obediência não pela ameaça de sanções, mas unicamente pela ascendência de sua vontade. A conjunção da autoridade legítima e da autoridade pessoal aparece na origem dos grandes destinos, daqueles que alimentam os sonhos de glória e as lembranças de horror.

Na ausência destes chefes prestigiosos, mesmo as decisões históricas são tomadas ou parecem ser tomadas segundo procedimentos democráticos, portanto prosaicos e previsíveis. Quando assim acontece, o observador revoltado contra o regime ou a diplomacia de seu país não poderá evitar colocar sob a responsabilidade de uma *elite de potência* a constância de uma ação que ele reprova. Efetivamente, nos Estados Unidos, a dispersão de poder ao nível mesmo do poder federal paralisará certas veleidades de reformas sem que os princípios da ordem social fiquem comprometidos ou as grandes linhas da ação diplomática, modificadas, quaisquer que sejam os titulares dos principais papéis do poder. Mas, o que C. Wright imputa a uma elite, e, no limite, a uma conspiração, poderia perfeitamente ser também atribuído à dispersão do poder e ao caráter democrático do regime.

Uma sociedade como a norte-americana permanece fiel às suas ideologias tradicionais e às suas paixões, à *iniciativa privada* e ao *anticomunismo*, na medida mesmo em que nela ninguém possui *autoridade* excepcional. É preciso haver circunstâncias, tais como a crise de 1963 ou a guerra de 1941, para que o detentor do poder legítimo e legal volte a ser, aos olhos de todos, o homem do destino, aquele que, ao dizer *sim* ou *não*, ao escolher o desembarque da Normandia em vez de nos Balcãs, determina por

dezenas de anos a sorte de dezenas de milhões de homens. Nos períodos tranquilos, as sociedades pluralistas e os regimes democráticos se inclinam ao conservadorismo e preservam os direitos (batizados privilégios por aqueles que os contestam) de algumas minorias. O conservadorismo será obra de uma *elite de potência* ou o efeito da *dispersão da potência*? Tem sentido a pergunta? Numa sociedade onde as categorias dirigentes estão de acordo quanto aos princípios do regime político e às grandes linhas da diplomacia, o rebelde se diz vítima de uma conspiração, enquanto o sociólogo empiricista, cidadão honesto, observa o complexo jogo dos interesses e idéias. A conspiração não existe senão pelo ressentimento do rebelde que se recusa a entender que o funcionamento normal do regime é suficiente para garantir a preservação daquilo que ele detesta. Seria o caso de evocar uma conspiração se a grande massa participasse da revolta do herege. Este, porém, se condena à solidão enquanto não soa a hora da revolução. A revolução, como a guerra, dá chance aos chefes cujo poder nada tem em comum com o poder democrático. Tanto o poder permanece fechado nos laços da tradição e da legalidade que apenas os grandes acontecimentos lhe dão prestígio e poesia. Submetido às regras e aos costumes, torna-se impotente para modificar a marcha do mundo por sua simples dispersão.

Enquanto a humanidade estiver dividida em múltiplas coletividades soberanas, um ou alguns homens, aqui ou acolá, determinarão, por decisões irreversíveis, a existência de milhões de seus semelhantes. As armas term nucleares ampliam desmesuradamente este poder de vida

e de morte. Mais o poder se dispersa, mais os indivíduos podem experimentar o sentimento de que não têm influência alguma sobre a ordem social e que esta é cristalizada (pouco importa que esta cristalização seja imputada à dispersão do poder ou à conspiração dos privilegiados). Do outro lado da cortina de ferro, o poder aterroriza porque abraça a coletividade inteira e porque é reservado a uma minoria. Do nosso lado, ele dá segurança porque parece limitado em sua esfera de ação e disputado entre múltiplos pretendentes. Mas a massa não guarda nostalgia alguma do poder personalizado, dos homens do destino que comandam e são obedecidos porque têm a vocação de reinar e não porque foram designados segundo um procedimento legal? A acreditar em F. Hayek, na sociedade livre as leis, e não os homens, reinam sobre (*rule over*) os homens. Se tal é a definição da liberdade, os homens aspiram à liberdade?

Capítulo 2

*Relato, análise, interpretação, explicação:
crítica de alguns problemas
de conhecimento histórico**

O livro que intitulei *République impériale, les Etats-Unis dans le monde 1945-1972* pertence ao gênero da história diplomática. Pela primeira vez, em lugar de especular sobre o conhecimento histórico, afrontei, a título pessoal, as dificuldades. Fui, assim, obrigado a me perguntar, a cada instante, sobre a natureza dos procedimentos aos quais meu projeto me levava ou incitava: tornar inteligível a ação, durante um quarto de século, do Estado dominante do sistema interestados.

Na maior parte das vezes os comentários provocados pelo livro me surpreenderam, fossem favoráveis ou hostis. Acreditava que o sentido de meu empreendimento se mostrasse claramente, mas tal não ocorreu. Cedi, então, à tentação de escrever um posfácio metodológico. Sei, é claro,

* Publicado em *Archives européennes de sociologie*, XV, 2, 1974, p. 206-242. Agradecemos a Jacques Lautman a autorização para a publicação deste texto.

que um livro deve defender-se sozinho, mas o autor tem, apesar de tudo, o direito de ajudá-lo um pouco.

Quando comecei a refletir sobre este livro, hesitei muito, dividido entre inúmeras tentações. Por exemplo, por que não confrontar de forma sistemática minhas posições ao longo deste quarto de século com os julgamentos que posuo hoje em dia ou que outros possuem sobre os acontecimentos já "históricos"?

Renunciei rapidamente a este projeto, pois, em vários casos, a confrontação teria sido fútil ou impossível. De qualquer maneira, teria sido dar-me importância desmesurada ao tomar apenas minhas próprias opiniões como representativas do julgamento contemporâneo. A cada momento, a política americana desperta interpretações e julgamentos contraditórios. No livro concluído, o que resta daquele projeto? Notas, de passagem, sobre um duplo tema: as "precauções inúteis" e "a eficácia possível das precauções, que parecem, com o recuo, inúteis". Eu não justificaria que a Europa teria sido invadida se a República federal não se tivesse rearmado, mas acho, sim, que o rearmamento finalmente contribuiu para a formação da Comunidade Européia, ao criar um clima próprio à reconciliação: a República de Bonn sem orçamento de defesa teria padecido das mesmas críticas que o Japão.

Desejaria também retomar a análise que desenvolvi em *Paix et guerre entre les nations* sobre os sistemas interrestados de pós-guerra e precisar a parte que cabe aos próprios Estados Unidos na edificação deste sistema ou, melhor, destes sistemas. Esbocei então um plano: analisaria sucessivamente a contribuição dos Estados Unidos à for-

mação do sistema monetário, do sistema nuclear, do sistema comercial, do sistema diplomático. Cada um desses sistemas (este termo designa aqui uma realidade e não um modelo) se constituiu progressivamente e não pode ser entendido senão pela reconstrução 'do que se passou'; em resumo, por um *relato*. A língua inglesa, pela distinção de *history* e *story*, permite esclarecer a idéia: a história (conhecimento histórico) consiste às vezes em contar uma história; dito de outra forma, uma sucessão de atos e de acontecimentos ligados uns aos outros por laços semelhantes àqueles que tornam, na vida cotidiana, as palavras de um inseparáveis do comportamento de outro, ou, ainda, o comportamento de um inseparável do comportamento de outro. A história não se confunde com o relato, mas alguns modos de conhecimento histórico não podem adquirir outra forma senão a de relato.

Ainda por uma outra via, fui levado ao relato. Os Estados Unidos, na fase atual, colocam em questão seu passado. A escola revisionista tende a deixar recair sobre a diplomacia americana a responsabilidade da guerra fria. Como evitar levar em consideração o desenrolar dos acontecimentos? Se um revisionista me afirma que a diplomacia soviética se endureceu devido ao emprego de duas bombas atômicas contra um Japão já vencido, respondo-lhe pelas intervenções de Vychinski, em Bucareste, no dia seguinte à Conferência de Yalta. Se busco compreender a quarentena da China Popular, não posso deixar de evocar o mês de junho de 1950 e a superação da linha de separação pelos Exércitos norte-coreanos: não havia soldados americanos em Formosa (Taiwan) antes desta data; vinte anos depois, os Estados Unidos permanecem ainda fiéis ao pacto de defesa mútua firmado com o governo da China nacionalista, que governa efetivamente a ilha e pretende representar

a China inteira. Do mesmo modo, podemos analisar o sistema monetário internacional, objeto das críticas européias, sem reconstituir as etapas sucessivas que delimitam o caminho, do plano Marshall à desvalorização do dólar?

Em resumo, tratando-se de examinar as teses revisionistas ou os debates transatlânticos, o relato se impunha a mim como uma espécie de necessidade. Do mesmo modo, eu descobria ou redescobria os problemas metodológicos ou lógicos do relato. O acontecimento B segue-se ao acontecimento A: é A que torna inteligível B, mas o que significa "tornar inteligível"? Em quais condições ou em que medida esta inteligibilidade tem valor explicativo? Não tenho a intenção de retomar a controvérsia Hempel-Dray. Digamos simplesmente que eu estava, a cada instante, consciente do alcance desta controvérsia.

Esta dificuldade lógica se combina com as dificuldades metodológicas. Cada um sabe que a substituição de um "ator racional" da realidade, isto é, um relato fundado sobre a ficção de que os Estados Unidos constituem um "ator racional", implica falsificação pela simplificação. Os especialistas do além-Atlântico diferenciam daqui por diante três "modelos": aquele do ator racional, aquele do comportamento e das rivalidades burocráticas e aquele dos debates entre assessores e grupos de pressão. Pessoalmente, não estou convencido de que estes três "modelos" se situem no mesmo plano; estou, em compensação, convencido de que as decisões de um Estado supõem a dupla referência à conjuntura exterior e à deliberação daquele que encarna o Estado (inteligência personificada da coletividade) de um lado, as influências múltiplas das administrações e dos assessores que se exercem sobre a instância suprema, por

outro lado.¹ Desta dupla referência resulta uma complexidade sob certos pontos de vista impossível de ser esclarecida. O relato se tornaria quase impossível se, a cada momento, devêssemos fazer intervir todas as forças que influíram sobre as decisões. Além disso, o livro de G.T. Allison é tão longo, sobre a única crise de Cuba, quanto o meu, que trata de vinte e cinco anos.

Para sair do impasse, eis os meios que escolhi, conscientemente. Primeiro e antes de tudo, ater-me no relato (a primeira parte do livro) ao que os americanos *fizeram* mais do que às *intenções* que admitiram ou dissimularam, aos *slogans* que lançaram, aos sentimentos, bons ou maus², que lhes são atribuídos. Alguns poderão objetar que a própria noção de que "o que os americanos fizeram" não tem a clareza que empresto. Não fui eu exatamente o primeiro a insistir sobre a "construção dos fatos", a "dissolução do objeto". De fato; mas estas sutilezas filosóficas não excluem algumas sólidas evidências: os Estados Unidos, pela boca de J.F. Dulles, falaram de *roll back* ou repressão; eles jamais, entretanto, na própria Europa, começaram a pôr a doutrina em aplicação. Assistiram à revolta alemã de 1953, à revolução húngara de 1956, à entrada das tropas soviéticas em Praga em 1968, sem reação que não fosse verbal. Em Cuba, tentaram, sem grande convicção, derrubar Fidel Castro (em 1961); antes disso tiveram sucesso na Guatemala, entrevistaram preventivamente em São Domingos. Portanto, tenho o direito, me parece,

1. Às vezes as administrações devem ser consideradas apenas como agentes de transmissão ou de execução.

2. Vem daí minha irritação contra a incompreensão de Tatu que dá por título à sua exposição: "São eles bons, são eles maus...", questão que não coloquei em momento algum (Ver, *Le Monde*, 1º de março, 1973).

de resumir o comportamento *efetivo* da diplomacia americana por uma fórmula como esta: na Europa, esta diplomacia se acomodaria à divisão do Velho Continente; na zona das Caraíbas, por três vezes, empregou meios militares para derrubar um governo hostil ou proibir um tal governo de se estabelecer. Neste caso trata-se bem de *atos* *construídos*, mas, enquanto tais, incontestáveis.

Esta tendência ao relato dos fatos brutos daria, como sugere o redator do *Times Literary Supplement*, representação sublimada, anestesiada do funcionamento da máquina diplomática americana? Talvez. Por outro lado; gostaria de *contar* a ação exterior dos Estados Unidos e não de analisar o funcionamento do sistema político ou os mecanismos das tomadas de decisão; analisei brevemente a tomada de decisão e as pressões que pesam sobre o presidente americano em alguns casos (por exemplo, a propósito de Hiroshima ou de Nagasaki e a propósito da segunda crise dos mísseis). O livro de Stanley Hoffmann é consagrado quase inteiramente ao caos americano, à rivalidade dos serviços, às mitologias tradicionais. Nada de novo tenho a dizer sobre estes temas e desejaria insistir sobre outro aspecto; apesar da confusão, mediante paixões e interesses, em meio a burocracias concorrentes, qual foi a *ação* externa dos Estados Unidos? Nem escrevi, nem sugeri que a diplomacia americana era *a smoothly functioning machine*; tentei fazer uma avaliação dos resultados obtidos por acidente ou por projeto.

Por que o relato do que se passou deu esta impressão ao crítico, aliás indulgente, do *Times Literary Supplement*? A razão principal, do meu ponto de vista, é que a ação efetiva dos Estados Unidos se conformou no essencial ao objetivo da contenção; na Europa, com toda evidência; na Ásia também, posto que as duas guerras da Coreia e do

Vietnã tiveram por objetivo a defesa de uma linha de demarcação, por causa da salvaguarda de um regime não-comunista em um fragmento de um país dividido. Bem entendido, os motivos de Truman, Acheson, Eisenhower, Dulles, Johnson e Nixon, em 1950, 1954, 1965 e 1969, não eram necessariamente os mesmos; num estudo histórico de dimensões mais amplas, o relato deveria levar em conta o humor do Congresso, os grupos de pressão. O que sobra é que, de 1946 ou 1947 até a chegada de Nixon à Casa Branca, a classe politicamente dirigente conduziu a ação exterior dos Estados Unidos *como se aderisse à doutrina da contenção*. Penso que a maioria dos homens políticos e dos funcionários aderiu, mesmo que inconscientemente, a esta doutrina. É preciso falar de doutrina? Talvez a mesma idéia se experimente melhor numa outra fórmula, mais simples: o conjunto da classe percebia o mundo histórico de um certo ponto de vista, segundo certas linhas de força. De Truman a Johnson, e mesmo a Nixon, todos os presidentes dos Estados Unidos viram na União Soviética o inimigo principal, aquele de que se deveria impedir a expansão, sem, no entanto, pôr em questão pela força as conquistas do pós-guerra, isto é, o *império europeu*.

Esta percepção do mundo e do inimigo dá à diplomacia americana de pós-guerra remarcável continuidade ou mesmo constância, apesar das variações de estilo e da diversidade das conjunturas. Ela se formou entre 1945 e 1947, endureceu-se ao longo dos anos de guerra fria (no sentido limitado do termo), 1947-1953, e resistiu tal qual a desestabilização durante a fase de J.F. Dulles. Os progressos nucleares da União Soviética e as concepções de J.F. Kennedy e de seu meio trouxeram à ordem do dia o segundo componente do pensamento americano (o diálogo com o inimigo para evitar a guerra) que subsistia além

das aparências; a guerra do Vietnã, aplicação típica da idéia de *containment*,* atrasou uma dezena de anos o reatamento das relações com a China Popular, iniciativa que a sabedoria das nações sugeria aos homens de Washington após a revelação da disputa sino-soviética. Com a equipe Nixon-Kissinger, a percepção do mundo histórico e a doutrina que dela resulta finalmente se modificaram.

Será preciso dizer que “interpreto” ou “explico” o comportamento exterior dos Estados Unidos a partir dessa percepção do mundo histórico? Não tenho tanta pretensão. Cada um de nós age conforme a sua percepção do mundo. O relato da ação americana no pós-guerra não se torna *inteligível* senão à luz dessa percepção. Trata-se de uma *explicação* no sentido científico do termo? Certamente não; todo relato humano supõe a referência à intencionalidade imanente aos atos, sem a qual o historiador não poderia nem mesmo pensar o ato e deveria reduzi-lo aos gestos, a dados físicos. Trata-se de uma *interpretação*? Se assim quisermos, mas prefiro reservar esta palavra aos procedimentos que vão mais além deste esclarecimento do relato pela percepção do ator.³ Por exemplo, indiquei diversas vezes que os Estados Unidos, ilha-continente, se beneficiaram após a metade, e, sobretudo, o fim, do século passado de uma liberdade de ação desconhecida dos Estados prisioneiros de um sistema continental. Desta situação geopolítica resulta, não com necessidade mas de maneira plausível, esta alternância de cruzada e de recuo, esta tendência a confundir o inimigo com o demônio e a exigir de si pró-

* *Containment* — em inglês *contain*: contenção, encaixotamento — galicismo. (N. da T.)

3. Melhor ainda, seria necessário esclarecer também a percepção do mundo dos outros atores, em particular dos dirigentes soviéticos

prio e de seus aliados mais virtude do que manifestam normalmente os “monstros frios”. Do mesmo modo, aplicarei o termo *interpretação* ao paralelo entre a ação americana na Europa e a ação que a Grã-Bretanha, enquanto potência insular, teria exercido se tivesse ganho os meios para tal. Do mesmo modo ainda, a intervenção americana na Coreia resulta logicamente da soberania que os Estados Unidos se atribuíram sobre as ilhas do império do Sol Nascente. Este império não teria tolerado a instalação de um poder hostil na extremidade da península, tão próximo de sua costa; Truman e MacArthur agiram de fato como os japoneses, em seu lugar, deveriam ter feito. Esta inserção num marco histórico-social mais amplo não se confunde nem com *explicação* de ordem científica (dedução do fato singular a partir de proposição geral), nem com a *análise* dos motivos ou circunstâncias; tende a construir um conjunto inteligível que os próprios atores nem sempre entenderam.

Nem Truman, nem Acheson pensaram provavelmente que os *boys* iriam combater e morrer na Coreia *porque* a capitulação incondicional exigida por Roosevelt transferia para Washington a capital do Japão. Acrescento que a interpretação das decisões tomadas em Washington lá pelo fim do mês de junho de 1950 comporta, para lá da análise da conjuntura tal como a percebiam os dirigentes americanos, uma referência às tradições americanas. A superação de linha de demarcação constituiu uma agressão, um recurso às armas; Truman ou Acheson se interessavam menos pela Coreia do Sul do que pelo princípio jurídico-moral que a agressão violava. Diplomacia idealista que, no entanto, não ia mais além dos protestos morais quando a União Soviética era ela mesma a culpada.

Dá-se origina o que chamei de *a liberdade de interpretação* — liberdade relativa e limitada — do historiador

quando este insere certo comportamento num conjunto mais vasto, por exemplo, no momento da dupla crise da Hungria e do Suez em 1956. O historiador revista os arquivos, lê e relê as memórias dos atores para estabelecer "como as coisas se passaram", como ingleses, franceses e americanos se enganaram uns com relação aos outros ou uns aos outros no ponto em que, partidários da aliança do Atlântico Norte, eles figuram dos dois lados da barra no tribunal dos Estados Unidos: os franco-ingleses de acusados, os americanos (unidos aos soviéticos) de procuradores, sempre pronunciando o mesmo requisito contra a repressão soviética da revolução húngara. Aliança não-escrita de dois grandes contra seus aliados respectivos e recalcitrantes? Lógica da diplomacia americana hostil ao emprego da força armada, mas hostil também ao risco de guerra que criaria toda tentativa de exercer pressão sobre a União Soviética? Trata-se aqui de interpretação, ou, dito de outra forma, de colocação num conjunto significativo: nenhum desses conjuntos exclui radicalmente os outros. Alguns entre eles deixam aparecer as preferências político-morais do historiador. O procedimento interpretativo não me parece menos legítimo sob a condição de que não se descarte totalmente do relato, análise de conjuntura e motivações dos atores, de tal forma que o estudo das palavras e dos comportamentos permita reconstituí-los.

A literatura revisionista apresenta tal diversidade que não posso pretender ter esgotado as múltiplas versões. Limitei-me a alguns argumentos tirados do *relato* e a alguns argumentos de ordem *analítica*.

Argumentos tirados do relato: não é verdade que o presidente Truman tenha modificado a política seguida por seu predecessor a ponto de suscitar a desconfiança ou a irritação de Stalin e, do mesmo modo, de suscitar a guerra fria. A diplomacia atômica não existiu jamais a não ser na imaginação fértil de um historiador: não encontramos expressão efetiva alguma. Em nenhum momento, o famoso *show down* com o qual nos encheram os ouvidos aconteceu. Pergunto-me como poderia ter sido diferente que tal ou qual conselheiro de Truman e o próprio presidente tenham sonhado com a força que a arma monstruosa dava aos Estados Unidos. Truman não conseguiu, portanto, nenhuma concessão, nenhum recuo soviético pela ameaça atômica que ele jamais explicita ou implicitamente proferiu. As relações entre anglo-americanos e soviéticos deterioraram-se progressivamente entre Yalta e a Conferência dos Ministros dos Assuntos Estrangeiros em Moscou no começo de 1947, primeiro por causa da sovietação da Europa oriental (e mais ainda pelos cruéis métodos empregados) e posteriormente por causa do desacordo sobre a maneira de administrar a Alemanha. Os soviéticos tomaram, a partir do outono de 1945, as primeiras medidas que contribuam, em toda a Europa Oriental, para a instalação dos regimes imitados do seu. Por outro lado, os anglo-americanos levaram sozinhos as negociações do armistício com a Itália e recusaram aos soviéticos participação efetiva na comissão de controle posteriormente estabelecida. Em resumo, cada um dos Exércitos que liberaria e ocuparia uma das metades da Europa trazia consigo suas idéias, seu modo de governar, seus homens. Stalin reconheceu o fato em suas conversações com Djilas e viu nele uma necessidade histórica.

Deixemos de lado as controvérsias sobre o *prêt-bail**, a demanda soviética de empréstimo, a última viagem de Hopkins a Moscou para restabelecer a confiança entre Stalin e seus aliados do Oeste. O problema central, aquele das “responsabilidades da guerra fria”, me parece comparável àquele das responsabilidades da primeira guerra mundial. No que concerne a este último caso, o debate prossegue, renovado de tempos em tempos por nova interpretação do sentido que dei a esta palavra: colocação dos acontecimentos num outro conjunto. O *Griff nach der Wehrmacht*⁴ esclarece o detalhe dos acontecimentos pelas intenções de certos atores, as ambições que revelam seus propósitos ou seus textos. O mais comum, a discussão das responsabilidades, carrega ao mesmo tempo sobre as consequências previsíveis dos atos, os motivos dos atores e a legitimidade de seus atos ou de seus objetivos. O ultimato austríaco terá sido excessivo, no contexto da diplomacia da época? Os homens de Viena sabiam que o ultimato *corria o risco* de pôr fogo na Europa? Eles aceitavam o risco de coração leve ou até, mais do que isso, eles e seus aliados alemães teriam percebido a ocasião de acelerar um conflito que eles desejavam?

Nenhuma destas questões nunca comportou resposta simples ou categórica por razões de *fato* e de *lógica*. O ultimato à Sérvia exigia a participação austríaca na investigação e, posteriormente, entrava pela soberania sérvia. Por outro lado, oficiais sérvios tinham participado do complô que conduziu ao assassinato. De qualquer forma, todo historiador admite que o ultimato criava *perigo* (ou, em termos precisos, certa *probabilidade*) de guerra geral, ne-

nhum ousará dar valor preciso a esta probabilidade. Que se trate, portanto, da legitimidade (política, moral) dos atos ou de sua causa (probabilidade das consequências), o historiador não ultrapassa os julgamentos plausíveis e as avaliações aproximativas. Enfim, toda análise dos motivos se choca com o obstáculo de documentação muito rica. Mesmo restringindo a investigação às semanas entre o assassinato do arquiduque e o ultimato ou aos dias entre o ultimato e as declarações de guerra, cada país foi representado por muitos atores, cada um deles passou por sentimentos diversos. Nada de surpreendente nos fatos de que as controvérsias sobre os pensamentos e reticências dos autores nunca cheguem a uma conclusão subtraída de dúvida e de que as interpretações — colocadas em conjuntos significativos — deixem uma parte às preferências ou às paixões do historiador. Em caso de vitória, quem duvida da ascensão da Alemanha guilhermiana ao estatuto de uma *Weltmacht*? Quem pode negar que uma fração substantiva dos meios dirigentes, militares e econômicos tenha sonhado com este estatuto?

Retornemos às responsabilidades da guerra fria. O acontecimento do qual a história procura os responsáveis não se define tão facilmente quanto a Primeira Guerra Mundial (na medida em que esta se prende às declarações de guerra de outubro de 1914). Queremos encontrar os responsáveis da ruptura da aliança contra o III Reich? Ou da violência homérica das propagandas? Ou da quase interrupção das comunicações entre os dois blocos? A responsabilidade comporta dois sentidos possíveis: ou é causa do acontecimento, sem nuance de desaprovação, ou é autor culpado, seus atos ou suas intenções sendo política ou moralmente ruins. Enfim a responsabilidade supõe que o ator teria podido — o mundo sendo o que foi — agir de outra forma.

* *Prêt-bail*: empréstimo com fiança. (N. da T.)

4. Título do livro já célebre de Fritz Fischer, Düsseldorf, 1962.

Os revisionistas, considerados todos juntos, quiseram trazer a prova: (1) de que a agressividade vinha dos Estados Unidos; (2) de que as reivindicações ou ações soviéticas eram legítimas; (3) de que a oposição americana às empresas soviéticas era ilegítima; (4) de que a diplomacia americana visava a um objeto detestável, a difusão do dólar e do capitalismo.⁵ Deixo de lado os atos de "agressividade" imputados a Truman e a seus assessores (suspensão do *prêt-bail*, entrevista tumultuada com Molotov e caminho de San Francisco, Hiroshima e Nagasaki, recusa ou ignorância de empréstimo à União Soviética) sobre os quais me exprimi claramente. Retomo as teses 2 e 3. Segundo meu vocabulário, trata-se aí de uma *interpretação* que transcende o relato.

A União Soviética, para garantir sua segurança contra qualquer agressão vinda do Oeste, depois dos sacrifícios consentidos à vitória comum, teria o direito moral de se garantir uma barreira ou, se preferimos, um cinturão de proteção? Apenas, dir-se-á, os Estados governados por homens recrutados em Moscou e segundo os métodos semelhantes àqueles de Moscou poderiam criar o muro de proteção. Aqui se trata de uma interpretação — construção de um conjunto significativo, o sistema de segurança soviético — que, enquanto tal, não se presta à refutação, na medida em que se mostra como é: julgamento político retrospectivo. O que se torna problemático é que a maioria dos revisionistas, moralistas ou idealistas, cai em contradições, subcrevendo-se ao realismo de Moscou e denunciando o de Washington.

Washington poderia e deveria ter aceito com um sorriso a sovietação da Europa Oriental? Bem entendido,

5. As diversas proposições são separáveis. Segundo os autores, uma ou outra é sublinhada.

os governantes, em Washington e em Londres, poderiam *fisicamente* desviar os olhos da emboscada na qual tombaram, em Moscou, os dirigentes não-comunistas da resistência polonesa, de Petkov enforcado, de Maniu em prisão até a morte, de Masaryk defenestrado por si próprio ou pelos outros. Esta indiferença não acontece sem dificuldade: a maioria dos membros das equipes Roosevelt ou Truman professava uma filosofia universalista. Em Yalta, Roosevelt acreditou que o futuro pertenceria a um diretório de três (ou de dois). Os atores americanos não conseguiram resignar-se com a conversão a um realismo das zonas de influência à *la* Churchill (acordo de outubro de 1944) ou à *la* Stimson, e talvez a opinião pública americana lhes tivesse proibido tal resignação.

A interpretação *realista* consiste, neste caso, em não levar em conta os desejos dos povos: em 1945, todos os europeus, das fronteiras da Rússia ao Atlântico, desejavam ser libertados pelos americanos e governados segundo os métodos dos americanos. Os moralistas da escola revisionista, por um procedimento curioso, mas lógico, chegaram ao cinismo. Recuperam-se ao delegar aos atores americanos o objetivo de liberar não os homens, mas o comércio. Retomarei adiante a discussão sobre este ponto. Ainda é conveniente não negar a evidência: no dia seguinte ao da guerra, os soviéticos trouxeram com eles a miséria e o despotismo; os americanos, os dólares e a liberdade (no sentido ordinário do termo). Com a retirada, sabemos que os soviéticos trouxeram também com eles uma revolução econômico-social sobre a qual a última palavra ainda está por ser dita. Como escrever um relato politicamente *neutro*, pelo menos quando o historiador permanece próximo ao acontecimento?

O relato dos métodos e das etapas da sovietação, comandadas pelos procuradores de Stalin, pode não comportar senão julgamentos verdadeiros, não-misturados com apreciações morais. A tática do "salame e da alcachofra" permite uma realização progressiva. A partir de eleições livres, o partido comunista minoritário se apossa dos postos de comando, do Ministério do Interior e da polícia em particular. Jogo de criança do momento em que compromete os chefes dos partidos rivais em complôs imaginários, que lhes imputa sinistros projetos, que os elimina ou os incita ao exílio. Os ingleses e os americanos deveriam abster-se de protestar? Teriam melhorado a condição dos povos da Europa Oriental tolerando aquilo que não pudessem impedir?

Há vinte e cinco anos, as críticas, mesmo de esquerda, acusavam os americanos de terem feito a guerra e a pós-guerra de tal forma que deixaram a Europa Oriental para Stalin. Idéia absurda — não teria ocorrido a ninguém (exceto aos comunistas) —, em 1948 ou em 1949, manter a grande aliança apesar da sovietação da Polônia ou da Tchecoslováquia ou imputar ao plano Marshall a ruptura. Ora, a meu ver, os arquivos nada trazem que justifique a revisão radical do relato. É louvável defender que os americanos teriam podido desenvolver vantajosos esforços para "acalmar" Stalin, oferecendo-lhe créditos. Teriam *podido* não suprimir da noite para o dia o *lend-lease** (embora a Grã-Bretanha tivesse sido atingida ao mesmo tempo que a União Soviética). Teriam podido manifestar menos indignação ao espetáculo de perseguições que sofreram, no Leste, os amigos da democracia ocidental. Poderiam não se alimentar de ilusões sobre a conduta dos so-

viéticos nos territórios liberados e não despertar esperanças que estavam condenados a ver desaparecer. Dito tudo isto, a primeira crítica da diplomacia americana — aquela que visava a Roosevelt e sua atitude frente a Stalin — me parece ainda hoje mais pertinente do que a segunda, aquela dos revisionistas, que visa a Truman e sua pretensa agressividade.

A moda mudou atualmente: ontem escrevamos a história em preto e branco. Continuamos fazendo-o, talvez, mas o branco torna-se preto, e o preto, branco. Com mais frequência, tudo fica cinza. "Se é impossível considerar a guerra fria como resultante do binômio agressão americana-resposta soviética, é menos difícil considerá-la a pura e simples expressão do binômio agressão russa-resposta americana."* Palavras como agressão guardam tal equívoco, tal ressonância moral que prefiro evitá-las. A política soviética na Europa Oriental (que aprovamos ou condenamos de acordo com a *interpretação* que escolhemos) deveria inevitavelmente provocar as reações hostis no Ocidente. Stalin não o ignorava; ele preferiu a sovietação do Leste europeu, segundo sua maneira, a um *modus vivendi* com os Estados Unidos. Esta escolha tornou-se definitiva quando, em julho de 1947, Molotov, vindo com uma corte de *experts*, deixou a conferência de Paris, reunida para discutir a oferta Marshall.

Houve, como sugere A. Schlesinger, mal-entendido, ruptura de comunicação entre Leste e Oeste? Os atos e os propósitos de Washington foram mal compreendidos em Moscou e, inversamente, os de Moscou em Washington? Esta teoria do mal-entendido voltou à moda, concessão dos

6. A. Schlesinger, *Les origines de la guerre froide*, Preuves, abril de 1965, p. 148.

* *Lend-lease* — empréstimo com arrendamento. (N. da T.)

ortodoxos aos revisionistas. Pessoalmente, eu faria muitas reservas sobre esta pretensa incompreensão recíproca das mensagens. Stalin compreendeu perfeitamente (e desprezou) Roosevelt, sua vaidade, sua ignorância; este último pagava vantagens substanciais por concessões a respeito das Nações Unidas, sobrevivência wilsoniana no pensamento de um homem, sob outros pontos de vista, cínico. Nada indica que Stalin tenha em momento algum sentido medo dos Estados Unidos como teve de Hitler. Tudo indica que, consciente da superioridade econômica da república americana, mas também da superioridade do Exército Soviético sobre o Velho Continente, submeteu, com a maior serenidade, 100 milhões de europeus à sua lei — e sua lei era, nessa época, quase monstruosa.

Os ortodoxos sentem hoje em dia escrúpulos quando os revisionistas lhes lembram os excessos da propaganda da guerra fria. A propaganda de guerra, em particular da guerra fria, não foi complicada por nuances. Os conflitos históricos não opõem nunca a virtude ao vício — ou o bem ao mal — por uma simples razão: a virtude resiste raramente à vitória e deserta facilmente do campo dos glórios. Mas, enfim, é preciso repetir, já que mesmo os ortodoxos não têm mais coragem de dizê-lo, que a propaganda antistalinista de 1949 ou de 1950 deformava muito menos a realidade do que a propaganda antialemã de 14-18. Os campos de concentração existiam realmente na União Soviética, os alemães nunca cortaram as mãos das crianças no norte da França. Em última análise, Khrushchev, no seu discurso no 20º Congresso, não disse menos, disse até mais, muitas vezes, do que os anticomunistas de Paris ou de Washington.

Objetar-se-á que Stalin não tinha a intenção de atravessar a linha de demarcação e que os europeus do Oeste

terão experimentado um sentimento de segurança sobre a proteção da "autolimitação da ambição stalinista"? Retrospectivamente, nossos jovens e os mais velhos, tímidos diante dos menores, julgam irresistível este argumento. Eu não o descarto inteiramente; admito que Stalin hesitasse em correr riscos, mesmo para caçar os ocidentais de Berlim-Oeste. A sovietação de parte da Alemanha dava-lhe garantia, podia também servir de base de partida, e, depois de suas conversações com Djilas, Stalin não descartava a eventualidade de uma dominação sobre o conjunto da Alemanha ou de uma terceira guerra mundial.

Resumamos. As controvérsias revisionistas sofrem confusão permanente entre o *relato*, as hipóteses sobre a intenção dos atores e a *interpretação*. No essencial — alguns detalhes controvertidos postos de lado —, o relato chega à seguinte conclusão: os exércitos soviéticos traziam consigo seu regime; este regime, aplicado à Europa Ocidental, provocou a ruptura progressiva da grande aliança; aplicado à Alemanha Oriental*, acarretou a divisão do Velho Continente em dois blocos. Atribuir aos americanos a responsabilidade da ruptura e da divisão é afirmar: (1) ou bem que, por outra política, teriam podido desviar Stalin desta sovietação; (2) ou bem que, aceitando esta, teriam podido chegar imediatamente a um *modus vivendi* com os soviéticos. Não acho, nos arquivos ou nos testemunhos dos atores, nenhum argumento sério em favor de uma ou de outra hipótese. Mesmo se sustentamos a autolimitação voluntária de Stalin, os ocidentais deviam sentir-se ameaçados ou agir como se assim se sentissem, a fim de formar,

* Considerar que o ensaio foi redigido em 1974 e que o autor não autoriza alterações em seus textos. (N. do E.)

a oeste da linha de demarcação, um centro de força capaz, a longo prazo, de coexistir com o *império soviético*.

Se nos ativermos ao relato puro e simples, a responsabilidade-causalidade incumbe aos dois campos ou talvez à incompatibilidade entre os objetivos, as ideologias, os regimes próprios a um e outro dos dois campos. Stalin soviétizou a Europa oriental, incluindo a Alemanha Oriental. Os anglo-americanos não o proibiram, mas responderam pelo reforço e unificação da parte ocidental. Stalin estava decidido a fazer o que fez? Provavelmente; em todo caso, do momento em que os ocidentais se julgaram incapazes de impedi-lo, por que ele teria se sentido incomodado? O relato revela o que se passou. Os arquivos não permitirão provavelmente jamais saber se Stalin anteviu outra diplomacia, alguma cooperação parcial com os ocidentais, ao preço de concessões na Europa Oriental. O relato, o estabelecimento das iniciativas de uns e de outros, foi suficiente para criar uma espécie de inteligibilidade.

Inteligibilidade do relato que desliza de si mesma para a interpretação. Os soviéticos agiram nos territórios liberados como uma grande potência — cujo regime interior se funda sobre uma ideologia — se conduz normalmente, segundo a experiência e o significado. Os anglo-americanos, de certa forma, fizeram o mesmo. A interpretação realista coloca o acento sobre a similitude: os soviéticos soviétizaram, as democracias ocidentais democratizaram os países liberados. Basta preferir o soviétismo à democracia ocidental ou julgar que a Rússia tivesse direito a um cinturão de segurança e que este direito a conduzisse sobre os sentimentos dos povos para descobrir, enfim, o “culpado”: os Estados Unidos ou os anglo-americanos culpados, efetivamente, de preferir as instituições ocidentais ao stalinismo e de invocar os sentimentos dos povos. Acrescentemos que esta espécie de

culpabilidade foi, em última análise, limitada porque eles se conformaram ao realismo de seu juiz de instrução ao tolerar a soviétização que denunciavam.

O relato econômico ou monetário coloca também problemas metodológicos e lógicos. Antes de tudo eu quis relatar “o que se passou”. O historiador constata ou reconstitui os fatos que não se prestam à contestação: transferência unilateral de dólares por intermédio do plano Marshall dos Estados Unidos para a Europa, déficit moderado da balança de pagamentos dos Estados Unidos durante os anos 50, tomada de consciência do déficit pelo presidente Kennedy a partir de 1961, medidas múltiplas, todas ineficazes, entre 1961 e 1965, inflação vietnamita no período 1965-1968, desvalorização do dólar em agosto de 1971, segunda desvalorização em 1973, acumulação de dólares inconvertíveis em ouro nos bancos centrais na Europa e no Japão. Estes fatos construídos, o historiador os retira de estatísticas que os próprios atores (ministros de Finanças, controladores de bancos centrais) conhecem. Como organizar estes dados quantitativos em um relato inteligível?

A inteligibilidade exige *análise*, mas esta comporta duas modalidades, radicalmente diferentes: a análise das intenções ou modelos dos atores, a análise dos conjuntos ou sistemas, onde os atores puderam ignorar os elementos e as leis. A primeira fase, a do plano Marshall, não desperta (ou não desperta mais) paixão. Os dirigentes americanos *quiseram* que se erguesse economicamente a Europa não-comunista, a oeste da linha de demarcação. Que esta vontade tenha sido aclarada, obviamente, de acordo com o interesse dos próprios Estados Unidos, é certo. Por convenção eu me proibi de separar a parte dos sentimentos e aquela do egoísmo clarividente nas motivações dos

atores, ministros ou contribuintes: tal discriminação não apresenta interesse; quase impossível mesmo a propósito de uma só pessoa, quantas investigações não exigiria no caso de uma grande nação e de milhões de indivíduos? Para mim é suficiente constatar que os anos de reconstrução não coincidiram nem com o fluxo de dólares em face de investimentos aproveitáveis, nem com a ameaça de desemprego ou de depressão do Atlântico.

A referência à intencionalidade dos atores, no relato da história monetária, não intervém senão em um caso preciso: a acumulação dos dólares pelos bancos centrais europeus, no curso dos anos 60, suporia a hegemonia militar dos Estados Unidos? Os dirigentes da república americana usaram de sua força política para obrigar os europeus a se submeterem ao padrão de conversão ouro, depois a uma espécie de padrão-dólar? Interrogação do tipo: *que se teria passado se?* Desde logo a resposta me parece ser ainda mais difícil pelo fato de que não pensamos muito nisso. Quando o secretário de Estado no Tesouro se engajou no que concerne ao Fundo Monetário Internacional, em manter a convertibilidade do dólar em ouro, ninguém viu nisso armadilha sutil ou manobra insidiosa para dar ao dólar *status* privilegiado. Os bancos centrais preferiam o ouro que restituía os juros ao ouro estéril. No dia em que a taxa de câmbio entre o ouro produtor de juros e o estéril tiver sido colocada em questão, tudo será de outra forma, mas, neste momento, os atores estariam fechados num sistema de onde nenhum saberia como sair.

A partir do início dos anos 60, o jogo tornou-se apaixonante para o historiador que nele encontra a interação das estratégias, as ideologias justificadoras, na linguagem esotérica da economia, conflitos de interesses reais ou fictícios. Durante dez anos, os responsáveis em Washington investiram seu amor-próprio e seu prestígio na manutenção

da paridade ouro-dólar (35 dólares a onça). Os economistas julgam contrário a seu dever reconhecer publicamente a necessidade de uma desvalorização da moeda americana; em troca, não julgam contrário a seu dever as malquices ou as bobagens sobre o "dólar tão bom quanto o ouro" ou sobre a "desvalorização do ouro". Não que não possamos conceber um sistema monetário transnacional, cujo padrão seja desvinculado de toda mercadoria à maneira das moedas nacionais, mas, para criar uma moeda transnacional abstrata, ainda seria preciso transformar o Fundo Monetário numa espécie de banco central da comunidade das nações, com uma repartição equitativa do poder. Uma tal teoria da moeda transnacional abstrata se situa, em aparência, na linha da evolução histórica. No interior dos Estados, nenhuma moeda se funda mais sobre o ouro; nenhuma deve seu valor (seu poder de compra) ao estoque metálico, enfiado nos sótãos dos bancos centrais. Todas as moedas se tornam comparáveis a bens de compra, e a quantidade de mercadorias que uma mesma quantidade de moeda (dólar ou franco, pouco importa) permite adquirir diminui de ano para ano. Os direitos de tiragem especial pertencem a este universo abstrato: criação de uma moeda transnacional, distribuída aos diferentes Estados, em função de um critério de resto discutível, mas simples: em função da importância relativa de cada entidade econômica, como é aproximadamente medida pela distribuição dos direitos de voto no Fundo Monetário.

Se os direitos de tiragem especial ressaltam dessa teoria abstrata, não constituem ainda forma de aplicação resolvida ou sistemática. Desde logo, a natureza dos DTS permanece intermediária entre crédito e moeda. Ademais, a quantidade destes DTS não constituía mais do que um complemento do ouro e do dólar. Enfim, os americanos os apresentavam como destinados a substituir os dólares quando

o equilíbrio da balança de contas dos Estados Unidos esgotava a fonte da liquidez suplementar. Ora, os DTS foram postos em circulação (se ousamos empregar esta expressão) quando o déficit dos pagamentos dos Estados Unidos atingia níveis sem precedentes. Uma vez mais encontramos as duas questões: até que ponto a história monetária do mundo ocidental foi *determinada* pela predominância dos Estados Unidos, cujos dirigentes impunham sua vontade aos governantes dos países aliados? Qual mecanismo renovava perpetuamente o déficit americano?

A primeira questão, abordada um pouco mais acima, não comporta resposta certa. De fato, seria preciso discernir o peso relativo das considerações políticas e das considerações econômicas no espírito dos europeus (franceses à parte). Certamente, os alemães cediam com complacência aos desejos dos americanos porque sua segurança dependia deles. Mas, se imaginamos o mesmo poderio econômico dos Estados Unidos sem a necessidade, experimentada na Europa, da proteção militar, que medidas os alemães teriam tomado ou recomendado?

Sem dúvida, parece absurdo, contrário a toda racionalidade econômica, acumular dólares (mesmo antes que a moeda americana não se tornasse inconvertível): tal acumulação equivale a uma transferência unilateral de recursos de um país a outro. O país A transfere mercadorias e recebe, em contrapartida, papel-moeda. De fato, esta fórmula simplifica e altera a conjuntura. A República Federal Alemã podia, com estes dólares, comprar mercadorias ou investir em qualquer lugar do mundo. Quando ela decidia não os gastar nem investir imediatamente, colocava-os no mercado de Nova York com taxa de juros que compensava *a priori* as perdas eventuais de troca. Uma balança de pagamentos excedente permite igualmente que se prosiga a expansão. A transferência unilateral de recursos

inquieta menos os governantes do que a pressão, resultante do déficit exterior, de frear a expansão da atividade. Quando eles se comparavam aos ingleses, condenados à alternância do *stop and go*, os alemães podiam pensar com razão que tinham a melhor parte: que importa um ou dois bilhões de transferências unilaterais de recursos reais se este excedente permite crescimento do qual as exportações são o motor?

Além do mais, até o fim dos anos 60, o déficit da balança de pagamentos não excluía excedente comercial (mais aparente do que real).⁷ Ele representava, numa análise superficial, o custo da política estrangeira tanto quanto um desequilíbrio fundamental. Ao mesmo tempo, ao longo dos anos 1960-1965, o preço dos produtos americanos exportados subia menos rápido do que aqueles dos produtos europeus comparáveis. Para afirmar a sobrevalorização do dólar, seria preciso remontar à fixação da taxa de câmbio, no fim dos anos 40, ou raciocinar a partir de números grosseiros e globais de elevação da produtividade no Japão e na Europa, de um lado, e do além-Atlântico, de outro.

Durante todo este período — 1960-1970 e sobretudo 1965-1970 —, os prejuízos dos europeus assentam essencialmente sobre dois pontos: o déficit americano dos pagamentos exteriores alimentava ou agravava a inflação, servindo à compra de empresas em dificuldades ou a novos investimentos. Os europeus formulavam o primeiro prejuízo com sinceridade, ainda que não estivessem muito certos sobre a parte de responsabilidade que competia ao déficit americano. Quanto ao segundo, exprimiam com convicção, mas o desmentiam por seus atos. O primeiro-ministro francês se esforçava por atrair para Bordeaux uma fábrica Ford e obteve sucesso popular ao conseguir.

7. Seria preciso deduzir desse excedente aquelas exportações impostas pelas modalidades dos empréstimos ou doações americanas externas.

Será preciso dizer que os franceses recusaram globalmente esta colonização, mas a desejavam em particular? Ou ainda que o governo queria limitá-la, mas que cada cidade reclamava uma parte para si? Outra análise tomaria a seguinte forma: uma vez estabelecido o mercado comum, nenhum país podia impedir investimento americano sem correr o risco de mandar para o outro lado da fronteira a fábrica cuja construção recusava sob seu próprio teto. Em outros termos, a ausência de uma política comum condenava toda veleidade de política nacional, em particular francesa. A "análise" autoriza, então, neste caso particular, duas "interpretações": ou, bem no fundo deles próprios, os europeus desejavam os investimentos que censuravam publicamente, ou então proibiam-se de os proibir pela própria incapacidade do entendimento.

A comparação com o Japão é neste aspecto rica de ensinamentos: as proibições do governo (participação do capital estrangeiro limitado a 50%) obtiveram o apoio incondicional da opinião pública. As sociedades européias se abriram ao capital americano, a sociedade japonesa permaneceu quase metade fechada. Será preciso concluir que a Europa teria podido desenvolver-se tão rapidamente sem consentir com a alienação de seu capital? A mim parece tão difícil afirmar quanto negar. Os europeus não economizaram tanto quanto os japoneses, e estes compraram sem hesitação todas as patentes estrangeiras no setor onde sua ciência ou sua técnica devia cobrir um atraso.

Os europeus tiraram proveito dos investimentos americanos (filiais dos conglomerados americanos, resgate e restabelecimento de empresas mal geradas); teriam podido dispensá-los e progredir no mesmo ritmo? A análise se centraria, mais uma vez, sobre a questão *que aconteceria se...*, sem ir além de resposta provável; na conjuntura destes

vinte e cinco últimos anos, a expansão da Europa, mais rápida do que aquela dos Estados Unidos, coincidiu com a abundância da moeda transacional e os investimentos americanos. A teoria mostra que estas duas circunstâncias, enquanto tais, favorecem um crescimento rápido sem demonstrar que elas foram indispensáveis.

Até 1971, os europeus toleraram o déficit crescente dos Estados Unidos, que só se resolveram ou se resignaram à desvalorização sob a coação não dos homens, mas das coisas. Que teriam feito os europeus se a União Soviética não tivesse existido? Teriam imposto a solução de Jacques Rueff? Provavelmente não: a maioria dos *experts* americanos e ingleses não acredita na oportunidade ou na possibilidade de dar ao ouro papel importante. Talvez os não-americanos tivessem forçado os americanos a um aumento do preço do ouro sem, no entanto, renunciar ao padrão de troca ouro. A verdade me parece ser os não-americanos darem-se conta do poder arbitrário ou dos abusos de poder dos americanos, ao ponto de serem submetidos a esses abusos mesmo se eles tivessem gozado de uma liberdade de ação que a proximidade do *império soviético* lhes tirasse.

Em que a análise e a interpretação da história monetária diferem da análise e da interpretação da história interestatal? A ação exterior dos Estados Unidos se conformou a uma doutrina simples, grosseira, que resume o termo *contenção**. Quaisquer que sejam a diversidade de situações em Berlim, na Coreia, no Vietnã, em São Domingos e também a diversidade dos meios empregados, encontramos certa percepção do mundo a partir da qual as decisões múltiplas se organizam com determinada lógica. Os resultados obtidos não coincidem sempre com as intenções;

* Em francês, *endiguement*. (N. da T.)

talvez a quarentena da China Popular tenha contribuído para a ruptura entre Moscou e Pequim: os dirigentes de Washington não a tinham previsto e não a mantiveram por esta razão. O vínculo entre a quarentena e a ruptura aparece inteligível; não se insere em um sistema: a atitude americana teria podido, ao menos transitoriamente, promover a aliança dos dois grandes do comunismo.

O relato monetário refaz as fases sucessivas da ação americana: redistribuição das reservas ao longo dos anos 1950-1960 por um déficit moderado, expedientes múltiplos de 1961 a 1965 para eliminar o déficit, manutenção obstinada do sistema e da taxa de câmbio em detrimento da inflação vietnamita de 1965 a 1971. Quiseram os dirigentes americanos, de 1961 a 1965, salvaguardar o sistema tal qual? Como um todo, é preciso dizer que sim. Esperavam alguns deles eliminar ou reduzir o déficit? Certamente sim. Os que alimentavam esta esperança se equivocaram de boa fé? Ainda uma vez, sim. Por que se equivocaram? Primeira resposta: porque a moeda americana estava supervalorizada. Existe uma outra razão? Provavelmente sim. A moeda que tem curso no mundo inteiro praticamente dá ao Estado que a emite o perigoso privilégio do déficit sem lágrimas, do déficit indefinido que se administra pelos créditos que os outros concedem. Este privilégio implica o déficit por um mecanismo como aquele que analisa Jacques Rueff? Hesito em responder: este déficit, tal como foi observado entre 1960 e 1973, produziu-se numa conjuntura onde outras circunstâncias o favoreciam. Enquanto as empresas americanas encontram interesse em investir fora, enquanto o mercado americano de capitais, pelo fato de suas dimensões, guarda superioridade sobre os pequenos mercados dos países europeus, enquanto estes últimos baseiam a taxa elevada de crescimento nos esforços

redobrados das exportações, é possível que os Estados Unidos não possam restabelecer o equilíbrio de suas contas exteriores (e talvez os dirigentes não o queiram).

A incerteza sobre o mecanismo acrescenta, portanto, dimensão suplementar. Os dirigentes americanos evidentemente não quiseram a situação na qual se encontram no começo de 1973. Recusaram a desvalorização do dólar dez anos antes: acreditavam que os expedientes — medidas parciais incidindo sobre certos postos deficitários — resolveriam o déficit, como se ignorassem a solidariedade entre os diferentes postos de uma balança de pagamentos; obstinaram-se numa certa política à qual seus aliados não ousavam mais se opor, sem que esta política fosse evidentemente afinada com o seu interesse. Forçados a modificar a política em 1971, parecem investir seu amor-próprio em outra, oposta, com a mesma resolução. Ontem, não podiam desvalorizar o dólar porque este servia de moeda de reserva; hoje afirmam que não podem fixar a taxa de câmbio porque ela continua a servir de moeda de intervenção (ou de reserva).

O relato comporta, portanto, a análise das estratégias dos diversos atores e desmascara sem pena as justificativas sucessivas e contraditórias destas estratégias. A análise torna inteligíveis as consequências destas diversas estratégias sem impor uma única interpretação: os economistas não se entendem sobre o modelo teórico que é conveniente empregar; supondo que se aceite o modelo de Jacques Rueff, permaneceria difícil a avaliação da responsabilidade-causalidade do padrão ouro de troca em relação à inflação, desde que se passe do modelo ao real e que tenhamos que levar em conta o conjunto das circunstâncias. Em resumo, o relato monetário deve superior inteligibilidade mais a construções abstratas e teóricas e menos à percepção do

mundo histórico pelos atores. O choque entre as intenções e os resultados provém sobretudo de erros cometidos quanto ao sistema e ao seu funcionamento. O diplomata se equivoca sobre outros homens, o responsável pela moeda se equivoca sobre as coisas ou sobre as pressões que pesam sobre os homens.

O relato-análise da história monetária comporta mais explicação no sentido científico do termo: o historiador-economista chega efetivamente a deduzir certos episódios de um modelo teórico e a explicar um acontecimento singular segundo o esquema Hempel. Que se adote a tese da supervalorização do dólar, a dos privilégios da moeda de reserva ou a de um progresso de produtividade mais lento além-Atlântico do que na Europa ou no Japão, deduz-se o déficit dos pagamentos exteriores dos Estados Unidos a partir das proposições gerais. Quando a moeda de um país é fortemente supervalorizada em relação às outras, as contas exteriores deste país estão inevitavelmente em déficit; ora a moeda americana... etc. Portanto... os debates só se desenvolvem, então, sobre proposições gerais ou modelo a escolher; no caso em que muitas proposições ou modelos possam ser aplicados, a causalidade-responsabilidade é dividida entre eles. A passagem da interpretação à explicação se dá sem deixar o setor considerado.

Existe, no entanto, uma escola de historiadores que procura a explicação fora do setor considerado. A ação exterior dos Estados Unidos poderia ser "explicada" por referência não à conjuntura, à percepção histórica dos atores e aos objetivos que eles propuseram, mas a necessidades impessoais ou forças sócio-econômicas exercidas sobre os

dirigentes de Estado? Esta "explicação" econômica pertence a duas categorias: ou bem deduzimos a ação exterior a partir das necessidades supostas da economia, ou bem a deduzimos a partir das pressões exercidas pelos grandes interesses.

É fácil mostrar que tal "dedução" é impossível. A economia americana tem necessidade de certas matérias-primas? Certo, assim se passa em todas as economias modernas, mas, esta necessidade sendo admitida, resta a escolha entre tomar e comprar, comprar de país inimigo, neutro ou aliado. Durante o período estudado, não houve nada que fizesse pensar em escassez de matérias-primas. Ora, somente tal escassez poderia tornar necessária a dominação político-militar.

A "dedução" a partir dos interesses ou das pressões das grandes firmas fracassa de forma mais impressionante ainda. O estudo da república americana não permite reencontrá-la. Ora, uma tese desta ordem — os dirigentes das grandes firmas ditaram aos diplomatas a ação de contenção — exige confirmação pelos fatos, e não conheço tal confirmação.

Passa-se de outra forma se pretendermos não *explicar* em sentido rigoroso, mas *interpretar*. Com toda certeza, nem a percepção do mundo histórico, nem os objetivos da ação saem prontos do cérebro dos diplomatas. A política de um grande Estado exprime de múltiplas maneiras os interesses, o passado, o ideal, a consciência de uma nação. Por que não procurar na economia dos Estados Unidos uma das fontes da conduta exterior da república? Pesquisa absolutamente legítima e de forma alguma estéril. Se incluímos na ação externa, como faço, as firmas multinacionais, a difusão por meio do mundo do capital americano constitui efetivamente um dos traços

mais característicos do período diplomático 1945-1972. O problema é a natureza da ligação entre as peripécias das relações interestatais e a expansão da economia americana fora do país.

O argumento majoritário que empreguei se relaciona ao seguinte dilema: ou bem nos esforçamos para interpretar termo por termo, e nos chocamos com impossibilidades, ou, então, nos contentamos em interpretar o conjunto no geral, e não chegamos a grande compreensão. Não foram as companhias petrolíferas que levaram à ruptura com Fidel Castro, elas pediram instruções ao *State Department*. Não são estas mesmas companhias que forçaram a aliança não-escrita com Israel. O interesse econômico dos Estados Unidos incitaria talvez à aliança com os países árabes. Por outro lado, interpretar a *contenção* à luz da concepção americana sobre a liberdade das trocas e do comércio não acrescenta grande coisa à interpretação política; a União Soviética se fazia passar por inimiga e ao mesmo tempo missionária de uma ideologia econômica e social incompatível com a dos Estados Unidos. A interpretação econômica enriqueceria a interpretação banal em uma dessas condições: ou bem ela se dava conta da importância relativa dada aos diversos núcleos da competição russo-americana, ou bem se dava conta de uma hostilidade de outra forma inteligível, irracional. Ora, com toda certeza, nenhuma destas condições se realizou. Cuba ou São Domingos não constituem mais do que objetivos economicamente insignificantes ou, pelo menos, secundários; como Berlim. As intervenções americanas nas ilhas próximas do continente americano se tornam inteligíveis no marco da tradição diplomática dos Estados Unidos, em função da proximidade geográfica, da velha pretensão que a doutrina Monroe exprimia e simbolizava bem antes que

a república de Washington tivesse adquirido os meios materiais.

Por outro lado, a hostilidade da opinião americana, de Truman e de seus conselheiros, à União Soviética da época stalinista não parece misteriosa; ela resulta das circunstâncias, da aliança de guerra que se segue às decepções, à sovietação da Europa Oriental. Que a Rússia stalinista se tenha tornado odiosa *também* porque proibia o livre intercâmbio dos bens e serviços, aceite de bom grado. Estamos muito distantes de uma explicação científica, e a mesma União Soviética cessa de inspirar paixões vinte e cinco anos mais tarde, sem no entanto renunciar à planificação de sua economia ou ao monopólio do comércio exterior. Com uma economia socialista, uma economia capitalista, tal como a dos Estados Unidos, pode tanto travar diálogo comercial como trocar injúrias.

Disso resulta em não ter recusado a *interpretação* econômica, na medida em que ela se dê por interpretação e não por *explicação*. Podemos e devemos recusar os autores que atribuem ao baixo preço das matérias-primas compradas fora a prosperidade americana; podemos e devemos recusar os autores que apresentam os Estados Unidos como incapazes de renunciar a seu "império" sem perder, ao mesmo tempo, seu alto nível de vida. Estas duas teses, aqui colocadas de forma grosseira, merecem no máximo algumas linhas. Ao contrário, a predominância política e a difusão do capital estiveram emparelhadas. Uma não implicava a outra. Os investimentos na Europa não acompanharam o plano Marshall; sucederam-no, muitos anos mais tarde. Donde se conclui que a difusão do capital americano supunha provavelmente certo equilíbrio interestatal. Os Estados Unidos não poderiam desinteressar-se deste equilíbrio sem colocar em perigo indiretamente a prosperida-

de da economia mundial. É neste sentido, neste espírito, que indiquei, no fim do livro, a improbabilidade de novo isolacionismo.

Termo, aliás, não menos equívoco do que imperialismo: definido pela recusa de relações com outros Estados, não definiria período algum da diplomacia americana, nem diplomacia alguma possível da primeira potência econômica e militar do mundo. Mesmo durante o período em que os europeus perceberam, como voltados para si mesmos, a recusa de participar plenamente no funcionamento do sistema interestatal, ou seja, entre 1921 e 1939, os Estados Unidos desenvolveram uma ação exterior em todas as regiões do globo. Esta ação mereceu o qualificativo de isolacionismo em dois sentidos precisos: nenhuma aliança se “engajava” no avanço da república do lado de tal país, em conflito com outro. Os Estados Unidos manifestavam sua hostilidade com a Alemanha hitleriana e com o Japão da esfera da co-prosperidade; permaneceram fora das ligações (*no entangling alliance*) e não prometiam a ninguém intervir em caso de hostilidade. Em segundo lugar, decidiam-se sozinhos e celebravam seu “isolamento” — equivalente a autonomia (*go it alone*). A pactomania, censurada em J. F. Dulles, marca a inversão do para ao contra, a responsabilidade universal substituída pelo isolamento. Uma nova inversão é possível? Esta é a questão que coloco no final do livro.

Os que atribuem a inversão de 1941 ou de 1947 à necessidade de certas matérias-primas afastam, é claro, uma tal interrogação com indiferença ou desprezo. De fato, em 1973, os Estados Unidos conhecem pela primeira vez penúria grave: a da energia. Não que não pudessem extrair de suas próprias fontes a energia que consomem com a condição de consentir com os investimentos necessários (cen-

trais nucleares, exploração dos xistos betuminosos). Mas não podem mais extrair de seu solo o petróleo que consomem e, assim, encontram o complemento graças à importação originária da Venezuela, do Alasca, da Nigéria e, sobretudo, do Oriente Médio. Esta última indicação geográfica é decisiva: a economia americana é daqui por diante condenada a fazer vir da Arábia Saudita e do Irã o petróleo que não extrai mais de seu solo em quantidade suficiente. Além do mais, encontra-se em competição com as economias européias e japonesa, pela primeira vez sujeita a chantagem por parte dos países produtores. Disto se compreende que os adeptos da interpretação econômica da diplomacia americana não conseguem levar a sério a eventualidade de conversão diplomática dos Estados Unidos, do momento em que a dependência destes últimos (pela qual eles “explicaram” a conversão de 1947) se torna não mais evidente do que sempre, mas, pela primeira vez, evidente aos olhos dos próprios americanos.

Maneira de pensar duplamente equivocada. O isolacionismo não significa indiferença com o mundo exterior, mas recusa das alianças, das responsabilidades. Uma diplomacia “cínica” negociaria com os estados árabes a revitalização dos Estados Unidos, preocupando-se o menos possível com Israel e os países europeus. Mais ainda, supondo que avaliemos uma diplomacia de tal tipo como “suicida” ou, ao menos, irracional, com que direito postular que os Estados Unidos se conduzirão no exterior de acordo com a racionalidade que nós mesmos elaboramos? Era racional opor-se à diplomacia japonesa sem rearmamento? Era racional votar, nos anos 30, leis de neutralidade para evitar a repetição dos acontecimentos da primeira guerra, não deixando de prever — com justa causa — a fatalidade desta repetição?

O Presidente possui nos Estados Unidos poder quase soberano na condução dos assuntos exteriores. Depois de um quarto de século, usou largamente este poder — alguns diriam, abusou. Mas este poder não é, no entanto, ilimitado. Neste momento, o Congresso se esforça para recuperar a influência que tinha perdido. A guerra do Vietnã traumatizou a nação bem mais do que a guerra da Coreia. O Presidente, para acalmar a juventude, extinguiu o serviço militar e adotou o princípio de um Exército profissional — como para se proibir de antemão expedições aventureiras e proteger-se a si próprio contra as tentações. Numa tal atmosfera, as rivalidades de interesse entre os países da aliança Atlântica assumem outro aspecto: escurecem a visão da solidariedade fundamental, transformam os aliados em adversários, quando não em inimigos, na hora mesma em que os inimigos oferecem um rastro pacificado.

Mesmo superficial, esta “análise” revela o essencial do que eu tentei não demonstrar (não há demonstração no sentido científico do termo nestas matérias), mas colocar a descoberto. Entre a União Soviética e os Estados Unidos não existia e continua não existindo concorrência econômica comparável àquela dos *Mirage* e dos *Phantom*, nem oposição de interesse parecida com aquela da política agrícola comum e das exportações americanas de cereais. Em troca, a União Soviética traz com ela um regime econômico-social radicalmente contrário ao regime americano. A “interpretação” econômica da diplomacia americana guarda, portanto, sempre o embaraço da escolha: ou bem ela pretenderá “explicar” a contenção do comunismo pela preocupação de reservar uma zona tão ampla quanto possível de trocas livres — pseudo-explicação que não podemos nem confirmar, nem refutar, já que toda expansão da zona de economia soviética acarreta simultaneamente o

reforçamento do inimigo principal no interior do sistema interestatal. No máximo, podemos mostrar que ela não dá conta da minúcia da diplomacia americana, e que, segundo os precedentes históricos, toda grande potência se teria dado um objetivo comparável àquele da *contenção*, seja ou não o inimigo principal simultaneamente um inimigo ideológico. (É bem evidente que a hostilidade ideológica dos dois grandes contribuiu para a transferência, para o interior dos Estados, do campo de batalha russo-americano.)

Ou, então, a “explicação” econômica vai mudar de disco e, à maneira de Stalin em seu último discurso, afirmar que as contradições no interior do sistema capitalista levam vantagem sobre a contradição entre os dois sistemas. A conversão diplomática dos Estados Unidos, supondo que aconteça durante os próximos anos, resultaria do desigual desenvolvimento das economias européias e japonesa, de um lado, e americana, de outro. A aproximação com a União Soviética, por seu lado, acarretará necessidade de importação dos Estados Unidos. Os que conhecem a “explicação” verdadeira antes de interrogar os fatos acabam sempre por descobrir os argumentos de apoio.

Não gosto dos grandes simplificadores, mesmo vestidos de historiadores. A história das relações interestatais me interessa, talvez até me apaixone, porque ela reflete a condição integral dos homens e das sociedades. Pobres espíritos que acreditam seriamente que as estatísticas das matérias-primas compradas no exterior pelos Estados Unidos revelam a “causa” da diplomacia imperial de 1945-1972. Por meio de qual aberração certos historiadores chegam a batizar de “teoria” ou ‘explicação’ a ênfase colocada sobre *um* dos núcleos de uma rivalidade complexa? Comparada a estas “teorias” ou a estas “explicações”, o quanto o relato ingênuo de um historiador tradicional me parece

mais científico ou, se se prefere, mais próximo da verdade!

Eu chamei *ensaio e crítica* esta história desenhada em grandes linhas da ação exterior dos Estados Unidos. O que é preciso entender por *crítica*? Em algumas páginas que suprimi nas provas, diferenciei vários tipos de crítica. A primeira, a mais simples, consiste em comparar os objetivos visados aos resultados obtidos. Esta confrontação se situa em diferentes níveis: ou bem, em nível elevado, nos interrogamos sobre os objetivos (políticos) a que visava Roosevelt durante a guerra, e os opomos ao que se passou, ou bem, em nível microfactual, observamos o fracasso do desembarque dos emigrantes cubanos na baía dos Porcos, e ninguém hesitou em “criticar” — ainda que uns protestassem pelo fiasco e outros pela tentativa. Entre aqueles que criticam a tentativa, uns denunciavam a imoralidade e outros a inoportunidade, ou seja, o custo moral, em caso de sucesso, não teria sido equilibrado pelo lucro material. Assim, chegamos à noção clausewitziana de crítica. Em que uma crítica democrática se diferencia de uma crítica estratégica?

Clausewitz designa por estratégia a condução das operações ou o uso dos combates (*Gefechte*) em vista do objetivo (*Ziel*) militar ou do fim (*Zweck*) político da guerra. Entende por crítica a reflexão sobre as decisões tomadas pelos chefes militares em tal conjuntura histórica, a fim de determinar, com os conhecimentos à disposição do ator, se uma outra decisão teria sido, segundo a probabilidade, mais eficaz ou, dito de outro modo, teria tido melhores chances de levar ao objetivo. As numerosas páginas que Clausewitz consagrou ao plano adotado por Napoleão em

1812 constituem um exemplo da crítica estratégica em seu nível mais alto. Como sabemos, Clausewitz, que, desde 1804, previu o fracasso de qualquer invasão da Rússia, manteve a idéia de que o plano de Napoleão era o único possível, uma vez estabelecido o fim político. Não havia outras formas de levar Alexandre a assinar a paz a não ser destruindo sua armada, se possível, e precipitando-se até Moscou. Se Alexandre não tivesse perdido a coragem e se recusasse a negociar, Napoleão teria perdido sua aposta. Este julgamento deixa o espírito incerto sobre o pensamento profundo de Clausewitz: queria condenar a aposta política? Mostrar que os ganhos anteriores de Napoleão tinham relação com a desunião e a fraqueza de seus inimigos? Ocultar os fatos anteriores recusando diferenciá-los da catástrofe que a eles se sucedeu? Não “interpretemos”. Retenhamos o exemplo da crítica estratégica na sua forma pura: não havia outro caminho que levasse ao objetivo (a saber, o objetivo militar que permitia esperar o fim político). Mas o fim seria inacessível se Alexandre dissesse *não*.

Em outras circunstâncias, a crítica de Clausewitz se conduz sobre decisões parciais: por exemplo, ao longo da campanha de 1814, Napoleão teve razão, depois de ter desafiado Blücher, de se voltar contra Schwarzenberg? Ou teria feito melhor se perseguisse suas vantagens contra o exército prussiano já experimentado?

Em um outro caso, a crítica clausewitziana obedece a duas regras: não emprestar ao ator os conhecimentos que ele não podia possuir e que o historiador possui, ou seja, colocar-se no lugar do ator; postular que o ator poderia ter agido de outro modo e não como agiu, escolher um outro meio ou um outro caminho, não ter travado batalha ou ter repartido de outra maneira suas forças. A crítica

tica diplomática pode submeter-se facilmente à primeira regra; ocorre de forma bem diferente com a segunda. As pressões que pesavam sobre o chefe de guerra ou sobre o chefe de Estado, Napoleão, não faltaram. Clausewitz não imaginava tampouco Napoleão livre de não perseguir para além de Smolensk sua ofensiva de 1812, organizando suas conquistas antes de retornar no ano seguinte sua marcha para adiante. Do mesmo modo, ele tem o direito de supor que dependia de Napoleão perseguir Blücher em vez de se voltar sobre Schwarzenberg, de bater em retirada, uma vez Blücher presente ao campo de batalha de Waterloo, em vez de engajar suas últimas reservas e de tornar inevitável a total destruição de seu exército. O mesmo postulado não se aplica da mesma forma aos diplomatas (no sentido que nós demos a palavra: os que empreendem a ação externa dos Estados Unidos).

O problema dos "possíveis irreais" pertence, há séculos, à metafísica e à lógica. Clausewitz critica as decisões estratégicas de um homem, chefe de guerra (*Feldherr*) ou chefe de Estado (*Staatsmann*) ou de um e outro ao mesmo tempo. Mesmo durante as hostilidades, F. D. Roosevelt não conduzia nem a guerra nem as operações à maneira de Napoleão ou de Alexandre. Como saber o que ele sabia de Stalin, da União Soviética? Quando a crítica tem por objeto a diplomacia dos Estados Unidos, ela não se prende mais a um homem. A ficção pela qual a política (*policy*) é assimilável à inteligência encarnada pelo Estado se afasta da realidade a tal ponto que não pode ser utilizada senão com prudência e reserva.

Dito tudo isto, que crítica esbocei em meu livro? E de acordo com que método? A crítica democrática, seja ela macro ou microfactual, comporta, a meu ver, três dimensões: 1/ *uma dimensão de racionalidade final*: o objetivo

sendo conhecido ou suposto, foram eficazes os meios empregados? Era correto considerá-los eficazes de antemão? 2 / *uma dimensão de análise do possível*: o ator teria podido escolher outros objetivos ou outros meios, sendo dadas as pressões às quais ele estava submetido? 3 / *uma dimensão moral ou política*: era legítimo, segundo o costume, o direito internacional ou a moralidade, atribuírem-se tais objetivos ou empregarem-se tais meios?

Tomemos um exemplo de crítica macrofactual: suponhamos, como os fatos o sugerem, que os dirigentes dos Estados Unidos se tenham proposto, em 1949, barrar a expansão do comunismo. Vinte anos mais tarde, eles conseguiram seu objetivo como o sugere o texto do professor Osgood que citei: "*The foreign policy of the United States has been highly successful [...]*".* Neste nível de abstração será difícil censurar, moral ou politicamente, esta diplomacia. A crítica descobre, no entanto, múltiplos alvos: a) há 27 anos, os europeus do Oeste censuravam Roosevelt por ter abandonado os europeus do Leste a Stalin. Outra política face a Stalin teria sido possível antes do fim das hostilidades? Outra política entre 1945 e 1952 teria sido possível? Em 1956? Que quer dizer possível? b) esta primeira crítica parte do sentimento de que os Estados Unidos deveriam ter agido mais energicamente contra a União Soviética; uma segunda crítica parte do sentimento contrário: por que os Estados Unidos julgaram contrárias a seus interesses ou perigosos para sua segurança a revolução cubana, a revolução dominicana, a revolução Mossadegh, a extensão Vietnã do Sul do regime do Norte? c) mesmo legítimo enquanto tal, a "contenção" não justifica qualquer método: o "sucesso" da intervenção em São Domingos tal-

* "A política externa dos Estados Unidos foi altamente bem-sucedida..."

vez tenha custado mais caro, moralmente, do que teria custado materialmente o estabelecimento de um regime mais ou menos socialista.

A dificuldade dessas críticas estão relacionadas a duas causas principais: a insegurança dos julgamentos de possibilidade e o equívoco dos julgamentos de moralidade. Roosevelt teria *podido* não dar a Stalin a impressão de que se desinteressava da sorte dos poloneses? Teria *podido* não consentir com as anexações de territórios poloneses que acarretariam, em contrapartida, a extensão da Polônia até a linha Oder-Neisse? Truman teria *podido* impedir a sovietação da Europa Oriental? Recuso-me à ilusão retrospectiva de fatalidade, experimentando hoje em dia o sentimento de uma espécie de lógica. Os presidentes dos Estados Unidos Roosevelt e Truman concordaram rapidamente com uma responsabilidade mundial para a qual ninguém os preparara. Em 1945-1947, os Estados Unidos possuíam superioridade arrasadora, mas virtual; na prática, na Europa, a União Soviética alinhava tropas mais numerosas, mesmo que os números oficiais da época fossem exagerados.

Em troca, se considerarmos as decisões singulares — ultrapassagem do 38º paralelo pelo VIII Exército, avanço em direção ao Yalou, *end the war offensive* —, a crítica se aproxima do modelo clausewitziano: McArthur teria *podido* prever a intervenção dos “voluntários” chineses; Truman teria *podido* não autorizar o avanço do VIII Exército mais além do *afunilamento* da península; Kennedy teria *podido* não aumentar os contingentes americanos no Vietnã do Sul. Em resumo, quanto mais a decisão criticada é circunstancial, tanto mais aceitável se torna o julgamento implícito de possibilidade.

A crítica moral e política apresenta, como dissemos, equívoco essencial. Em nome de que regras ou de que va-

lores o historiador distribuirá elogios ou críticas? O direito internacional positivo deixa liberdade em excesso aos atores; as ideologias que estes últimos reclamam para si não deixam muita. As fórmulas de Yalta, tal como as entendia Roosevelt, condenam Stalin; Churchill não ignorava as reivindicações de Stalin (a volta às fronteiras polonesas, bem como os acordos com Hitler as haviam delimitado, sem falar da Prússia Oriental). Durante as hostilidades e no dia seguinte da vitória, Stalin se conduzia como vencedor, segundo os cálculos de potência, e Roosevelt, representante de um Estado longínquo e insular, não se opunha a este tipo de manobra, ele próprio delas se servindo em suas relações com Stalin para obter a intervenção da União Soviética contra o império do Sol Nascente. Entre Stalin e Roosevelt, neste aspecto, já não existe diferença: um usava os direitos de vencedor, o outro a isso não se opunha.⁸ Mas seria preciso comparar, para ser equitativo, a ação dos Estados Unidos na zona das Caraíbas à ação soviética no leste da Europa. Em última análise, esta comparação se voltaria também para o benefício moral dos Estados Unidos, ainda que de forma menos clara do que numa comparação direta do papel específico da União Soviética e dos Estados Unidos na Europa.

A crítica político-moral não se torna desorientada, sem bússola e sem regra, quando se prende a cálculos de poder? Anexação da Prússia Oriental de um lado, preço pago pela China pela entrada na guerra da União Soviética contra o Japão de outro? Bem entendido, a crítica pragmática mostra, sem atenuantes, o erro cometido por Roose-

8. Em relação às populações, os casos dos territórios poloneses a leste da linha Curzon e da Prússia Oriental não eram semelhantes. A população dos territórios poloneses era, em proporção significativa, não-polonesa.

velt em Yalta: os Estados Unidos não tinham necessidade da concorrência soviética para abater o Japão. A crítica política oscila entre argumentos múltiplos e heterogêneos: Não deveria o povo alemão padecer o castigo merecido pelos crimes cometidos em seu nome? A União Soviética não poderia legitimamente avançar suas fronteiras na direção do Oeste para se colocar definitivamente ao abrigo de uma agressão? A transformação social da Polônia e da Romênia não constituía a mesma garantia para o futuro?, etc.

Uma vez apaziguada a tempestade de violência, depois de anos de combate e de ruínas acumuladas, depois de dezenas de milhões de mortos, numa Europa onde outros milhões de homens tateavam o caminho de volta à sua pátria, os métodos cruéis da ocupação soviética não despertaram talvez tanta indignação como teria ocorrido 10 anos antes ou 10 anos depois. Aceito, se insistem os revisionistas, não ver nisso mais do que o prosseguimento, quase inevitável, do refluxo germânico e do avanço eslavo soviético. Não me parece menos extravagante censurar os anglo-americanos por terem provocado a ruptura da grande aliança e da guerra fria, primeiro protestando — com timidez — contra a sovietação do Leste europeu e posteriormente tomando a iniciativa da reconstrução econômica do Oeste europeu.

Ocorre que tais julgamentos, fundados na ideologia do “direito dos povos a disporem de si próprios”, incidem também no alvo da crítica quando postulamos a superioridade intrínseca do regime soviético. Podemos justificar a sovietação do Leste europeu ou pelo “direito de o vencedor carregar com ele suas instituições” (tese de Stalin), ou pelas exigências da segurança soviética (tese de alguns revisionistas), ou, enfim, pelo papel revolucionário do Exército vermelho. As duas primeiras teses conferem aos anglo-

americanos os mesmos privilégios a oeste. A terceira implica a guerra fria: os anglo-americanos não podiam evidentemente aceitá-la e, como a zona de aplicação desta tese não estava limitada de antemão, eles eram obrigados a garantir a limitação por sua própria ação: a idéia de contenção veio desta situação. Ainda hoje em dia, se Stalin provavelmente não sonhava em lançar sua legiões na direção do Atlântico, permanece ao menos plausível que o mestre do Kremlin espere adquirir sobre o Oeste europeu, em particular sobre o fragmento do Reich subtraído à sua lei, autoridade ou influência que o refluxo das tropas americanas teria permitido consolidar pouco a pouco até a sovietação total. Os anglo-americanos reagiram a um perigo real, e não a um perigo fictício, imaginado pelos neuróticos do anticomunismo.

Que conclusão tirar destas notas? Será preciso ater-se a uma crítica estritamente pragmática, marcar pontos e tomar os sucessos como decorrência do jogo de forças e de artifícios? Não acho que possamos ou devemos nos resignar com este cinismo. O historiador não pode tomar, incondicionalmente, o partido de uns ou de outros; se ele relata honestamente o que os soviéticos fizeram na Europa oriental, comunica aos leitores o sentimento de que os soviéticos, de cima, impuseram aos povos uma revolução que estes não teriam escolhido nem aceito na ausência do grande irmão. Além desses fatos, cada um permanece livre de julgar que a longo prazo os benefícios desta revolução compensem o custo e as violências iniciais.

O julgamento político-moral sobre a conduta dos grandes é, de fato, ao menos por um lado, comandado pelas conseqüências da predominância americana ou do *imperialismo* soviético. Ao cabo de 25 anos, como se mostravam as duas Europas? Qual delas tirou mais proveito do sis-

téma econômico ao qual os acontecimentos da guerra fria e do pós-guerra as integraram? A ação americana afasta do poder os homens capazes, na América Latina ou algures, de tirar seus países de sua miséria? Aí a crítica ainda se exerce legitimamente com a única condição de não atribuir à potência predominante tudo o que se passa no interior dos Estados de sua zona de influência.

Resumamos, em algumas palavras, as conclusões destas análises. A crítica político-moral não dispõe de critério simples e claro. Todas as potências e sobretudo as grandes, em tempo de guerra ou de conflitos agudos, se decidem em função de cálculos de poder. As anexações, contrárias às ideologias reinantes, prestam-se à justificativa de exigências da segurança, privilégios do vencedor ou lei de Talião. A única obrigação do crítico, se ele reconhece a um dos campos o benefício dessa espécie de justificativa, é não recusá-lo ao outro. A menos que ele não proclame abertamente sua adesão a um dos campos e a suas instituições: neste caso o campo que desfruta de seus favores considerará legítimos os atos que, cometidos pelo outro, passariam por crimes. Uma vez formados e estabilizados os dois campos, eles tenderiam a respeitar as regras mais por prudência do que por moralidade. Assim se explica que a instalação de rampas de lançamento de mísseis em Cuba tenha sido considerada provocação pela maioria dos observadores e pela opinião pública, enquanto ninguém se preocupou com a ilegalidade da quarentena ou do paralelismo entre os mísseis americanos na Turquia e os mísseis soviéticos em Cuba.

A história contemporânea pode ser imparcial? Deve sê-lo? Ela raramente o é porque os historiadores que a es-

crevem, em geral, não experimentam nenhum desejo de serem neutros. Eles se dedicam a uma espécie de política retrospectiva tendo em vista elogiar ou criticar. Não me parece, no entanto, inútil colocar a questão e dar-lhe antes resposta positiva.

Bem entendido, os julgamentos que exprimimos sobre as consequências das condutas correm o risco de serem desmentidos ou corrigidos por acontecimentos futuros. As interpretações, a colocação dos fatos em um sistema não se impõem com evidência. A interpretação da diplomacia americana a partir da visão da ilha-continente tende a criar uma espécie de inteligibilidade, pela conformidade da ação americana à ação normal de uma potência insular. Talvez outros historiadores percebam outras adequações significativas. A análise dos atores e das condutas deixa sempre uma dúvida: quem discerne com certeza a intenção de uma pessoa? *A fortiori*, a intenção de um ator coletivo, composto de uma multiplicidade de burocracias, de "conselheiros" e de "decisor único", legal, mas não efetivamente responsável pelo todo?

Com estas reservas, que valem pela própria história diplomática de um período afastado, não vejo nenhum obstáculo intransponível a um relato imparcial das relações interestatais. Basta diferenciar cuidadosamente a análise e a crítica, em particular as diversas espécies de crítica, e, no conjunto, prender-se mais ao que os Estados fizeram do que ao que os dirigentes dos Estados pretendiam ou queriam fazer.

Tomemos o caso mais difícil, aquele das guerras do Vietnã. A crítica pragmática denuncia sem hesitação e sem piedade o "erro" cometido pelos franceses, a partir da nomeação do marechal Thierry d'Argenlieu pelo general de Gaulle até a constituição do Estado autônomo da Cochín-

china, enquanto Ho Chi Minh negociava em Fontainebleau com o governo francês. Esta crítica pragmática é em si moral? Por um lado, com certeza, as idéias assumidas pelo governo francês não o autorizavam a manter a lei francesa pela força em Saigon. Se o direito não vai mais longe do que a força⁹, a França não tinha sequer o direito.

Uma vez a França engajada na guerra, a crítica se acha diante de outra tarefa, ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil: se se trata apenas de lamentar “que teria sido melhor não”, o curso dos acontecimentos basta à demonstração. Mas, se a crítica, contemporânea ou retrospectiva, aceita colocar-se no lugar dos atores, ela deve interrogar-se sobre o possível: a própria guerra submeteu pouco a pouco o governo francês a pressões que, em 1945, não existiam. Um acordo com Ho Chi Minh, em 1945 ou 1946, não tinha a mesma significação que em 1949 ou 1950. Não teria sido o mesmo, apesar da identidade eventual do texto. No dia seguinte da Grande Guerra, a França negociava com o chefe nacionalista, ainda que este fosse o chefe do Partido Comunista. Em 1950, ela negociava com o chefe comunista cujo governo tinha sido reconhecido por Moscou e Pequim, abandonando, ao mesmo tempo, os vietnamitas anticomunistas que ela mobilizara contra o Vietminh. Em 1945, ela não tinha obrigação face a seus aliados ocidentais, Estados Unidos e Grã-Bretanha, que teriam aplaudido um acordo negociado. Depois de 1950, ela falhava ou corria o risco de falhar em relação aos compromissos assumidos. Em outras palavras, a crítica diplomática, face à primeira guerra da Indochina, não deve afastar a questão do *possível* do momento em que ela se recusa a tornar-se mais moral do que política. A partir do

9. Segundo a teoria de Proudhon.

anticolonialismo, a condenação da luta francesa contra o Vietminh é bem evidente. A partir do interesse nacional (a França, enfraquecida pela derrota, privada de seu prestígio de grande potência, não possui mais os meios de manter sua presença soberana na Ásia como na África), a condenação me parece igualmente evidente. Mas, depois do reconhecimento dos Estados associados, uma vez a França no primeiro time da coalizão anticomunista, que governo, em Paris, teria *podido* negociar? Questão de modo algum metafísica ou lógica: a cada momento, no interior de um certo regime, os dirigentes dispõem de certa liberdade ou situam sua ação aquém de certas fronteiras, vagamente percebidas como intransponíveis. Naturalmente, os homens transpõem às vezes estas fronteiras vistas como intransponíveis. Mas a não-ultrapassagem por homens comuns permanece, mesmo retrospectivamente, normal, e esta espécie de normalidade assemelha-se à quase necessidade, tal como a reconstitui o historiador: não necessidade lógica ou determinismo fundado em leis, mas a conjugação de circunstâncias múltiplas à luz das quais o comportamento dos dirigentes parece ter sido tal que não podia não ter sido.

Não pude, em meu livro, tomar partido sobre a ação francesa de 1945 a 1954, já que ele tratava da ação americana. A crítica desta última desperta o mesmo gênero de problemas que a crítica da ação anterior da França. Mesmo gênero de problemas, mas sob forma mais complexa. De fato, o argumento principal contra a França — vontade de manter seu poder — não serve para os Estados Unidos, que não foram nunca soberanos no Vietnã e que não pensaram nunca em se estabelecer lá. Se me fazem a objeção de que os Estados Unidos recusaram, a partir de 1945, a unidade das três Ky (Cochinchina, Annam, Tonkin),

unidade que constitua, em Fontainebleau, em 1946, a reivindicação majoritária de Ho Chi Minh, eu responderia que os soviéticos e seus representantes não agiram de forma diferente, cada vez que a partilha lhes deixava um fragmento de país que a unificação lhes teria tirado. Sustentei então que: 1) os Estados Unidos, mantendo o regime de Saigon a partir de 1954, não violavam os hábitos ou as regras não-escritas da guerra fria, da competição entre os dois grandes ou as duas ideologias; 2) que a linha de demarcação, traçada em Genebra, não tinha nem mais nem menos peso do que a que corta em duas a Alemanha ou a Coreia, e que ninguém imagina seriamente uma campanha eleitoral livre no Vietnã do Norte, Diem ou Thieu liderando as massas em Hanói; 3) que, política ou moralmente, não temos motivo algum que nos obrigue a condenar a vontade norte-vietnamita de unir o conjunto do país sob sua lei ou a vontade americana de preservar um Vietnã do Sul não-comunista. O historiador constata a incompatibilidade dos objetivos visados por um e por outro dos beligerantes: nada o obriga, sejam quais forem suas simpatias pessoais, a considerar um inteiramente errado e a dar razão ao outro. O historiador compreende as percepções e os projetos dos beligerantes sem adotar, no entanto, a atitude de nenhum deles.

Nesta primeira etapa, o historiador — especialmente aquele que eu quis ser — não sai da neutralidade. No entanto saí dela duas vezes, no capítulo III e no capítulo IV da primeira parte, mais severo com relação aos americanos no capítulo III do que no capítulo IV. No capítulo consagrado ao fracasso — do Capitólio à Rocha Tarpeniana — utilizei-me fartamente dos direitos da crítica pragmática: 1) quem teria tomado a decisão de intervir no Vietnã se tivesse previsto as consequências: a nação destruída, a

incapacidade de vencer, o prestígio dos Estados Unidos comprometido, sua autoridade moral atingida? Em resumo, a continuação dos acontecimentos evidenciou o erro estratégico, sendo inútil estender-se. Os fatos falam mais alto do que qualquer palavra; 2) o estudo dos documentos do Pentágono revela imediatamente a ingerência das autoridades americanas nos negócios interiores do Vietnã do Sul e as tentativas desajeitadas ou pueris de guerra clandestina no Norte. Como pleitear que queremos salvar a liberdade de os sul-vietnamitas escolherem seu próprio destino quando o vazio político entre a destruição de Diem e a consolidação de Thieu não é preenchido senão por governos-fantasmas? 3) os documentos do Pentágono nos revelam, ainda, a série de meias-medidas pelas quais os presidentes respondem às demandas de seus serviços. Em particular, o historiador escolhe mal o sentido que J. F. Kennedy dava à argumentação do número de assessores — de menos de 1.000 a mais de 15.000; 4) a ação americana de guerra, os bombardeios no norte dirigem a opinião do mundo inteiro contra Goliath e sua tempestade de aço. Ação de guerra ao mesmo tempo sem eficácia e humanamente odiosa. Tudo se passou como se os chefes militares americanos repetissem e agravassem os erros do plano Navarre: queriam derrotar as tropas regulares do Vietnã do Norte, já que tinham que escolher entre dois centros de gravidade: ou bem enfrentar-se decisivamente com o Vietnã do Norte, ou bem consolidar o Vietnã do Sul, sendo a primeira estratégia ofensiva, a segunda defensiva. Isso era possível militarmente (desembarque no norte, combinado com um reforço do corpo expedicionário vindo do sul) e politicamente (quais bombardeios teriam sido tolerados pela opinião pública nos Estados Unidos e no mundo)? A estratégia defensiva era, entretanto, possível: de fato, a equipe

Nixon-Kissinger adotou-a partir de 1969, alcançando em 1972 resultados substanciais.

Em abril de 1972, a ofensiva norte-vietnamita parecia muito mais uma invasão do que uma revolta popular. Governo e exército no sul se defenderam vigorosamente para que o apoio aéreo e naval dos Estados Unidos parecesse pelo menos semilegítimo, mais próximo da intervenção na Coreia do que da conjuntura, 10 anos antes, enquanto soldados e diplomatas americanos pareciam criar um Estado sem base e sem raízes.

Abstive-me de colocar a questão que permanece no centro das polêmicas no interior dos Estados Unidos: valia a pena perseguir a guerra por quatro anos a mais e verter tantas toneladas de bombas com a única finalidade de assinar um acordo "honroso", ou seja, que não sacrificasse absolutamente, a curto prazo, o governo do Vietnã do Sul? Os Estados Unidos se teriam comprometido ou perdido sua credibilidade, seu *status* de grande potência, ao consentir com uma retirada ao estilo da retirada francesa na Argélia? Não fiz a pergunta por não conhecer a resposta. Também pouco o relato exigia, neste ponto, a experiência mental das possíveis abstrações. O que me interessava, nesse quarto capítulo, era a análise da estratégia Nixon-Kissinger, que, no começo de 1973, conseguiu a paz entre o Vietnã do Norte e os Estados Unidos, ao mesmo tempo que uma nova constelação na Ásia. Vencedora, a meus olhos, inconteste no marco da diplomacia realista que os dirigentes executavam não pela primeira vez, mas pela primeira vez em plena consciência da tradição que eles prolongavam e das regras que seguiam.

Quanto aos bombardeios de Hanói, no fim de dezembro de 1972, mencionei-os sem fazer julgamento moral. Os vietnamitas do Norte bombardearam as cidades do Sul,

e, ao curso da ofensiva do Têt, não tinham recuado diante dos massacres coletivos de notáveis ou funcionários. Existe uma diferença radical entre bombardeios por artilharia e bombardeios aéreos? Que violência se torna sem justificativa, mesmo para forçar o inimigo a negociar? Até que ponto o número de mortos — *relativamente* limitado pelas estatísticas de Hanói — diz respeito à evacuação da cidade ou às ordens dadas aos pilotos de B 52 de visar às zonas menos povoadas e voar mais baixo do que a altitude comum de exploração? Eu não dispunha das precisões necessárias a um julgamento imparcial. Também, ainda uma vez, neste ponto do relato, a estratégia americana me interessava em si mesma mais do que a amoralidade evidente ou imoralidade possível de tal ou qual meio.

Destas diversas modalidades de crítica, uma desapareceu progressivamente à medida que os acontecimentos mergulham no passado, a crítica moral ou moralizante dos meios. Ao contrário, duas críticas não se separam do relato e da análise: a crítica estratégica ou pragmática, de um lado, e a crítica visando às consequências dos resultados da ação. A primeira, transportando-se ao momento da decisão, não coloca sob responsabilidade do ator os efeitos imprevistos e imprevisíveis de sua ação. A segunda, ao contrário, sob os benefícios do recuo, constrói conjuntos significativos nos quais se insere uma conduta, separada dos objetivos visados pelo ator. Assim, na segunda parte, observei, prendendo-me tanto quanto possível aos fatos objetivados, as vantagens que os Estados-membros do mercado mundial capitalista tiraram do sistema implantado pelos dirigentes dos Estados Unidos, os inconvenientes que eles sofreram. Que os europeus e os japoneses se tenham saído bem, que alguns dos Estados ditos subdesenvolvidos, ao contrário, se tenham ferido em obstáculos específicos

ao desenvolvimento, estas duas proposições são igualmente prováveis ou mesmo demonstráveis (desde que elas se apliquem a fatos e não a intenções). Ora, no limite, uma potência hegemônica chama a si o elogio ou a condenação menos em função das intenções, boas ou ruins, de seus dirigentes do que em função das conseqüências, para os outros, do papel que as circunstâncias lhe impuseram. Eu gostaria de antecipar aqui e ali o julgamento dos historiadores, correndo o risco de ser desmentido pelos fatos. Ainda uma vez este livro de história tem a marca do momento em que foi escrito: relativismo inevitável, se o relato histórico comporta a construção de conjuntos temporais, relativismo que não exclui absolutamente a imparcialidade, isto é, a compreensão simultânea dos inimigos, cada qual certo da legitimidade de sua causa.

Terei sido imparcial? Pessoalmente, tenho certeza: 1) de não ter dissimulado o campo ao qual eu pertencia; 2) de não ter dado razão de início a este campo e de ter admitido (para dar um exemplo) que Stalin, sob seu ponto de vista, julgava-se no direito de sovieterizar a Europa Oriental. A distinção, implícita ao longo do livro, das diversas espécies de crítica e a definição dos diversos sentidos de uma política imperial ou imperialista permitiram um relato analítico tão neutro quanto possível. Eu não pretendo, ainda assim, ter alcançado a imparcialidade; pretendo, sim, que a via da imparcialidade passe pelo método cujas etapas acabamos de ver, a fim de não as confundir: *relato, análise, interpretação, crítica*. Quanto à explicação no sentido científico do termo, eu a considero, o mais das vezes, inacessível ao nível microfactual, embora o relato monetário ou econômico comporte exemplos. Não que a ação global da diplomacia americana, ao longo do último quartel do século, seja inexplicável (no sentido vulgar);

bem ao contrário, ela me parece explicável — o que significa de fato inteligível com respeito tanto à tradição quanto às circunstâncias. Não percebo, então, *explicação* que comportasse a atualização de uma necessidade. A recusa de ratificação do tratado de Versailles, tanto quanto a pactomania, nos é compreensível; a ratificação do tratado, a recusa das *entangling alliances* também nos seriam. Os modelos econômicos nos ajudam a descobrir a necessidade apesar da imprevisibilidade das ações individuais. Que modelos de relações interestatais nos prestam os mesmos serviços?

SEGUNDA PARTE

Capítulo 3

*Estrutura social e estrutura de elite**

O objeto destas conferências é tentar uma síntese entre a sociologia de inspiração marxista e a sociologia que se reclama de Pareto e esboçar, a partir deste ponto de partida, uma teoria das sociedades modernas.

Por que escolher, dir-me-ão, Marx e Pareto, cujas obras datam de quase um século, uma, e de muitos decênios, a outra? A literatura recente nada tem de mais científico para nos oferecer? Não duvido de que não encontremos estudos positivos mais precisos de que os dispersos nos livros de Marx ou concentrados no *Traité général de sociologie*. Mas não acho que exista teoria elaborada suscetível de tomar o lugar destas doutrinas, quer dizer, de superá-las. De fato, um marxista continuará a não levar em conta as realidades

* Conferências pronunciadas na London School of Economics em 1949 e publicadas, em inglês, com o título Social Structure and the Ruling Class, no *British Journal of Sociology*, I, 1 (1950), p. 1-16 e I, 2 (1950), p. 126-143. Agradecemos aos editores Routledge & Kegan Paul a autorização para publicar este texto.

que designamos pelo termo elite; um discípulo de Pareto desvalorizará aquelas que conceituamos pelo termo classe. O primeiro considera decisivo a oposição entre detentores dos meios de produção e operários que alugam sua força de trabalho. A alienação dos trabalhadores é a origem de todas as alienações, a oposição das classes, a causa de todas as oposições, sociais e nacionais. A história é um movimento dialético que, de contradição em contradição, nos conduz, por intermédio de uma sociedade sem classes, a uma humanidade reconciliada consigo mesma.

Para Pareto e seus discípulos, ao contrário, o exercício do poder por uma minoria é dado constante da ordem social, qualquer que seja ela. As minorias dirigentes, ou, para empregar o termo que utilizamos, as elites, mudam de pessoal e de características; os que se beneficiam dos privilégios se renovam; mas permanece sempre uma minoria, dona dos postos-chaves da sociedade, que se atribui uma parte mais ou menos desproporcional da renda nacional.

De um lado, movimento dialético em direção a uma sociedade sem classes, de outro, eterna cisão das massas e da elite, estas duas perspectivas da filosofia da história se reencontram nas duas ideologias políticas mais atuantes de nosso tempo, o comunismo e o fascismo. Os marxistas justificam a vontade revolucionária do proletariado pela necessidade de pôr fim à alienação do trabalho, superando os conflitos de classe; os discípulos de Pareto justificaram muitas vezes a vontade revolucionária de um partido não-proletário pela necessidade de substituir as elites democráticas, fracas e corruptas, por elites robustas e brutais. De um lado, a revolução para eliminar as classes; de outro, a revolução para dar às coletividades força e prosperidade, sempre dependentes da virtude, no sentido de Maquiavel, e dos poucos que reinam sobre as massas.

Nosso estudo se situará, portanto, neste ponto nevrálgico no qual o método de análise se reúne com a ideologia política. A questão da síntese entre sociologia das classes e sociologia das elites realça a ciência. Ela se prende ao seguinte: como se compõem, nas sociedades modernas, a diferenciação social e a hierarquia política? É pelo estudo dos fatos, isto é, pela comparação das diversas espécies de sociedade, que poderemos responder. Mas o estudo destes fatos não traz, em si mesmo, uma ideologia política. Segundo os julgamentos de valor, segundo as antecipações históricas, orientaremos a ação para a supressão das classes ou para a mudança da elite. Tudo o que a análise científica está em condições de fornecer é uma crítica das ideologias políticas, na medida em que estas falseiam ou deformam a realidade. A recusa dos marxistas em levar em consideração a hierarquia política, anterior e posterior à divisão em classes, é uma forma de mistificação que a análise sociológica põe em destaque. A recusa dos fascistas em levar em consideração a diferenciação social é uma forma de mistificação, análoga ou oposta, que também não escapa à análise científica. Mas, para além da descoberta das ideologias, há lugar para as duas vontades revolucionárias contraditórias. A sociologia revela aos homens o que realmente querem e o resultado provável de sua ação; não lhes indica jamais o que devem querer.

Utilizamos quotidianamente o termo classe, mas raramente o definimos. Mostraremos, a partir dos textos de Marx, as dificuldades desta definição.

Lembramo-nos das conhecidas frases de Marx no *Manifesto comunista*: "Toda a história da sociedade humana

até nossos dias é a história da luta de classes. Nas épocas que precederam a nossa, vemos praticamente em toda parte a sociedade oferecer uma organização complexa de diferentes classes e uma hierarquia de papéis sociais múltiplos. São, na Roma Antiga, os patrícios, os cavaleiros, a plebe, os escravos; na Idade Média, os senhores, os vassallos, os mestre-artesãos, os companheiros, os servos. Estes antagonismos subsistem na sociedade burguesa moderna, que não fez mais do que substituir por novas classes e novas possibilidades de opressão e novas formas de luta aquelas de antigamente. Nossa época tem uma característica particular: os antagonismos de classe foram simplificados; cada vez mais a sociedade inteira se divide em duas grandes classes diretamente opostas, a burguesia e o proletariado.”¹

Neste texto, o termo classe é tomado em seu sentido universal e bem se aplica tanto aos patrícios em relação aos plebeus quanto aos senhores em relação aos artesãos ou aos servos. A compreensão da palavra classe, tomada neste sentido universal, é inevitavelmente pobre, indeterminada. Podemos dizer que uma classe é um grupo secundário, no interior de uma coletividade, definida pelo fato de que preenche certas funções e que se diferencia de outros grupos pelo lugar que ocupa na hierarquia social. Não saberíamos ir além, porque os princípios de diferenciação variam com as sociedades. Podemos dizer, em sentido moral e simbólico, que o proletário é o escravo das sociedades modernas, mas o estatuto jurídico do escravo e do proletariado nada têm em comum. O proletário se submete à mesma lei que o burguês, o que não era o caso nem do plebeu, nem do escravo com relação ao patrício ou do

1. *Manifeste communiste*, in *Oeuvres* (éd. Maximilien Rubel), Paris, Gallimard, “Pléiade”, 1963, p. 161-162.

servo com relação ao senhor. Enfim, se se nascia nobre ou burguês e se assim se permanecia, como regra geral, por toda a vida, nasce-se hoje em dia filho de burguês ou de operário, mas com possibilidades reais de ascensão, mesmo que juridicamente ilimitadas e concretamente limitadas.

Parece-me preferível, portanto, não usar o termo classe no seu sentido universal e buscar uma definição histórica válida para as sociedades industriais modernas. As classes das sociedades modernas não são fundadas nem na religião, nem no parentesco, nem no sangue, nem na propriedade da terra. Sobre o que, então, elas se fundam?

Encontramos em Marx três concepções de classe, que não são incompatíveis, mas que não se confundem. Chamar-las-ei concepção histórica, econômica e filosófica. Se voltamos às obras históricas de Marx, por exemplo, ao *18 Brumário de Luís Napoleão*, constataremos que ele não se prende à oposição esquemática da burguesia e do proletariado, mas discerne os grupos sociais tal como se apresentam efetivamente, numa conjuntura histórica particular. Proletariado industrial das cidades, pequena burguesia de artesãos e comerciantes, camponeses, capitalismo agrário, capitalismo financeiro, estes são os atores do drama entre a revolução de fevereiro e o golpe de Estado de Luís Napoleão. A Monarquia de Julho marcou a vitória dos banqueiros sobre os grandes proprietários de terra, da nova burguesia sobre a velha aristocracia. A adesão do campesinato francês ao sobrinho do grande imperador vem do medo que tem da obsessão dos repartidores, uma vez que os proprietários devem em parte sua terra à revolução.

É desta maneira que se utiliza comumente a noção de classe nas análises histórico-sociológicas dos marxistas. A classe parece um grupo social caracterizado por certa

comunidade de interesses, pelo cumprimento de certa função ou a posse de certas posições, sem que possamos precisar rigorosamente em quantas classes se divide a sociedade nem quais são os traços distintivos cada. Segundo cada caso, latifundiários, industriais, banqueiros serão considerados como classes diferentes ou como frações diferentes de uma só classe. Segundo cada caso, o campesinato será considerado como classe única ou dividido em proprietários rurais, pequenos proprietários e proletariado agrícola. Sem dúvida, as variações podem estar bem fundamentadas: aqui aparece a solidariedade moral do campesinato; lá, ao contrário, a luta vertical das classes pode suscitar o conflito entre os diferentes grupos do campesinato. O que queremos mostrar no geral é que a noção de classe, no seu uso empírico e concreto, permanece relativamente indeterminada ou não se determina senão pelo estudo de cada sociedade particular. Na teoria, Marx esforçou-se para dar a esta noção histórica duplo fundamento, econômico e filosófico.

O Capital se conclui no momento em que Marx anuncia que vai desenvolver uma teoria das classes a partir da análise econômica das diversas categorias de renda. Podemos, de fato, diferenciar categorias sociais segundo a natureza das rendas obtidas por cada uma delas: proprietários rurais, que vivem de sua renda, proprietários de meios de produção, industriais, que retiram a mais-valia ou o lucro, e operários, que recebem os salários. Estas categorias sociais não se apresentam, é claro, em estado puro pelo simples fato da existência das rendas mistas: o artesão que emprega alguns ajudantes ou o garagista que trabalha, mas também faz trabalhar alguns mecânicos não diferenciam, na sua renda, o salário de sua atividade e a mais-valia descontada sobre seus operários. Por outro lado, cada

uma dessas categorias não é necessariamente consciente de si própria enquanto conjunto. Por exemplo, do ponto de vista da origem das rendas, o servente de pedreiro e o engenheiro das usinas Miles são igualmente assalariados, quer dizer, no sentido econômico, proletários. No entanto, não sucede que se sintam membros de um mesmo grupo e que se sintam solidários face aos detentores dos meios de produção. Dito de outra forma, a passagem de uma categoria de rendas a um grupo social coerente se choca em duplo obstáculo: a confusão, em certas pessoas, de rendas de naturezas econômicas diferentes; a não-coincidência entre as categorias de rendas e as fronteiras psicológicas ou morais entre os grupos.

Marx evidentemente não ignorava estas dificuldades. Pensava superá-las de duas maneiras: por um lado, acreditava (como dizia no texto citado) que a sociedade se dividiria cada vez mais em duas grandes classes diretamente opostas, a burguesia e o proletariado. Por outro lado, classe para ele era menos um dado objetivo oferecido, como uma natureza, à observação do sociólogo do que uma realidade humana que se cria pela consciência que toma de si própria.

Marx foi a testemunha da evolução social ao longo da primeira metade do século XIX, durante o período da história econômica que nós chamaremos a fase inicial capitalista (a mesma fase que atravessa a Rússia soviética depois dos planos quinquenais). Esta fase se caracteriza pela transferência massiva da mão-de-obra do campo para a cidade, pela absorção de independentes (artesãos, companheiros) no proletariado industrial. Ademais, ele observou, sobretudo, a indústria têxtil, que empregava grande quantidade de mão-de-obra não-qualificada, mulheres e crianças; extrapolou com observações precisas mas parciais;

acreditou que a tendência à uniformidade no interior do proletariado era constante, fundamental; acreditou que a eliminação dos independentes se perseguiria até o fim; acreditou que a concentração industrial realizaria por si mesma esta oposição esquemática e brutal, uma ínfima minoria de privilegiados e uma imensa massa de explorados. Sabemos hoje em dia, oriundos da experiência de um século de capitalismo, que não é assim. À lei de pauperização e de proletarização, eu oporia o que se pode chamar com boa vontade de lei de diferenciação social.

Marx provavelmente terá pressentido, na segunda metade de sua existência, que poderia bem ser assim. Ele não teria, no entanto, modificado sua doutrina porque esta não era uma simples interpretação positiva dos acontecimentos, mas uma filosofia da história. Quando voltamos aos textos da juventude de Marx, anteriores ao *Manifesto comunista*, alguns não publicados senão depois da Primeira Guerra Mundial (em particular o manuscrito intitulado *Econômico-filosófico e A Ideologia alemã*), constatamos que a vontade de revolução social é anterior, no pensamento de Marx, ao estudo da história e da sociedade contemporânea. O proletariado é "alienado" porque não se pertence, porque trabalha para um empregador que subutiliza o produto de seu trabalho, porque seu próprio empregador, escravo do mercado, é subjugado por forças anônimas e misteriosas. A supressão da propriedade privada tem como objetivo pôr fim a esta alienação, dar às sociedades o controle de suas economias, assegurar ao indivíduo a liberdade pela participação direta na vida coletiva. O proletariado não existe enquanto tal senão pela consciência que adquire de sua missão histórica. Poderíamos ainda dizer que os assalariados constituem um proletariado quando reconhecem sua situação de explorados e se unem na vontade de superá-la.

Marx, é certo, sabe que os acontecimentos guiarão o proletariado para esta missão histórica. Porque o proletariado seria reduzido à nudez da condição humana e porque, na sua miséria, seria despojado de qualquer especificação; seria, então, a classe universal e realizaria a revolução universal em nome da maioria e pela humanidade inteira. Mas nada impede os marxistas de manterem esta missão do proletariado, apesar do desvio crescente entre o proletariado, tal qual o interpretou a filosofia do jovem Marx, e o proletariado real, tal qual feito por um século de capitalismo.

Esta é, pois, a concepção marxista das classes, divididas por três noções diferentes: a do grupo histórico-social definido por comunidade de interesses e solidariedade psicológica, a da categoria social definida por certo tipo de renda e, finalmente, a da classe social definida pela consciência de certa situação no processo de produção e pela vontade de superar o regime existente. No que concerne ao vocabulário, cada um é livre de escolher, segundo as necessidades de pesquisa e de clareza, desde que precise o *valor* exato de seu vocabulário. No que me concerne, mantereí a distinção que indiquei há pouco, entre grupo social da sociologia positiva, categoria social da análise econômica e classe social da filosofia da história.

A análise da estrutura de uma sociedade se coloca como objetivo dos diferentes grupos. Ora, esta análise é infinitamente mais complexa e mais sutil do que aquela que praticamos normalmente quando nos restringimos a aplicar algum esquema tirado de uma filosofia da história. De fato, o discernimento dos grupos pode ser feito a partir de

critérios múltiplos que não dão resultados convergentes. Um grupo de fato pode ser caracterizado por seu nível de vida, por seu gênero de vida, pela natureza de sua atividade profissional, pelo *status* jurídico, pela unidade que lhe empresta a sociedade ou que ele próprio se atribui.

O conjunto dos indivíduos que desfrutam de nível de vida equivalente não apresenta nenhuma coerência, nem na maneira de viver, nem no estado de espírito. Um empregado não ganha necessariamente mais do que um operário qualificado, um proletário da aristocracia operária* que não se reconhece membro do mesmo grupo do operário de mãos calosas. Os estudos de orçamento mostraram que ele não dividia sua renda da mesma maneira, consagrada muito mais à moradia e à representação, menos à alimentação. A psicologia, a atitude face à existência, é mais diferente ainda se comparamos o operário das cidades e aquele do campo, o operário qualificado e o pequeno proprietário camponês, mesmo com equiparação real de renda.

Do mesmo modo, se consideramos a atividade profissional, as diferenciações no interior do proletariado industrial foram acentuadas pela revolução técnica. Em 1940, sobre 51 milhões de pessoas ativas, nos Estados Unidos, havia menos de 9 milhões de serventes de pedreiros, compreendidos os 3.530.000 operários agrícolas dos quais 1.193.000 são membros da família de um fazendeiro. A proporção destes proletários integrais havia, entretanto, caído para 18%, em 1950, enquanto superava 25%, em 1910, e alcançava 65%, em 1830.

Mais importante ainda é a repartição da mão-de-obra entre os diferentes setores da atividade econômica. Colin

Clark, em seu livro *Conditions of Economic Progress*, sem dúvida com a *General Theory*, de Keynes, o livro mais importante destes últimos 20 anos, ensinou-nos a separar três setores fundamentais: o das atividades primárias (produção agrícola e matérias-primas), o das atividades secundárias (fabricação de objetos manufaturados) e o das atividades terciárias (serviços públicos, comércio e administração). Sabemos que, nas sociedades industriais modernas, numa primeira fase, as atividades secundárias incham à custa das atividades primárias, que as atividades terciárias, por sua vez, progridem à custa das atividades secundárias. Nos Estados Unidos, as atividades terciárias empregam neste momento mais da metade da mão-de-obra, as atividades secundárias, mais ou menos 35%. Dito de outra forma, o operário da indústria do tipo marxista representa não a massa humana das sociedades futuras, mas uma fração decrescente da população.

Sem dúvida conviria levar adiante a análise de diferenciação profissional. Há, nas atividades terciárias, uma parte de trabalhadores manuais e nas atividades secundárias, uma parte de empregados. Apesar de tudo, a tendência é bem nítida. Caminhamos para uma civilização de empregados muito mais do que para uma civilização de operários. A concepção, a organização, a administração, a repartição tornam-se cada vez mais complexas, absorvendo cada vez mais homens, à medida que o progresso técnico permite reduzir o volume de trabalho servil. Vivemos na era da administração, ao menos tanto quanto na máquina.

É evidente que esta discriminação de três setores não pretende seguir as delimitações entre os grupos sociais conscientes de si próprios. As fronteiras psicológicas, além de mais flutuantes, são traçadas essencialmente por três tipos

* No original, o autor diz "*un prolétaire à col dur, selon l'expression des Allemands.*" (N. da T.)

de influências: solidariedade de interesses econômicos sobre o plano horizontal, quer dizer, agricultura em face da indústria, ou produtores de trigo contra produtores de derivados do leite, ou ainda industriais trabalhando para o mercado interno contra indústrias de exportação, apreciação social da ocupação pela opinião corrente ou pelos próprios interessados (nas sociedades européias, um preconceito subsiste em face do trabalho manual; um filho de burguês ou de pequeno burguês dá menos a impressão de decair se acha um lugar de empregado que é levado a trabalhar com as mãos, mesmo recebendo a mesma renda), enfim o estatuto jurídico da pessoa, assalariado ou autônomo. A resistência de certas profissões liberais, por exemplo, a dos médicos, aos projetos de serviço nacional tem relação com esta queda de prestígio que, a seus olhos, acarreta a passagem da autonomia à situação de assalariado.

Poderíamos estender facilmente estas análises, que não têm outra finalidade senão a de ilustrar o que chamo de lei de diferenciação social, colocando a seguinte proposição: segundo a maneira pela qual consideramos o nível ou gênero de vida, o tipo de profissão, o estatuto jurídico ou a psicologia coletiva, resgatamos grupos sociais diferentes. A estrutura das sociedades contemporâneas é caracterizada, portanto, pela supressão das barreiras que faz entre as "ordens", o nascimento ou a hierarquia tradicional, em seguida pelas discriminações múltiplas que mantêm a diversidade das profissões, dos níveis de vida e de prestígio.

Esta análise elementar é uma etapa de um primeiro estudo sociológico. Devemos parar por aqui e contentar-nos em enumerar os grupos? Certamente não. Depois do estudo microscópico intervém o que podemos chamar de estudo macroscópico, quer dizer o esforço para reencontrar os vastos conjuntos. Quais são os grupos cuja sorte

é solidária? Quais são aqueles que têm consciência desta solidariedade? Pela análise econômica determinamos as solidariedades de fato, e pela análise sociológica e política, a consciência desta solidariedade.

Que um e outro não coincidem necessariamente é fato fácil de demonstrar. Quando deixamos atuarem livremente os mecanismos do mercado, as remunerações dos operários variam segundo a prosperidade do ramo de indústria da qual eles são empregados. A solidariedade de interesses materiais reúne geralmente empregadores e empregados de um ramo industrial, mais do que empregados de ramos concorrentes. Ao mesmo tempo, os operários qualificados teriam interesse no aumento do leque de remunerações e, por conseguinte, na constituição de organismos independentes, voltados para a defesa das remunerações mais elevadas. A idéia da solidariedade operária ultrapassa em geral as contradições entre os interesses divergentes.

Quanto à unidade da classe operária, ou de forma mais ampla a unidade da massa assalariada, é uma idéia mais do que um fato. Quando se trata de CGT única, como é o caso na França, reunindo assalariados de todos os setores, operários e empregados, trabalhadores dos setores privados e funcionários, a única maneira de dar satisfação aparente a todos é uma alta geral dos salários. Mas é preciso muita ingenuidade e ignorância para imaginar que a alta dos salários tem por resultado aumentar a parte dos salários na renda nacional. Qualquer que seja a complexidade dos efeitos econômicos de tal aumento, fica claro que o inchamento simultâneo do poder de compra da metade da população ativa não levará a uma elevação de seu nível de vida, senão descontado sobre a parte dos outros grupos. Mas não existe nenhuma razão para que a

parte dos agricultores, dos industriais ou dos comerciantes seja reduzida devido ao aumento dos salários nominais. Assim, à parte os sacrifícios impostos aos capitalistas, corre o risco de inchar os ganhos mais do que de aumentá-los. Fora o caso em que intervenham a fiscalização ou a repartição administrativa dos produtos, os assalariados nada ganham com as medidas tomadas pretensamente no interesse de todos.

Dizer que o interesse comum dos assalariados é quase sempre ficção não é objeção ao marxismo, porque este define o interesse comum dos assalariados ou dos proletários não no interior do regime atual, mas contra ele. Seu interesse comum, ou, melhor dizendo, sua missão histórica, é destruir o regime do assalariado. Ainda uma vez, o proletariado não se constitui como tal recusando aceitar sua condição. A classe, no sentido filosófico que lhe dá o marxismo, só se define em relação à sociedade sem classes. Mas o que pode ser uma sociedade sem classes?

Segundo o estudo que acabamos de realizar, uma sociedade sem classes não é evidentemente uma sociedade sem grupos sociais. Não se elimina nem a distinção dos gêneros de vida, nem aquela dos setores de atividade. Suprime-se certamente a distinção dos estatutos jurídicos, bem como, talvez, aquela das barreiras sociais ligadas à apreciação das ocupações e às sobrevivências dos prestígios tradicionais. Quando nacionalizamos o conjunto dos meios de produção, destruímos por definição a categoria econômica e social dos detentores dos meios de produção, não subsiste mais nem ganho dos empreiteiros, nem renda predial. Todos os trabalhadores se tornam assalariados de padrão único que é o Estado. Neste sentido, é verdade que não há mais classes numa sociedade do tipo soviética. Mas não decorre daí o desaparecimento das desigualdades eco-

nômicas. Tudo depende da hierarquia entre as retribuições que os detentores do Estado estabelecem em nome das necessidades da produção.

Numa sociedade sem classes como numa sociedade com classes, existem serventes de pedreiro, operários qualificados, empregados, engenheiros, diretores de empresa, há uma parte da renda nacional que vai para a consumação corrente e outra que vai para os investimentos. A repartição dos recursos nacionais entre consumação e investimento, entre os diversos escalões da hierarquia, é em teoria fixada pelo setor de Planejamento. A desigualdade das fortunas é inevitavelmente reduzida pelo fato de os meios de produção não serem objeto de apropriação individual e de a poupança necessária nos investimentos ser, na sua grande maioria, obtida pela ação direta do Estado e não passar pelas rendas individuais. Mas as rendas individuais podem ficar tão desiguais quanto uma sociedade de muitas classes se os dirigentes do sistema julgarem isto desejável para a coletividade ou para si próprios.

De fato, a primeira descoberta feita pelos dirigentes soviéticos é que ninguém substitui, como estimulante, o interesse individual. O salário em moedas é mais generalizado do que em qualquer país capitalista. Os diretores recebem uma parte importante dos benefícios das empresas, de tal modo que eles encontram vantagem pessoal na melhoria do rendimento. A desigualdade econômica, cortada pela supressão das fortunas adquiridas, se reintroduz por intermédio da hierarquia das funções sociais para promover a produção.

Quanto à desigualdade do poder político, ela não é de modo algum apagada ou atenuada pela supressão das classes. É impossível que as funções dirigentes da sociedade sejam exercidas por outros que não um pequeno nú-

mero. Numa sociedade sem classes, como numa sociedade com classes, todos não participam da mesma forma na administração e no governo da sociedade. Quando dizemos que o proletariado toma o poder, trata-se de uma imagem ou de um símbolo. Jamais o poder pertenceu a milhões de homens. Existem governos para o povo, mas não existem governos pelo povo.

As mudanças podem ser de dois tipos: algumas dizem respeito à estrutura da elite (chamo, de uma vez por todas, *elite* a minoria que, numa sociedade qualquer, exerce as funções diretrizes da coletividade), as outras a seu recrutamento.

Numa sociedade moderna, a elite se subdivide, me parece, em cinco grupos: os dirigentes políticos, os administradores de Estado, os patrões da economia, os líderes de massa e os chefes militares. Estes termos me parecem claros por si. Numa democracia britânica, americana ou francesa, cada um faz a distinção entre os parlamentares, os funcionários, os diretores de empresas, os líderes sindicais e os generais ou almirantes. Deixo de lado a questão de saber em que medida este esquema se aplica igualmente às sociedades pré-capitalistas ou que modificações seriam necessárias para lhe dar alcance generalizado. Que seja adaptado às sociedades modernas não me parece, ao contrário, apresentar dúvidas.

Em todas as sociedades modernas, estes cinco grupos respondem a funções indispensáveis. O que varia é o grau de distinção entre os grupos e a força relativa de cada um deles. Por exemplo, na França, os grandes funcionários raramente são recrutados entre os diretores de empresas privadas: a opinião pública denunciaria imediatamente um embargo das 200 famílias no Estado. Nos Estados Unidos, ao contrário, os grandes administradores, nomeados para

cargos específicos, vêm quase sempre de ocupações privadas e para lá retornam após servir ao Estado. Do mesmo modo, o pessoal parlamentar, segundo os países, se recruta mais ou menos no mundo dos negócios e no mundo sindical. As relações pessoais entre os parlamentares e os mineiros sindicais são igualmente frequentes no Partido Trabalhista. Na França, o pessoal parlamentar de antes da guerra era mais independente destes dois meios, sendo recrutado entre a pequena burguesia e, sobretudo, nas profissões liberais. Quanto aos chefes militares, não têm, na Inglaterra, maior papel político do que os outros funcionários. Na Espanha e nas repúblicas da América do Sul, permanecem sendo fração essencial da classe dirigente.

Emprego pela primeira vez a noção de classe dirigente. A razão é que a teoria clássica da sociologia considera sempre, mais ou menos, a classe dirigente como uma. Pareto, por exemplo, tendia a caracterizar cada classe dirigente pelo tipo psicossocial a que pertencia e os meios que empregava para se manter no poder. Ele opunha as elites astuciosas às elites violentas, as elites que empregam de preferência o artifício, a palavra, a ideologia, as combinações financeiras àquelas que recorrem mais facilmente à força, à coação. As primeiras evocam a democracia, a paz, o humanismo, as outras a grandeza nacional, a conquista. James Burnham, que, no seu livro *Managerial Revolution*, esboçou uma síntese entre a teoria das classes e a das elites, opõe a sociedade ditatorial à sociedade capitalista como aquela em que os diretores e não os proprietários de meios de produção controlam o acesso a estes meios.

A análise dos grupos no interior da elite parece-me mais fecunda porque a estrutura da elite é tão característica de uma sociedade quanto a estrutura dos grupos sociais. Chamo estrutura de elite a relação própria de cada

sociedade entre os diferentes grupos de elite. De fato, se existe em toda a parte diretores de empresa, funcionários de Estado, secretários de sindicato, ministros, eles não são, em toda parte, recrutados da mesma maneira, podendo constituir unidade coerente ou ficar relativamente separadas. A diferença fundamental entre uma sociedade do tipo soviético e uma sociedade do tipo ocidental é que a primeira tem elite unificada, e a segunda, elite dividida.

Não acredito que esta proposição desperte muitas incertezas ou críticas. Secretários de sindicatos, diretores de empresas, funcionários superiores pertencem, na sua maioria, ao Partido Comunista. Se não pertencem, são técnicos políticos, isolados, sem possibilidade de se organizarem em corpo autônomo. Só os generais teriam podido formar um centro de força mais ou menos independente do Partido confundido com o Estado. Stalin proclamou-se marechal, um membro do Partido foi nomeado ministro da Guerra, os generais muito populares foram dispersados pela imensidão da União: a unidade da elite foi integralmente reconstituída.

Esta unidade não proíbe evidentemente a concorrência entre os administradores ou as rivalidades entre as pessoas que pertencem ao fluxo corrente de todas as sociedades humanas. Mas estas competições ou rivalidades não se exprimem a céu aberto, não tomam forma na luta da organização, são quase condenadas a dissolver-se na sombra dos complôs. Se existe oposição de Bukharin ou de Touk-lechavski, toma inevitavelmente as características de conspiração. Assim se explica que as sociedades de massa remanejem os conflitos de pessoas nas sutilezas da corte.

Ao contrário, as sociedades democráticas, que eu preferiria chamar pluralistas, são preenchidas pelo tumulto das lutas que se desenrolam na praça pública, entre pro-

prietários dos meios de produção, líderes sindicais e homens políticos. Todos os homens tendo o direito de se associarem, as organizações profissionais e políticas pululam, e cada uma defende os interesses de seus seguidores com ardor passional. O governo se torna uma questão de compromissos negociados. Os detentores do poder são convencidos da precariedade de seu reino; poupam os opositores porque foram e serão de novo opositores algum dia.

A supressão das classes leva evidentemente à renovação do pessoal dirigente, já que a revolução do tipo marxista tem por objetivo a eliminação dos meios de produção. Esta revolução dá o poder não ao proletariado, mas aos homens que falam em nome do proletariado. Quem são esses homens? Uns são realmente oriundos do proletariado, outros são intelectuais revolucionários. O Partido, aliás, utiliza constantemente homens que pertenceram aos antigos possuidores, mas a título de técnicos e sob a condição de eles se integrarem à nova elite, quer dizer ao Partido. Uma vez esta substituição efetuada, a elite de uma sociedade sem classes é, em sua essência, aberta, enquanto que a elite de uma sociedade de classes seria fechada? As chances de promoção social dependem, sobretudo, da evolução econômica. Nas épocas em que o progresso técnico multiplica as funções intelectuais ou semi-intelectuais, a circulação social se acelera. Nas sociedades estabilizadas, onde a necessidade de intelectuais não aumenta, a circulação social diminui. A estrutura da sociedade influencia também incontestavelmente as modalidades da circulação social. Mas a experiência da sociedade soviética é, por enquanto, muito pequena. É difícil saber em que medida a elite atual tenderá a se perpetuar e reconstituirá, em proveito de seus filhos, os

privilégios que divertem, no Ocidente, os filhos da burguesia (...).²

Já indicamos, na primeira conferência, a idéia que estará no centro desta última: uma sociedade sem classes é uma sociedade em que a elite é unificada. Gostaríamos, para começar, de precisar esta idéia.

No sentido marxista rigoroso, suprimimos as classes quando eliminamos a diversidade de origem jurídica e econômica das rendas; o que supõe que todos os trabalhadores sejam proprietários, ou que sejam todos assalariados. Como, de fato, a primeira hipótese é excluída, é a segunda que se realiza efetivamente. Podemos dizer também, aliás, que uma e outra são verdadeiras ao mesmo tempo. Cada um é, a seu modo, proprietário, já que os meios de produção pertencem à coletividade; cada um é assalariado, já que todas as rendas vêm do trabalho. Contudo, a poupança e a fortuna individuais, que não desaparecem, diminuem consideravelmente, porque elas não são descontadas nos lucros das empresas.

Ao mesmo tempo, apagamos as últimas sobrevivências das hierarquias pré-democráticas, as diferenças de condição social e de nascimento, apagamos ou até invertemos os preconceitos de classe. A procedência proletária torna-se, ao menos no início, título de glória, e à procedência burguesa ou aristocrática, motivo de honra. O conjunto da sociedade constituiria massa única por intermédio da

2. Uma segunda conferência, que aplicava os conceitos liberados por esta "análise abstrata da estrutura dos grupos sociais e da estrutura das elites" à análise da sociedade francesa em 1949, não foi reproduzida aqui.

qual apenas a desigualdade qualitativa e quantitativa do trabalho, dos serviços prestados à coletividade, estabeleceria diferenças. Mas tal sociedade continua a comportar uma minoria de homens que, de fato, faz funcionarem as empresas industriais, comanda o exército, reparte os recursos nacionais entre poupança e investimentos, fixa a escala das remunerações. Esta minoria dispõe de poder infinitamente superior àquela dos dirigentes políticos de uma sociedade democrática, porque concentram, nas suas mãos, ao mesmo tempo poder político e o poder econômico. Administram as empresas públicas e as indústrias. O setor de Planejamento reparte, à vontade, as matérias-primas e a mão-de-obra. A sociedade inteira se torna comparável a alguma empresa única, na qual os diretores, talvez o diretor, em nome da racionalidade técnica, distribui, segundo sua vontade, as coisas e os homens.

Indiquei, na primeira conferência, o fato da unificação da elite: políticos, quadros dos sindicatos, funcionários, gerais e donas-de-casa pertencem a um mesmo partido e se integram também a uma organização autoritária. Vemos que a fórmula da unificação da elite tem alcance muito mais vasto. A elite unificada exerce poder total e sem limite. Todos os escalões intermediários, todos os grupos particulares notadamente profissionais, são dirigidos efetivamente pelos delegados da elite ou então pelos representantes do Estado. Os sindicatos não são mais instrumentos de reivindicações, mas de aliciamento. Uma elite unificada tem o monopólio do poder econômico e político. Uma sociedade sem classe é uma massa sem defesa possível contra sua elite.

Esta análise formal se presta a duas objeções. Não estaremos confundindo com a própria noção de sociedade sem classes uma interpretação mais ou menos exata da so-

cidade sem classes? A supressão das classes implica necessariamente esta unificação da elite e este monopólio do poder? Por outro lado, a sociedade sem classes não tenderá a recriar, por evolução natural, uma parte das diferenças que ela começou por anular?

A primeira questão, só temos respostas prováveis. As sociedades sem classes que conhecemos estão de acordo com este modelo abstrato. Nada impede de conceber sociedades sem classes diferentes. Mas, na conjuntura histórica atual, os outros tipos de sociedade sem classes são, no mínimo, improváveis. Para evitar o monopólio do poder em proveito do grupo de homens donos do Estado, será preciso recriar uma multiplicidade de centros de forças, será preciso que as diversas empresas ou trustes sejam propriedade dos que ali trabalham, das comunidades sindicais ou locais e não do Estado central. Tal descentralização da propriedade é, em nossa época, muito improvável por razões ao mesmo tempo psicológicas e técnicas. Os partidos que têm como ideal a sociedade sem classes tendem a aumentar ao máximo a centralização econômica e política. A planificação do sistema econômico leva a concentração ao topo das decisões fundamentais que eram tomadas, inconscientemente, numa economia de mercado, por milhões de homens. A nacionalização põe fim à disciplina capitalista, fundada por sua vez sobre pressão econômica (ameaça de demissão e de desemprego), sobre as necessidades técnicas e sobre a presença, até no interior da fábrica, de certa ordem social. A disciplina de uma economia planificada, ao menos de início, deve ser mais rigorosa, porque ela reagiu a um relaxamento e porque ela é por inteiro de essência política. Podemos conceber igualmente que a elite dona do poder não constitua uma espécie de seita religiosa e militar e que se organize em partido democrático. Mas, aqui

ainda, a concepção que não é excluída pela teoria é extraordinariamente improvável na realidade. Se a elite dona do Estado deixava se desenvolverem livremente tendências ou subgrupos no interior de si própria, ela não poderia recusar este mesmo direito aos sem-partido, à massa de cidadãos. Do mesmo modo, reintroduziríamos esta pluralidade e estes conflitos de grupos, cuja superação é o próprio sentido de uma sociedade sem classes.

Mais ainda, o monopólio ideológico que se assegura a elite no poder me parece afinado com uma necessidade imanente de tal regime. Na democracia, os governantes são numerosos, transitórios, sua autoridade é controlada, limitada. Não têm nem necessidade de se fazer adorar ou respeitar para se fazer obedecer. Os franceses, depois de muito tempo, contraíram o hábito de criticar e até de desprezar os que reinam sobre eles. Mas, numa sociedade sem classes, tudo depende dos governantes, o nível de vida da coletividade inteira e aquele de cada um, o emprego dos recursos coletivos e a residência de cada um. Como uma burocracia onipotente se faria obedecer se ela se apresentasse simplesmente como burocracia. Ela deve invocar algum desígnio superior, alguma missão histórica para justificar os esforços e as privações que a todos impõe. Por este caminho, a deificação do chefe da burocracia, talvez ligado a circunstâncias históricas, toma, apesar de tudo, uma espécie de normalidade.

Em resumo, a unificação da elite me parece inseparável da concentração de todo o poder econômico e político, esta mesma inseparável da planificação de uma economia inteiramente coletivizada. Um único grupo tem a autoridade, ele é composto de um só tipo de homem, ele não pode decompor-se em subgrupos sem colocar em perigo seu próprio monopólio, ele não pode renunciar à ideo-

logia em nome da qual venceu seus adversários, sem abalar o próprio princípio de sua autoridade e da obediência da massa.

Esta elite irá pouco a pouco se separando da massa e reconstituindo uma minoria dirigente, comparável às aristocracias do passado, às burocracias imperiais da Rússia dos czares ou mesmo da antiga Turquia? A experiência não nos autoriza a responder com certeza. Em que medida a elite tenderá a se perpetuar, a favorecer a continuação entre os privilegiados dos filhos dos privilegiados atuais? Em que medida as condições de educação e de promoção são diferentes para o filho do diretor de truste e para o filho do servente de pedreiro? Existem certamente alguns sinais de tal evolução. Seria perigoso e, em todo caso, prematuro elaborar teoria a respeito.

De fato, por agora, a elite soviética mantém-se uma elite aberta porque as distinções morais de classes desaparecem e porque a evolução econômica da União Soviética aumentou sensivelmente o número das funções intelectuais e semi-intelectuais. A Rússia soviética consagrou proporcionalmente mais recursos à formação do que qualquer outro país europeu não apenas porque este esforço responde à sua ideologia, mas também porque ela tem necessidade de quadros, de engenheiros, de funcionários para organizar uma grande indústria pesada. Uma economia progressiva é o melhor remédio contra a cristalização social. Uma economia estacionária, qualquer que seja o regime, tende a reduzir as vias de acesso às posições superiores. Atualmente, do mesmo modo na França ou Grã-Bretanha, o número dos filhos de operários e de camponeses entre os estudantes universitários é pequeno. As reformas podem, desde agora, atenuar esta injustiça fundamental. Mas, não dissimulemos, esta expansão da educação secundária e su-

perior, tão desejada em si mesma, suscitará novas tensões se o progresso técnico não permite reduzir a proporção dos trabalhadores manuais e aumentar a dos trabalhadores intelectuais.

Se as análises precedentes são exatas, uma sociedade sem classes estaria condenada a não ser uma sociedade liberal, pelo menos numa fase histórica que se estenderia por dezenas de anos. Em que medida seria uma sociedade igualitária? Aqui ainda, a resposta não se poderia sustentar senão numa certa probabilidade. A desigualdade das fortunas, a desigualdade dos capitais são evidentemente bastante reduzidas, senão suprimidas, desde que o capital agrícola, industrial e imobiliário da nação seja propriedade coletiva. Mas subsiste outra desigualdade, a que está ligada à diversidade das profissões e de rendimentos segundo os indivíduos. Ora, esta incapacidade técnica, se podemos dizer assim, não é necessariamente reduzida, ela pode até mesmo aumentar se os dirigentes do plano julgam útil à produção, ou, do mesmo modo, à coletividade. O leque dos salários entre os operários manuais é maior na Rússia soviética do que na Europa ocidental; o leque de todos os salários, o salto entre servente de pedreiro e diretor de empresas é, ao menos, tão amplo ou provavelmente mais amplo do que na Europa Ocidental. Não é certo, entretanto, que a causa seja o regime soviético, mas, talvez, a fase de evolução econômica pela qual passa a Rússia hoje em dia, fase comparável àquela que a Europa Ocidental atravessou na metade do século passado. A desigualdade era mais acentuada na Inglaterra e na França, há um século, quando as coletividades eram mais pobres e as necessidades de investimento, consideráveis. Ela se atenuou com a diminuição da acumulação de capital. A desigualdade técnica varia com a idade econômica da sociedade ou a força re-

lativa do desejo de produção e da preocupação de repartição. É perfeitamente possível que ela se atenua na Rússia soviética com a elevação do nível de vida.

Quer dizer, então, que é preciso reinverter a perspectiva marxista e considerar a sociedade sem classes como a solução dos problemas que o capitalismo inicialmente coloca. Não penso assim. De certa maneira, a sociedade sem classes resolve os conflitos das sociedades capitalistas desenvolvidas, mas não os resolve pela liberação total, mas pela obediência integral. Ela não é a solução otimista, mas a solução pessimista para a crise da sociedade européia.

Talvez a melhor forma de encontrar a significação histórica que reveste hoje em dia a sociedade sem classes é examinar os diversos grupos sociais, acessíveis à propaganda desta ideologia. Parece-me que, numa análise simplificada, podemos distinguir quatro grupos típicos: as vítimas das desigualdades pré-democráticas e pré-capitalistas, as vítimas da fase inicial do capitalismo, os operários da indústria pesada capitalista e os adeptos do romantismo revolucionário.

O alcance desta análise se depreende facilmente. São os dois primeiros grupos que formam suas tropas na revolução de 1917: os camponeses que desejavam a propriedade da terra, os operários das grandes fábricas estabelecidas como cogumelos ao redor de Petrogrado e Moscou. De fato, esqueceu-se demais que a revolução de 1917 sobreveio, por meio da guerra, num país que durante os seis anos que precederam 1914 conheceu o início do desenvolvimento industrial cujos planos quinquenais foram prosseguimento. Por toda parte onde sobrevivem hierarquias

feudais, por toda parte onde grandes proprietários rurais exploram com mais ou menos negligência as terras nas quais trabalham os arrendatários ou proletários agrícolas, a propaganda em favor de uma sociedade sem classes encontra ressonância.

Sem dúvida este regime não traz às massas exatamente o que a propaganda prometeu. As empresas agrícolas anãs, multiplicadas em todo o Leste da Europa, serão provavelmente mais ou menos integradas, com rapidez, nos kolchozes. A autoridade dos representantes do Partido não será mais doce, ao contrário, do que aquela dos antigos senhores. Mas um esforço considerável será feito em favor da industrialização. Por falta de créditos estrangeiros, o capital será obtido reduzindo-se o nível de vida da massa, impondo poupança forçada. O indivíduo será menos livre e trabalhará mais, mas será dado sentido à sua obediência e às suas privações pela ideologia de uma sociedade sem classes. Historicamente o marxismo, quando ele se dirige ou se impõe a países onde o capitalismo e a democracia apenas se iniciaram, adquire o valor de substituto do capitalismo. O que os países da Europa Ocidental realizaram no século passado, não sem iniquidades nem brutalidade, mas deixando atuarem os mecanismos do mercado, uma sociedade sem classes com elite unificada realiza pela violência administrativa completada pela propaganda de porte obsessivo.

A lição mais evidente que comporta a experiência soviética é, portanto, muito pouco marxista, a saber, que a acumulação do capital, o desenvolvimento das forças coletivas, tudo aquilo que os marxistas reconhecem como a função própria do capitalismo pode ser realizado por um sistema exatamente contrário. A planificação dos investimentos assegura a maquinaria de um país a passo mais

rápido ou menos do que os mecanismos do mercado, com gastos de porte maiores ou menores e com mais sofrimentos ou menos para a população? A estas questões não poderíamos responder senão por estudos mais elaborados, que sairiam do marco destas conferências.

Desta análise sobre a significação do comunismo, no sentido que ele se configura em sociedades pré-democráticas e ainda insuficientemente capitalistas, podemos tirar duas conseqüências, uma de ordem histórica e a outra de ordem política. Historicamente, o comunismo conserva significação progressista, em toda parte onde as elites dirigentes são inferiores à sua missão, quer dizer, quando mantêm estrutura mais ou menos feudal, ou não impulsionam mais ou menos rapidamente o equipamento do país. Reencontramos, assim, pela vertente marxista, uma idéia de Pareto. Em nossa época uma elite que não utiliza os recursos da técnica para elevar o nível de vida e aumentar a riqueza da coletividade é exatamente uma elite que cria falência. É normal que um partido que represente os camponeses miseráveis e os operários pobres, porque seu trabalho tem fraco rendimento, se ofereça para substituir os militares, os banqueiros ou os grandes proprietários rurais, que preferem gastar seus lucros em carros de luxo americanos a gastá-los em tratores ou na mecanização necessária.

O ensinamento para aqueles que recusem a sociedade sem classes é claro: devem fazer o que este certamente fará, quer dizer, expandir a industrialização e liquidar as injustiças herdadas dos regimes anteriores à democracia burguesa.

Tomemos agora as duas últimas categorias sociais que mencionamos há pouco: os operários das grandes concentrações industriais, minas ou metalurgia e os adeptos do romantismo revolucionário. Para os primeiros, a sociedade

sem classes resolveria os conflitos de que eles têm experiência direta, a oposição entre alguns homens que possuem os instrumentos de produção e eles próprios que não têm mais do que sua força de trabalho. Para os segundos, a sociedade sem classes fica revestida de prestígio mítico; eles a imaginam como uma sociedade fraternal, onde todos os antagonismos desaparecem com o antagonismo das classes. Uma vez suprimida a propriedade privada, a humanidade se reconciliaria consigo mesma.

A substituição do Estado como proprietário único aos detentores atuais dos meios de produção não eliminaria nem as diferenciações de trabalho, nem as diferenciações de salários; não atenuaria os rigores da disciplina, mas os reforçaria; não diminuiria o esforço e o sofrimento dos homens: os executivos, seguros de sua boa consciência, convencidos de agir para o futuro, exigiriam mais e não menos dos trabalhadores. Trata-se de pura e simples mistificação? Realmente não vejo assim.

As sociedades da Europa Ocidental, após muito tempo, conseguiram ultrapassar a fase do capitalismo inicial, mas atravessam o que chamei de fase de regressão econômica. Em vez da elevação constante do nível de vida à qual os povos estavam, por assim dizer, acostumados, foi preciso que, durante anos, consumissem menos e investissem mais, trabalhassem mais, obtendo menos. Se admitimos que um dos signos do progresso econômico é a diminuição progressiva da parte da renda nacional destinada aos investimentos, podemos dizer que as sociedades ocidentais regrediram à situação de alguns anos atrás. A questão é saber se as sociedades de classes múltiplas, com poder democrático, serão capazes de superar os conflitos que a regressão econômica provoca.

As sociedades democráticas estão cada vez mais ansiosas de repartição eqüitativa, enquanto as necessidades atuais exigiriam preocupação predominante, senão exclusiva, com a produção. Os sindicatos operários se opõem aos diversos métodos de salários por tarefa e de salários por produtividade enquanto, no período atual, a fórmula “a cada um segundo seu trabalho” deveria ser a regra tanto para a sociedade capitalista como para a sociedade socialista. Como aumentar suficientemente a poupança, quando se deseja elevar tão alto quanto possível o nível de vida das massas populares? A expropriação das grandes rendas não pode ultrapassar determinado grau, pois corre o risco de frear a iniciativa dos investidores, indispensável à própria prosperidade da coletividade. Como obter as transferências de mão-de-obra dos setores menos úteis para os setores mais úteis? Em regime planificado, os dirigentes deslocam a mão-de-obra à vontade; em regime de liberdade, as diferenças de preço e de remuneração provocam as transferências necessárias. Quando intervêm regulamentos que uniformizam os salários, que limitam as possibilidades de recrutamento e dispensa, a tendência será a cristalização da economia na sua forma temporária e a paralisação dos movimentos dos meios de produção, do qual nenhum progresso econômico saberia privar-se. Dito de outra forma, as democracias socializantes reconhecem a necessidade do esforço de investimentos e de progresso técnico, mas se adaptam mal a este papel devido à psicologia reivindicatória dos sindicatos operários, de sua propensão igualitária, de sua recusa da violência tanto na economia como na política.

A essência das democracias socializantes, em nossa época, é a liberdade de organização e de expressão para todos os grupos sociais. As democracias não são regimes

de indivíduos, mas de grupos. Tudo depende, então, da colaboração entre os grupos, onde cada um detém uma parte de autoridade, onde cada um dispõe de meios de ação política ou econômica. Estes diferentes grupos lutam pela distribuição da renda nacional. Os mais fracos ou os menos organizados sucumbem e vêem sua parte da renda nacional diminuir, absoluta ou relativamente. Portanto, duas questões se colocam: até que ponto as necessidades da coletividade chegam a ser reconhecidas e satisfeitas no meio destes conflitos? Até que ponto os diferentes grupos continuam a colaborar quando o essencial está em jogo?

Existe uma maneira simples, para os diferentes grupos, de serem todos vencedores ao mesmo tempo; é a inflação. Apenas a inflação, de fato, permite estar de acordo sobre vantagens aparentes a todos sem nada retirar de ninguém. A inflação francesa, por exemplo, não é apenas a consequência de má gestão, das devastações da guerra, da penúria alimentar, mas é o resultado de um regime onde o Estado, por fraqueza, é tentado a ceder a todas as reivindicações particulares. Concordamos com os aumentos de salários para acalmar os sindicatos operários, concordamos com a supressão da coleta para acalmar os camponês, liberamos os preços para acalmar os industriais; assim, cada um é contemplado transitoriamente. Mas todos protestarão depois porque a desvalorização da moeda, que atinge de forma desigual os diferentes grupos, criará insegurança generalizada com a qual o país inteiro acabará se indignando. Tiremos a lição desses casos extremos agora em termos abstratos; a luta pela distribuição da renda nacional pode terminar por diminuir a própria renda nacional, por frear o esforço dos investimentos, por atingir a moeda. A partir de certo ponto, devido à impotência do Estado, os antagonismos sociais se reproduzem infinitamente.

Para evitar o círculo vicioso dos conflitos, há apenas duas soluções para as sociedades democráticas: a salvaguarda da autoridade do Estado e a eficácia da gestão econômica. Uma sociedade democrática é infinitamente mais difícil de governar do que uma sociedade sem classes, não necessariamente porque ela é mais injusta ou mais cruel (em geral ela o é menos), mas porque pretende apagar as injustiças e deixa o direito de falar a todas as vítimas. André Gide falou em algum lugar, numa frase famosa, que é com bons sentimentos que se faz a má literatura. Podemos dizer também que é com bons sentimentos que se faz a má política. Para melhorar a sorte das massas populares a longo prazo é necessário aumentar o rendimento do trabalho a curto prazo. É necessário, por uma fiscalização eficaz e uma repartição administrativa dos víveres, aumentar a parte da renda nacional. Enquanto os diferentes grupos ou, talvez, aqueles que falam em seu nome estão de acordo no essencial, há uma boa chance de se chegar a compromissos viáveis. Mas, quando um dos grupos de elite está animado pelo desejo de revolução total, quando, bem longe de estar interessado no funcionamento harmonioso do regime existente, ele não sonha senão em alcançar o poder total, então, o próprio fundamento da democracia fica abalado, e uma espécie de guerra civil clandestina se mistura à luta normal dos partidos. Greves, reivindicações demagógicas se juntam às dificuldades intrínsecas da gestão em período de regressão. É fácil inflamar as reivindicações, mas, quando a coletividade está empobrecida, é difícil satisfazê-los.

Esta análise nos permite separar a significação que tornaria uma sociedade sem classes se ela sucedesse a estas sociedades democráticas, onde o pluralismo toca a anarquia. Como nos países atrasados, ela imporia pela pou-

pança forçada, pelo esforço acentuado de produção, o desenvolvimento indispensável da maquinaria. A unidade e a força do poder seriam restabelecidas suprimindo ou colocando sob suas ordens os grupos profissionais e políticos. Ela restabeleceria a coerência da elite, eliminando todos aqueles que não se subscrevessem ao dogma do Partido e à ideologia oficial. A sociedade sem classes suprimiria o proletariado no sentido formal e os capitalistas no sentido real, mas suprimiria, sobretudo, a distinção dos grupos e superporia a uma massa indiferenciada uma elite unificada. O sentido desta transformação não seria o fim da alienação do trabalho e, por consequência, de todas as alienações, mas a substituição de uma única oposição entre as massas e a elite aos inumeráveis antagonismos das sociedades democráticas.

Do mesmo modo, compreendemos por que meios temos uma chance de evitar tal transformação. Como regra geral, para lutar contra um movimento histórico poderoso, é preciso realizar ao contrário a mensagem da qual ele é portador. Tanto quanto apresentamos a mensagem como anunciadora de liberdade e igualdade, tentamos em vão rivalizar com a mitologia da sociedade sem classes que é o exato oposto da realidade da sociedade sem classes. Em troca, não está excluído concluir o esforço de maquinaria e a reconstrução do Estado por métodos menos brutais do que os que empregaria o comunismo. Todo o pensamento ocidental é falseado pelo fato de ele pretender lutar contra um mito, quando lhe faltaria lutar contra os defeitos reais de nossas sociedades. Ora, estes defeitos são bem diferentes daqueles que os mitos denunciam.

Não quero dizer que as reformas sociais não façam parte de uma tarefa a cumprir. Mas, na França, por exemplo, há muitas ilusões sobre o rendimento político, se ousa

dizer, dessas reformas. Todas as reformas sociais (seguro social, alocações familiares) são redistribuições da renda nacional. Elas não retornam ao controle dos capitalistas, mas incorporam-se aos preços, ao controle de todos os consumidores, quer dizer, ao controle dos assalariados. O fato de que uma importante parte dos salários seja doravante recebida não diretamente pelos salários individuais, mas indiretamente sob forma de prestações sociais, tende possivelmente a aguçar mais as reivindicações do que a atenuá-las. Na verdade, o que mais pedimos às democracias, ao menos no continente, é provarem que são viáveis, manifestando o mínimo de autoridade e de competência, sem as quais nenhum regime poderia sobreviver. Não lhes pedimos que sejam tão brutais quanto o seria um regime dito do proletariado, mas que reencontrem a brutalidade parcial que permite evitar a brutalidade total, reação inevitável à dissolução social.

Esta análise combinada da estrutura social e da estrutura da elite permite-nos igualmente esboçar a interpretação sociológica do terceiro regime característico de nosso tempo, o regime fascista. Tomo como característico o nacionalsocialismo alemão, porque ele se constituiu num país de capitalismo avançado. Muitos regimes qualificados vulgarmente de fascistas pertencem ao gênero de ditaduras civis ou militares que floresceram nas nações balcânicas ou latinas e que não se ligam à evolução econômica e social das sociedades modernas.

O fascismo típico comporta cerceamento e unificação da elite. Um dos grupos da elite, de fato uma equipe de politicólogos e de líderes de massa, toma conta do Estado,

suprime os monopólios dos meios de imprensa e de publicidade. Mas os diferentes grupos da elite, embora controlados, continuam pertencendo a meios diferentes, a ter concepções e, talvez, interesses opostos. À medida que descobrimos a história secreta do III Reich, percebemos a que ponto a fachada de unidade é enganosa. Os generais conspiraram e, se a sua maioria obedeceu até o fim, em cada etapa, tal ou qual abandonava o barco. Os antigos mestres da economia sobreviveram, os grupos sociais perderam temporariamente a liberdade de expressão e de organização, sua situação relativa não foi fundamentalmente modificada.

Na Itália, mais ainda do que na Alemanha, depois do desaparecimento de Mussolini e dos seus, o país se reencontrou não tal qual era 30 anos antes mas suscetível ao menos de retornar a um regime análogo àquele que o fascismo tinha liquidado. Os antigos grupos sociais reapareceram muito parecidos com o que eram, os velhos parlamentares retornaram à cena. O tumulto dos partidos e dos sindicatos substituiu de novo a praça pública. Uma revolução de tipo fascista mascara uma transformação da estrutura da elite e do modo de exercício do governo sem mudança da estrutura social.

Explica-se, portanto, em que condições uma revolução desse tipo tem chances de triunfar. A situação original do fascismo é a seguinte: os conflitos entre grupos sociais que participam igualmente da direção do Estado espalham a convicção confusa de que um grupo deve estabelecer o poder absoluto. Ao mesmo tempo, a revolução social que anuncia a ideologia da sociedade sem classes aterroriza os grupos não compostos pelos operários de indústria. Em tal situação, uma equipe de líderes de massa oferece uma saída: controle sobre a elite sem modificação

das condições de vida da grande maioria. Ora, o desenvolvimento do capitalismo incha essas massas não-proletarizadas, qualificadas por expressão vaga, que evito: classes médias. Na realidade, são empregados, assalariados semi-intelectuais, autônomos, comerciantes e artesãos, camponeses proprietários, todos esses grupos que, longe de declinarem com a evolução econômica, aumentam pouco a pouco em número, infelizes, empobrecidos em caso de crise econômica ou de inflação, dizimados pelo movimento espontâneo do capitalismo.

A rivalidade do fascismo e do comunismo pertence ao passado. Não que os homens tenham preferido um ao outro, mas o julgamento foi feito pelas armas. Controle ou unificação da elite exigem igualmente uma justificativa pela ideologia, quer dizer, pelo futuro. De um lado, a promessa era a de uma sociedade livre da pobreza e da injustiça, do outro a promessa do império alemão. A ideologia anacrônica, aquela da conquista em nome da raça superior, foi justamente a vencida.

Portanto, não subsiste mais do que um diálogo entre dois personagens, aquele da sociedade sem classes e o da democracia ocidental. Em termos de número, sobre o terreno eleitoral, parece-me provável que, na conjuntura atual, a democracia ocidental deva ganhar. Os grupos sociais rebeldes ao apelo da sociedade sem classes (mais ainda quando este se confunde doravante com a dominação da Rússia) devem normalmente ser mais numerosos do que as categorias sociais sensíveis a este apelo. As vítimas de pré-capitalismo inicial desapareceram pouco a pouco na França e na Grã-Bretanha (mas não na Espanha e na Itália), os operários da grande indústria e os adeptos do romantismo revolucionário não constituem maioria.

Disso não decorre que na França, por exemplo, o futuro da democracia pluralista esteja assegurado. Porque um regime não está certo de se manter senão quando cumpre o papel que lhe dita a história. Ora, não é certo que um Estado fraco e dividido possa gerir a economia com tanta eficiência, de modo que o progresso econômico permita superar a regressão e repartir eqüitativamente a renda nacional.

O futuro das democracias pluralistas depende, portanto, essencialmente de três fatores: a restauração de uma autoridade estatal, suscetível de arbitrar os conflitos dos grupos e de impor as decisões, mesmo impopulares, que exige o interesse comum da coletividade; a eficácia da administração econômica ou, mais amplamente ainda, a delimitação precisa de um sistema intermediário que não leve à cristalização e à paralisação, mas mantenha a mobilidade, que reanime os estimulantes, que engaje operários e empreiteiros em mais trabalho e desempenho; enfim, a delimitação da influência daqueles que não desejam favorecer a reconstrução no marco atual.

Estas observações não são, evidentemente, válidas a não ser para as democracias do continente. De fato, as da Inglaterra e dos países anglo-saxões apresentam a particularidade de serem apenas acessíveis à propaganda da sociedade sem classes. Já no início do século, Lenin se indignava com que os *trade-unions* britânicos estivessem ansiosos para melhorar a condição operária *hic et nunc*, e não para cumprir a missão do proletariado. Socialistas, como na Inglaterra, ou partidários da livre-empresa, como nos Estados Unidos, os sindicatos anglo-saxões são aquilo que se pode chamar no continente, em linguagem marxista, de reformistas. Aceitam fazer o jogo dos poderes característico da democracia ou, de outra forma, de conduzir a

batalha social segundo as regras da luta dos partidos. Aspiram a participar da elite e não a se assegurar, por sua vez, o monopólio do poder; apagam progressivamente a barreira de classes pela elevação do nível de vida, o acesso dos operários à propriedade, à co-gestão, ao sistema igualitário de educação. Em resumo, buscam melhorar as condições de existência e de promoção para os assalariados e seus representantes, sem modificar os marcos da presente sociedade.

Por que os países católicos, como a França e a Itália, são, neste ponto, sensíveis ao mito da sociedade sem classes? Estaria abusando de seu tempo se tentasse dar uma resposta completa. Ficarei limitado a algumas observações que se inserem na linha deste estudo. A medida pela qual os assalariados constituem um proletariado pela consciência que adquirem de sua situação e pela vontade de superá-la não é função da idade histórica das sociedades. A concentração das organizações sindicais não é função da concentração dos grupos sindicais. Com indústria sofrivelmente dispersa, a França tem sua CGT fortemente centralizada. A solidariedade ou a ausência de solidariedade entre operários e empregados, trabalhadores manuais e intelectuais, entre os diferentes grupos é determinada por fatores ideológicos e históricos mais do que por outros, econômicos e materiais.

A evolução normal das sociedades capitalistas, muito longe de facilitar, como pensava Marx, esta tomada de consciência do proletariado enquanto tal, torna-a mais difícil, porque os assalariados são cada vez menos universais e cada vez mais nacionais, porque são cada vez menos miseráveis, cada vez menos uniformes. A história não impede o proletariado de descobrir a missão que lhe atribuíra Marx, mas torna-a singularmente difícil. Ele só supera estas difi-

culdades em condições particulares, com a crise econômica engendrando empobrecimento, tentação de uma ideologia universal e messiânica.

Não é surpreendente, apesar de tudo, que as nações católicas sejam atraídas por uma ideologia de saúde contra o Estado atual e por um Estado futuro que restabeleceria a unidade do temporal e do espiritual. Não é acidente que os marxistas filósofos voltem aos textos do jovem Marx, nos quais a vontade de revolução se exprime na linguagem da dialética hegeliana e foge da fórmula de determinismo econômico-social. É em nome da vontade espiritual, e não invocando a necessidade material, que podemos retomar a fórmula da supressão das alienações. Mas até esta interpretação do marxismo se embaraça em contradições: porque, se para suprimir a alienação do operário com relação ao detentor dos meios de produção, nós o entregamos de corpo e alma a uma elite burocrática, nós, afinal de contas, o libertamos ou o subjugamos?

É chegado o momento de resumir o resultado destas análises, ao mesmo tempo muito breves e muito extensas.

Eu quis, inicialmente, indicar a vocês um método de análise que combinasse simultaneamente outros muito conhecidos, mas raramente utilizados: estrutura econômica, estrutura social, estrutura dos grupos de elite, a que conviria acrescentar a estrutura da prática constitucional, todos esses elementos indispensáveis à sociologia que se propõe a compreender a sociedade total.

Em segundo lugar, eu gostaria de ter conseguido convencê-los de que um dos traços mais característicos de cada estrutura social é a estrutura da elite, quer dizer, as

relações entre os grupos que exercem as funções dirigentes, o grau de unidade ou de divisão destes grupos, o modo de recrutamento da elite, a facilidade ou dificuldade de a penetrar. Sem dúvida, o sistema constitucional é uma característica de cada sociedade. Mas só compreendemos a realidade de um sistema constitucional levando em conta os homens que, de fato, o fazem funcionar. Os parlamentos aristocráticos do século XIX são essencialmente diferentes dos parlamentos populares de nosso século, mesmo que nenhuma linha da Constituição tenha sido modificada. O parlamento eleito pelo sistema proporcional, campo fechado onde comunistas e anticomunistas travam seu combate verbal no continente, difere profundamente dos parlamentos britânico e americano, nos quais os representantes dos diversos interesses tenta encontrar compromissos viáveis, respeitando as regras do jogo.

Em terceiro lugar, gostaria de lhes ter indicado o sentido que toma, na história, a sociedade sem classes. A elite unificada que se reclama do proletariado se oferece para preencher a função que deveria ter sido aquela do capitalismo, lá onde uma elite em decadência ou impotente não consegue liquidar as sobrevivências feudais e a dar ao país equipamento industrial. Ela se oferece para cumprir o papel que parece às vezes superar as forças das democracias socializantes, nos países que, antes ricos, estão hoje em dia empobrecidos: poupança forçada, investimentos, disciplina, estimulantes, tudo aquilo que os socialismos democráticos se recusam a impor, os adeptos da sociedade sem classes imporiam sem hesitar, porque dispõem dos meios materiais e morais necessários: poder ilimitado do Estado, ideologia de justificação.

Chegamos, assim, por diversos caminhos, a uma síntese das idéias marxistas e das de Pareto. Caracterizar uma

sociedade unicamente pela classe detentora dos meios de produção ou pelo caráter psicossocial da elite é igualmente insuficiente. A autoridade, a influência sobre o Estado dos chefes de indústria ou das finanças variam segundo os países capitalistas, segundo o mecanismo constitucional, segundo o poder dos dirigentes políticos. A repartição do poder mudou radicalmente do Império de Weimar à República de Weimar e ao III Reich, mesmo que os detentores dos meios de produção tenham sido mantidos em seu lugar. As variações das relações de força entre os grupos das elites são um dos fenômenos típicos da evolução econômica e social. Não é satisfatório definir o regime pós-capitalista pela entrada em cena dos empresários em substituição aos proprietários dos meios de produção, pois, dependendo de estes empresários progredirem para o interior de uma sociedade pluralista ou promovendo uma elite unificada, se definirá o caráter da sociedade. Os empresários formam um dos grupos de qualquer elite moderna. Não são jamais, enquanto empresários, o grupo dirigente. Abaixo deles, no capitalismo e no socialismo, existem os líderes de massa ou os políticos, aqueles que fixam os objetivos para os empresários e detêm o segredo da obediência das massas.

Tampouco a noção de uma elite violenta ou astuciosa ou a da substituição de uma elite violenta por uma elite astuciosa dá conta da complexidade dos fatos. É verdade que tanto as revoluções fascistas quanto as comunistas marcam o reforço dos meios de violência, o abandono dos métodos lentos e sutis pelos quais se convencem os homens em proveito dos métodos brutais, polícia e propaganda, pelos quais os sujeitamos. Portanto, certamente Pareto, compreendeu um dos aspectos da história contemporânea. Mas o fato da decadência da elite, de seu relacionamento

moral, permanece misterioso, inexplicado. Em realidade, existem modalidades múltiplas de renovação, de transformação, de decomposição das elites. Uma das formas típicas de decomposição, em nossa época, é a paralisia por conflitos internos. O método democrático de eleições para o Parlamento e de sindicatos livres implica o acesso dos representantes das massas populares às funções diretrizes. Este fenômeno, relativamente novo na história, dá nova característica à fórmula da circulação das elites; dá chance de que tenham êxito as sociedades felizes, a renovação progressiva sem transformação revolucionária; cria o perigo do qual não escapam as sociedades infelizes e as nações dilaceradas, os conflitos inexpiáveis que apenas a ditadura de um grupo consegue superar. A substituição de uma elite por outra, fato essencial no *Traité*, de Pareto, se torna explicável em ampla medida pelos fenômenos de transformação econômica e social que o marxismo nos ensinou a colocar em primeiro plano. A revolução do tipo marxista, tomada do poder total pelo partido que se reclama do proletariado, está ao mesmo tempo de acordo com o esquema de Pareto e o de Marx: vitória de uma elite e eliminação dos detentores dos meios de produção. São mistificadores, os que não vêm outra coisa senão a eliminação dos capitalistas e fazem crer que um Estado dono de toda a economia definha, quando ele se desenvolve, que uma sociedade sem classes não tem padrão, quando ela tem padrão único e todo-poderoso. Mas mistificador é também aquele que não vê que a troca de padrão e o desaparecimento dos detentores privados dos meios de produção causam profunda mudança do clima social e da hierarquia dos homens e das idéias.

Tinha dito, para começar, que a sociologia ajuda a pensar os motivos das lutas políticas, que ela jamais nos

dá uma decisão. Temo ter deixado transparecer minhas convicções pessoais. Gostaria simplesmente de completar dizendo que as decisões não podem ser ditadas pela simples análise do funcionamento social que propus neste estudo. Um único fator jamais decide o conjunto da sociedade, mas que uma elite seja unida ou dividida, que os dirigentes do Estado controlem ou não a economia e que a hierarquia seja fundada sobre a competência técnica, por um único partido ou muitos grupos trazem conseqüências consideráveis.

Uma sociedade sem classes pode ser eficaz e forte, pode dar alegria e orgulho a milhões de homens convencidos de construir seu futuro, pode dar-lhes até o sentimento de concluir na sua atividade o que poderíamos chamar de sentimento de liberdade. Tal sociedade produz soldados, operários, devotos, mas, acho, ela corre o risco de sufocar o indivíduo, responsável diante de sua consciência e mestre de seu próprio destino. Descartando este argumento, que ultrapassa o plano político, a teoria das elites divididas ou unidas nos transporta à velha idéia de que a liberdade depende de um sistema de poderes e de contrapoderes. Esta teoria deve, contudo, ser transferida do plano constitucional para aquele da sociedade global. Uma elite unificada significa o fim da liberdade. Quando os grupos de elite não são apenas diferentes, mas desunidos, isto acarreta o fim do Estado. A liberdade sobrevive apenas nestas regiões intermediárias, continuamente ameaçadas, onde existe a unidade moral da elite, onde os homens e os grupos preservem o segredo da sabedoria simples e eterna e já aprenderam como conciliar autonomia e cooperação.

Capítulo 4

*Classe social, classe política, classe dirigente**

Os sociólogos não chegam a uma conclusão sobre a definição do termo classe, seja porque nem todos o empregam para designar a mesma realidade, seja porque tenham outra visão da realidade à qual ela se aplica. Pelo menos admitem que os grupos sociais merecem ser chamados de classes. A própria legitimidade de conceitos como “classe política”, “classe dirigente” ou “elite” permanece discutível para certo número de sociólogos. Existe a classe dirigente ou *ruling class* ou se trata apenas de um mito? A *power elite* ou elite de poder se origina na imaginação morosa do sociólogo ou domina efetivamente a sociedade americana?

A maioria dos sociólogos americanos não gosta muito do conceito de classe dirigente, pois a existência de uma classe dirigente parece contraditória com a ideologia do

* Publicado em *Archives européennes de sociologie*, I, 2 (1960) p. 260-281. Agradecemos a Jacques Lautman de nos ter autorizado a publicação deste texto.

“governo do povo pelo povo para o povo”. Os sociólogos marxistas gostam menos ainda deste conceito, já que, segundo a ideologia soviética, os “monopolistas” reinam nos Estados Unidos, e os “proletários”, na União Soviética. A existência de uma classe dirigente é incompatível com a antítese do regime burguês (no qual os monopolistas governam) e do regime socialista (no qual o proletariado está no poder): se existe uma realidade social que responde ao conceito de classe dirigente, resulta disso que, nos Estados Unidos, não são os monopolistas e que, na União Soviética, não são os proletários que exercem as funções superiores da administração e do Estado.

Esta referência às doutrinas oficiais não deveria sugerir uma intenção polêmica, mas apenas lembrar um fato incontestável: o problema da classe dirigente está repleto de implicações ideológicas. A análise sociológica deveria ter por finalidade delimitar as possibilidades e os limites do estudo objetivo.

Todos os teóricos da sociologia, no início do século XIX, Saint-Simon e Augusto Comte, Alexis de Tocqueville e Karl Marx, enfatizam a oposição entre o Antigo Regime e a sociedade moderna, pós-revolucionária. A sociedade pré-revolucionária era composta de ordens ou estados. Antes de 1789, os franceses não nasciam livres e iguais, não tinham todos os mesmos direitos, não estavam todos submetidos às mesmas obrigações. A heterogeneidade do estatuto jurídico e não apenas de ocupação, de renda ou de estilo de vida era tida por normal. Qualquer que fosse a mobilidade social, as classes eram hereditárias; o estatuto jurídico do nobre como o do não-nobre estava deter-

minado pelo nascimento. A Revolução Francesa fez emergir uma sociedade cujos princípios são fundamentalmente outros. Todos os membros da coletividade se tornaram teoricamente submetidos à mesma legislação, e, mesmo que a limitação ao direito de voto, a distinção dos cidadãos ativos e passivos tenham sido mantidas na Europa Ocidental durante a maior parte do século passado, os teóricos reconheceram e proclamaram a extensão universal da cidadania. Juridicamente homogênea, composta de cidadãos iguais perante a lei, a sociedade moderna também era dividida em grupos (emprego intencionalmente o termo mais vago), que se organizavam numa hierarquia mais ou menos nítida, os membros de cada grupo tendo bastante traços em comum para serem discerníveis dos membros dos outros grupos. Tratava-se de interpretar a diferença entre a sociedade do Antigo Regime e a sociedade moderna, de precisar a relação entre os estados de ontem e os *grupos sociais* de hoje.

Uma primeira interpretação é aquela que resume a célebre parábola de Saint-Simon: suponhamos que eliminemos de um momento para outro, por uma catástrofe, a elite¹ dos diplomatas, dos conselheiros de Estado, dos ministros, dos parlamentares, dos generais; a sociedade não será mortalmente atingida, a mesma quantidade de riquezas será produzida, as condições de vida da grande maioria não serão sensivelmente afetadas. Ao contrário, suponhamos que desapareça a elite dos banqueiros, industriais, engenheiros e técnicos; a sociedade ficará paralisada, já que a produção das riquezas será interrompida ou diminuirá. Este texto famoso tem por tema central a oposição

1. Chamo aqui de *elite* a minoria que, em cada uma das profissões enumeradas, mais se destacou e ocupa as posições mais elevadas.

da sociedade industrial e da sociedade político-militar. Aquela é a infra-estrutura, esta não é mais do que a super-estrutura (se traduzimos em expressões marxistas a distinção saint-simoniana). As duas escolas, saint-simoniana e positivista, de um lado, marxista, de outro, divergem a partir da interpretação dada, por cada uma delas, às oposições no interior da sociedade industrial. Saint-Simon e Augusto Comte, sem negar os conflitos de interesse entre empregadores e empregados, consideram-nos secundários, os interesses de uns e outros estando fundamentalmente coincidindo, mas opostos àqueles dos sobreviventes da era teológica e militar. Ao contrário, segundo Karl Marx, a oposição entre assalariados e capitalistas, entre operários e proprietários dos meios de produção é decisiva. Uns e outros constituem classes e a luta entre estas duas classes é a mo-
la do movimento histórico e, finalmente, da revolução socialista.

O marxismo é, por assim dizer, uma interpretação da sociedade do Antigo Regime à luz da sociedade moderna, e da sociedade moderna à luz da sociedade do Antigo Regime. Nem a igualdade jurídica nem mesmo a igualdade política modificaram tanto a condição do povo. Os operários não são “liberados” porque votam a cada quatro anos. Os *grupos sociais* das sociedades modernas não são menos limitados, eles não comportam uma hierarquia menos nítida do que as ordens pré-revolucionárias. Mas, se são comparáveis a estas, a despeito da igualdade jurídica dos indivíduos, não projetam uma luz, retrospectivamente, sobre a origem real, sobre o fundamento da estrutura do Antigo Regime? A classe superior (empreguemos daqui por diante este termo em lugar de grupo social) é sempre aquela que possui os meios de produção: ontem a terra, e a terra ou as fábricas hoje em dia. Os capitalistas são, na nossa

época, o equivalente dos barões feudais, e estes, no seu tempo, o equivalente dos capitalistas. Marx não nega a originalidade da sociedade moderna tal qual os saint-simonianos a mostraram, mas nega a solidariedade essencial dos produtores, apontada pelos economistas saint-simonianos e positivistas. Não é senão depois da revolução socialista que as classes sociais, tanto as do Antigo Regime como as da sociedade moderna, desaparecerão e que se cumprirão as promessas que oferece o desenvolvimento prodigioso das capacidades produtivas.

Esta interpretação das duas sociedades, pré e pós-revolucionária, do mesmo modo, tem por consequência, entre outras, a comparação entre o aparecimento da burguesia e o aparecimento do proletariado. Como as relações de produção capitalistas se formaram no seio da sociedade feudal, as relações de produção socialistas se formarão no seio da sociedade capitalista, e a revolução socialista atribuirá poder ao proletariado como a revolução burguesa atribuiu poder político à burguesia, que detinha de antemão a realidade do poder social. Mas esta mesma associação ilustra imediatamente o paradoxo, ou, mais do que isso, a contradição interna, da interpretação marxista.

No interior de todas as sociedades complexas, distinguimos grupos diferentes segundo a ocupação exercida (agricultores, comerciantes, artesãos) e, no interior de cada um destes grupos, uma hierarquia em função da propriedade, do sucesso, da fortuna, dos rendimentos. O senhor feudal e o capitalista agrário ou industrial têm em comum a propriedade de um meio de produção. Mas a função do senhor feudal era militar; uma vez garantida a segurança dos camponeses, estes não têm mais necessidade do senhor. Não têm necessidade do equivalente ao proprietário agrário senão nas grandes exportações, onde

o trabalho coletivo requer funcionários de organização ou de Justiça. Nas fábricas ou nas usinas, estes funcionários de organização ou de gestão são evidentemente indispensáveis, mesmo que não sejam proprietários. Em outros termos, a eliminação dos capitalistas não significa necessariamente a eliminação dos gerentes do trabalho coletivo; significa apenas a eliminação dos proprietários; os não-proprietários continuam exercendo as funções de organização ou de gestão.

A comparação entre o surgimento do terceiro e do quarto estados torna-se duplamente problemática. A burguesia representava, aos olhos de Saint-Simon e de Karl Marx, a classe do trabalho por oposição à aristocracia, de origem feudal, classe militar. A oposição entre a burguesia e o proletariado, ao contrário, se situa no interior da sociedade moderna. A aristocracia podia desaparecer se não preenchesse mais a função militar ou se esta função fosse substituída por outras. Do mesmo modo, a burguesia pode desaparecer na medida em que se define pela propriedade dos meios de produção e no momento em que os proprietários individuais não respondem mais a uma necessidade. Mas as funções preenchidas pelos burgueses, organização e gestão do trabalho coletivo deverão ser preenchidas por outros. Em que os limites previstos de uma sociedade industrial sem propriedade dos instrumentos de produção difere destes mesmos limites quando subsiste a apropriação individual dos meios de produção? Tal é a primeira questão que se coloca a respeito do surgimento do proletariado.

Além do mais, a burguesia constituía, no interior da sociedade pré-revolucionária, uma minoria privilegiada. Ocupava, antes da Revolução, posições de comando e de prestígio. A revolução deu aos burgueses o poder político

que exerciam anteriormente o rei e, de alguma forma, os nobres. Mas, ao assumir o poder, os burgueses mantiveram-se iguais. Ao contrário, o proletariado pode delegar “representantes” ao exercício do poder político, mas os representantes deixam de viver como proletários no dia em que dirigem uma fábrica, um truste ou um ministério. Os burgueses no poder permanecem burgueses. Os proletários no poder deixam de sê-lo.

Alexis de Tocqueville, cujo pensamento não é menos centrado do que aquele de Comte ou de Marx na comparação do Antigo Regime e da sociedade moderna, também considera as classes sociais como os principais personagens da história: “Eu falo das classes. Só elas devem ocupar a história.”²

Não mais do que Marx em *As lutas de classe na França* ou *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ele não relaciona sistematicamente as classes às tomadas. Mas o descendente da velha nobreza, como o profeta do socialismo e igualmente os bons observadores, evoca, no curso de seu relato ou análise, a aristocracia (Marx distingue duas frações, legitimista-agrária, orleanista-bancária), a grande burguesia de negócios ou de lei, os camponeses (muitos proprietários), a pequena burguesia das cidades (artesãos ou comerciantes), os operários (Marx acrescenta a plebe ou o subproletariado). Todos esses grupos, alguns dos quais são sobreviventes do Antigo Regime e outros pertencem à sociedade moderna, aparecem em pessoa na cena da história. Em junho de 1848, são os próprios operários que combatem sozinhos, abandonados por seus chefes. A guarda nacional, ela também, é composta por pequenos burgueses.

2. A. de Tocqueville, *L' Ancien Régime et la Révolution*, liv. II, cap. XII (ed. J. P. Mayer), p. 179.

sés que possuem o sentimento de lutar por si próprios, por seu interesse de classe.

A existência do Estado, do aparelho do Estado, civil e militar, não obstante cria dificuldades para esta interpretação da história social e política em termos de classes. Luís Napoleão e seu círculo originário da boemia parisiense se amparavam no Estado francês. Qual é a classe no poder? Os camponeses-proprietários que votaram em massa pelo sobrinho do grande imperador? A grande burguesia capitalista cujos interesses serão preservados, protegidos pelo regime imperial? É a relação dos grupos sociais que se exprime no regime imperial? Esta relação teria permitido outro regime? E quais teriam sido as consequências de uma república burguesa?

Para Tocqueville, embora as classes fossem os principais personagens da história, o Estado — o governo — não se explica inteiramente pelas classes e suas lutas. Os governantes são, por assim dizer, os representantes, mas nem a forma de representação, nem as regras constitucionais são rigorosamente determinadas pela conjuntura social. As sociedades modernas tendem à igualdade, mas podem ser liberais ou despóticas.

Marx observa o enorme aparelho de Estado e a conquista deste aparelho por um bando de aventureiros. Recusa-se a tirar dos fatos a lição que estes comportam, como a não-correspondência termo-a-termo dos conflitos políticos e das lutas sociais, a eficácia do aparelho de Estado, jamais independente das classes sociais, mas, tampouco, jamais adequadamente definido pelo poder de apenas uma classe. Marx, tendo afirmado dogmaticamente que o Estado é o instrumento de exploração a serviço da classe dominante, observa, como historiador, a relativa autonomia da ordem política. Recusa, entretanto, reconhecê-la expli-

citamente. Busca refúgio na utopia quando projeta a revolução proletária. A verdadeira revolução consistirá em *destruir* o aparelho de Estado e não em conquistá-lo como o fazem todas as revoluções que mantêm a sociedade de classes e a dominação-exploração das massas pela burguesia.

A utopia de uma revolução que destrói o aparelho de Estado é alvo fácil para os teóricos realistas da classe dirigente.

Os teóricos modernos das *elites* ou das *oligarquias*, G. Mosca, V. Pareto, R. Michels, são, por um lado, os descendentes legítimos da filosofia política clássica. Mas eles são, ao mesmo tempo, críticos da democracia parlamentar e da utopia socialista. Os filósofos da política jamais colocaram em dúvida a desigualdade dos homens em capacidade intelectual, a desigualdade dos cidadãos em riquezas ou em poder. O problema, a seus olhos, não era apagar estas desigualdades, naturais ou sociais, mas assegurar a ascensão dos mais dignos aos postos de responsabilidade, ao mesmo tempo estabelecendo relações recíprocas de autoridade e obediência, de indulgência e de confiança entre governantes e governados. Maquiavel tinha sugerido que estas relações não foram sempre o que, segundo os moralistas, deveriam ser e que os meios mais comumente usados pelos governantes, a força e a esperteza (os leões e as raposas), são condenáveis e necessários. Mas, numa abstração feita ao pessimismo de Maquiavel, a concepção clássica corre o risco de parecer cínica se for utilizada contra a ideologia democrática ou socialista. Dizer que todos os partidos, aqui compreendidos os que se dizem

democráticos e que se submetem a uma constituição democrática, são de fato dirigidos por um pequeno número dos homens, por um estado-maior, ou menos permanente, é resgatar a lei de ferro da oligarquia, lei que não se mostra decepcionante ou escandalosa a não ser para as democracias levadas a acreditar que o poder *do* povo é exercido *pelo* povo.

O que é válido para um partido é válido *a fortiori* para um regime. Qualquer que seja o modo de recrutamento dos governantes, qualquer que seja o funcionamento, na teoria ou na prática, do Estado, um regime está sempre nas mãos de um pequeno número de homens. Neste aspecto, os regimes ditos democráticos não diferem dos regimes ditos despóticos ou autoritários. As *fórmulas* mudam, quer dizer, as idéias ou princípios em nome dos quais a minoria reina; *o fato oligárquico* permanece. Durante a primeira parte de sua vida, G. Mosca *desmascarou* infatigavelmente as democracias liberais e burguesas, apontando, por trás da burocracia das instituições e dos apelos ao povo, o poder dos homens políticos e, além disso, as intrigas e pressões dos homens das finanças e da indústria. V. Pareto perseguiu o mesmo objetivo, em tom mais polêmico ainda, e, sempre se declarando de acordo com Marx sobre a luta de classes, denunciou, de antemão, a futura revolução dita proletária como um exemplo suplementar de revolução feita por uma minoria para o proveito de uma minoria. Marx admitia a interpretação oligárquica de todas as revoluções, *exceto* da revolução socialista. Era fácil e tentador recusar esta exceção e remeter ao alinhamento do passado a pretendida revolução do grande número em proveito de todos.

Para designar estas oligarquias que Mosca destacava sobretudo a partir de sua fórmula respectiva e que Pareto

caracterizava por sua atitude psicossocial (os violentos e os trapaceiros, os sindicalistas revolucionários e os plutocratas), três termos foram utilizados: *elite*, *classe política* e *classe dirigente*. A escolha entre estes três termos pode passar por livre: afinal de contas, os sociólogos utilizam legitimamente as palavras que lhes agradam, desde que as definam com precisão. Mas a hesitação entre os termos reflete um equívoco relativo à realidade.

Pareto começa por definir a elite de maneira objetiva, ou seja, referindo-se a traços externos observáveis. Consideremos aqueles que, não importa em que ocupação, prostitutas ou sábios, se afirmaram e são tidos por seus pares e pelo público como os melhores: o conjunto daqueles que “tiveram sucesso” constitui aquilo que chamaremos de elite da sociedade, os *melhores* (*οι ἀριῶτοι*) não no sentido moral, mas no sentido social e, por assim dizer, neutro. Mas, em geral, Pareto, quando fala da elite, visa não ao conjunto daqueles que triunfaram, mas aqueles que em pequeno número exercem as funções políticas de administração ou de governo; e também aqueles que, sem serem funcionários, deputados ou ministros, influenciam ou determinam o comportamento da minoria governante. Pessoalmente também dou a esses três termos, *elite*, *classe política* e *classe dirigente*, três sentidos diferentes. Designo para cada um deles uma realidade diferente, ou, se quisermos, descubro, com a ajuda de cada um deles, um problema diferente.

Utilizo o termo *elite* no sentido mais amplo: o conjunto daqueles que, nas diversas atividades, são alçados ao topo da hierarquia e ocupam posições privilegiadas, que consagram a importância seja dos rendimentos, seja do prestígio. O termo *classe política* deveria ser reservado à minoria, muito mais reduzida, que exerce efetivamente as funções políticas do governo. A classe dirigente se situaria

entre a elite e a *classe política* : cobre aqueles privilegiados que, sem exercerem funções propriamente políticas, não deixam de exercer influência sobre aqueles que governam e aqueles que obedecem em razão de autoridade moral, ou poder econômico ou financeiro que detêm.

Destes três termos, elite é o que emprego de menos boa vontade, porque tem ressonâncias equívocas.³ É possível, é útil constituir um conjunto que englobe todos aqueles que venceram, aqui compreendidos os reis da plebe? O sucesso em algumas ocupações, como a dos artesãos, praticadas na solidão é pouco conhecido fora de um círculo estreito e não confere nem autoridade, nem celebridade. Não é nem muito fácil, nem muito útil traçar o círculo no interior do qual os *triunfadores* asseguram o ingresso na elite. Esta palavra para nada mais serve senão para recordar a lei de ferro da oligarquia, a desigualdade dos dons e dos sucessos (sem que os sucessos sejam sempre proporcionais aos dons).

Ao contrário, as expressões classe política e classe dirigente colocam importante problema: o das relações entre a minoria que exerce efetivamente o poder político e outra, menos reduzida, que exerce as funções de comando ou de prestígio na sociedade e não no Estado. Todo regime, seja democrático ou soviético, comporta uma classe política. Uma sociedade não comporta *uma* classe dirigente se os dirigentes da indústria, os dos sindicatos operários, os dos partidos políticos se consideram inimigos uns dos outros, a ponto de não ter consciência alguma de solidariedade.

3. Ao contrário, não faço objeção ao emprego do termo elite no plural, como equivalente do que chamo, mais adiante, de categorias dirigentes.

O fato — ou a lei de ferro — da oligarquia pode ser enfatizado com uma intenção agressiva em face das ideologias. Os democratas ingênuos imaginam que o povo governa no Oeste, enquanto os eleitores são efetivamente “manipulados” por políticos “velhacos”. Os comunistas, cren-tes ou cínicos, afirmam que o proletariado está no poder na União Soviética enquanto o partido, o Comitê Central e o Praesidium, ou seja, o secretário-geral do Partido, “manipulam” as massas, e, em nome do proletariado, exercem poder mais absoluto do que aquele dos reis ou dos imperadores no passado. Esta argumentação, polêmica e política, é barata. Não nos interessa, mesmo que comporte, evidentemente, parte de verdade, mas coloca o problema sem trazer a solução. Estando entendido que sempre e em toda parte um pequeno número governa, que pequeno número é este? Quais são o recrutamento, a organização e a fórmula? Como a autoridade é exercida? Quais são as relações da classe política com os outros privilegiados, os outros detentores de poder ou prestígio?

Estas questões são tanto mais inevitáveis quanto mais progrediu a diferenciação social, ao longo do século transcorrido a partir das primeiras doutrinas sociológicas, ao mesmo tempo em que se afirmou a reivindicação de igualdade. Hoje em dia a questão da igualdade perante a lei não é mais colocada em dúvida no plano teórico, e a universalidade da participação política pelo direito de voto não é mais núcleo de conflito. Todos os membros da comunidade são cidadãos. Mas os cidadãos, no plano do que Hegel chamava “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*), no plano da atividade econômica, têm, cada um, uma ocupação. As funções de administração, no nível da cidade, da região ou do Estado, como as funções políticas (comumente eletivas) nestes diversos níveis, são exercidas por ho-

mens que são, ou se tornam, profissionais. A classe política não é hereditária nem a Leste nem a Oeste. No Leste, como no Oeste, os detentores da autoridade estatal têm com os homens do poder econômico e os de prestígio intelectual ou espiritual relações que precisam ser especificadas. Precisamos analisar as diversas categorias sociais que podem pertencer à classe dirigente ou às diversas espécies de elite, se queremos comparar as sociedades pelo enfoque de sua classe política ou de uma classe dirigente.

Quatro antíteses — *poder temporal e poder espiritual, poder civil e poder militar, poder político e poder administrativo, poder político e poder econômico* — ilustram, parece-me, a diferenciação moderna das funções de comando, a multiplicação dos grupos sociais capazes de exercer efetivamente as funções de comando ou de influenciar substancialmente aqueles que as exercem.

Em todas as sociedades, os que estabelecem a hierarquia dos valores, que formam as maneiras de pensar e determinam o conteúdo das crenças, constituem aquilo que Augusto Comte chamava de poder espiritual. Em nossa época, o poder espiritual é dividido ou disputado por três espécies de homens: os padres, sobreviventes do poder espiritual que o fundador do positivismo chamava de *teológico*; os *intelectuais*, escritores ou sábios; e os *ideólogos* do partido. Qualquer observação, superficial que seja, dos regimes soviético e ocidental é suficiente para que percebamos uma diferença fundamental nas relações estruturais das *categorias dirigentes* ou das elites: segundo a fórmula soviética, são as ideologias do Partido que proclamam a verdade suprema e ensinam o que é sagrado. Os padres são oficialmente considerados em baixa estima, e os intelectuais devem subscrever-se à verdade ideológica, mais ou menos ampla segundo os momentos e os homens.

O poder, nas sociedades modernas, se quer civil na sua origem e na sua legitimidade, já que invoca legitimidade democrática. Mas ele não é efetivo senão na condição de obter a obediência dos chefes do Exército e da polícia. Também, de fato, em nossa época, são numerosos os regimes que devem seu aparecimento à ação do Exército. Numerosos são os homens políticos que já vestiram uniforme e que devem a seu passado militar toda ou parte de sua autoridade moral ou de seu prestígio.

O Estado moderno é antes de tudo um Estado administrativo. Os cidadãos, enquanto sujeitos econômicos, estão permanentemente submetidos às ordens dos funcionários, que, em cada circunstância, fixam as regras da competição entre indivíduos e interpretam as leis. Este poder administrativo é, em certo sentido, “despersonalizado” e às vezes “despolitizado”: os funcionários ordenam enquanto funcionários e os cidadãos obedecem às leis e aos representantes anônimos do Estado. Mas os grandes funcionários pertencem, não obstante, à minoria governante, tanto porque influenciam as decisões dos políticos quanto porque o poder administrativo influi sobre a repartição do produto social, o que constitui um dos motivos da luta entre os grupos sociais.

Os homens políticos são diferenciados, no Oeste, dos administradores, mesmo que, em alguns regimes, os ministros sejam escolhidos entre os funcionários. Eles são mais ou menos “profissionais”, segundo seja ou não a política sua carreira exclusiva e a fonte única de seus recursos, mas são sempre “diferenciados” no sentido de que sua atividade, de representantes ou de ministros, se insere num feixe de obrigações, direitos e ações específicos.

O conjunto desses comportamentos políticos está ligado a outros conjuntos de comportamentos sociais, mais

estritamente ao conjunto que podemos chamar de econômico: *os administradores do trabalho coletivo*, proprietários dos meios de produção, gerentes e engenheiros, e *os líderes de massas*, dirigentes de sindicatos operários e, eventualmente, dirigentes dos partidos políticos, desejosos de organizar um grupo profissional (os operários de indústria) na base de uma filiação de classe.

Estas categorias dirigentes estão todas presentes em qualquer sociedade moderna, seja ela de regime soviético ou ocidental. Chamo de *estrutura da classe dirigente* ou *das categorias dirigentes* as relações previstas pela fórmula ou impostas pela lei ou hábito entre as diversas espécies de privilegiados, detentores seja de autoridade moral ou de poder legal, seja de poder efetivo econômico ou social. Os regimes do tipo ocidental são definidos não apenas pela diferenciação destas categorias, mas pelo livre diálogo entre elas. Os regimes do tipo soviético são definidos por menor diferenciação e, sobretudo, por menor liberdade de diálogo ou de oposição entre os padres e os intelectuais, entre os intelectuais e os ideólogos, os ideólogos e os chefes do Partido, os chefes do Partido e os governantes. Os funcionários do trabalho coletivo não constituem uma categoria separada dos funcionários de Estado. Os líderes de massa, ao nível das empresas, e os secretários de sindicatos têm função de aliciamento mais do que de reivindicação e são recrutados em consequência disso.

Um regime como o soviético, em relação a um ocidental, apresenta duas características consideráveis: ele tende a restabelecer a confusão da sociedade e do Estado de quando a modernidade criava ou acentuava a diferenciação, separando as funções políticas, tolerando as organizações profissionais ou políticas, independentes, umas das outras, e legitimamente rivais. No Oeste, os administra-

dores do trabalho coletivo são, da empresa até o escritório central de planejamento, funcionários, enquanto, no Oeste, estes administradores se repartem em múltiplas categorias (proprietários, gerentes não-proprietários, funcionários de Estado). No Leste, os chefes de partido são, ao mesmo tempo, em caráter permanente, chefes do Executivo, líderes de massas e ideólogos oficiais, enquanto no Oeste os governantes enfrentam a oposição dos secretários de sindicatos, mais ou menos independentes, e a dos escritores, pensadores e ideólogos, que não cessam de discutir sobre o verdadeiro e o falso, o sagrado e o escandaloso, sem que a voz dos governantes temporários seja capaz de dominar o tumulto dos debates ou da propaganda.

Estas observações não visam a desenvolver uma teoria da classe dirigente, no Leste ou Oeste, mas apenas a indicar o tipo de problema que coloca o estudo das *oligarquias modernas* ou, se se prefere, o estudo do *fato oligárquico nas sociedades modernas*. A diferenciação social não dispensou os *oligarcas*, mas chegou a duas modalidades extremas: o reagrupamento das categorias dirigentes sob a autoridade temporal e espiritual dos chefes do partido único e a desintegração da classe dirigente numa espécie de guerra fria permanente entre as categorias dirigentes. A maioria dos regimes ocidentais se situa entre essas duas formas extremas. A Inglaterra me parece o exemplo mais típico de um país cujo regime, de tipo ocidental, possui ainda uma classe dirigente: as camadas superiores do mundo dos negócios, da Universidade, da imprensa, da Igreja, da política se reencontram nos mesmos clubes, têm comumente laços de família conscientes de formar uma comunidade, com representação relativamente definida do interesse superior da Inglaterra. Esta classe, aberta aos talentos, absorve indivíduos de origem modesta e não re-

jeita entre os seus aqueles que foram cabeças de movimentos populares de protesto. As categorias dirigentes constituem uma classe dirigente na medida em que a classe política e a elite social estão imbricadas uma na outra.

O estudo empírico de uma categoria dirigente comporta essencialmente quatro aspectos: qual é a origem social, qual é o recrutamento dos homens políticos (ou dos altos funcionários ou dos intelectuais)? Quais são as qualidades que parecem assegurar o sucesso, quais são as modalidades da carreira? Quais são a maneira de pensar e a concepção da existência características dessa categoria? Qual é a coerência, qual é a consciência de solidariedade dos membros dessa categoria?

Quando se trata da classe política, das relações entre dirigentes de indústria e dirigentes do Estado, estas últimas interrogações se tornam evidentemente decisivas, e outras se acrescentam a elas. As decisões mais graves são tomadas por um ou por alguns homens. É, talvez, um homem quem deve escolher entre a paz e a guerra. Neste sentido, a concentração de poder não é hipótese, mas fato. A questão está em saber em qual medida as decisões, tomadas pelo presidente dos Estados Unidos ou os membros do Gabinete, exprimem os interesses, a vontade ou o ideal de um pequeno grupo que batizaremos de "elite de poder", ou "monopolistas", ou "capitalistas".

Esta questão é mais empírica do que teórica, ela depende da observação e não da doutrina ou da análise de conceitos. As observações seguintes visam, portanto, a circunscrever o sujeito, não a discuti-lo. Ocorre que um regime fundado sobre a propriedade dos instrumentos de pro-

dução, as medidas tomadas pelos legisladores e pelos ministros não estarão em oposição fundamental aos interesses dos proprietários. Os governantes não são radicalmente hostis aos interesses daqueles que venceram no plano econômico. Os dirigentes das democracias ocidentais não são, e não podem ser, inimigos dos regimes que os soviéticos chamam capitalista, porque ele admite a propriedade privada dos meios de produção e não impõe a planificação total. Mas esta proposição é muito evidente para ser instrutiva.

É preciso ir além deste raso para formular as verdadeiras indagações. Um regime capitalista, segundo uma definição também vaga, comporta modalidades extremamente diversas, extensão mais ou menos grande da propriedade coletiva e da planificação, fiscalização mais ou menos progressiva etc. Para que o poder, numa democracia ocidental, possa ser decretado pertencente aos capitalistas ou aos monopolistas, seria preciso estabelecer que estes capitalistas ou monopolistas têm consciência de sua solidariedade, que têm uma idéia comum de sua classe e de seu interesse de classe. Os fatos, numa primeira abordagem, não parecem sugerir que esta consciência exista ou que este interesse de classe seja conhecido e reconhecido por aqueles que deveria juntar.

Que um dirigente da Standard Oil ou da General Motors intervenha junto ao Departamento de Estado para obter encomendas ou a sustentação do governo contra uma ameaça de nacionalização, nada mais normal e verossímil. Boa demonstração seria que os dirigentes políticos tomassem decisões porque estas estariam ligadas aos interesses de uma grande corporação influente, de grandes corporações ou de "monopólios" em si mesmos. Ora, é precisamente este fato que não é demonstrado e que parece mesmo improvável.

Os homens de negócios republicanos que povoavam a administração Eisenhower pregavam e aplicavam a doutrina da moeda sã e do rigor financeiro porque esta satisfazia seu sistema de valores, se bem que tivesse sido, sob muitos aspectos, menos propícia ao aumento dos benefícios do que a doutrina alheia. Eles se esforçavam por reduzir os gastos militares, buscando o equilíbrio do orçamento. Eles não tinham uma interpretação comum da conjuntura internacional e teriam ficado muito aflitos se tivessem que dizer qual diplomacia respondia ao interesse de classe do grande capitalismo.

Que os chefes do Exército e os dirigentes da indústria estejam em íntimas relações, nos Estados Unidos de hoje em dia, em razão do controle de armamentos, em razão também dos cargos oferecidos pela indústria aos generais após sua aposentadoria, ninguém discute. Seria outro comportamento da política exterior se estes laços fossem menos íntimos? Os generais apóiam um programa porque sonham com futuras gratificações? Qualquer que seja o regime, chefes do Exército e chefes da indústria, numa sociedade industrial, estarão intimamente ligados. A diplomacia americana e o volume dos armamentos são determinados por estes vínculos pessoais ou sociais? A meu ver, ninguém tornou ainda verossímil a resposta positiva a tal pergunta.

Resta-nos precisar as relações entre estas categorias dirigentes e as classes sociais. Estas relações são, evidentemente, diferentes segundo os tipos de sociedade e os tipos de regime. Elas serão consideradas apenas no caso da moderna sociedade industrial, tal como se desenvolveu no século XX

nos Estados Unidos, União Soviética e Europa Ocidental.

A massa da população é repartida entre as ocupações — exploração agrícola, indústria, serviços — que o progresso econômico multiplicou e diferenciou. Os rendimentos de cada um dependem essencialmente do lugar ocupado no processo de produção, lugar este definido pela relação com a propriedade dos meios de produção ou pela qualificação do trabalho desenvolvido, ou pelos dois critérios ao mesmo tempo. Uma sociedade do tipo soviético não deixa subsistir senão o segundo critério, pois elimina radicalmente a propriedade dos meios de produção. A organização social que parece primordial aos indivíduos é o sistema de produção e trocas, a comunidade familiar não sendo mais uma unidade de produção, e as comunidades religiosas ou ideológicas não fornecendo mais, na maioria dos casos, os meios de vida. A “sociedade civil”, no sentido que Hegel atribua a esta palavra, engloba o conjunto da coletividade e constitui, por assim dizer, a infra-estrutura. Produziria ela classes inimigas, as quais uma, a explorada, tem por missão a mudança revolucionária do regime estabelecido? Nem na União Soviética, nem nos Estados Unidos, a classe operária é revolucionária, ou seja, não parece pensar ou agir como se tivesse por objetivo ou por ambição a transformação do regime econômico ou político. Tampouco está no poder nem se transformou em “classe universal” no Leste ou Oeste. Parece revolucionária, na França e na Itália, na medida em que o partido ao qual grande número de operários dá seu voto se diz defensor de um regime do tipo soviético, no interior de uma sociedade do tipo ocidental.

Os operários de indústria, russos ou americanos, estão integrados a uma organização administrativa e técnica. O estudo empírico estabelece a amplidão das diferenças

de salários no interior da classe operária. Qual é a hierarquia dos salários, do gerente ao operário mais qualificado? Terá o conjunto de operários a mesma maneira de viver, as mesmas convicções, terá ele consciência de constituir uma unidade social ou histórica, com missão própria? Em outros termos, quando se trata de classes — e nós tomamos o exemplo da classe operária porque é ela que, em todos os autores, apresenta as características de classe de forma mais acentuada —, colocamos dois tipos de questão: até que ponto ela existe *objetivamente*? Até que ponto ela tem consciência de si própria, e qual é o conteúdo conservador, reformista ou revolucionário desta consciência?

A primeira questão se coloca, de maneira idêntica, a propósito da classe operária soviética e da classe operária americana. A última não se coloca ou não comporta resposta demonstrável, porque a estrutura das categorias dirigentes proíbe a pergunta e a resposta. No interior de um empresa industrial moderna, os operários estão submetidos a uma autoridade que não é democrática nem na sua origem (nomeação e não eleição), nem no seu lado de exercício (ordens e não discussão). Se os sindicatos operários forem livres, eles formularão, com mais ou menos veemência, reivindicações econômicas (salários, divisões de benefícios) ou políticas (participação na autoridade). Se os sindicatos operários são dirigidos por secretários nomeados pelo partido ou a ele submetidos, certas reivindicações não serão formuladas. A própria existência de interesse de classe específico, eventualmente oposto àquele da direção da empresa, será negada.

Coloquemo-nos agora num nível mais alto, aquele dos operários de indústria apreendidos em sua totalidade. A mesma oposição mostra-se ainda mais nítida. A consciência de classe, a idéia de uma vocação comum, depende

mais da propaganda e da organização do que do grau de *integração objetiva* (até que ponto os operários são os mesmos e diferentes dos outros membros da sociedade global?). Eles não podem ter consciência de si próprios enquanto classe se o regime econômico e político proíbe organizações autônomas ou, para falar uma outra linguagem, se a estrutura das categorias dirigentes proíbe o diálogo dos intelectuais, dos líderes de massa e dos homens políticos.

As relações de classe não são unilateralmente determinadas pelas relações das categorias dirigentes. Se comparamos as diversas sociedades ocidentais, seria absurdo atribuir a atitude revolucionária⁴ da classe operária, na França ou na Itália, à ação única dos líderes. Determinam estes últimos a atitude das massas ou estas são treinadas por estes? A resposta deve ser diferente segundo as circunstâncias, e raramente é categórica num sentido ou no outro. Queremos mostrar apenas que as “relações de classes” só aparecem numa sociedade industrial, sob a condição de que organizações sócio-econômicas, exteriores ao aparelho do partido único e do Estado, sejam toleradas. O que a comparação entre o universo soviético e o mundo ocidental revela é que a estrutura das categorias dirigentes, e não a relação das classes, determina a essência dos regimes econômico-políticos.

Os grupos sociais, é verdade, formam-se diferentemente caso a propriedade privada dos instrumentos de produção, do solo e das máquinas seja ou não tolerada. Repartição das rendas e nível e estilo de vida dos grupos são influenciados pelo estatuto da propriedade e, mais ainda,

4. A fórmula é exageradamente simples, e a atitude revolucionária comporta muitas nuances. Mas aqui se trata apenas de uma análise teórica e não de uma descrição.

pelo modo de regulamentação (mercado ou planificação). Mas as diferenças maiores vêm da estrutura das categorias dirigentes, das relações estabelecidas pelo regime entre a sociedade e o Estado. É suficiente, para que um regime de tipo soviético se instaure, que um partido comunista, sozinho ou com a ajuda do Exército vermelho, tome o poder. Não é, portanto, o estado das forças produtivas, mas o estado das forças políticas, os militares, que é a causa predominante, causa das características próprias a cada tipo de sociedade, causa do crescimento ou do fracasso de um ou outro tipo de sociedade.

Comparemos os resultados destas análises com as doutrinas sociológicas que evocamos e com as interpretações, mais ou menos justificadas ou polêmicas, que cada regime dá de si próprio e dos outros.

A realidade do regime soviético não tem grande coisa em comum com o mito da “classe universal” e do “poder do proletariado”. O poder é exercido pelo partido que representa o proletariado, mas que não é mais, evidentemente, dirigido pelos proletários. É claro que a revolução de tipo comunista elimina radicalmente os sobreviventes das antigas classes privilegiadas (nobres e burgueses-proprietários), faz, portanto, aparecerem da massa popular as categorias dirigentes da nova sociedade e, em teoria, pode favorecer em cada geração a ascensão dos mais dotados e a transmissão dos privilégios, não excluídos, mas atenuados pela supressão da propriedade privada e da acumulação de riquezas familiares.⁵

5. Os filhos de um membro do Politburo têm, não obstante, vantagens evidentes desde seu nascimento.

Os méritos de tal regime são em parte aquilo que se atribui e em parte exatamente opostos àquilo que a ideologia oficial reivindica. A luta dos grupos pela distribuição do produto social, o choque entre operários e proprietários desaparece, como o quer a doutrina, e a sociedade deixa de ser o teatro de uma guerra fria permanente. A paz é restabelecida não pela supressão das ocasiões ou do núcleo dos conflitos, mas pela prevenção da organização dos exércitos e pela propaganda de guerra. Tanto os saint-simonianos quanto os marxistas consideram indispensável a cooperação de todos os produtores, dirigentes e empregados, tendo, no fundo, os mesmos interesses. Mas os saint-simonianos não acreditam que seja necessário suprimir a propriedade privada dos instrumentos de produção para que todos os produtores tomem consciência de sua solidariedade. Os marxistas, ao contrário, acreditam que haveria luta de classes enquanto houvesse uma diferenciação entre capitalistas e proletários. Eles eliminaram a propriedade privada dos instrumentos de produção, os capitalistas, pois, conforme sua doutrina, proclamaram que não havia mais classes ou que as classes não eram mais antagônicas e, enfim, para que a realidade não pudesse desmentir sua doutrina, reservaram um monopólio ao Partido e à sua ideologia: os representantes de todos os grupos, exprimindo-se por intermédio e com o vocabulário do Partido, testemunham o desejo de desaparecimento das classes e de sua luta.

O regime soviético é uma reação contra a tendência, característica das sociedades ocidentais, à diferenciação das funções e à dispersão das categorias dirigentes. Ele restabelece a unidade de uma classe dirigente, a unidade espiritual e política das categorias dirigentes que compromete, no Oeste, o diálogo dos homens políticos, dos intelec-

tuais e dos líderes de massa. Neste sentido, é contrário ao que pretende ser, acentua o fato oligárquico que nega, confirma o cinismo de Pareto, e é a vitória de uma minoria que invoca a voz da história ou do proletariado como outras minorias invocaram a voz de Deus ou do povo. A teoria das elites de um Pareto convém melhor à interpretação das revoluções do que o próprio marxismo. A eficácia revolucionária criadora do Estado foi gloriosamente ilustrada por aqueles que só vêem nesta o instrumento da classe economicamente privilegiada. É fácil àqueles que já detêm o poder militar se assegurarem a posse dos meios econômicos e o poder.

Mas o ocidental, “desmascarando” a realidade soviética com a ajuda das concepções de um Pareto, teria errado se desconhecesse as realizações históricas do regime adverso. Porque este efetivamente colocou um fim na luta de classes, não, é claro, substituindo uma harmonia miraculosa dos interesses às contradições de ontem, mas proclamando e proibindo que se coloque em dúvida a existência atual desta harmonia. O monopólio de um partido e de uma ideologia, a submissão dos intelectuais e dos líderes de massa às ordens dos chefes do Partido, contribui para a restauração de uma classe dirigente. Ora, os regimes ocidentais são menos ameaçados pelos todo-poderosos monopolistas do que pela desintegração do *consensus social*, pela rivalidade das categorias dirigentes.

Os polemistas soviéticos e os críticos ocidentais que pensam inspirar-se em Marx “desmascaram” a democracia de tipo ocidental descobrindo o papel sinistro dos monopolistas ou das elites de poder. O fato oligárquico, ainda uma vez, não é falso. Mas o traço característico da oligarquia, no interior das sociedades do tipo ocidental, não é o despotismo secreto de um grupo de homens (os chefes

de indústria ou do Exército), mas a ausência de uma vontade, de uma concepção comum a estes grupos dirigentes que a lei da democracia coloca em competição. O perigo é ainda maior pelo fato de que a competição dos grupos dirigentes não dá necessariamente ao simples cidadão um sentimento de liberdade. Mesmo que o funcionamento da economia ou o comportamento da diplomacia, nos Estados Unidos, não sejam controlados, dirigidos e pensados por ninguém, por um homem sozinho ou alguma equipe consciente, o cidadão não adquire, no entanto, a convicção de que é capaz de influir no curso dos acontecimentos ou sobre a marcha dos mecanismos da indústria ou do exército. A mitologia das elites soberanas e clandestinas terá sucesso porque exprime a impotência sentida por grande número de pessoas e designa “responsáveis”. A impotência não é menos autêntica no caso de estes responsáveis não existirem ou, ainda, serem todos e ninguém.

Os teóricos das elites erraram em “desmascarar” a democracia. Não há governo do povo pelo povo. Mas tampouco é demonstrável que os desejos ou veleidades de grande número de pessoas não provoquem efeito sobre o comportamento dos governantes. A questão — em que medida os governantes manipulam as massas ou se empenham em traduzir em atos as aspirações dos eleitores? — é, em grande medida, uma falsa questão. Em todos os regimes, existe um diálogo de governados e governantes. A pluralidade dos partidos, a regularidade das eleições, a liberdade dos debates reforçam a opinião e reduzem a margem de manobra e a capacidade de manipulação das categorias dirigentes. Mas a concorrência desencadeada entre estes últimos, que dá certas garantias aos governados, não confere a estes nem a realidade, nem a ilusão do poder.

Mesmo que as categorias dirigentes venham a tratar-se mutuamente como inimigos e que o Estado não seja mais gerido por uma minoria resoluta e consciente de uma missão, as massas não provarão a exaltação da liberdade; ao contrário, imaginarão uma elite misteriosa que tece na sombra os fios de seu destino, alguns devendo ser todopoderosos, já que tantos milhões de homens são impotentes.

A controvérsia, científica e política, em torno dos conceitos de classe social e de classe dirigente tem por origem um traço específico das sociedades modernas, a separação do poder social e da autoridade política, a diferenciação das funções é, em particular, das funções políticas. Os teóricos da sociologia, no século passado, reconheceram, todos, esta dissociação da sociedade e do Estado (para empregar a antítese alemã *Gesellschaft und Staat*), admitindo que o desenvolvimento da sociedade industrial contribuiria para o restabelecimento da unidade, as sobrevivências do feudalismo e do Antigo Regime terminando por desaparecer, com o Estado se tornando a expressão autêntica da sociedade moderna. Mas nenhum dos grandes teóricos da sociologia no continente tem uma idéia nítida do que seria o Estado moderno, expressão fiel da sociedade moderna. Uns o vêem sob a tutela dos produtores, os outros anunciam a sua destruição após a vitória do proletariado, outros, enfim, se interrogam sobre a probabilidade respectiva do regime representativo e do despotismo.

Uma das causas principais dessas dúvidas era o próprio equívoco da noção de classe, que se aplicava ao mesmo tempo às minorias privilegiadas, nobreza e burguesia, e às massas, camponeses e operários. As classes privile-

giadas do Antigo Regime eram minorias que detinham ao mesmo tempo poder social (pela propriedade do solo), força militar (sendo os combatentes ou os chefes dos combatentes) e poder político (exercendo as funções judiciárias e administrativas). Antes da Revolução, a classe nobre tinha perdido uma grande parte de seu poder econômico e quase todas as suas funções judiciárias ou administrativas. Homens diferentes exerciam essas funções, e esses homens dependiam cada vez mais do aparelho de Estado. Mas a nobreza continuava a oferecer o modelo da "classe dominante", minoria que seria socialmente privilegiada e que exerceria efetivamente o poder na sociedade e no Estado. Ora, esta representação é inadequada à sociedade moderna, porque é caracterizada por uma diferenciação de funções que proíbe aos proprietários e gerentes dos meios de produção serem eles próprios os chefes do Exército ou do Executivo. Como esta confusão de potências e poderes é impossível na nossa época, os ideólogos inventaram o mito das elites clandestinas, que deteriam o poder absoluto por intermédio de pessoas interpostas.

A realidade é ao mesmo tempo mais simples e mais complexa. As relações de comando, no interior das sociedades modernas, são, em essência, múltiplas, porque o trabalhador, o cidadão, o contribuinte, o automobilista estão submetidos, cada um, a uma disciplina própria, técnica, administrativa, legal, política. Os homens que administram as organizações, que presidem esses aparelhos, se distinguem inevitavelmente. No plano dos fatos, a pluralidade das categorias dirigentes é o dado primeiro, as relações entre essas categorias dirigentes tendo, em cada regime, um caráter específico. Os regimes ocidentais toleram o diálogo destas categorias, os regimes soviéticos conferem um monopólio a um partido ou a uma ideologia;

restabelecem, em proveito dos chefes políticos, a supremacia de um poder ao mesmo tempo temporal e espiritual. A dissociação entre sociedade e Estado é reduzida, a concorrência entre as elites, atenuada.

Todas as sociedades modernas colocam, na sua base, a igualdade jurídica e política dos indivíduos, assim como um princípio democrático de legitimidade. No topo, um partido único e uma ideologia de Estado, ou partidos múltiplos e debates incessantes. Entre a base e o topo se interpoem primeiro os grupos sociais, cada um definido por sua participação no processo de produção, seu nível e gênero de vida, suas maneiras de pensar e seu sistema de valores; posteriormente, as relações entre esses grupos, de acordo com a atitude que as massas e os dirigentes de cada um deles adotem em face dos outros. As relações entre os chefes sindicais e os executivos são determinadas, no Oeste, ao mesmo tempo pelo regime (que autoriza a livre negociação), pelo estado de espírito da massa e pelas concepções dos líderes de massas e dos administradores do trabalho (proprietários ou gerentes). No Leste, estas relações são determinadas, sobretudo, pelo regime, que proíbe o conflito aberto ou a afirmação de interesses opostos, mesmo que os sentimentos da massa possam, em certas circunstâncias, influenciar os chefes sindicais, ainda que funcionários de Estado. Em outros termos, a zona intermediária das relações entre grupos só pode ser compreendida por referência aos dados econômico-sociais e ao regime de Estado, porque o regime comanda a estrutura das categorias dirigentes e a consciência que os grupos sociais adquirem ou não de si próprios.

A pluralidade das categorias dirigentes é inseparável da natureza das sociedades modernas, mas estas categorias podem constituir uma classe dirigente seja porque são

controladas por um partido único, seja quando elas guardam, apesar da competição, o sentido do interesse comum ao regime e ao Estado, ou quando continuam a se recrutar, na sua maioria, num meio exíguo e, por assim dizer, aristocrático. Os conceitos de categoria dirigente e classe dirigente podem e devem ser utilizados para análises científicas, sem intenção partidária. Eles passam, aos olhos de alguns, por politicamente orientados, mas de forma falsa. Os conceitos “desmascaram”, é verdade, a confusão mítica do proletariado e da classe dirigente nas sociedades soviéticas, a confusão suposta do poder econômico e do poder político nas sociedades democráticas. Mas desmascaram também a ingenuidade da ideologia democrática *à la* Lincoln “pelo povo e para o povo”. Sob outro ponto de vista, os conceitos não resolvem os problemas reais, no Leste e no Oeste, de acordo ou desacordo entre os sentimentos e interesses de grande número de pessoas por um lado e a ação das minorias dirigentes por outro. Não é impossível sustentar-se que uma classe dirigente, unificada pela disciplina de um partido, seja mais eficaz, para o bem da sociedade, do que a livre competição entre as minorias.

Enfim, seria responsabilidade do sociólogo se um regime dá de si próprio uma interpretação mais afastada da realidade do que a interpretação que os outros regimes gostam de dar de si próprios?

Capítulo 5

*A classe como representação e como vontade**

A discussão científica sobre o problema das classes continua a ser envenenada pelas reticências ideológicas que reciprocamente se trocam autores e críticos. A primeira questão que se coloca para quem escreve um livro sobre classes e luta de classes é a da adequação ou não das teses apresentadas com o pensamento marxista, o que deixa a cada investigador fazer sua interpretação pessoal do “pensamento marxista” entre os textos de juventude, abandonados “à crítica dos sorrisos” e ironizados pelo próprio Marx depois de *A ideologia alemã*, e os textos do *Anti-Dühring*, aprovados por Marx, mas condenados pela maioria dos filósofos que, na França, se declaram marxistas (mas não marxistas-leninistas), ou seja, fiéis ao verdadeiro Marx. Considerando verdadeiro o Marx que disse o que consideram verdade, eles aplicam sem saber ou, pelo menos, sem avaliar a máxima de Alain: o verdadeiro Marx é o Marx que é verdadeiro.

* Publicado em *Cahiers internationaux de Sociologie*, 38 (1965), p. 11-29

Talvez a discussão esteja envenenada, na própria medida das idéias ideológicas, pelo equívoco do vocabulário. Quando lemos, de um sociólogo (Alain Touraine), que classes e civilização industrial são realidades incompatíveis e, de outro sociólogo (Georges Gurvitch), que toda sociedade industrializada comporta as classes e as lutas de classes, cairemos em equívoco se concluirmos imediatamente que as duas proposições se referem aos mesmos fatos e resultam de deciframento da realidade totalmente diferente. Sob certo aspecto, ainda por ser determinado, a discordância recai sobre o vocabulário, sobre o sentido atribuído às palavras, o que não exclui que, entre as definições adotadas e a visão da sociedade, o elo não seja significativo e estreito.

Esforçar-nos-emos, no trabalho que se segue, por esboçar o método que nos parece ser o que permite deslocar os obstáculos ideológicos e dissipar os equívocos verbais de forma que fiquem separados claramente os três tipos de incertezas ou controvérsias: as que recaem sobre os fatos, as que recaem sobre as palavras e as que recaem sobre a teoria, a filosofia da história ou as preferências políticas.

Coloquemo-nos no marco de uma sociedade moderna mais ou menos industrializada e suponhamos o meio etnicamente homogêneo. Afastaremos, no momento, o que chamaremos o uso universal da noção de classe e coloquemo-nos de acordo em procurar o fenômeno que merece ser chamado de classe exclusivamente nas sociedades modernas. Não queremos sugerir que as sociedades pré-modernas ou pré-industriais não conheçam fenômeno comparável ao de classes, mas desejamos limitar nossa pesquisa às sociedades modernas industrializadas.

Observação ingênua nos revela o fato das diferenciações sociais ou, mais precisamente, o fato da pluralidade das diferenciações, cada uma implicando hierarquia de tipo determinado. Da mesma forma que uma sociedade industrializada coloca no mercado dezenas de milhões de mercadorias, o número das diferentes ocupações exercidas pelos membros desta sociedade é considerável. Estas ocupações não se justapõem, mas se ordenam hierarquicamente: os ordenados obtidos em cada espécie de ocupação, o prestígio que se prende às diversas profissões variam consideravelmente do muito ao pouco. Enfim, estas hierarquias de trabalho, de renda e de prestígio parecem comportar não apenas níveis diferentes, mas camadas ou estratos superpostos, cada um deles englobando certo tipo de ocupação, renda ou prestígio. Estas diferenciações hierarquizadas se reencontram, ao que tudo indica, em todas as sociedades industrializadas, as soviéticas incluídas, sem que, no entanto, os estratos no interior de cada hierarquia sejam necessariamente compostos da mesma forma nem que as relações entre as diversas hierarquias sejam idênticas num tipo de sociedade e em outro.

Como se compõem os principais estratos de uma sociedade particular? Ou, num nível maior de abstração, como são compostos os estratos mais típicos de uma sociedade industrializada em determinado estado de seu desenvolvimento?

As discriminações são múltiplas, e vamos precisar de algumas delas. Para começar, tomemos os operários de indústria: eles são caracterizados simultaneamente pelo trabalho que efetuam (trabalho manual nas fábricas com organização racionalizada) e pela não-propriedade de seus instrumentos de produção. A primeira característica comporta múltiplas formas de acordo com a natureza da técnica e

da organização (operário profissional cercado de companheiros não-qualificados, multiplicação de elos nas cadeias de produção, modalidades diversas de automatização etc). A pesquisa empírica é, portanto, levada a formular numerosas questões relativas às correlações entre fenômenos. Qual é a relação entre o tipo de organização técnico-administrativa do trabalho e a atitude dos trabalhadores individuais ou dos movimentos operários em face da direção, da propriedade individual dos meios de produção, do regime capitalista, dos partidos reformistas ou revolucionários? Em que medida os trabalhadores nas fábricas têm a mesma maneira de ser, de viver, de repartir seus gastos, mesmo sistema de pensamento e de valores? Em que medida têm consciência de pertencer a uma comunidade que chamaremos de classe operária? Em termos mais gerais, buscamos relações e correlações entre variáveis objetivas, materiais ou quantificáveis (nível das rendas, organização do trabalho), variáveis subjetivas-objetivadas (maneira de viver e de pensar) e variáveis essencialmente subjetivas (consciência de comunidade).

Se passamos dos operários de indústria aos trabalhadores da agricultura, interrogações análogas se impõem por si próprias. Fazendeiros, arrendadores, proprietários exploradores têm uma relação diferente com o meio de produção, uma fonte de rendas juridicamente diferente. Em que medida eles são afetados pela similitude de seu trabalho e em que medida, pela diferença de seu *status* jurídico?

O mesmo gênero de questões será formulado a propósito do que se chamava tradicionalmente "classes médias antigas" (artesãos, comerciantes, pequenos proprietários de meios de produção) e "classes médias novas" (empregados, quadros médios das grandes empresas, professores etc).

A sociologia empírica, por necessidade de métodos e por princípio científico, visa a seu objeto, seja este as atitudes, os julgamentos de valor, uma consciência de comunidade ou uma vontade de ação política. Mas não é obrigada, no entanto — deve mesmo resguardar-se cuidadosamente —, de interpretar a objetivação metódica como verdade ontológica.

Duas pessoas colocadas na mesma situação não reagem da mesma forma. Tampouco a situação percebida por duas pessoas diferentes é rigorosamente a mesma, porque o olhar cria a situação ou, se preferimos, a percepção da situação é função do olhar sobre ela. Do mesmo modo, operários americanos e operários franceses não reagem necessariamente da mesma maneira a uma organização técnico-administrativa similar em grandes linhas aos olhos dos sociólogos, sem que, no entanto, as diferenças de reação sejam sem razão e permaneçam inexplicáveis: o passado e a cultura atual da nação influenciam as reações de cada indivíduo ou de numerosos indivíduos que o observador colocou, em função de determinada variável, em um estrato.

Esta pesquisa das relações ou correlações entre variáveis é, por essência, indefinida. Mesmo que seja possível enumerar as variáveis principais, elas são numerosas e tanto mais numerosas quanto mais longe levemos a distinção dos "meios de trabalho" ou dos "modos de vida". Além do mais, as sociedades industrializadas modificam-se continuamente e mais rapidamente do que as sociedades do passado. As mesmas pesquisas são e devem ser repetidas com alguns anos de intervalo para serem compreendidas as transformações do que Théodore Geiger chamava *Die Schichtung*, de que nós adquirimos o hábito de chamar a *stratification*.

A análise da estratificação não se confunde com a análise das classes sociais, mas deve servir-lhe de introdução e também de segurança contra os riscos de uma teoria que perderia o contato com os fatos. Reduzido ao essencial, o problema da passagem da "estratificação" às "relações de classe" retorna à confrontação dos dois conceitos: *o estrato* e *a classe*. Em que o *estrato* se diferencia de uma *classe*? A questão recai primeiramente sobre o vocabulário e depois sobre a realidade. Logicamente, a diferença é de rigor entre a definição (qual é a característica da classe?) e a realidade (a classe, assim definida, está presente e em que medida na realidade?), ainda que ambos os procedimentos estejam dialeticamente ligados tanto à pesquisa científica quanto aos olhos do filósofo.

A característica pela qual um sociólogo define classe não é evidentemente escolhida ao acaso: esta escolha está ligada a uma direção de interesse, a uma concepção teórica ou a uma intenção político-ideológica. Mas é surpreendente observar que, em última análise, as características se apresentam em pequeno número e podem ser o objeto, ao que parece, de exaustiva enumeração. *Grosso modo*, todos os sociólogos procuram enfatizar aquilo que cria a coerência, a unidade global ou total, a comunidade de ser ou de consciência de um conjunto dado. As características encontradas se ordenam, então e por si, da seguinte forma: 1) similitude das maneiras de trabalhar, de viver e de pensar, ou seja, *comunidade objetivamente apreendida* (natureza do trabalho, nível das rendas) ou *comunidade mais difícil de ser apreendida*, porém mais importante quanto às maneiras de pensar, aos sistemas de valores; 2) *consistência ao longo do tempo destes seres coletivos*, ou seja, abertura ou fechamento de fato e não de direito. Nesta perspectiva, o grupo existiria tanto mais forte

quanto mais fraca fosse a mobilidade entre as gerações; 3) tomada de consciência destes seres coletivos por si mesmos e vontade própria de cada um de cumprir um papel. O texto célebre de Karl Marx¹, em *O Dezoito Brumário de Luís Napoleão*, a propósito dos pequenos camponeses, ilustra perfeitamente esta terceira categoria de características, da mesma forma que as últimas linhas de *O Capital* (as três classes originárias das três fontes de renda) ilustram uma das modalidades possíveis da primeira categoria.

Afastada a segunda categoria, subsiste uma alternativa fundamental que formularemos nos seguintes termos: a classe difere do estrato enquanto *ser* ou enquanto *vontade*. Durante todo o tempo em que ela não é ser-para-si, mas ser-em-si, ela não é senão objeto para outro e, portanto, não é senão representação. Segundo a linguagem de Jean-Paul Sartre em *A crítica da razão dialética*, a classe como ser-em-si ou unidade de fuga não é mais do que uma *série*, com o indivíduo vivendo apenas na alteridade e na alienação. A classe só é grupo, quer dizer, uma *praxis* unificada, na e pela ação, mas ela só atinge esta unidade total nos momentos de efervescência; ela só retém alguma unidade, ainda que com permanente risco de recaída na alteridade e na alienação, pelo juramento, pela instituição e pela soberania.

Retornemos da linguagem sartreana à linguagem mais comum da sociologia. Por que a escolha das características da classe, a determinação da existência ou o desaparecimento das classes na sociedade industrial são contestadas a este ponto e equívocas?

1. Faço alusão ao texto no qual Marx declara que os pequenos camponeses, a despeito da comunidade de sua espécie, não constituem classe porque não se colocam, como unidade, em face das outras classes.

Novamente, indicarei, simplificando, três razões principais:

1) Por definição, a comunidade objetiva, trate-se da forma de trabalho, do nível das rendas ou das maneiras de viver, nunca é total. As fronteiras dos conjuntos sociais são sempre flutuantes. Em particular, as sociedades industrializadas, com suas perpétuas modificações de técnica, com um crescimento que, depois de 20 anos, se tornou regular, não permitem a estabilização dos níveis de renda ou dos modos de vida, o que não impede que as maneiras de pensar ou, os sistemas de valores se mantenham fora das circunstâncias das quais se originaram. O ritmo das transformações técnicas, econômicas, sociais (no sentido objetivo deste último termo) não é o mesmo que aquele das transformações morais, espirituais, ideológicas ou religiosas.

A maioria, senão todas as classes, enquanto seres coletivos, só difere dos estratos em grau, e não em natureza. Elas não constituem todas uma comunidade de vida e de valores tão consistente e distinta (a classe operária existe em si mais intensamente do que a classe média ou as classes médias). Este modo de análise sugere que uma sociedade industrializada comporta classes sem que necessariamente a sociedade inteira possa ser dividida em algumas classes. Numerosos indivíduos pertenceriam mais a estratos do que a classes. Ainda assim, a resistência ou não-resistência às outras classes ou à sociedade global não é necessariamente a mesma de um conjunto social e de outro.

Acrecentemos que os critérios, teoricamente objetivos, são quase sempre difíceis de serem operacionalizados pelos procedimentos comuns da pesquisa sociológica. Como

medir exatamente a resistência à sociedade global, a especificidade das obras de civilização ou de valores próprios de cada classe? A tendência dos sociólogos, tanto aqueles que afirmam quanto aqueles que negam a realidade das classes nas sociedades industriais, é de definir classes sob forma acabada, como se todos os conjuntos sociais compo-
nendo uma sociedade global apresentassem tal acabamento.

2) Não existe comunidade-em-si sem um início de consciência de si, e não existe consciência de si sem consciência de ser diferente do outro. Quando um ser coletivo toma consciência de si como tal, ele se descobre inevitavelmente no meio dos outros. E esta descoberta de si é o começo de uma vontade. Para retomar a linguagem sartriana, o grupo se constitui a partir da série, o proletariado como grupo, a partir do proletariado como ser coletivo, unidade de fuga, alteridade numa situação comum. No limite, uma situação impõe ou exclui esta tomada de consciência na vontade, mas, quase sempre, ela a favorece ou a contraria sem determiná-la.

Mais a situação dos indivíduos favorece esta tomada de consciência, mais as distinções entre ser e vontade parecem apagar-se. Da mesma forma, menos ela a favorece, menos a classe parece existir; a não-tomada de consciência e a ausência de uma vontade comum tendem a apagar os elementos de comunidade que subsistem.

Além do mais, a tomada de consciência e a vontade, fora dos momentos de crise e de efervescência, exigem organização, ou seja, partido ou grupo de interesse ou de pressão. No nível da política, são menos as classes que ocupam a cena do que os partidos ou os agrupamentos profissionais. Ora, nenhum destes, à exceção talvez apenas do Partido Comunista, abraça uma classe. A procura obses-

siva das classes torna-se, aos olhos do não-profissional da sociologia, o eco de disputas ideológicas talvez ultrapassadas ou uma espécie de curiosidade de especialistas.

3) Nós, até o presente, temos omitido qualquer referência a um conceito que, na maior parte das vezes, tem importante lugar na teoria das classes: o conceito de poder. A hierarquia dos estratos não concerne apenas a riqueza e prestígio, concerne igualmente a poder (*power*), com a participação dos estratos no poder sendo maior ou menor segundo seu lugar na hierarquia. Empregamos voluntariamente dois termos: *puissance*, para designar o potencial de comando ou de influência de um indivíduo ou de um conjunto sobre outros indivíduos ou outros conjuntos, e *pouvoir*, para designar o conjunto dos indivíduos ou instituições que detêm legalmente e exercem a autoridade sobre a sociedade inteira.

A teoria das classes, quer a encontremos em Marx ou em Tocqueville,² supõe a conjunção, na classe superior, do poder, do prestígio, da fortuna. Por definição, a classe superior detém o poder, já que não é concebível que este seja separado da fortuna ou do prestígio. Esta representação corrente quase nunca afinou-se inteiramente com a realidade das sociedades complexas, mas representava uma idéia simplificada das sociedades que tendiam, ao mesmo tempo, para a dicotomia governados-governante (este podendo subdividir-se em temporal e espiritual) e para a concentração em grupo único do triplo privilégio do poder político, do prestígio social e da riqueza. Acrescenta-se a hereditariedade destes privilégios, e a idéia diretriz do que concebíamos com o nome de sociedade de classes se de-

preende facilmente. Marx, no essencial, ao menos nos textos teóricos, retém esta concepção, acrescentando apenas que a origem comum deste triplo privilégio é a propriedade dos meios de produção. Em outras palavras, ele vê a origem destes privilégios, no interior das sociedades do Antigo Regime, no controle dos meios de produção (mesmo que não se possa impedir às vezes de fazer intervirem a força militar e a conquista) e vê a reconstituição de classe comparável à classe de exploração e de opressão do Antigo Regime por intermédio da burguesia detentora dos meios de produção. Em resumo, ele interpreta as classes superiores do passado à luz da burguesia do seu tempo, como interpreta esta à luz das classes superiores do passado. Ele também foi obrigado a desconsiderar a especificidade das sociedades industrializadas das quais ele conheceu mais do que uma fase inicial.

Os detentores dos meios de produção ou os administradores do trabalho coletivo (que não são sempre, mesmo no Oeste, proprietários) são poderosos diante de seus empregados, exercendo também influência mais ou menos forte, segundo os países e os momentos, sobre a maneira de pensar de seus cidadãos, sobre a condução dos negócios públicos. *Mas não são, enquanto tal, os detentores do Poder.* Portanto, torna-se difícil descobrir nas sociedades modernas a minoria coerente em si e por si que dominaria o resto da sociedade, exercendo, ao mesmo tempo, as funções diretrizes técnico-administrativas da Economia e do Estado. A separação dos papéis públicos e privados, políticos e técnicos é um fato, a unidade dos atores, uma representação do observador, quer dizer, uma hipótese mais ou menos bem fundada.

Entre aqueles que afirmam o desaparecimento ou o enfraquecimento das classes, uns enfatizam o conjunto das

2. Lembremos da fórmula, em *O Antigo Regime e a Revolução*: "Eu falo das classes, só elas devem figurar sobre o palco da história."

distinções ou separações objetivas, outros, a substituição dos grupos de interesse pelos partidos de classe na passagem do ser à vontade, e outros, enfim, a decomposição da classe dominante como fonte de opressão e de exploração, característica do Antigo Regime e da primeira fase da industrialização. Ora, escreve Alain Touraine, “não há classe dominante sem fundamento religioso, político ou ideológico. O poder de classe se exerce sobre o homem mais ainda do que sobre sua atividade e o produto de seu trabalho.”³

Retomemos, com mais zelo, estes três tipos de argumento, no caso francês, e busquemos precisar a influência das modificações econômicas observadas por todos, durante os últimos 20 anos, sobre as classes enquanto ser e enquanto vontade, enquanto representação e enquanto ação. Indicarei, em cada etapa, os pontos quanto aos quais os observadores estão de acordo e aqueles quanto aos quais eles se opõem.

A França, como todos os outros países da Europa Ocidental, conheceu a partir da guerra uma fase de desenvolvimento rápido, que foi também uma fase de industrialização e de urbanização. A mão-de-obra, em seu conjunto, tendo aumentado pouco, e as modificações típicas na repartição desta entre os três setores são traduzidas por reduções, em números absolutos, dos trabalhadores empregados no setor primário agrícola e, em certos setores industriais, por perda de velocidade relativa. Do mesmo modo, a taxa de crescimento foi muito desigual segundo as

regiões do país, a indústria francesa ficando concentrada em certas áreas e, de maneira geral, no Leste do país. O processo de desenvolvimento colocou em dificuldades ou mesmo levou à morte certas explorações comerciais ou agrícolas, que, por suas dimensões ou seu caráter não-racionalizado, não respondem mais às exigências da economia moderna. Simultaneamente, a elevação do nível de vida, avaliada numa quinzena de anos, foi substancial para a grande maioria de trabalhadores urbanos, operários ou empregados. A camada superior dos empregados de indústria dispõe de poder de compra que lhe permite adquirir os objetos ditos de consumo durável. A diminuição do percentual das despesas de alimentação no total das despesas de consumo (diminuição que se observa também no orçamento das famílias), o aumento das despesas consagradas ao alimento nobre (carne), a difusão em camadas mais e mais amplas da população dos aparelhos de televisão, das geladeiras, das máquinas de lavar, todos esses fenômenos, universais nos países industrializados, são visíveis na França do pós-guerra. É certo que o produto por habitante permanece, no início dos anos 60, nitidamente inferior do que nos Estados Unidos (63% do PNB, utilizando a escala dos preços americanos, e 47%, utilizando a escala dos preços franceses), mas o atual nível de vida americano ou mais exatamente o PNB por habitante será ultrapassado até 1984 se o crescimento se mantiver no ritmo dos anos 50. Do mesmo modo, fração importante da população terá alcançado o que podemos chamar de nível de vida pequeno-burguês, com seguro social, férias pagas, televisão etc.

Que a economia atual dos países ocidentais não comporta a “pauperização absoluta” da massa da população e de grande parte da classe operária, todos os observado-

3. Alain Touraine, *Sociologie de l'action*, Paris, Seuil, 1965.

res que se esforçam pela verdade estão de acordo. No que concerne à pauperização relativa, a questão é infinitamente mais complexa, e os dados estatísticos e os cálculos se prestam à contestação.

As diversas camadas de trabalhadores aproveitam em desigual proporção o aumento geral das remunerações e, em diversas circunstâncias (eu não ousaria generalizar), parece que os trabalhadores situados na base da hierarquia aproveitam menos, o que seria provavelmente em conformidade com a racionalidade do mercado, numa situação em que os operários qualificados e os quadros são relativamente raros, e os estrangeiros fornecem fração importante destas camadas inferiores. No que concerne à proporção relativa dos salários e benefícios, os números não indicam tendência nítida num sentido nem em outro, nem na França, nem fora dela. Além do mais, a categoria estatística dos salários engloba o conjunto da hierarquia, diretores gerais incluídos, o que diminui o interesse sociológico. Além do mais, os dividendos distribuídos na França não representam senão fração muito pequena da renda nacional, com a grande parte dos benefícios servindo ao financiamento dos investimentos. Enfim, a fiscalização exerce doravante influência considerável sobre as modalidades da desigualdade, os favorecidos sendo aqueles cujas rendas são inalcançáveis e que têm a chance de ganhos em capital (propriedade fundiária).

A conclusão que me parece mais verossímil seria a seguinte: todas ou quase todas as camadas da população participam do enriquecimento geral, mas se aproveitam dele de forma desigual. As desigualdades são múltiplas, segundo as regiões, os setores de atividade, os estratos de trabalhadores. As fases de atividade econômica influem igualmente sobre esta desigualdade relativa, do mesmo modo que

a situação de mercado e a raridade relativa das diversas espécies de mão-de-obra. Estas desigualdades incontestáveis não impedem que, a médio prazo, o desenvolvimento econômico tenha como resultado aumento do número absoluto e relativo dos que possuem os meios de um modo de vida que chamamos vulgarmente pequeno-burguês.

Do mesmo modo, as fronteiras de classe não são delimitadas claramente. É difícil determinar exatamente em que nível o técnico cessa de pertencer à classe operária, como também não é fácil dizer se o grande fazendeiro da Beauce ou o proprietário explorador de cinco hectares no Brie deve ser colocado na mesma classe que o proprietário de cinco hectares na Bretanha. O pequeno empregado ou funcionário, por ser pago por mês, não tem necessariamente tratamento superior àquele atribuído a um operário qualificado. Ele tampouco possui seus instrumentos de produção; pertencem, ele e o operário, à mesma classe porque têm a mesma relação quanto ao meio de produção? Ou ele pertence a uma classe diferente porque não trabalha com suas mãos? Entre essas duas hipóteses é o sociólogo que deve decidir em função do critério que escolheu ou em função dos critérios múltiplos que utilizará para medir a comunidade-em-si? Ou o sociólogo deve deixar a decisão aos próprios interessados e ratificar a pertinência que afirmam estes últimos por suas respostas às questões criteriosamente colocadas?

Concluindo: as sociedades plenamente desenvolvidas são cada vez mais complexas. Não apenas porque a diversidade das ocupações, capacidade e qualificações aumenta, mas porque os diversos critérios — relação com a propriedade, natureza do trabalho manual ou intelectual, montante de rendas, maneiras de viver e sistema de valores — não entram em acordo e não compõem conjuntos

globais, totalidades objetivamente reconhecíveis, cada membro da sociedade global pertencendo a um desses conjuntos e sabendo que pertence. A representação de classe, totalidade objetiva que o sociólogo descobriria construída, é um mito e se torna cada vez mais mítica à medida que a sociedade se moderniza ou se desenvolve.

Simultaneamente, no nível superior, a coincidência da propriedade e da direção nas grandes empresas se torna mais exceção de que regra. O controle do trabalho coletivo se deve cada vez mais à competência, e, embora o nascimento dê às crianças das famílias privilegiadas melhor chance de se instrumentarem para a competição do que às crianças das famílias modestas, o futuro das sociedades industrializadas se orienta para uma dupla diferenciação: nas empresas, sejam privadas ou públicas, entre a propriedade e o controle efetivo, na sociedade global entre as categorias dirigentes, homens políticos, altos funcionários, dirigentes dos movimentos sociais (em particular, operários), intelectuais ou, mais amplamente, especialistas da criação, ou, mais ainda, da difusão das idéias.

Em essência, as classes-em-si jamais são plenamente dadas como totalidades no objeto. Existem muitas diferenças entre os indivíduos, entre os setores de atividade, entre as regiões e muitas discordâncias entre os resultados segundo o critério que se retém para que a totalidade seja diferente do horizonte da totalização para o observador. O que varia, de período em período de desenvolvimento, é a diferença entre a realidade e o objetivo ideal da totalização. Ou ainda, a própria realidade, interrogada sem preconceito, sugere mais ou menos a totalização objetivamente, confirma mais ou menos a representação de classe, unida de coerente e consciente de si própria com seus valores específicos. Se se aplica o modo de análise à evolução da

sociedade moderna, dir-se-á que esta, na medida em que se desenvolve, cria a diferença entre a representação ideal da classe totalidade-em-si e os conjuntos observados pelo sociólogo sem preconceitos.

Aqui se trata, bem entendido, de uma tendência mais ou menos marcada segundo os países e as faces do desenvolvimento; além do mais, em nenhum lugar, até o momento, a diferença foi tal que excluísse radicalmente o emprego do conceito de classe ou, o que dá no mesmo, que obrigasse a reter apenas os conceitos de *estratos* e de *grupos de interesse*, um para os conjuntos objetivados e o outro para os conjuntos que agem no palco das rivalidades político-econômicas.

É a propósito dos dois conjuntos que a questão das relações entre *estrato* e *classe* guardou sua atualidade, os operários de indústria por um lado, as camadas dirigentes do país (a burguesia, para retomar o termo comumente empregado sobretudo pelos marxistas) por outro.

Hoje em dia ainda, os operários de indústria, sobretudo na França, mas provavelmente também na maioria dos países industrializados, são coletivamente menos afastados da representação de classe-totalidade objetiva, coerente e consciente de si mesma. Os sociólogos discutiram e continuam discutindo a evolução da classe operária em direção à homogeneidade ou em direção à heterogeneidade, provavelmente pela simples razão de que estas duas espécies de transformações estão presentes, uma mais acentuada aqui, e a outra, acolá. Ainda ocorre, entretanto, que todo operário de indústria seja trabalhador manual em relação aos meios de produção que não lhe pertencem, integrado numa administração técnica imposta de cima sobre a qual nem ele, nem seus representantes têm influência ou chances de vir a ter. As diferenças subsistem evidentemente

segundo o ramo da indústria, segundo a natureza da técnica, segundo o estilo de autoridade, segundo a origem dos operários. Os sociólogos, também neste caso, estão em busca de dados materiais e psicológicos e da correlação entre esses dados. Um, em particular, lhes interessa e com razão: a imagem que os próprios operários se fazem da ordem social, hierarquia contínua de alto a baixo ou dicotomia entre dominados e dominantes; hierarquia oriunda da organização técnica do trabalho ou hierarquia de opressão e de exploração, ligada ao regime e à propriedade privada dos instrumentos de produção.

A imagem dicotômica — nós e eles — parece ainda freqüente sem ser geral. A interpretação da condição operária em termos de exploração e opressão devido ao próprio tipo de regime (propriedade privada dos instrumentos de produção) continua a ser corrente sem ser a consciência ideológica de todos os operários. A consciência de classe, enquanto objeto da pesquisa sociológica, escapa ou se mostra com reticências aos pesquisadores (talvez ela não seja algo já acabado antes da pesquisa ou fora dela). Felizmente dispomos de uma segunda via de aproximação: os operários na sua ação coletiva ao nível das organizações sindicais ou políticas ou de outra forma, a ação reivindicadora e a ação do partido dito da classe operária, ao qual fração importante desta, por volta de 50% na França, ao que parece, dá seus votos.

Comparado aos outros países da Europa Ocidental, a França apresenta, de fato, a singularidade de o Partido Comunista conservar sólida estrutura de militantes e numerosos efetivos de simpatizantes e eleitores. Parece que ainda hoje o Partido Comunista acolheria 20 a 25% (mais 25 do que 20), do número total dos votantes, o que significaria provavelmente 15 a 20% do total dos eleitores ins-

critos. Os eleitores comunistas estão longe de serem todos operários, e não foram todos necessariamente ganhos devido ao marxismo-leninismo. As porcentagens dadas aqui e acolá de verdadeiros marxistas-leninistas entre os eleitores comunistas são discutíveis e discutidas: resultam de pesquisas por sondagens, e, nesse caso, a sinceridade das respostas não é garantida. (Se um eleitor comunista afirma que deseja a manutenção do parlamentarismo, isso é prova de que seja ou não marxista-leninista?) Além do mais, os números dependem da definição escolhida do “verdadeiro” comunista: segundo se considere fator decisivo a representação do mundo histórico (União Soviética, socialista e pacífica, ameaça pelos Estados capitalistas e imperialistas, em particular os Estados Unidos) ou determinadas idéias econômicas, encontrar-se-á maior ou menor número de verdadeiros comunistas entre os eleitores.

Dito tudo isto, tem-se que o voto de protesto (se o voto comunista é um voto de protesto) ou o voto em favor do marxismo-leninismo (se tal é a significação do voto comunista) não foi sensivelmente reduzido pelos progressos econômicos levados a cabo no curso dos últimos 15 anos. A oposição ao regime existente ou à realidade social continua a unir numa vontade um núcleo de militantes resolutos e uma massa de simpatizantes na qual encontramos uma fração importante da classe operária.

No nível das organizações sindicais e dos grupos de interesse, a situação é diferente: nem estes, nem aqueles se conduzem na França de outra forma que nos países da Europa Ocidental vizinhos. Após as greves quase insurrecionais e, em todo caso, de inspiração política de 1948 (no sentido de greves inspiradas por um partido visando a objetivos de ordem nacional e internacional), os conflitos sociais foram na França do tipo conhecido fora: greves de

reivindicação contra a alta dos preços em período de inflação, greves de resistências ao fechamento de poços ou fábricas, greves de recuperação de partes de setores públicos ou privados que se considerariam relativamente lesados, greves nas empresas forçadas a restabelecer a ordem ou dimensionar etc. Talvez, em certos casos, estas greves das quais participavam ou a que aderiam moralmente técnicos ou quadros exprimiam também uma vontade de gestão ou de controle da gestão. Seja o que for, a França não se distingue dos demais países da Europa Ocidental nem no que concerne ao número dos dias perdidos por efeito de greves, nem à violência ou à duração dos conflitos trabalhistas.

Na arena político-econômica, os coletivos agitadores foram os grupos de interesse ou de pressão, nenhum deles representando ou pretendendo representar uma classe inteira. Produtores de cereais, de beterrabas ou de vinho, educadores, professores ou funcionários estão agrupados em organizações às vezes rivais, e estas organizações lutam, em teoria e abertamente, contra o Estado, de fato uns contra os outros ou, se preferimos, cada um por si próprio. A luta dos operários contra os empregadores não passa na fase atual de aparência ou ficção (salvo algumas exceções):⁴ o Estado censura os empregadores por concederem aumentos de salários que comprometem o equilíbrio da economia; o Estado deseja o fechamento das minas não-rentáveis, a dispensa dos trabalhadores inúteis. Talvez fosse melhor dizer que o Estado, os dirigentes da economia, os funcionários das finanças e da planificação estão, antes de tudo, preocupados com o crescimento e a produtividade.

4. Pelo menos quando tem por objeto o nível das remunerações.

Tais são, no Oeste, as tendências do desenvolvimento social que acompanha a industrialização: a complexidade objetivamente crescente da sociedade, os conflitos das organizações profissionais entre elas e com o Estado, a sobrevivência na consciência dos sociólogos e de uma fração da classe operária da representação da classe como totalidade coerente e a adesão pública de uma fração de classe operária e da população não-operária a uma doutrina e a uma prática que implica não apenas esta representação de classe, mas também a idéia de uma luta até a morte entre estas classes, com a vitória final de uma delas. O sociólogo poderia com toda evidência procurar as causas ou as razões desta sobrevivência no presente ou no passado da sociedade francesa. Mas deve também tirar uma conclusão de ordem geral: entre a classe-em-si e a classe-por-si se insere uma decisão humana que o filósofo tem o direito de proclamar livre, mesmo que o sociólogo encontre múltiplas mediações que dão conta da escolha feita pela classe-como-vontade.

No nível superior da classe dirigente ou burguesa, a análise é do mesmo estilo sem ser idêntica. A diferenciação dos papéis e das funções é um fato de observação. Os que gerenciam as empresas privadas nunca exercem ao mesmo tempo as funções de administração pública ou de direção política (mesmo que, em certas nações do Oeste, haja passagens mais ou menos numerosas de funções privadas a funções públicas, ou destas àquelas). Do mesmo modo, na maioria dos países do Ocidente, os detentores das funções propriamente políticas, como deputados e ministros, são profissionais que, a partir de determinado momento de sua existência, não têm mais outra fonte de rendimentos. A partir daí, duas questões se colocam que são de fato mais do que teoria ou ideologia, despertando paixões: até

que ponto esta diferenciação dos papéis não é mais do que uma aparência, atrás da qual se dissimula a coerência de uma minoria dirigente, a vontade única desta minoria? Até que ponto, a favor da racionalização inevitável das empresas e do Estado não se está criando uma nova classe tecnoburocrática, no Oeste como no Leste, que se apossaria do poder efetivo e dele afastaria os eleitos e o povo? Sobre estes dois problemas, um e outro de enorme importância, ficarei limitado a algumas breves anotações.

Inevitavelmente, algumas destas categorias dirigentes estão em estreita relação umas com as outras e, se elas não têm um mínimo de idéias e de convicções comuns, o regime estaria ameaçado de decomposição ou de explosão revolucionária. Segundo os países, a coesão social destas diversas categorias é maior ou menor; recrutam-se em meios mais ou menos amplos; são mais ou menos modeladas pelo sistema de valores da minoria tradicionalmente dirigente. O cerne das controvérsias políticas é mais ou menos substancial, de um país para outro ou, no mesmo país, de uma época para outra. Em 1932, em 1936, o presidente Roosevelt suscitava paixões extremas, tanto parecia, aos olhos de uma fração das velhas camadas dirigentes, comprometer sob certos pontos a ordem antiga e os valores herdados. Entre 1948 e 1964, nos Estados Unidos, os dois partidos ou os dois candidatos escolhidos pelos dois partidos pareciam de acordo no essencial. Não acontece o mesmo em 1964, embora as opiniões dos candidatos se situem umas e outras no interior do regime existente e não se relacionem ao que certos ideólogos consideram essencial (a propriedade dos meios de produção, o modo de regulação da economia).

Entre estas categorias dirigentes, uma — por exemplo, aquela dos detentores ou administradores dos meios

de produção — possui a realidade do poder ou exerce a influência dominante? A esta pergunta não podemos nem devemos dar uma resposta teórica. É possível que seja assim em certos países do Ocidente e não em outros. Além do mais, o poder não é uma totalidade (exceto nos períodos de crise aguda, revolucionária ou militar). Os diretores das grandes empresas influenciam talvez mais as medidas da política econômica do que as decisões diplomáticas. Cabe à pesquisa empírica precisar, de país para país e de época para época, as relações entre as categorias dirigentes, entre os conflitos sócio-econômicos e a competição dos partidos, entre os poderes econômicos e sociais e o poder político. Tudo o que esta análise tende a provar é que a representação de *uma* classe dirigente, de uma *vontade* única das diversas categorias ou de *uma* vontade decisiva de uma dessas categorias é uma hipótese e que os partidários desta hipótese devem confirmá-la. É a eles que retorna o peso da prova e não àqueles que se limitam a constatar a pluralidade.

A representação da classe tecnoburocrática se funda sobre fatos incontestáveis que ela interpreta com a ajuda de uma hipótese contestável. Retomemos o caso da França: as grandes empresas privadas são geradas por homens que, por sua formação, sua maneira de pensar e de viver e seu sistema de valores, diferem cada vez mais dos administradores do setor público e dos grandes funcionários. A própria natureza das empresas e das funções estatais torna inevitável a aproximação do politécnico e do antigo aluno da Escola de Administração, que pode dirigir a rede ferroviária, o Rhône-Poulenc ou Pétrolé, o Tesouro ou ainda a Caisse des Dépôts et Consignations (nós simplificamos enormemente: subsistem solidariedade e nuances entre estes diferentes grupos, mas, *grosso modo*, esta descri-

ção não é falsa). É provável, mas os estudos comparativos são ainda muito poucos numerosos para permitir julgamento categórico, que estes tecnoburocratas se parecem não apenas além das fronteiras dos países ocidentais, mas talvez também além da Cortina de Ferro. O que está em questão não é a comunidade-em-si, sob o olhar do observador, dos tecnoburocratas, nem mesmo sua consciência de constituírem um grupo específico, mas o papel que eles têm no governo e na sociedade e também o grau de ser-para-si ou de vontade única deste conjunto totalizado pelo sociólogo. Precisamente porque todos os regimes econômicos e políticos têm necessidade deles e lhes dão funções da mesma espécie, eles são constantemente tentados pelo apolitismo, quer dizer, pela indiferença quanto à competição dos partidos e dos regimes. Mas, no caso francês, referindo-me ao conhecimento que tenho de muitos daqueles que o sociólogo classificaria nesta categoria ou aos estudos mais rigorosos, acho provável que estes tecnoburocratas não estejam reunidos numa unidade de ação nem por um sistema de valores comuns, nem por um objetivo definido. Católicos, protestantes ou judeus, uns estão presos às idéias e aos agrupamentos da empresa privada, os outros, às empresas públicas e aos serviços de planificação. Uns aplaudem, os outros denunciam o papel crescente do Estado na gestão econômica. Uma vez terminada sua carreira ativa, tornam-se, por seus escritos, uns doutrinários da planificação, os outros dos mecanismos de mercado. É um tecnoburocrata em plena carreira quem propagou na França a querela relativa ao estatuto da empresa.

Com mais precisão ainda, em face dos grandes problemas do pós-guerra-aliança atlântica, reconciliação com a Alemanha federal e construção da Europa, descolonização na Indochina ou na Argélia — os próprios homens

foram também divididos, assim como o resto da nação ou os partidos políticos. Hoje em dia, tende a se estabelecer certo consenso entre eles: planificação flexível e economia prudente, unidade européia, consentimento retrospectivo de que a descolonização era pertinente ao interesse nacional e não apenas inevitável; sobre estes três temas foi feito o acordo não sem exceções, mas, ainda assim, no país inteiro.

Quanto à passagem da IV à V República, as circunstâncias argelianas, a crise parlamentar e os conspiradores civis e militares estiveram na origem dos acontecimentos de maio de 1958. Não saberíamos ver aqui a obra dos tecnoburocratas. Estão mais satisfeitos com a V República do que com a precedente? Fico tentado a acreditar que sim. Quaisquer que sejam as preferências de cada um, o regime da V oferece aos olhos do estrangeiro uma fachada mais digna do que o regime de ontem, e a estabilidade do Poder Executivo e o desaparecimento do Parlamento reservam aos funcionários possibilidade de ação e de previsão que lhes faltava, constantemente, no tempo da República dos partidos e dos deputados.

Não obstante, seria falso, a meu ver, definir a presente República pelos tecnoburocratas, qualquer que seja a atividade que detenham, e isto por duas razões. A primeira é que muitos entre eles não são gaulistas*; qualquer candidato à presidência da República recrutará uma equipe; e, sobre os problemas atuais (ajuda aos países subdesenvolvidos), as divisões da opinião se encontram entre os especialistas do governo (cada partido ou facção tira seus argumentos ou seus números das relações fornecidas pelos "técnicos"). A segunda razão é que, num certo sentido,

* De Gaulle. (N. da T.)

os tecnoburocratas exercem menos influência sobre as grandes decisões de política externa, militar e mesmo econômica (recusa da candidatura inglesa ao Mercado Comum) do que sob a IV República. Ontem as decisões não eram tomadas claramente por ninguém; eram, por assim dizer, o resultado de um jogo complexo e obscuro de rivalidades partidárias e pessoais. Hoje em dia as decisões são tomadas por um só que, em certas conjunturas cruciais, não escuta nem mesmo seus conselheiros.

Algumas observações relativas às sociedades de tipo soviético servirão de conclusão. Até que ponto as análises precedentes são válidas para uma sociedade industrial como a soviética? A diferenciação das ocupações, a hierarquia de *status* ou de prestígio, a desigualdade das rendas, ainda que muitas vezes diferentes daquelas do Oeste, se reencontram na União Soviética ou nos países do Leste europeu. Não há dúvida de que o sociólogo ocidental discerniria os estratos ou mesmo os conjuntos mais ou menos coerentes, comparáveis aos que observa nos nossos países industrializados. Os sociólogos soviéticos, para manter a relação com a propriedade como o principal critério da classe, afirmam que sua sociedade comporta uma classe operária (propriedade coletiva dos meios de produção), uma classe Kolkhoziana (propriedade cooperativa dos instrumentos de produção) e uma camada formada pela *intelligenza*. A existência admitida desta camada é suficiente para mostrar que o único critério de relação com a propriedade não permite uma análise de estratificação social. Estas classes, de acordo com a doutrina oficial, seriam não-antagônicas, enquanto as classes

da sociedade capitalista estariam engajadas por natureza numa luta de morte.

Esta doutrina, num certo sentido, contribui para a criação de uma realidade que lhe é particularmente inerente. Em toda sociedade industrializada os diferentes estratos aproveitam de forma desigual o crescimento do produto nacional. Se a liberdade lhes é dada, os grupos de interesse e de pressão e os sindicatos de produtores surgem, cada um reivindicando do Estado uma medida que lhe seja favorável. Se esta liberdade de reunião, de reivindicação e de protesto é suprimida, o julgamento também ocorre, mas no segredo das deliberações governamentais. Os antagonismos subsistem, mas não aparecem à luz do dia, e nada impede sua supressão por decreto ideológico.

Devido às suas instituições sociais e políticas, uma sociedade ocidental pode comportar não apenas as classes-em-si, totalizadas pelo olhar do sociólogo, mas as classes-para-si, tomando consciência de si na ação e por intermédio de um partido. Desigual e hierárquica ela também, uma sociedade como a soviética exclui a organização de uma classe com vocação revolucionária e, em continuação, torna difícil, senão impossível, o acesso de grandes conjuntos sociais à consciência de si mesmos.

Em período tranquilo, as tensões sociais se exprimem no Oeste, abertamente, nos conflitos dos grupos por interesse e dos sindicatos profissionais; no Leste, elas são quase sempre invisíveis e soberanamente arbitradas pelo poder. Em período de crise, as sociedades industrializadas do Oeste correm o risco de voltar a ser sociedades de classes, enquanto as sociedades industrializadas do Leste tendem a se assemelhar à representação dicotômica da ordem social que sugere o pensamento maquiavélico e que as camadas inferiores tendem a manter. Privada do *consenso*

indispensável, uma sociedade capitalista se decompõe em classes inimigas, e uma sociedade soviética, numa massa e numa elite social e politicamente dirigente.

É paradoxal numa primeira abordagem, mas, no fundo, lógico, que uma crise grave adeque a sociedade ocidental à descrição marxista e a sociedade soviética à descrição maquiavélica. Uma sociedade parece a imagem que faz dela seu inimigo quando se torna a caricatura de si mesma.

Capítulo 6

*Categorias dirigentes ou classe dirigente**

O relatório introdutório que eu redigira para o colóquio da Associação Francesa de Ciência Política, no outono de 1963, tinha por título “A classe dirigente, mito ou realidade?” A interrogação do título era dirigida aos participantes do colóquio; eu não pretendia dar a resposta em meu relatório, e talvez nenhuma resposta tenha claramente surgido das discussões. Ao menos o irritante problema que sugere o conceito de classe dirigente foi objeto de estudos que, tomando, passo por passo, palavras e fatos, podem talvez ter contribuído para a separação, sempre desejada e jamais realizada, das *questões de vocabulário, divergências científicas e oposições ideológicas*.

O vocabulário é, nas principais línguas ocidentais, igualmente confuso. Em francês, falamos “classe dirigente”, “elite” (às vezes elite social e elite política), “classe política”. O conceito de classe é equívoco: tem ele o mesmo

* Publicado na *Revue française de science politique*, XV, I (1965), p. 7-27. Agradecemos a Louis Bodin ter autorizado a publicação deste texto.

sentido na expressão “classe dirigente” que na expressão “classe operária”? É bom falar de “classe política”¹ mesmo mantendo a noção de classe dirigente? Em inglês, também sociólogos e jornalistas empregam diversas palavras ou expressões: *ruling class*, *power elite*, *elite*, sem contar uma noção propriamente inglesa, a de *establishment* (que começa, aliás, a se propagar além do Atlântico, ao menos em Nova York e sobre a costa Leste).

A incerteza da terminologia decorre de razões profundas. A classe dirigente é de fato, ou passa por minoria, mais ou menos coerente e consciente de si mesma, que, *de fato*, reina sobre toda a sociedade. Aqui emprego intencionalmente a palavra *reina* numa acepção vaga: a maior parte do tempo, os observadores não sabem até que ponto esta minoria *governa* e por que meios. A partir daí, a classe dirigente interessa ao sociólogo porque é, para a sociedade global, o que os governantes são para o sistema política. Mas interessa também ao politicólogo, porque ela é uma espécie de supergoverno ou, ainda, a minoria, visível ou invisível, que manipula os governantes (ou cujos governantes visíveis constituem apenas uma fração).

Colocado deste modo, o problema é ao mesmo tempo tradicional e renovado. A *Política*, de Aristóteles, é um tratado de sociologia e de economia ao mesmo tempo que de ciência política, mas esta última engloba as duas outras disciplinas. Talvez, com mais precisão, a política não se distinga da sociologia: a cidade é a coletividade na qual se cumpre a natureza do homem e o regime (*politeia*), modalidade da organização do poder, definido o caráter próprio de cada cidade. Maquiavel, mais ainda do que Aris-

1. Empreguei, em outras circunstâncias, a expressão porque é de uso corrente, mas acho, após reflexão, que mais vale falar de “pessoal político”.

tóteles, coloca a oposição dos governantes e governados, da minoria que comanda e do grande número que obedece, no centro de suas observações e de suas reflexões. A oposição é colocada como evidente, pertinente aos fatos menos contestáveis, sem ser, no entanto, escandalosa. Ninguém nega que uns comandam e outros obedecem, ninguém, tampouco, contesta que os primeiros são misteriosamente unidos e os segundos misteriosamente passivos. As rivalidades entre os pretendentes ao trono, ou as facções da burguesia, são muito violentas no interior dos principados ou das cidades italianas, aparecendo às claras com bastante inocência para que a interpretação policial da história (“o governo invisível”, “a conspiração dos poderosos”) adquira qualquer verossimilhança.

O problema moderno da classe dirigente, tal qual ele foi discutido depois da publicação dos autores italianos G. Mosca e V. Pareto, supõe fatos novos entre os quais figuram, com destaque, quando não em primeiro lugar, as idéias e, antes de tudo, as idéias democráticas e marxistas.

Se a democracia é o governo do povo pelo povo para o povo, a simples afirmação de que o próprio povo não governa, que aqueles que ele escolhe para representá-lo tiraram proveito da autoridade que exercem, torna-se, de certa forma, um sacrilégio — o que não significa que ela deixe, no entanto, de ser mediocridade ou banalidade. Do mesmo modo se, como os marxistas-leninistas, decretamos que o regime soviético se identifica com a ditadura do proletariado, basta constatar que esta ditadura é exercida por um partido, um *praesidium*, ou um homem para chamar a si as investidas dos verdadeiros partidários (e, apesar disso, quem algum dia *pensou* seriamente que os milhões de operários poderiam ser em conjunto *um* ditador?)

A teoria italiana da "classe dirigente" tem, na história das idéias modernas, uma dupla função: ela é, ao mesmo tempo, crítica da democracia formal e da democracia real: desmascara o mito da vontade geral como aquele da ditadura do proletariado. A uns ela lembra a lei de ferro da oligarquia, a outros a permanência do poder e da política, a impossibilidade de uma sociedade sem poder, a impossibilidade de uma fusão total entre a sociedade e o Estado.

G. Mosca, tão bem quanto V. Pareto, demonstrou incansavelmente que os regimes representativos de nosso tempo, que se batizam de democracias, não diferem, em essência, dos regimes que se sucederam ao longo dos séculos: eles também são dominados por uma minoria que traiu mais ou menos em atos a *fórmula* (ou doutrina de legitimidade) que seu discurso reivindica. O povo não governa mais quando é decretado soberano, assim como Deus não governava no tempo em que os reis invocavam o direito divino. Mais do que isso, os governantes das democracias parlamentares traem sua fórmula mais do que os governantes dos regimes antigos: eles substituem as funções oficiais e assumem o comando sem ser os verdadeiros chefes. Manipulam a massa pela trapaça ou pela eloquência, mas são manipulados por aqueles que possuem os meios de poder, quer dizer, sobretudo nas sociedades modernas, os magnatas da indústria ou das finanças. Daí a noção de plutocracia, utilizada pela escola inspirada em Maquiavel e retomada pelos propagandistas fascistas ou nacional-socialistas.

A interpretação da democracia formal (ou parlamentar) que sugere a noção de plutocracia é, ao menos de um lado, de inspiração marxista. O pensamento de Marx teve como origem, em 1840-1841, uma reflexão so-

bre a filosofia do direito de Hegel. O homem real é aquele da *sociedade civil* (*bürgerliche Gesellschaft*). O cidadão que, por eleição, participa da universalidade do Estado é, em relação ao trabalhador, o que a vida após a morte é em relação à presente existência. A autoridade política é a ilusão que camufla o poder dos proprietários dos meios de produção, poder direto e visível na sociedade, poder dissimulado, mas, no entanto, mais perigoso sobre o Estado. Deste esquema Marx não deduziu, à maneira dos saint-simonianos, que os industriais ou os banqueiros (ou os patrícios, segundo a linguagem de Augusto Comte) devam ser promovidos a governantes; mas deduz que, no dia seguinte à revolução, feita pela imensa maioria em proveito da imensa maioria, o Estado será reabsorvido, por assim dizer, na sociedade. Após a transição marcada pela ditadura do proletariado, o Estado se deteriorará, e a sociedade será gerida pelos "produtores associados". A administração das coisas substituirá o governo das pessoas.²

A denúncia da plutocracia se situa, portanto, na continuação do pensamento marxista ou de uma parte dele. Se o poder propriamente político é, na sua essência, em todas as épocas, uma espécie de subproduto do poder social, o reino dos plutocratas, na sombra dos parlamentos, ilustra e confirma a teoria. Segundo Marx, o poder social tem por fundamento último a propriedade dos meios de produção. V. Pareto insistia muito mais sobre o papel dos financistas ou dos especuladores do que sobre o dos industriais propriamente ditos, mas alguns marxistas fizeram o mesmo.

2. Certamente não pretendemos resumir em poucas linhas a concepção que Marx, sociólogo, tinha das relações entre sociedade e Estado, classe social e poder político. Lembramo-nos dos temas ideológicos ou mitológicos. Na relação a aparecer em livro, redigida por Pierre Hassner, os diversos aspectos do pensamento marxista são sutilmente analisados.

A oposição de um maquiavelista como V. Pareto à sociologia marxista tem raízes mais profundas. Sim, afirma o autor do *Tratado de sociologia geral*, é certo que a história é a história da luta de classes; ao longo dos séculos os detentores do poder, os privilegiados da fortuna mudam, e a exploração permanece. Mas não é verdade que a posse dos meios de produção seja a fonte única do poder. A relação é quase inversa no caso das elites militares ou violentas: estas últimas se apoderam primeiro do poder, posteriormente adquirem a riqueza. Tampouco é verdade que a revolução proletária nunca se aproximaria da revolução que Marx profetizara. Ela também será obra de uma minoria em proveito de uma minoria (mesmo que a maioria tire benefícios dela). “Classe universal”, “proletariado se constituindo em classe dirigente”, tais fórmulas são muito mais mitológicas; não designam nenhuma transformação social suscetível de acontecer efetivamente; tais fórmulas também camuflam ou favorecem o surgimento de uma nova classe dirigente que, melhor ou pior, mais brutal ou mais enganadora do que as classes dominantes que a precederam, apresentará, no entanto, as mesmas características gerais.

Aparentemente antidemocrática e anti-socialista, criticando todas as ideologias oficiais, a teoria de Pareto permanece tão impopular de um lado como de outro da Cortina de Ferro, mesmo que ex-marxistas, como James Burnham, ou radicais, como C. Wright Mills, a tenham combinado com o marxismo para desmascarar, tanto o regime soviético, como o regime americano ou ambos ao mesmo tempo. Marxistas ou maquiavelistas, provavelmente marxistas e maquiavelistas ao mesmo tempo, estes dois autores representam outro período da história das idéias, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial e que foi dominada pela disputa dos dois blocos.

A lei de ferro da oligarquia parecia, no início deste século, dissipar as ilusões democráticas (ou social-democráticas). Era compatível com a teoria da vontade geral o poder de uma minoria dirigente? O poder dos financistas ou dos industriais com a fé nas instituições representativas? Todas estas questões adquirem novo sentido, menos patético menos perigoso para os teóricos (ao menos para os teóricos do Ocidente), a partir do momento em que os democratas consentem em analisar e justificar a democracia numa linguagem sociológica.

A originalidade das sociedades modernas não é em razão da supressão do fato oligárquico, ou seja, da desigual repartição do poder entre indivíduos e grupos em cada subsistema ou no sistema global. Em toda coletividade de certa grandeza, as decisões são tomadas por um ou alguns. Mas esta constatação banal não é senão o começo da investigação: quais são as relações entre aqueles que tomam as decisões e os outros? Em que medida os chefes são influenciados pelas preferências daqueles que eles comandam? Existe uma só cadeia de comando ou muitas? Em particular, no nível da sociedade global, existem uma só hierarquia ou muitas? Ora, sem pretender dar resposta imediata a estas questões, a observação ingênua descobre uma diferenciação de papéis da mesma maneira que o fato oligárquico (este sendo tomado em sentido vasto: desigual repartição do poder social e concentração da autoridade, poder sobre as decisões). No regime democrático ocidental, o poder político é exercido por homens que não são, ao mesmo tempo, os proprietários ou administradores dos meios de produção. Este poder é o objeto de uma competição regular entre partidos no decorrer das eleições, entre os indivíduos no interior dos partidos e no Parlamento. Os opositores têm o direito de criticar, os professores po-

dem denunciar a legitimidade do regime e de sua "classe dirigente". As camadas sociais desfavorecidas, assalariados da indústria ou da agricultura, estão organizados em sindicatos, os produtores de um ramo ou outro se organizam também em "grupos de pressão", a fim de obter do governo ou das assembleias medidas favoráveis a seus próprios interesses. Em resumo, uma investigação sociológica que se queira científica, e não ideológica, deve tomar por ponto de partida não a classe dirigente, mas as categorias dirigentes. Estas são dados imediatos, aquela, uma hipótese.

Chamamos de categorias dirigentes *as minorias que ocupam posições ou desempenham funções tais que não lhes é permitido não ter influência no governo da sociedade*. Os membros de algumas dessas categorias dirigentes são colocados no alto de uma hierarquia de comando em um sistema (por exemplo, os chefes de empresa tomam as decisões mais importantes na sua própria esfera). Do mesmo modo, os chefes do Exército estão no alto de uma hierarquia específica. Um ilustre professor tem chance de favorecer a carreira de seus protegidos, um escritor coberto de glória difunde suas idéias que se tornarão, algum dia, forças sociais. O que nos interessa aqui não é precisar a organização do comando ou da influência em cada um dos subsistemas sociais, mas enumerar os dirigentes dos subsistemas que *influenciam* o próprio poder (este sendo definido como o conjunto dos que comandam toda a sociedade em nome de todos).

No relatório introdutório, eu havia proposto a seguinte ordem: primeiro e antes de tudo, existe em qualquer re-

3. Prendemo-nos ao estudo da sociedade global porque a noção de classe dirigente a esta se aplica manifestadamente. A aplicação do conceito de categorias dirigentes aos subsistemas regionais ou funcionais não está excluída.

gime uma categoria que chamaremos de *peçoal político*, ou seja, uma *minoría* (algumas centenas ou alguns milhares de pessoas) que, *em conformidade à fórmula de legitimidade e à sua tradução institucional, está engajada na competição da qual o exercício do poder é o núcleo ou ainda a minoría que engloba os delegados dos que detêm o poder*. Mesmo num regime soviético, a competição subsiste no interior do pessoal político, mas toma forma próxima da concorrência no interior das burocracias em vista de promoção. Só alguns participam ativamente, com os riscos e perigos, da competição suprema. Nos regimes nos quais a fórmula de legitimidade exige competição aberta e pública, a maioria dos membros do pessoal político entrega sua fortuna a uma ou outra das personalidades dominantes, entre as quais se desenvolve a batalha pelo nº 1 (cada uma destas personalidades tem inevitavelmente sua clientela).

O pessoal político deve ser colocado no centro das pesquisas sobre a classe dirigente, qualquer que seja a conclusão dessas pesquisas, pois todo Estado comporta um pessoal político, chefe de Estado ou de governo, ministros, deputados ou senadores, membros dos partidos políticos ou do partido único, e este pessoal está evidentemente ligado aos governantes.

Será preferível, nas sociedades do tipo industrial, empregar o conceito de *peçoal político* mais do que o de classe política. Isto não apenas porque a palavra classe tem uma série de ressonâncias ideológicas, mas porque o pessoal político, no sentido estrito que nós indicamos há pouco, está, por um lado, relacionado a outra categoria, a dos *grandes funcionários* civis ou militares; e, por outro, é submetido à influência de duas outras categorias, *os administradores* privados ou públicos do trabalho coletivo e *os líderes de massas*.

Esta classificação é empírica. Os ministros têm necessidade de administradores enquanto conselheiros de suas decisões ou executantes de suas ordens. Os representantes dos interesses organizados (produtores de beterrabas, de automóveis, defensores da SNCF ou da Sud-Aviation) esforçam-se para convencer legisladores ou ministros. Os secretários de sindicatos exprimem ou interpretam as reivindicações das massas e, pela negociação, ameaça de violência ou violência (greve), buscam arrancar concessões dos chefes de empresa ou dos governantes, seja para servir às suas bases, seja para reforçar sua autoridade sobre elas, seja para enfraquecer o regime que combatem.

Estas três categorias dirigentes, que acabamos de enumerar e que cooperam com o pessoal político ou fazem pressão sobre ele, constituem o conjunto que Augusto Comte chamaria de poder temporal. Cada uma delas representa ou simboliza uma das forças tradicionais reconhecidas ou o fundamento de uma dessas forças. Os administradores dos meios de produção encarnam o *dinheiro*, os líderes de massas, o *número*, os chefes militares, as máquinas de guerra, os altos funcionários, a máquina administrativa. Chefes militares e altos funcionários são, em um regime constitucional, os executivos. Proprietários ou administradores dos meios de produção, líderes de massa, em um regime como o ocidental, não estão integrados no Estado, mas são suspeitos, sobretudo os primeiros, de manipular os dirigentes oficiais. O que é um deputado democrata-cristão, transitoriamente primeiro-ministro, perto do diretor-geral da Fiat, da Pirelli, ou Monte-catini?

Já que reunimos no conceito de poder temporal três categorias dirigentes, parece normal evocar o poder espiritual e atribuí-lo às categorias que agem essencialmente sobre o espírito dos homens, sobre as maneiras de pensar,

os valores, a representação do mundo. Augusto Comte tinha evidentemente razão ao afirmar que em toda sociedade existe um poder espiritual, quer dizer, minorias que contribuem, aos olhos de todos, para a determinação do bem e do mal, sejam padres de uma religião oficial e interpretem os textos sagrados, ou seja a cultura de que eles são os depositários, ou o prestígio das obras do espírito que lhes dão ascendência sobre as massas. As sociedades modernas são, por natureza, seculares: colocam como princípio o fato de que a fé é assunto privado e a autoridade dos padres não se estende à organização ou à administração da cidade. Mas, como as igrejas não podem nem querem desinteressar-se inteiramente dos assuntos públicos, é justo dizer que o poder espiritual, nas sociedades modernas, é dividido. As categorias dirigentes do poder espiritual são menos claramente diferenciadas do que as do poder temporal, e a enumeração seguinte não se impõe com evidência.

Podemos, antes de tudo, opor aos chefes ou porta-voz das igrejas (hierarquia eclesiástica, padres, ordens religiosas, laicos estreitamente solidários com a igreja) os intérpretes de uma verdade imanente, verdade apresentada geralmente como científica ou racional. Mesmo os fascistas ou nacionalsocialistas que se declarem hostis ao movimento racionalista (ou, se se prefere, ao racionalismo das Luzes) referem-se de bom grado à ciência, à teoria da raça ou do Estado. Podemos, por convenção, chamar de clero ou intelectuais os sábios, escritores, universitários e jornalistas que não invocam nem Deus nem uma Igreja, mas que transmitem ou difundem maneiras de pensar e de julgar. De fato, segundo as sociedades, englobamos nesta categoria os intelectuais, uma parte mais ou menos extensa de todos aqueles que exercem trabalhos não-manuais. No

limite, em tal país subdesenvolvido, todos aqueles que tenham recebido formação secundária de tipo ocidental serão batizados de intelectuais. Nesta análise sumária, ficarei limitado a diferenciar, entre os letrados, as categorias seguintes: *os jornalistas*, os que mais diretamente se situam em relação com o pessoal político, engajados nas batalhas cotidianas do fórum; *os universitários* que, enquanto tal, não influenciam, senão a muito longo ou médio prazo, a opinião pública; e, entre estas duas categorias extremas, *os especialistas* (economistas, por exemplo), que tentam agir sobre os governantes com a autoridade do sábio e os meios do jornalista; enfim, *os escritores ou artistas* cujo *engajamento* é suscetível de ter aos olhos de muitos significação exemplar.

A noção de categoria dirigente, é necessário dizê-lo, é analítica. Seria absurdo imaginar que cada categoria dirigente constitua uma unidade: por definição, o pessoal político de um regime ocidental é dividido, pois ele se subdivide em partidos onde um não pode vencer sem que o outro não experimente, deste mesmo fato, uma derrota. Certamente o jogo político não é jogo de soma nula: a vitória de um não implica derrota similar do outro. No interior de um dado regime, existe solidariedade entre os rivais, interesse comum à salvaguarda do regime ou à manutenção das regras do jogo. Quando este interesse comum desaparece completamente, o partido, mesmo se ele se curva às regras do jogo, é automaticamente revolucionário, e os chefes deste partido revolucionário não pertencem ao pessoal político do regime estabelecido: eles constituem o que eu chamaria de “contrapessoal” ou “pessoal de substituição”; o que não impede este contrapessoal, no nível municipal ou regional, de ocupar, às vezes, importantes posições num regime que tenha a ambição de destruir. (Pen-

samos no Partido Comunista Italiano, responsável pela gestão de numerosas cidades italianas.)

Entre o “pessoal” e o “contrapessoal”, o RPF de 1948-1952 constituía, por assim dizer, caso intermediário. Partido “revisionista”, o RPF buscava modificar as regras do jogo, impor uma Constituição diferente da IV República. Ele não seria o equivalente nem do Partido Trabalhista assumindo em 1945 o encargo do governo, nem do Partido Comunista que, na Tchecoslováquia ou na Polónia, modificou a organização da sociedade e do Estado. Menos do que um partido revolucionário, mais do que um partido constitucional, ele teria introduzido modificações cujas amplitudes, seis anos após o começo da V República, ele próprio pôde avaliar.

As outras categorias dirigentes não são tampouco “unidades de ação”, nem os altos funcionários que pertencem a partidos diferentes e têm raramente, enquanto corpo constituído, as mesmas opiniões políticas ou religiosas, nem, evidentemente, os intelectuais para os quais o prazer visível e a ocupação preferida é criticar uns os outros, nem os líderes de massa, secretários de sindicatos operários ou de partidos populares. Duas categorias constituem, às vezes, unidades de ação e assim são organizadas: os membros de uma igreja e os chefes do Exército (a rigor, ao menos parcialmente, os detentores dos meios de produção).

As fronteiras de cada uma dessas categorias são flutuantes. Deputados ou ministros pertencem evidentemente ao pessoal político, um deputado, mesmo obscuro, participa oficialmente da competição que tem por núcleo o acesso ao exercício do poder estatal. O prefeito de uma grande cidade, mesmo se ele não participa desta competição, pertence a este pessoal em razão da importância da posição que ocupa. Ao contrário, o prefeito de uma ci-

dade pequena não pertence a esta mesma categoria. Entre estes dois casos extremos, é impossível traçar uma linha rigorosa de demarcação. Tal dificuldade se encontra freqüentemente em sociologia, mas não constitui objeção contra este modo de conceituação. Apesar de tudo, cada um sabe onde se encontra o núcleo da classe operária, ninguém pode precisar com segurança a partir de qual ordenado ou de qual ocupação do quadro o trabalhador sai da classe operária.

As observações que acabamos de fazer a propósito do pessoal político são válidas também para as outras categorias. Até onde se estende a alta administração? Qual é a fração do corpo dos oficiais que julgamos capaz de influir no poder? Quais são os chefes de empresa que se esforçam para pesar nas decisões dos governantes ou são capazes de conseguir tal coisa?

Outra objeção, aparentemente mais válida ainda, poderia ser feita: as categorias que diferenciamos, por exemplo, aquelas do pessoal político e da alta administração, não são sempre concretamente diferenciadas. Sob a V República francesa, os ministros são freqüentemente escolhidos entre os altos funcionários. Nos Estados Unidos, homens políticos são nomeados para funções que em outra parte são tidas como estritamente administrativas. Na União Soviética, funções políticas e funções administrativas têm fronteiras pouco nítidas: os mesmos homens passam da gestão de uma empresa à de um truste, posteriormente à de um ministério; na condição de serem membros do Partido Comunista, eles têm chance de subir até o topo da hierarquia técnico-burocrático-política e de chegar algum dia ao Comitê Central ou ao Praesidium, onde a oligarquia reinante e governante regulamenta disputas e tomam as decisões mais importantes.

A confusão eventual destas categorias dirigentes deixa de aparecer como objeção no momento em que o alcance do conceito é compreendido com clareza. Este conceito analítico designa mais uma função do que um grupo social e, por isso mesmo, permite ao mesmo tempo analisar a organização do poder, a relação entre poder e sociedade num determinado país e esboçar as comparações entre países e entre regimes. Em todas as épocas, as minorias ocuparam as posições de poder. Numa sociedade moderna, existem inevitavelmente minorias colocadas em "pontos estratégicos" (donde o conceito de *minorias estratégicas* que certos autores americanos utilizam em sentido vizinho àquele de categorias dirigentes), minorias que detêm poder ou influência não apenas em seu domínio próprio de atividade, mas também nos assuntos públicos.

A substituição do conceito de categoria dirigente pelo de classe dirigente apresenta, a meu ver, vantagem dupla, científica e ideológica. Permite evitar as ressonâncias ou implicações ideológicas do conceito de classe. A enumeração das categorias dirigentes serve, por assim dizer, de lembrete ou substituto do sistema formal: em vez de pressupor a existência de uma classe dirigente unificada ou de procurar, ao acaso, os indivíduos ou os grupos poderosos e influentes, o sociólogo dispõe de um repertório. Mais do que isso, as relações observadas entre as categorias dirigentes marcarão, ao menos por um lado, a natureza própria de cada regime.

Para finalizar esta introdução, acrescentemos que a pluralidade das categorias dirigentes reflete um dos traços característicos das sociedades modernas industrializadas: diferenciação dos papéis, dos sistemas sociais, das formas de organização. O deputado que, enquanto legislador, participa da elaboração das leis fiscais é, enquanto contri-

buinte, submetido à administração como um simples cidadão (ao menos em teoria). O chefe de empresa é controlado pelo inspetor do fisco ou do serviço de preços, mesmo se tiver alguma proximidade com o ministro. A multiplicação das hierarquias comando-obediência é típica de nossa sociedade: a diferenciação das categorias dirigentes é sugerida pelo espírito da civilização moderna.

A partir da teoria formal a que acabamos de nos referir e que o relatório introdutório esboçou, múltiplos estudos históricos e empíricos foram realizados por membros da Associação Francesa de Ciência Política ou por colaboradores da Fundação. Fora do relatório de Pierre Hassner, que constitui a melhor exposição histórica e analítica das diversas teorias da elite e da classe dirigente,⁴ a maioria dos outros relatórios trata ou de uma categoria dirigente (altos funcionários, jornalistas, pessoal político etc.) ou de um país (Marrocos, Grã-Bretanha, Itália, Peru etc.). Não seria o caso de resumir aqui estes relatórios, mesmo porque são muito diferentes em seu objeto para permitir conclusões gerais. Deter-nos-emos em apenas um desses relatórios, o de Jean Meynaud, que constitui ao mesmo tempo a mais fiel e a mais inteligente aplicação da teoria formal, apresentada no relatório introdutório, e a crítica desta teoria ou, mais do que isso — embora Jean Meynaud

4. Este relatório de Pierre Hassner, intitulado "O problema da classe dirigente na história das doutrinas de sociologia política", foi objeto de uma publicação no mesmo número da *Revue française de science politique*, sob o título "À procura da classe dirigente: o debate na história das idéias" (p. 40-67), e de um artigo, "Os industriais como classe dirigente", *Le Contrat social*, X, 2, março-abril 1966, p. 3-14. (N. do E.)

pareça não fazer a distinção —, a crítica das proposições de teoria concreta, sugeridas ou implícitas, segundo ele, nesta teoria formal.⁵

De certa maneira, a refutação da teoria formal volta-se contra ela mesma. De fato, Jean Meynaud retoma a enumeração das categorias dirigentes apresentada por mim e, depois de ter estudado uma após outra, conclui que a teoria da *classe dirigente* é mais próxima da realidade italiana (ou da realidade ocidental?) do que das *categorias dirigentes*. Mas eu não tinha, ao menos no relatório introdutório, afirmado ou negado a existência (definida de que maneira?) da classe dirigente. Eu tinha apenas sustentado que a pluralidade das categorias dirigentes é um fato, a unidade (qual unidade?) de uma classe dirigente, uma hipótese que, em cada circunstância, deve ser confirmada ou desmentida pelo estudo dos fatos. Ora, já que J. Meynaud utiliza meu próprio sistema conceitual (o das categorias dirigentes) e chega à afirmação de uma classe dirigente (contra minha suposta teoria concreta), me dá, assim, uma primeira satisfação sobre um ponto essencial. Ele demonstra de fato que o sistema conceitual não implica uma teoria concreta e não está ligado a preferências ideológicas. Utilizando este sistema a fim de reencontrar uma espécie de marxismo vulgar no fim de estudos rigorosos, detalhados e sutis, ele confirma que a análise de uma sociedade com a ajuda do conceito das categorias dirigentes é ideologicamente neutro.

Passemos agora às questões levantadas por J. Meynaud em seu relatório, sobre o qual eu me debruçarei mais ve-

5. Trata-se do relatório que foi publicado posteriormente sob o título: Jean Meynaud, *Rapport sur la classe dirigeante italienne*, Lausanne, Études de science politique, 1964 (N. do E.)

zes, porque o pensamento do crítico se exprime de maneira bem clara. Quatro objeções são formuladas em face do que é chamado de *esquema das categorias dirigentes*. Eu consideraria primeiro as duas últimas, válidas em si mesmas, mas que não comprometem o que chamei de teoria formal e que J. Meynaud chama de *esquema*.

É conveniente, diz ele, levar em conta as influências vindas do estrangeiro. “Estas, quer elas emanem dos governos ou dos grupos privados, são suscetíveis de pesar no comportamento das categorias dirigentes nacionais, a pressão sendo por vezes tão forte ao ponto de privar estes últimos de toda liberdade de manobra.” A observação é pertinente, mas em nada atende ao esquema visado. Bem ao contrário, é preciso diferenciar as diversas categorias dirigentes para analisar as diversas influências vindas do estrangeiro. Se J. Meynaud tivesse compreendido melhor a questão do esquema que utiliza e rejeita, não teria cometido o erro de insistir sobre a influência americana e ignorar ou quase a influência soviética. Tudo se passa, em seu universo, como se “a classe dirigente italiana” e os Estados Unidos enfrentassem fantasmas ou o “povo”, ou o “proletariado”. Ora, eles enfrentam (ou enfrentaram) o Partido Comunista que foi por muito tempo um aliado da União Soviética, cuja “docilidade” era ao menos tão “exemplar” quanto aquela dos governos de Roma aliados aos Estados Unidos. A crer em Meynaud, “o atlantismo constitui garantia fundamental e insubstituível contra a ameaça de subversão interna”. Tendo uma vez por todas eliminado de sua representação do mundo a União Soviética e o “nacionalismo estrangeiro” dos partidos comunistas, ele mostra os dirigentes italianos a serviço dos Estados Unidos contra a classe operária, como se a vitória do comunismo na Itália não devesse implicar subordinação eventualmente muito

mais estreita do contrapessoal de hoje em dia, amanhã tornado pessoal no poder, a um Estado estrangeiro. A título pessoal, o sociólogo tem liberdade de preferir a situação dos dirigentes da Polônia, da Hungria ou da Alemanha Oriental à situação dos dirigentes de Roma ou Bonn. Mas é falsear a descrição evocar uma “docilidade” e esquecer outra.

Uma segunda objeção, também pertinente em si mesma, funda-se “sobre a ausência de referência aos elementos ou meios dirigidos”. E nossa crítica continua: “Atribuindo constantemente o primeiro lugar às categorias dirigentes, corremos o risco de esquecer que estas não estão ao abrigo das reações de base e que o comando dos homens não é redutível apenas aos impulsos dos governantes.” São os Pareto e os C. Wright Mills que tendem à interpretação policial, à idéia de uma espécie de “conspiração” de alguns, manipulando pela propaganda, ou pela esperteza, ou pelo terror, as multidões passivas. Ao contrário, todos aqueles que introduziram a pluralidade das categorias dirigentes enfatizaram também as garantias dadas aos governados pela dissociação das categorias dirigentes sobre a importância decisiva do regime político e da Constituição no que diz respeito à relação entre governantes e governados.

Infelizmente, Meynaud parte desta observação exatamente para daí tirar conclusões parciais, visando a chegar a um objetivo predeterminado por preferências ideológico-políticas.

“A abertura para a esquerda” confunde um pouco J. Meynaud. Não que este se prenda à mitologia de uma classe dirigente inteiramente coerente, consciente de si mesma e de seus interesses. Ele é muito bom observador para negar as divergências de interesses e de opiniões no interior da

classe dirigente, muito inclinada à oscilação de “certamente... não obstante...” para sair-se com proposições categóricas e simplistas. Mas, se ousar, eu agora, dizer “não obstante”, J. Meynaud prefere, em sua teoria ideológico-sociológica, que a classe dirigente esteja de acordo nas grandes decisões. A abertura para a esquerda é uma grande decisão. Ele prefere, então, que ela tenha sido “imposta” pelos governados (feliz o regime no qual os governados podem impor tal decisão). Assim se explica a alternativa indicada nas seguintes linhas: “Comumente apresentamos a abertura para a esquerda como uma operação desejada por alguns dirigentes democratas-cristãos e imposta por eles a um conjunto de parlamentares reticentes ou resignados. Esta interpretação não deixa de ser verossímil ao menos se permanecemos na superfície das coisas. No entanto, podemos pensar que esta mudança de orientação foi a consequência quase inelutável da evolução dos espíritos vinda como consequência da aceleração do crescimento econômico (necessidade de uma modernização do sistema capitalista).” A verdade me parece situar-se entre estas duas interpretações extremas, uma que imputaria a operação a algumas pessoas e a outra que a decretaria “quase inelutável”. Num regime de democracia representativa e de livre discussão, seria vão prender-se a uma ou a outra dessas fórmulas: o curso dos acontecimentos não é resultante nem do crescimento econômico, nem das iniciativas isoladas de alguns, mas de uma dialética complexa que é difícil de seguir na prática porém mais difícil ainda de negar.

Admitamos que J. Meynaud tenha razão e que a abertura para a esquerda tenha sido uma “consequência quase inelutável da evolução dos espíritos”. Esta interpretação se direciona mais no sentido da teoria pluralista — pluralidade das categorias dirigentes e das forças sociais. Efeti-

vamente, podemos ler algumas linhas mais adiante que “as categorias politicamente dirigentes não são, *ipso facto*, socialmente dirigentes ou, ao menos, não o são integralmente.” Esta observação é pertinente; lembra-nos o tema inicial das grandes doutrinas de sociologia histórica, dos saint-simonianos e dos marxistas. Entende-se mal com a idéia de *uma* classe dirigente (esta deveria sê-lo de fato, tanto social quanto politicamente). Mas não é este o sentido que J. Meynaud dá a esta dissociação. “Tudo bem pesado, esta situação é mais fácil de ser explicada se admitimos que as categorias favoráveis ao regime formam um conjunto centrado na defesa dos interesses de seus membros; as categorias que se consideram lesadas pelo sistema formam um outro conjunto que se opõe ao primeiro.” Dito de outra forma, somos levados, mais uma vez, do funcionamento das categorias dirigentes à configuração da estrutura social e ao modo de apropriação dos bens que constitui seu alicerce.” Chegamos, portanto, ao que eu chamava de marxismo vulgarizado: a oposição entre os dois conjuntos — os detentores dos meios de produção e os outros —, esta oposição tendo por origem a “configuração da estrutura social”, quer dizer, a propriedade dos meios de produção. Em que argumentos estará baseada esta teoria?

Os dois argumentos principais (que são também as duas principais objeções ao esquema das categorias dirigentes) são: as categorias dirigentes não devem ser colocadas no mesmo plano, uma delas, a categoria dos detentores (ou administradores) dos meios de produção exerceria influência maior, e, sob muitos pontos de vista, decisiva; por outro lado, as categorias dirigentes deveriam ser relacionadas à “estrutura social em seu conjunto”, os homens chamados a ocupar os postos de influência não se recrutando da mesma maneira nas diversas camadas.

Esta segunda objeção, de fato, não atinge em nada o “esquema”. Ao contrário, este exige o estudo do “recrutamento” de cada uma das categorias, dos modos de seleção que dela resultam, em cada regime ou em cada setor, da própria organização. As chances para um indivíduo de subir ao topo de uma ou outra destas categorias ou mesmo de penetrar em uma delas variam consideravelmente de acordo com o nascimento. A maioria dos estudantes vem dos meios da grande, média ou pequena burguesia; a Igreja, os sindicatos, os partidos políticos de esquerda favorecem a promoção individual mais do que a administração pública ou os negócios privados. Mas qualquer que seja a percentagem, entre os “administradores do trabalho coletivo”, de homens vindos de camadas populares ou dos “diretores-não-proprietários”, J. Meynaud, disposto a permanecer num conformismo paramarxista, não terá dificuldade alguma em demonstrar que estes “homens novos” foram absorvidos pela velha classe dirigente, convertidos a seus valores e daqui por diante adquiridos para a defesa de seus privilégios. Desde então, o grau de abertura da “classe capitalista” pouco vai importar.

Chegamos assim ao centro do debate; pessoalmente nunca neguei a desigualdade eventual das diversas categorias dirigentes: os líderes de massa *contestam* as decisões dos governantes ou dos chefes de empresa a menos que eles não *contestem* o próprio regime. A função de *direção* se diferencia evidentemente da função de *contestação*. A idéia se integra facilmente na teoria formal das categorias dirigentes ou, melhor ainda, está implícita nesta teoria. O que está em questão é o caráter, a modalidade de exercício da autoridade que detém uma destas categorias dirigentes, especificamente aquela dos capitalistas ou chefes de em-

presa. Ora, neste ponto, J. Meynaud oscila entre duas observações, múltiplas e relativas, e uma afirmação simplista.

Que se trate das rivalidades de interesse entre grupos industriais, entre capitalismo de Estado e capitalismo privado, que se trate da influência exercida pelos “poderes do dinheiro” ou pela Igreja sobre o rádio e a televisão, J. Meynaud permanece um observador sagaz. Talvez as relações entre Igreja, grande patronato e democracia-cristã sejam ainda mais complexas do que ele nos apresenta, mas não saímos do marco da ciência. As divergências dizem respeito àquelas que separam os sociólogos igualmente preocupados em não confundir conhecimento objetivo e escolha de posição política.

A afirmação simplista concerne à unidade de todas as categorias dirigentes quando o essencial está em questão. Mas como uma tal proposição, com relação à Itália pós-1945, poderia ser outra coisa senão uma banalidade? A ameaça vem do Partido comunista. O essencial não é a propriedade privada ou pública de quais ou tais instrumentos de produção (as nacionalizações foram votadas pela Assembléia Nacional). O essencial é a luta contra o Partido Comunista, a política que tem como objetivo proibir-lhe o acesso ao poder. As diversas categorias dirigentes da Itália atual, se não encontrassem um mínimo de *consensus* em face da subversão a que levaria a vitória do Partido Comunista, manifestariam simplesmente a vocação suicida. Portanto, não eram necessárias tantas pesquisas, erudição e finura para se chegar a tal conclusão (eu ficaria feliz que esta fosse tão certa como o vê Meynaud).

A concordância das categorias dirigentes contra uma ameaça exterior não demonstra a verdade da teoria da classe dirigente. Aqueles que rejeitam esta teoria não negam, no entanto, que em certas situações extremas todas as ca-

categorias dirigentes agem como *uma* classe dirigente (se eu fosse italiano me sentiria solidário contra a tomada do poder pelo Partido Comunista, e da hierarquia católica e do patronato industrial). O que eles negam é que os diversos privilegiados estejam permanentemente conscientes de sua unidade, que eles dirijam a sociedade e o Estado à maneira de conspiradores invisíveis e poderosos. De país a país, a coerência e a consciência destas categorias dirigentes variam; o que caracteriza os regimes democráticos é a diferenciação destas categorias e o livre jogo de suas rivalidades em favor das instituições representativas. Quanto à margem de autonomia do pessoal político com relação ao patronato industrial, não é num determinado país nem fixada de uma vez por todas, nem é a mesma nos diversos domínios de ação. Eu desafio Meynaud a explicar as peripécias da descolonização francesa pela influência dos capitalistas (alguns eram colonialistas, outros, anticolonialistas). E estou certo de que ele não explicará a diplomacia do general de Gaulle pela influência de Villiers ou do CNPF.

Esta discussão nos levou mais longe do que a “teoria formal das categorias dirigentes”. O leitor poderá usar contra nós o argumento que já empregamos contra J. Meynaud. Ele demonstrava a neutralidade ideológica do esquema das categorias dirigentes, utilizando-o para chegar à teoria substancial *da* classe dirigente. Utilizando o mesmo esquema para refutar esta teoria substancial, eu não estaria dando um argumento àqueles que não admitem a neutralidade ideológica do esquema?

O esquema, já o disse, é inspirado por dupla constatação: *o fato oligárquico e a diferenciação dos papéis de*

autoridade. Mesmo que ele seja totalmente neutro ideologicamente, vai facilitar o papel da *escola pluralista* mais do que o da *escola unitária*. Mas é a sociedade, e não o sociólogo, o responsável por esta situação. Apesar de tudo, o diretor-geral da Fiat não é primeiro-ministro, assim como o da General Motors não é presidente dos Estados Unidos da América. Ao que afirma o todo-poder dos “capitalistas” é que incumbe a obrigação da prova. Ora, esta prova nunca é conseguida, ou, melhor, ela não escapa ao dilema no qual o próprio J. Meynaud se enredou: ou bem existe a unidade contra o inimigo absoluto (o que não é sempre o caso, mas o é com frequência, e não supõe nem coerência misteriosa, nem consciência clara, nem conspiração invisível), ou bem ela existe permanentemente. Mas o regime democrático comporta manifestadamente conflitos entre os partidos, entre as organizações profissionais, entre as escolas de pensamento. Para reencontrar, contra a experiência, a tese *da* classe dirigente, será preciso desvalorizar estes conflitos e seus núcleos, decretar que eles não tocam *no essencial*, e, por essa linha, seremos enviados, ao menos na fase presente da história, ao primeiro termo da alternativa. A unidade *da* classe dirigente será definida pela vontade de manter “as relações sociais de produção”, ou seja, de não deixar lugar ao Partido Comunista ou a qualquer outro partido do mesmo tipo, o qual liquidaria as atuais categorias dirigentes, seus privilégios e seus valores.

A passagem *das* categorias dirigentes à classe dirigente pode, é verdade, operar-se de outra maneira: não mais invocando o poder decisivo de uma categoria, ou a solidariedade de todas as categorias em certas circunstâncias, ou a consciência que as categorias têm de sua comunidade, mas denunciando a continuidade ao longo das gerações

dos membros *da* classe dirigente. Em princípio, J. Meynaud só trata de sociedades do tipo ocidental, mas não resiste à tentação de subtrair sociedades como a soviética da ignomínia de terem, elas também, uma classe dirigente. Basta-lhe a introdução repentina de uma definição arbitrária, segundo a qual uma classe dirigente supõe que os privilegiados devam sua ascensão ao nascimento.⁶

Se adotamos tal definição, um regime revolucionário, durante sua primeira fase, não terá evidentemente classe dirigente, mesmo se um partido único se tenha apossado do Estado, exerça todos os poderes, suprima todas as liberdades. Sempre teremos o direito de escolher o sentido que damos a uma palavra: mais vale, portanto, não se afastar demais dos hábitos e do bom senso com a única finalidade de exprimir ou de camuflar as preferências de ordem política, além do mais, completamente platônicas. A transmissão de privilégios é uma das características *da* classe dirigente: não é a única. A coerência das diferentes categorias dirigentes e a maneira como cada uma delas exerce sua autoridade ou sua influência, a parte que todos em conjunto deixam à contestação dos governados importam ao menos tanto quanto a continuidade das famílias privilegiadas ao longo das gerações.

6. "É possível e, sob muitos aspectos, provável que as estruturas de influência de caráter oligárquico se reencontrem em outros sistemas sociopolíticos (também aqueles dos países comunistas), aliás, com variantes consideráveis na composição social dos órgãos dirigentes. Não seria legítimo falar a seu respeito de classe dirigente, como Djilas não hesitou em fazê-lo, a menos que se provasse que considerações de hereditariedade ou de aliança matrimonial tenham papel apreciável e amplo no acesso aos postos de influência. Com relação aos países capitalistas, os únicos de que se ocupa este trabalho, a ausência, nos quadros dirigentes, de homens originários de muitos setores da comunidade me parece legitimar o recurso à noção de classe." Melhor teria sido nos dizer, como ponto de partida, que a duração ao longo das gerações era a característica única da classe.

Supondo que se quisesse comparar, neste aspecto, os regimes ocidentais e regimes como o soviético, a oposição primária do negro e do branco, do nascimento e do mérito não resistiria por muito tempo à simples observação. Nem de um lado, nem de outro se realizou a igualdade no ponto de partida; mesmo supondo que fosse desejada, ela é impossível. As crianças das famílias situadas num nível elevado da hierarquia social terão sempre mais oportunidade de vencer em seus estudos e, portanto, de obter postos de prestígio ou bem remunerados. Qualquer que seja o modo de seleção, é sempre o homem social que julga os exames e concursos, e o homem social é o resultante da hereditariedade e do meio (em particular do meio familiar). Provavelmente a proporção dos estudantes saídos dos meios populares é, ainda hoje, superior na União Soviética do que na maioria dos países ocidentais (as estatísticas soviéticas são incertas). Mas a diferença é de grau mais do que de natureza; esta variação tenderá talvez a diminuir sucessivamente à medida que se estabilize o regime soviético e que as reformas do sistema ocidental de ensino, combinadas com a elevação do nível de vida das massas, dêem aos filhos de operários melhores oportunidades.

A oposição não se torna radical a não ser entre o herdeiro de uma empresa industrial, propriedade de uma família (Michelin, Peugeot, Ford), e o chefe nomeado de uma fábrica ou de um truste. No Ocidente, os diretores de empresas, sobretudo as grandes, estão bem longe de dever o emprego ao nascimento. No interior das grandes corporações, o regime é mais comumente o do mérito do que o de pertencimento à família. J. Meynaud me parabeniza por não ter introduzido "distinções sutis e geralmente tendenciosas entre os capitalistas tradicionais e os empresários humanistas". Tenho consciência de não merecer ple-

namente este elogio. Naturalmente, se decretamos que os primeiros são “indiferentes à aflição dos homens” e os segundos “humanistas”, eu me guardaria cuidadosamente de tal antítese (onde J. Meynaud encontrou tais imagens de Epinal?) E admito de boa vontade que a maioria dos “diretores”, administradores e não-proprietários aderiu ao regime estabelecido, aceitou os valores e até é constantemente absorvida pelas camadas dirigentes. Mas, mesmo assim, temos o direito de lembrar aos teóricos inclinados às simplificações abusivas que os administradores no Ocidente não são indiferentes à sorte de seus filhos.

Uma segunda observação tem, me parece, alcance maior. Se consideramos o interesse social, o que importa, antes de tudo, é o modo de recrutamento bem como a qualidade dos homens que desempenharão os papéis principais. J. Meynaud se espanta de que “homens cujo valor não é senão excepcional... detenham tal influência sobre a vida social”. Como esta desproporção entre os méritos e a influência parece gritante e opressiva para o espírito quando evocamos um Mussolini, um Goering ou mesmo um Khrushchev! Nenhum regime descobriu a receita infalível para confiar seus alguns milhares de postos de importância a alguns milhares de homens de inteligência superior, de caráter firme e de boa vontade. Não que estes milhões de homens não existam em qualquer sociedade: o que falta é o sistema de seleção que garantiria a promoção desta minoria virtuosa. A seleção de tipo burocrática, com exigência de docilidade ideológica, que caracteriza os regimes de partido único valeria mais do que a pluralidade das carreiras e a continuação dos modos de seleção que salvaguardam os regimes democráticos? Pessoalmente, eu não penso assim.

Qualquer que seja a resposta a esse respeito me parece que J. Meynaud comete duplo erro. A partir do exem-

plo italiano, ele esboça uma teoria geral que seria válida, segundo ele, para todos os países de regime ocidental. Ora, o caso da Itália, com um poderoso Partido Comunista e a influência da Igreja Católica, é manifestadamente singular. É ilegítimo concluir que, em todos os países, uma categoria, a dos dirigentes econômicos, detém poder qualitativamente diferente daquele que pertence às outras categorias. Por outro lado, na medida em que aceita o *fato oligárquico*, como eu mesmo o faço, ele não tem o direito de analisar a classe dirigente do tipo italiano ou do tipo ocidental sem compará-la à classe dirigente do tipo soviético. Se ele não quer que falemos de classe dirigente do tipo soviético, por falta de transmissão hereditária dos privilégios, digamos que é preciso comparar o modo segundo o qual a autoridade é exercida de um lado ou de outro. Podemos discutir, por um lado, a importância do recrutamento, por outro, o modo de exercício da autoridade. Mas o que não se pode colocar em dúvida é que a dissociação das categorias dirigentes e os procedimentos democráticos trazem aos governantes garantias cujo alcance apenas os espíritos rebeldes às lições da experiência desconhecem.

TERCEIRA PARTE

Capítulo 7

*Os sociólogos e as instituições representativas**

A sociologia, tal como a conceberam seus fundadores, no século passado, era ao mesmo tempo interpretação e justificativa, defesa e ilustração da *sociedade* moderna. Ela não via nas instituições representativas mais do que um aspecto secundário da sociedade moderna, herança do passado, sobrevivência da fase transitória. Esta apreciação da modernidade e esta depreciação do parlamentarismo — a despeito do caráter democrático que os fundadores da sociologia atribuem à sociedade em vias de nascer — caracterizam Auguste Comte tão bem quanto Karl Marx, mas não Herbert Spencer, como mostra T.B. Bottomore.

Os sociólogos europeus, pelo menos os do continente que se prendem à tradição dos dois pensadores que acabamos de citar, levaram muito tempo para superar esta quase indiferença científica e esta quase hostilidade polí-

* Publicado em *Archives européennes de sociologie*, I, 2 (1960), p. 142-157; reproduzido em *Études politiques*, Gallimard; 1972, p. 275-290. Agradecemos a Pierre Nora a autorização para publicar este texto. *Copyright* Gallimard.

tica às instituições representativas. O interesse que os sociólogos começam a dispensar aos problemas que abandonaram há pouco tempo aos especialistas de ciência política e a preocupação que possuem de precisar as condições nas quais a "democracia ocidental" tem melhores chances de funcionar marcam uma conversão da consciência sociológica.

Na história das idéias, o sociólogo quase poderia definir-se pela primazia do conceito de *sociedade* sobre o conceito de *política* (ou de *Estado*). Apesar de suas divergências, Auguste Comte e Karl Marx, por vias diferentes, se reencontram neste ponto essencial.

As duas escolas que na França do século XIX se enfrentavam, reacionária e revolucionária, não se enganam apenas, aos olhos de Augusto Comte, porque uma deseja retroceder e a outra faz brotar uma ordem de uma doutrina essencialmente negativa e crítica. Uma e outra colocam no centro a política, o Estado, o regime. Ora, a crise que acomete as sociedades européias tem caráter total. Tentaríamos em vão resolvê-la por reformas políticas. Estas não terão sentido algum nem alcance senão quando preparadas, sustentadas, realizadas por uma reforma em profundidade, intelectual, primeiro, e moral e social, depois. A sociedade, em cada época, constitui uma totalidade. A sociologia, a ciência desta totalidade, analisa a Europa pós-revolucionária, despedaçada pela luta entre duas facções de pensamento contraditórias, e tende a reconstituir a unidade de cada sociedade nacional, a unidade da sociedade européia, a unidade do espírito humano pela generalização do positivismo.

São o contraste entre a igualdade e a liberdade dos cidadãos, no firmamento constitucional, e sua dependência, na sociedade civil, em sua atividade profissional, que inspiram a Marx, desde os escritos da juventude, o desprezo pela sociedade burguesa e a procura de uma democracia autêntica. O que o direito de votar a cada quatro anos traz ao operário sem outra fonte que sua força de trabalho, forçado a alugá-la por um salário que lhe permite muito estreitamente sobreviver? A condição dos homens não é determinada pelo regime político e menos ainda pelas leis constitucionais, mas pelas relações de produção, pelas relações do indivíduo com as coisas, com o trabalho, com os proprietários, com a organização da obra coletiva.

Estando de acordo quanto a substituir a sociedade global pela política como objeto privilegiado de estudo, para explicar o regime político pelo estado econômico e social mais do que o contrário, Auguste Comte e Karl Marx não concebem nem a crise de sua época, nem a solução do futuro.

O parlamentarismo, aos olhos de Auguste Comte, pertence à transição metafísica e crítica, e ele não saberia em nenhum grau oferecer a base de uma reconstrução social. Desde o *Curso de filosofia positiva*, seus julgamentos fazem aparecer a severidade em plena luz. No tomo VI do *Curso*, eis o julgamento empreendido sobre a tentativa da Constituinte:

Embora esta época preliminar não pudesse ter, de fato, outra destinação política senão levar gradualmente à eliminação próxima da realeza, que os mais ousados inovadores não teriam sabido jamais conceber, é digno de nota o fato de que a metafísica constitucional sonhava, então e ao contrário, com a indissolúvel união do príncipe monarca com o ascendente popular, como aquela da constituição católica com a emancipação mental. Tais incoerentes especulações não mereceriam hoje em dia nenhuma atenção filosófica se não

víssemos nelas o primeiro testemunho direto de uma aberração geral que exerce ainda a mais deplorável influência para dissimular radicalmente a verdadeira natureza da reorganização moderna, reduzindo esta regeneração fundamental a uma vã imitação universal da constituição transitória particular da Inglaterra. Tal foi, de fato, a utopia política dos principais chefes da Assembléia Constituinte.¹

O grande Montesquieu — ele próprio escreveu em algum lugar² — não pôde escapar a “esta fatal ilusão”.

O parlamentarismo, aos olhos de Augusto Comte, está ligado às particularidades da Inglaterra no decorrer de sua fase transitória. Enquanto na França a monarquia venceu a nobreza aliando-se ao povo, na Inglaterra foi a nobreza que venceu a monarquia aliando-se aos comuns e à burguesia. É historicamente aberrante introduzir na França as instituições ligadas à predominância da aristocracia, que são a expressão desta minoria dirigente, como teria sido aberrante imitar, na Inglaterra, os procedimentos do partido revolucionário francês, posicionados contra uma monarquia que, do outro lado da Mancha, foi vencida e não constituía mais ameaça ou obstáculo.

Augusto Comte vê no regime parlamentar da Inglaterra, não a prefiguração do Estado moderno, mas a reprodução do regime aristocrático, do qual Veneza ofereceu o modelo mais perfeito:

O regime veneziano, plenamente caracterizado no final do século XIV, certamente constitui, sob todos os pontos de vista, o regime político mais análogo ao conjunto do governo inglês, considerado sob a forma definitiva que ele deve tomar três séculos depois; esta similitude necessária resulta evidentemente de uma parecida tendência fundamental da progressão social em direção à ditadura temporal do elemento aristocrático. (...) A única diferença capital que devem oferecer as destinações comparativas destes dois regimes

igualmente transitórios (e o segundo, situado em época mais avançada da decomposição política, não poderia certamente pretender ter a mesma duração total que o primeiro) consiste em que a independência de Veneza devia naturalmente desaparecer quando da decadência necessária de seu governo especial, enquanto a nacionalidade inglesa deve felizmente ficar absolutamente intacta em meio ao inevitável deslocamento de sua constituição provisória.³

As considerações sobre a “ponderação dos diferentes poderes” não são mais do que “vãs teorias metafísicas” que dissimulam “a preponderância do elemento aristocrático” (preponderância, aliás, necessária ao “movimento real do regime”). O regime transitório deve sua relativa consistência, na Inglaterra, primeiro à instituição do protestantismo inglês, “que assegurava muito melhor a inferioridade permanente do poder espiritual, o que não pode fazer o tipo de catolicismo próprio de Veneza”, depois “ao espírito de isolamento político absolutamente particular da Inglaterra” (“ativo desenvolvimento de um vasto sistema de egoísmo nacional” que naturalmente tendeu “a ligar profundamente os interesses principais das diversas classes na manutenção contínua da política dirigida por uma aristocracia também erigida daqui por diante numa espécie de garantia permanente da prosperidade comum”).

Reduzido à singularidade inglesa, o parlamentarismo não tem na França, segundo Augusto Comte, nem raízes históricas, nem justificativa atual. Ele favorece “intrigas e corrupção”; leva ao poder os “discursadores” metafísicos ou legistas. Tendo proclamado, de uma vez por todas, que importa antes de mais nada a separação dos poderes temporal e espiritual, tendo colocado sua confiança na opi-

1. Augusto Comte, *Cours de philosophie positive*, VI, p. 190-191.

2. *Op. cit.*, V, p. 398.

3. *Op. cit.*, VI, p. 193. O pr. Carl Schmitt também compara de boa vontade Veneza e a Inglaterra, cf. *Land und Meer*, Leipzig, Reclam Bibliothek, 1944; p. 12-13.

nião pública, nos sábios, nas mulheres, nos proletários para limitar e consagrar o poder temporal, Augusto Comte não hesita em rejeitar todas as precauções, concebidas pelos juristas, para prevenir o arbitrário. Entre o poder local e o central, ele escolhe o último, porque “todo o passado francês, tendo sido favorável à preponderância do poder central (...), nossas predileções atuais com relação ao poder local constituem, portanto, verdadeira anomalia histórica”.⁴ A distinção entre as leis e os decretos é apenas sutileza metafísica introduzida pelos legistas dantonianos.⁵ A Convenção lhe parece exemplar, e a ditadura, desde que progressiva, não o choca. A liquidação do parlamentarismo responde a uma lógica da história. A ditadura se atribui à plenitude do poder. “Não é preciso agora conservar outra assembleia política além daquela que, dispensada de todo ofício legislativo, consagrará o primeiro mês de sua sessão trienal para votar o conjunto do orçamento, e os dois outros para controlar as contas anteriores.”⁶

A “ditadura progressiva” de Augusto Comte certamente não se confunde com a “ditadura do proletariado” de Marx. As duas concepções nem mesmo possuem certos traços comuns. Assim como Augusto Comte tinha visto, no parlamentarismo inglês, a expressão da “predominância do elemento aristocrático”, Marx vai ver ao mesmo tempo a expressão e a camuflagem do poder absoluto, mantido e exercido pela classe capitalista. Porque a aristocracia, sob seu ponto de vista, não deve daqui por diante suas riquezas e sua autoridade senão à propriedade dos meios de produção, à exploração do trabalho assalariado.

4. Auguste Comte, *Système de politique positive*, I, p. 124.

5. *Op. cit.* IV, p. 394.

6. Auguste Comte, *Système de politique positive*, IV, p. 394.

Generalizando a experiência inglesa tal qual ele achou que a tinha observado, chegou Marx à teoria segundo a qual o Estado é, em sua essência, o instrumento com a ajuda do qual uma classe domina e explora as outras. Todo Estado, nesta perspectiva, se define ou se caracteriza pela classe que possui *realmente* o poder, porque possui o poder social. O modo de exercício do governo, constitucional ou arbitrário, parlamentar ou despótico, importa pouco no quadro de tal teoria, forma extrema da desvalorização do *político* em proveito do *social*.⁷

A solução de futuro é evidentemente diferente no marxismo e no positivismo. Este admite de uma vez por todas e definitivamente a verdade da doutrina de Hobbes na ordem temporal. Quem pode deter o poder, quer dizer, comandar, senão os fortes? Na sociedade industrial, a força pertence às organizações de trabalho coletivo. Os patrícios da sociedade industrial serão também proprietários, já que Comte aceita a concentração da propriedade. Mas os proprietários, recrutados por cooptação, essencialmente homens competentes, industriais ou banqueiros, assegurarão, no interesse de todos, uma função de gestão. O modo de seleção deve garantir a eficácia dos chefes temporais, o poder espiritual — os sábios, os proletários, as mulheres — prevenirão os abusos aos quais os chefes poderiam deixar-se levar. O poder espiritual equilibrará o poder temporal, e este exigirá tanto menos divisões quanto foi rigorosamente restrito à ordem material.

Augusto Comte não acredita na ditadura temporal a não ser que ela seja progressiva e temperada pelo poder

7. É o mesmo modo de pensar que se revela na recusa de Lenin de levar a sério a diferenciação entre zona de influência e conquista colonial. O modo político de expressão da dominação imperialista é sem consequência.

espiritual. Karl Marx não teme a ditadura do proletariado⁸ porque ela marca uma transição necessária entre a sociedade de classes e a sociedade sem classes. Esta comportará ou não instituições representativas? Reconheçamos a impossibilidade de uma resposta categórica. Se o Estado não existe senão em função de classes antagônicas, o desaparecimento destas não acarretará, por definição, o desaparecimento daquele? Mas o enfraquecimento do Estado deve ser entendido simbolicamente (a função pública e repressiva do Estado é eliminada) ou de fato (as funções administrativas do Estado diminuem ou se dispersam)?

A própria incerteza sobre o desaparecimento do Estado mantém a incerteza sobre o destino que a história, o socialismo ou os marxistas reservam às instituições representativas.

A atitude feita de indiferença ou de hostilidade em face das instituições representativas se encontra com frequência entre seus descendentes.

Durkheim, que se liga à escola de Saint-Simon tanto quanto à de Augusto Comte, fiel ao ensinamento de seus chefes, preocupava-se em organizar a produção mais do que de salvaguardar ou de reformar as instituições representativas. Marcel Mauss o diz na introdução ao curso sobre o socialismo professado por Durkheim; este experimentava pouca simpatia pelo parlamento e os parlamentares.

8. Existe, nos textos de Marx, duas concepções desta ditadura: uma, em continuação à experiência da Comuna, iria no sentido federal, descentralizador, a outra, mais de acordo, creio, com inspiração pessoal de Marx, tomaria por modelo a Convenção e os jacobinos. Augusto Comte também admirava profundamente a Convenção.

Em todo caso, o que lhe parecia essencial era pôr fim à anarquia da vida econômica, concentrar e tornar conscientes funções hoje em dia difusas ou não-ocupadas, instaurar ou restaurar as organizações profissionais: perto destas reformas sociais e morais, o jogo parlamentar lhe parecia, se não desprezível, ao menos, irrisório.

A desvalorização da política não foi levada tão longe na Alemanha. O tema hegeliano-marxista, em uma das traduções possíveis, se formula numa interrogação sobre a relação da sociedade (ou da sociedade civil) e o Estado. O socialismo marxista, no fim do século passado, tinha diante de si um socialismo de cátedra, um socialismo de Estado e não apenas dos liberais ou dos reacionários. Não era possível desconhecer que toda reforma da economia no sentido socialista comportava uma intervenção maior do Estado na regulação da produção e das trocas e, por conseguinte, exigia reflexão sobre o regime político e o modo de exercício do poder.

Entretanto, a inspiração original da sociologia se prolongou em dois pontos. Cientificamente, o estudo do todo social conservou uma espécie de primazia sobre o estudo do regime político, este passando por reflexo ou expressão da estrutura econômico-social mais do que por um determinante autônomo. Politicamente, sociólogos e socialistas aceitavam, com mais ou com menos repugnância ou indiferença, as instituições representativas, mal sabendo justificar os méritos ou a necessidade, qualquer que fosse a infra-estrutura.⁹ Kautsky e os pontífices da III Interna-

9. Essas notas, tenho consciência disso, não são verdadeiras em sua totalidade. Pareto tem uma teoria sociológica, relativamente pessimista, das instituições representativas. Max Weber, em sua sociologia geral, deu grande ênfase à sociologia política e, nesta, à sociologia do parlamentarismo moderno. A conversão que analiso nas páginas adjuntas foi antecipada por tais e quais sociólogos. Ela está numa fase que afeta o conjunto da profissão.

cional se declararam contra a revolução bolchevista, pela democracia na sua forma parlamentar. Suas convicções democráticas os levaram a permanecerem fiéis às instituições representativas, mas a doutrina não lhes fornecia argumentos decisivos para responder aos bolchevistas e fundar em consideração sua fidelidade.

A situação histórica e, conseqüentemente, a atitude dos sociólogos se modificaram. A sociedade industrial cuja realização Augusto Comte queria acelerar é daqui para a frente o presente mais do que o futuro. Por outro lado, na União Soviética, nos países da Europa Oriental depois de 1945 e na China, desenvolveu-se uma sociedade que podemos chamar industrial porque apresenta, no que concerne à organização da produção, múltiplas e evidentes semelhanças com as sociedades ocidentais. Ora, a semelhança das forças produtivas não exclui a diversidade das relações de produção e da estratificação social nem a oposição radical das ideologias e das formas políticas.

A própria conjuntura histórica impunha que se ultrapassasse uma concepção simplista da totalidade social ou das relações entre infra-estrutura econômico-social e regime político. Mais do que isso, na medida em que a edificação industrial, na União Soviética, demonstrava a possibilidade de combinar racionalidade da produção e planificação central, os ocidentais foram levados a deslocar o debate ideológico para a política. Supondo que a taxa de crescimento tenha sido mais elevada no Leste do que no Oeste, não guardava o Ocidente a vantagem suprema da liberdade? Mas a liberdade se encarnava num Estado de partidos e de instituições representativas. Se estes últimos não tinham valor intrínseco, dissimulavam e justificavam a dominação capitalista, o Ocidente perdia um argumento de peso na controvérsia histórica. Esta conjun-

tura, sem nenhuma dúvida, é uma das causas do interesse crescente que os sociólogos têm pela sociologia política em geral e pelas instituições representativas em particular.

Três direções de pesquisas foram indicadas aos sociólogos pela atual situação do mundo: sucesso e fracasso das instituições representativas nos países ocidentais, destino, atual e futuro destas mesmas instituições nos países soviéticos, perspectivas das instituições representativas nos países ditos subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo. A maior parte do trabalho dos sociólogos (e deste simpósio) está comprometida na primeira direção. Nós queríamos sugerir aqui o interesse que apresentaria a segunda.

Os dirigentes soviéticos conservam a forma exterior das eleições com sufrágio universal. Cerimônias de aclamação, somos inclinados a dizer. Que seja; mas por que os técnicos do poder ou da manipulação das massas se prendem a estas cerimônias? Que sentidos lhes dão? Como funcionam, em nível inferior, as eleições? Têm elas, talvez, quando nem o regime nem os detentores da autoridade superior estão em questão, o caráter de escolha autêntica dos eleitos pelos eleitores? Por outro lado, as instituições representativas podem, em teoria, aparecer no marco de um partido único, no interior deste. Os comunistas conservam o princípio das decisões pela maioria. O grupo antipartido, em 1957, contava com sua maioria no Praesidium. Ele foi derrotado pelo recurso de Khruchtchev à maioria do Comitê Central. Num caso como no outro, manifestam-se ao mesmo tempo a rivalidade dos grupos candidatos ao exercício do poder e a regra majoritária, dois dos traços característicos das instituições representativas, como elas funcionam no Ocidente.

Os sociólogos iniciaram o estudo das diferentes modalidades de instituições representativas que observamos

nos novos Estados, os países do Terceiro Mundo, Ásia, África e América do Sul. Estas experiências históricas constituem espécies de experiências de laboratório para os sociólogos. Estas instituições de fato, nascidas e desenvolvidas na zona de civilização ocidental, primeiro na Inglaterra, depois nos países de população anglo-saxônica e Europa continental, poderiam separar-se de suas raízes históricas e de seu contexto ideológico-social de origem? O que ocorre com elas na África Central, onde a grande massa da população é analfabeta? O que ocorre com elas na Índia, onde, numa população de 400 milhões de homens, a maioria ignora a língua do Estado e adere a crenças e costumes de tal forma estrangeiros à maneira de pensar de que estas instituições foram ou são a expressão?

Em outros termos, a subordinação do regime político à totalidade social, que os fundadores da sociologia vêem como evidente, está submetida à prova dos fatos? Podem estas instituições sobreviver num meio hostil? Em caso de sobreviverem, mudam radicalmente seu caráter e sentido? Seriam elas, como afirma K. Marx, ineficazes ao ponto de a dominação da classe privilegiada permanecer a mesma, sendo o exercício do poder constitucional ou arbitrário, que os detentores do poder se submetam ou não ao veredicto dos governados?

O problema das relações entre regime político e consenso, entre instituições representativas e infra-estrutura econômico-social encontra-se, ao que parece, no centro dos múltiplos trabalhos que depois de quinze anos, sobretudo, os sociólogos consagraram às instituições representativas, e cujos resultados principais S.M. Lipset resume em seu último livro.¹⁰ A democracia, tal qual ela funciona,

nada tem a ver com uma idéia supra-sensível ou um regime ideal; é um conjunto de instituições prosaicas que obriga os governantes a uma competição permanente e organizada, segundo as regras, com os rivais; os votos dos deputados decidem a sorte dos ministros num governo parlamentar; o voto dos eleitores, num governo parlamentar em última análise, diretamente, num governo presidencial decide a sorte dos governantes. Uma tal definição de democracia — competição organizada dos candidatos ao exercício do poder, os vencedores provisórios aceitando dar de novo sua chance a seus adversários alguns anos mais tarde, a própria competição e o exercício do poder estando submetido a regras precisas — deriva das idéias de J. Schumpeter, aceitas, com variações secundárias, pela maioria dos sociólogos ocidentais. Ela permite analisar as condições favoráveis ou desfavoráveis ao funcionamento de um tal regime, condições internas ou externas ao subsistema político (para empregar o conceito de Talcott Parsons).

Um simples olhar sobre o mundo atual é suficiente para confirmar uma opinião bastante difundida. A democracia representativa hoje em dia aparece estabilizada em primeira linha nos países ocidentais onde a sociedade industrial está totalmente desenvolvida: nível de vida elevado, urbanização, baixo percentual de analfabetos, montante elevado das despesas de educação pública, todas essas variáveis, normalmente interligadas, estão presentes efetivamente na maioria dos países de democracia estabilizada. Podemos falar de um regime que, para retomar os termos de S.M. Lipset, é ao mesmo tempo legítimo (tido por tal pela grande massa de cidadãos) e normalmente eficaz (permitindo que governos se formem, que durem e que substituam as tarefas do Estado). Mas o que é interessante são menos as circunstâncias favoráveis, tomadas global-

10. Seymour Martin Lipset, *Political Man*, Nova York, Doubleday, 1960.

mente, do que a determinação da eficácia própria a cada uma das variáveis, num caso particular ou em geral. Por exemplo, as instituições representativas poderiam enraizar-se mesmo num país onde a massa da população, analfabeta, tem nível de vida medíocre? No interior da zona de cultura ocidental, que causas informaram a estabilização da democracia nos países da Europa Ocidental, onde numerosas circunstâncias econômico-sociais parecem favoráveis ou relativamente favoráveis?

Os sociólogos foram levados, desta maneira, ao estudo analítico das relações entre meio social e instituições representativas, eles substituíram o dogmatismo dos fundadores da sociologia pela pesquisa de uma verdade mais complexa e mais sutil. A sociologia eleitoral e a sociologia dos partidos trouxeram contribuições importantes, já que uma e outra abordam, sob certo ângulo, o mesmo problema: em que medida os comportamentos políticos, dos indivíduos ou dos partidos, são adequadamente determinados pelas situações sociais de uns e de outros? Seria preciso que todos os sociólogos dessem a mesma resposta a uma tal interrogação. Pessoalmente, percebo menor correspondência (que não o sugere S.M. Lipset) entre estratificação social e blocos políticos. Qualquer que seja o número de eleitores nacionaisocialistas vindos das "classes médias", eu não empregaria de boa vontade a expressão de "extremismo de centro", que me parece uma confusão entre conceitualização social e conceitualização política. Mas todos os sociólogos estariam de acordo sobre a discriminação das principais variáveis: comportamento dos eleitores, comportamento dos militantes de partido, comportamento dos chefes de partido, situação social dessas três categorias, recrutamento social dos militantes e dos chefes de partidos; eles não negariam, em princípio e *a priori*, a influência, con-

siderável eventualmente, dos chefes sobre a ação dos partidos; eles reconhecem que os comportamentos políticos de uns e de outros podem estar determinados por lembranças históricas ou por ideologias, tanto quanto por condições sociais ou pelo interesse (qualquer que seja o sentido deste termo) de uma classe. Em outros termos, as lutas e os acontecimentos no subsistema político não parecem nem reflexo nem simples consequência das lutas e dos acontecimentos no conjunto social ou no sistema econômico-social. O regime político tem uma autonomia, uma eficácia própria.

Precisemos bem nosso pensamento. É louvável, como o faz R. Dahrendorf em seu artigo sobre o fracasso da democracia na Alemanha¹¹, explicar a conduta política dos diferentes grupos pela tradição histórica e pelas ideologias de cada um deles. A conduta política dos funcionários, dos *junkers*, dos socialdemocratas, dos burgueses sob a República de Weimar não é um fato último que o sociólogo deveria constatar tal qual e, finalmente, explicar por um misterioso "espírito nacional" ou "caráter nacional". Pelo contrário, o sociólogo se esforça por prestar contas destas condutas políticas por causas históricas como por circunstâncias atuais, mas ele não pode nem dissolver a especificidade das condutas políticas, nem fazer delas o simples reflexo de uma situação social. Influenciado por todos os outros subsistemas, o subsistema político tem suas leis próprias de funcionamento e de desenvolvimento e, por sua vez, influencia todos os outros porque é por ele que são tomadas as decisões visando a atender aos objetivos de uma coletividade inteira.

11. R. Dahrendorf, Demokratie und Sozialstruktur in Deutschland, *Archives européennes de sociologie*, I, 1 (1960), p. 86-120.

Uma vez reconhecida a especificidade da ordem política, os sociólogos não podem ignorar a importância, ao menos possível, das regras características do regime. No caso das instituições representativas em particular, como negar *a priori* que a competição, intrínseca ao regime, possa desenvolver-se mais ou menos bem segundo a regulamentação aplicada à competição, quer dizer, segundo as leis constitucionais? E aqui estão os sociólogos condenados a retomar as especulações dos constitucionalistas sobre as quais Augusto Comte projetava seu desprezo de politécnico. Modo de escrutínio, escrutínio majoritário ou escrutínio proporcional, podem, em certas circunstâncias, fazer a diferença entre governos estáveis ou instáveis. Tal modo de escrutínio reduz ou elimina, tal mantém ou dilata os representantes dos partidos inconstitucionais. O artigo precedente de S.M. Lipset¹² mostra, num grande número de exemplos, a ação dos mecanismos eleitorais e constitucionais. A obsessão constitucional dos franceses tem por origem os conflitos dos *partisans*; os Exércitos vencidos em Sedan, em 1870 e em 1940, não foram uma vez aqueles do Império, a outra vez aqueles da República, mas as duas vezes aqueles da França. A indiferença positivista às leis constitucionais, em nada de acordo com o espírito sociológico, partia de um duplo preconceito científico e ideológico; a concepção rígida do consenso resultava no desconhecimento da autonomia parcial dos subsistemas; a indiferença ao regime político era nutrida pela preocupação exclusiva da organização social e pelo desprezo das instituições representativas.

12. S.M. Lipset, Party Systems and the Representation of Social Groups, *Archives européennes de sociologie*, I, 1 (1960), p. 50-85.

Os sociólogos reencontram as preocupações dos constitucionalistas porque as circunstâncias colocam-nos em situação próxima da destes últimos. Os filósofos clássicos adoraram desenhar a figura do legislador, daquele que, esperto, desfrutando da confiança de seus concidadãos, dá leis duráveis à cidade. Montesquieu e Rousseau sonhavam em cumprir esta tarefa suprema algum dia. Eles se preparavam distribuindo conselhos aos legisladores. Ora, em nosso século em que tantos países têm que redigir sua Constituição, os sociólogos, ao estudarem as instituições representativas, vêem-se, eles próprios, no papel de conselheiros dos príncipes, senão de legisladores. E é por isso que as variáveis que a sociologia política utiliza, os problemas que ela coloca, aproximam-se das variáveis que utilizavam confusamente e dos problemas que colocavam claramente os filósofos da política: numa sociedade em que o legislador não pode mudar de um momento para outro, quais leis convém promulgar, para favorecer um bom governo ou a liberdade dos cidadãos? A esta interrogação, típica da filosofia política do século XVIII, faz eco a interrogação que formula o sociólogo atual a meia voz: quais instituições políticas se devem aconselhar às elites da África negra, em repúblicas onde a massa da população é pobre e analfabeta? O sociólogo, pronto para explicar amanhã, de maneira convincente, o fracasso das instituições representativas na República africana, hesita em recomendar o avanço das instituições despóticas. O sociólogo, felizmente, permanece um homem que não ultrapassou e não quer ultrapassar a dialética do possível e do desejável.

Talvez mesmo o sociólogo ganhe em tomar ainda mais resolutamente consciência de seu parentesco com a filosofia política de ontem. Montesquieu estimava que cada regime estava fundado sobre um princípio e não sobrevi-

veria mais tempo do que o corpo político que era animado por este princípio; as repúblicas pela virtude, a monarquia pela honra. Em estilo prosaico e moderno, cada regime político exige da parte dos cidadãos certas atitudes que o caracterizam e que lhe dão vida. Seria preciso, eu acho, distinguir na continuação de Pareto, o princípio que convém às minorias dirigentes e o que convém às massas governadas. Naturalmente, a maneira como se conduz uma classe política é um determinado, tanto quanto um determinante; tanto pede explicação quanto ela explica. Não resta dúvida de que, fora da infra-estrutura econômico-social e das regras do jogo, uma classe política tem o sentido da competição democrática, da luta moderada, e que uma outra parte se perde em intrigas. A democracia moderna, como a democracia antiga, analisada por Montesquieu, tem um princípio. Não mais a virtude, já que as sociedades modernas são materialistas e comerciantes, mas o sentido da competição organizada, da obediência às leis e às exigências supremas da coletividade. Talvez Tocqueville não estivesse errado ao perceber certa continuidade entre a virtude que Montesquieu colocava no princípio das repúblicas antigas e o princípio das democracias modernas:

“Não é preciso tomar a idéia de Montesquieu num sentido estreito. O que quis dizer este grande homem é que as repúblicas não poderiam subsistir senão pela ação da sociedade sobre si mesma. O que ele entende por virtude é o poder moral que exerce cada indivíduo sobre si mesmo e que o impede de violar o direito dos outros. Quando este triunfo do homem sobre suas tentações é o resultado da fraqueza da tentação ou de um objetivo de interesse pessoal, não constitui virtude aos olhos do moralista; mas entra na idéia de Montesquieu que falava do efeito muito mais do que da sua causa. Na América, não é a virtude que é grande, é a tentação que é pequena, o que dá no mesmo. Não é o desinteresse que é grande, é o interesse que é

evidente, o que dá quase no mesmo. Montesquieu tinha, portanto, razão, embora falasse da virtude antiga, e o que ele diz dos gregos e dos romanos se aplica ainda aos americanos.”¹³

Os fundadores da sociologia — nós o dissemos no começo — saudavam com mais entusiasmo a sociedade moderna do que as instituições representativas. Democratas num certo sentido, já que eles se davam por ideal liberdade e igualdade, não julgavam que estas instituições representativas fossem, enquanto tais, meios necessários em vista destes fins. A razão profunda desta atitude não era a mesma com Augusto Comte e com Marx.

O primeiro pertence à tradição de Aristóteles; vê nas diferenciações das funções a lei suprema de toda sociedade. A igualdade não pode consistir senão numa harmonia crescente entre o dever e as capacidades de cada um. A supressão da hereditariedade das profissões, o recrutamento por cooptação ou por adoção, em resumo, a circulação social ao longo das gerações se impõem necessariamente à organização igualitária da sociedade. Mas, uma vez os indivíduos colocados todos em seu lugar, a autoridade podia ser absoluta porque ela seria racional; a religião lembraria a todos que o mérito é medido pela dedicação e pelo amor, não pela competência intelectual ou técnica. Já que moralidade e religião determinam a hierarquia autêntica, que importa a hierarquia temporal do trabalho? A utopia de Comte combina a fé politécnica na organização com a paixão que Clotilde de Vaux acende num coração que se manteve jovem. Nem a ordem temporal, comandada pela ciência, nem a ordem espiritual, onde rei-

13. Nota de Tocqueville para a preparação do segundo volume da *Démocratie en Amérique*, publicado por J.-P. Mayer na *Revue internationale de philosophie*, XIII (1959), p. 308.

na o amor, deixam lugar à crítica, ao livre exame, à decisão individual que Augusto Comte relacionava às instituições representativas.

Quanto a Marx, ele não acreditava nas virtudes destas instituições por tanto tempo, ao ponto de a propriedade privada levantar uma contra a outra duas classes essencialmente inimigas. Mais além da revolução libertadora e do fim da pré-história, ele hesitava em prever. Certo, a sociedade pós-capitalista seria democrática e se governaria por si mesma. Mas ela teria partidos, um parlamento, um Estado centralizado? Marx deu argumentos aos advogados da ditadura de transição mais do que aos defensores das instituições representativas, enquanto valores e necessidades permanentes.

Que aprendemos nós desde então? Contra um e outro, aprendemos que a política constitui uma categoria eterna da existência humana, um setor permanente de toda sociedade. É ilegítimo dar-se, por hipótese, a eliminação da política enquanto tal ou de caracterizar uma sociedade apenas por sua infra-estrutura econômico-social, sem precisar os traços específicos do regime político.

Contra Augusto Comte, aprendemos que a organização racional do trabalho em comum não resolve, no entanto, o problema da escolha dos governantes ou o do modo de exercício da autoridade. A eleição, maneira de interrogar os homens sobre aquilo que eles ignoram, como dizia aproximadamente Valéry, vale como símbolo da participação de todos na gestão do Estado, como meio de manter comunicação e troca entre o poder e os cidadãos, como método de recrutamento dos chefes. Pelas instituições representativas, o diálogo entre as classes, os partidos, e os indivíduos se torna constitutivo do próprio corpo político.

Do mesmo modo, a última razão de nossa oposição a Marx aparece com clareza. A antítese da sociedade de classes e da sociedade sem classes, das classes antagônicas e das classes não-antagônicas sugere a idéia, falsa a nossos olhos, de que, à condição de suprimir a propriedade privada dos instrumentos de produção e dar o poder ao partido que representa o proletariado, pudéssemos criar uma sociedade a tal ponto unificada que não restaria mais lugar para a batalha prevista dos partidos políticos. É aí que nasce a grande ilusão.

É possível que todas as classes, todos os grupos adiram à ordem social, ao regime político, aos valores da coletividade ao ponto de se apagar a luta de classes no sentido da luta pelo poder absoluto, em vista de uma modificação total. Mas, no futuro previsível, subsistirão grupos cujos interesses se opõem, pelo menos a curto prazo, grupos estes com concepções divergentes. A utopia de uma sociedade unificada e homogênea, justificando a eliminação das instituições representativas, favorece o despotismo que não exclui a racionalização do trabalho e da economia. O desprezo ou a indiferença dos fundadores da sociologia pelas instituições representativas tem por origem última o sonho de uma sociedade sem divisões e sem conflitos.

Este sonho se dilui na medida em que progride a racionalidade da sociedade industrial. As demoras que causam a deliberação parlamentar se tornam mais aceitáveis quando o nível de vida já alcançado é alto. A impaciência dos países subdesenvolvidos hoje em dia nos ajuda a compreender a impaciência de nossos mestres há mais de um século.

Nós não pretendemos que as instituições representativas na forma do que elas se revestiram na Europa e na

América do Norte tenham valor exemplar e universal. Pode ser que certas funções destas instituições sejam preenchidas algum dia no interior do partido único ou por outros métodos na África e na Ásia. Mas seria preciso ser cego à experiência para desconhecer a lição do século. O regime político comanda, por larga margem, o estilo da coletividade. Na idade industrial, ele é constitutivo da diferença específica entre coletividades pertencentes a um mesmo tipo.

Os sociólogos do Ocidente retomam a alternativa de Alexis de Tocqueville. As sociedades modernas são inevitável e reconhecidamente industriais, comerciantes, democráticas, liberais ou despóticas? Do regime político depende a escolha.

Capítulo 8

*Teoria do desenvolvimento e filosofia evolucionista**

O relatório de Ginsberg¹ coloca diversos problemas que só poderiam ser tratados no marco de uma vasta obra. Mas, no centro de seu pensamento, há uma interrogação que eu queria formular na minha própria linguagem.

A interpretação “evolucionista e racionalista” da história humana, diz ele no início, não desfruta da mesma aceitação que no século passado. Ora, este ceticismo não é justificado; ele é desmentido pela prática daqueles que, na teoria, rejeitam qualquer esquema global da história. Os historiadores ou sábios falam de “crescimento e de desenvolvimento”, noções que só têm sentido com referência a julgamentos de valor que devem, de preferência, ser explicitados. Mais do que isso, “se queremos comandar e

* Publicado em *Le développement social*, simpósio presidido por R. Aron e B. Hoselitz, Paris, Mouton, 1965, p. 87-116. Reproduzido em *Trois essais sur l'âge industriel*, Paris, Plon, “Preuves”, 1966, p. 69-122.

1. Publicado em B. Hoselitz e W. M. Moore, *Industrialisation et société*, Paris, Mouton, 1963.

dirigir o processo de desenvolvimento, é importante ter um conhecimento mais completo não apenas dos fatores implicados na mudança social, mas também dos objetivos e dos fins para os quais é conveniente orientar as mudanças”.

Buscando uma teoria do desenvolvimento social, válida para o conjunto da humanidade e para a sociedade inteira, Ginsberg reencontra os critérios que os sociólogos do século passado não teriam desaprovado: a história humana apresenta, entre outras coisas, o caráter de uma racionalização e de uma moralização progressivas. A conclusão do relatório de Ginsberg merece ser lembrado aqui: “No geral, ao que me parece, há evidências bastante acentuadas em favor da relevância do fator moral na formação da vida social: o aumento da legalidade na história da humanidade e na unificação dos sistemas legais superando as fronteiras políticas mostra relevante evidência da totalidade dos esforços em direção a um ordenamento racional das relações humanas, e nisto, como temos visto, os fatores morais têm importante papel.

Minha intenção não é discutir a tese de Ginsberg. Mas eu gostaria de mostrar por que a consciência histórica de nossos contemporâneos, diferentemente daquela dos fundadores da sociologia, é mais sensível a esta concepção “global”, racionalista, humanitária do futuro. A passagem da teoria econômica do desenvolvimento, endossada por todas as escolas (ainda que sob formas diversas), a uma teoria do desenvolvimento da sociedade inteira e da humanidade se choca com obstáculos que muitos consideram intransponíveis.

Sociólogos e economistas, conscientemente ou não, professam uma teoria do desenvolvimento, já que eles fa-

lam, sem hesitação ou reticência, de país subdesenvolvido e da necessidade, moral, política e social, de favorecer ou apressar o desenvolvimento destes últimos. Nossa primeira tarefa será, portanto, separar a teoria do desenvolvimento que está imbricada nos conceitos que utilizam os economistas.

Um primeiro método, o mais simples, consiste em retomar os diversos critérios de subdesenvolvimento que foram utilizados pelos autores e daí retirar, por oposição, os critérios de desenvolvimento. Os critérios que os autores utilizam são múltiplos e a enumeração não é jamais a mesma, mas a maioria entre eles, de uma forma ou de outra, se reencontra em quase todos os estudos.

Um país subdesenvolvido se caracteriza por produto nacional pouco elevado, portanto, por renda individual fraca. Os cálculos de renda *per capita*, nos países subdesenvolvidos, são talvez falseados pelo autoconsumo camponês, por sistemas de preços fundamentalmente outros que aqueles dos países desenvolvidos. Supondo que os cálculos do produto nacional tenham pouco sentido para os países subdesenvolvidos, esta mesma proposição seria significativa e sugeriria a diferença de natureza entre as economias onde a maioria dos atos econômicos se exprime por valor monetário e aquelas nas quais a maioria da população vive, segundo o hábito, em um nível próximo do *minimum* necessário à subsistência.

Seja como for, o montante do produto nacional ou da renda *per capita* da população não é causa, mas efeito; ou melhor, é um resultado estatístico que traduz o modo de vida de uma coletividade. Se a renda de que dispõe cada indivíduo é fraca, é porque o trabalho de todos é pouco produtivo. Esta fraca produtividade, por sua vez, retorna à repartição da mão-de-obra entre os três setores (agri-

cultura, indústria, serviços). É pouco concebível que a produtividade do trabalho seja fraca se a percentagem da mão-de-obra industrial é elevada. O que resulta que as sociedades subdesenvolvidas retêm uma maioria da população na agricultura, portanto, no campo; industrialização e urbanização, como regra geral, vão juntas. Se a massa da população vive em povoados, e o Estado não dispõe de grandes recursos, a proporção dos analfabetos será forte. Do mesmo modo, taxa de natalidade relativamente elevada combinará provavelmente com taxa de mortalidade também elevada. Mas como, em nossa época, os investimentos de higiene não são muito custosos e têm considerável rendimento, geralmente a taxa de mortalidade diminui mais rapidamente do que a de natalidade, e as populações desenvolvidas têm taxa relativamente alta (entre 1,5 e 2,5) de crescimento demográfico.

Uma primeira observação se impõe por si mesma. A noção de subdesenvolvimento nasce de uma comparação; ela caracteriza o que as sociedades não são (ou seja, desenvolvidas), mas não caracteriza positivamente o que elas são. Porque o conceito de subdesenvolvimento (ou de insuficiente desenvolvimento) engloba os povos de antiga civilização (Índia), de organização tribal (certas partes da África), ao mesmo tempo que as regiões menos ricas dos países desenvolvidos. Vou mais longe: é absurdo que se procure uma definição positiva e direta do desenvolvimento já que este conceito é, na sua essência, comparativo. Os traços presentes em todos os casos de subdesenvolvimento são aqueles que estão intrinsecamente ligados à fraca produtividade do trabalho humano², a saber, a predomi-

nância da mão-de-obra agrícola e dos modos tradicionais de cultura, a ausência ou insuficiência da indústria etc. Estes traços estruturais do subdesenvolvimento comportam margens de variação. Continuamos a chamar de subdesenvolvidos os países que possuem produção industrial importante em números absolutos. Muitos destes países possuem, justapostos, um setor moderno e um setor tradicional. Se passamos dos critérios estritamente econômicos aos critérios demográficos e sociais, a margem de variação se amplia consideravelmente. Certas populações subdesenvolvidas da África sofriam ontem ou ainda sofrem natalidade insuficiente e estão ameaçadas de extinção. A relação entre o número dos homens e o volume dos recursos nem sempre é excessivo (tudo depende do espaço de povoamento com relação ao número); a relação piora aqui e lá melhora. Em resumo, o conceito de subdesenvolvimento, formado pela comparação com as sociedades industriais, é de utilidade apenas medíocre. Seria mais importante classificar as espécies de subdesenvolvimento, segundo o tipo social da população, a parte do setor modernizado, o modo segundo o qual a influência da modernidade é exercida.

No que nos concerne, ou seja, a teoria do desenvolvimento, podemos tirar desta análise sumária uma primeira conclusão. O que os economistas (e mesmo os sociólogos) chamam de desenvolvimento (ou crescimento), hoje em dia, é a formação de uma economia tal que o trabalho seja produtivo e que o produto nacional, global ou por pessoa, seja elevado. Uma tal economia é em sua essência progressiva; uma vez entrando na modernidade, ela deve trazer, de ano em ano, um produto nacional de valor maior. Do fato que os estatísticos aplicam os mesmos métodos aos países subdesenvolvidos e aos países desenvolvidos, do fato que eles acompanham o crescimento de uns e de outros,

2. Pode-se conceber uma renda relativamente alta sem industrialização no caso de uma população pouco numerosa, dispondo de um espaço considerável. Certos países da América do Sul, a Argentina, se aproximam ou são aproximados destes casos teóricos.

de uns aos outros, a impressão que ocorre é que não há senão uma diferença quantitativa entre economia não-moderna e economia moderna. A impressão é evidentemente ilusória. O caráter progressivo é um traço original da economia moderna, consciente da renda e negadora das tradições, pronta a modificar os hábitos para produzir mais em menos tempo, para produzir outros bens por novos meios.

A antítese do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ainda que se possa exprimir em números, é qualitativa e não quantitativa; ela ilustra a heterogeneidade de duas atitudes em face da natureza e do trabalho, de duas modalidades de organização, talvez de duas eras da história humana. Em vez de buscar uma definição coerente e integral do subdesenvolvimento — o que é evidentemente impossível por um conceito negativo —, perguntemo-nos então em que consiste o desenvolvimento ou, se o preferirmos, que concepção do desenvolvimento implica a prática, ou a teoria científica atual.

Para começar, nosso procedimento deve reproduzir aquele que já esboçamos a propósito do subdesenvolvimento. Os estatísticos ou economistas chamam de desenvolvido um país cuja renda *per capita* da população ultrapasse certo montante (digamos 800 dólares por ano). Tal renda só é acessível sob a condição de que a parte da mão-de-obra empregada na indústria tenha atingido uma certa porcentagem³ e que o trabalho industrial seja, ele mesmo, produtivo. Ora, a produtividade do trabalho industrial exige dirigentes, engenheiros, quadros, uma forma-

ção técnica em todos os níveis da escala. Industrialização, urbanização, escolarização (com uma certa margem de variação) vão juntas.

Mas estes critérios sociais são, apesar de tudo, superficiais. É certo que as sociedades ditas desenvolvidas têm larga proporção da população que habita nas cidades, pequena proporção de analfabetos, significativa proporção da mão-de-obra empregada na indústria; é verdade que estas sociedades são progressivas, que elas têm como objetivo aumentar ano após ano o produto nacional e a renda *per capita*, que a taxa de natalidade é geralmente reduzida em relação às taxas do passado ou das sociedades contemporâneas subdesenvolvidas, que a taxa de mortalidade, sobretudo de mortalidade infantil, é sempre baixa (o nível de higiene social e de educação das massas levam à queda da mortalidade). Todas essas constatações, por elas próprias isentas de dúvida, deixam uma espécie de mal-estar ao sociólogo ou ao economista. Um ou outro gostariam de ir além desses fatos de observação e compreender a causa profunda ou o traço dominante das sociedades desenvolvidas.

Pessoalmente, não me parece destituído de lógica ver na aplicação da ciência à produção a causa última, e, ao mesmo tempo, a essência do desenvolvimento. Pensar em termos de produtividade ou de rendimento é de certa forma colocar um problema, típico do espírito científico, isto é, analítico e quantitativo: como obter o mesmo rendimento com menos solo ou menos trabalho? Como, com o mesmo trabalho ou o mesmo solo, obter um rendimento maior? Como, no mesmo tempo, fabricar mais objetos? Os cálculos de *input-output*, de rendimento do solo e do trabalho, a determinação exata da relação entre o tempo e a produção são características de atitude racional.

3. Salvo no caso raro de uma população pouco numerosa com relação ao solo disponível, encontrando numa agricultura racionalizada a fonte de alta renda.

Simultaneamente, a ciência dá os instrumentos — ferramentas e máquinas — para resolver problemas desse tipo. Coloca à disposição de cada trabalhador uma quantidade de energia crescente. Não dá apenas os instrumentos para aliviar o trabalho dos homens, nas minas e nos campos, graças à substituição do braço pela ferramenta, mas forja os objetos técnicos que satisfazem as necessidades eternas e elementares de uma maneira que a humanidade não teria jamais concebido. Os objetos técnicos — rádio, televisão, automóveis — são, de fato, meios de transporte e de comunicação e criam a forma específica que as necessidades revestem; não criam as necessidades de transporte e de comunicação que são tão velhas quanto a espécie humana.

Todos os objetos técnicos que os economistas chamam ora de bens de investimento, ora de bens de consumo duráveis pertencem a três espécies: são *fontes de energia*, são *instrumentos de trabalho* ou, enfim, respondem aos *desejos* nos quais se exprimem e se diversificam doravante as *necessidades eternas*.⁴ Talvez pudéssemos até juntar as duas primeiras espécies, já que tão bem as máquinas compreendem a própria ferramenta e o sistema de movimento e de controle que ele exige. Uma etapa recente, cujo alcance é muitas vezes desconhecido, é aquela das máquinas domésticas ou eletrodomésticos. O aspirador, a geladeira, a máquina de lavar aliviam o trabalho das mulheres, como as britadeiras, o dos mineiros.

Produtividade e maquinaria (no sentido mais amplo do termo) são, me parece, ambos indispensáveis ao desen-

volvimento. A transferência de mão-de-obra para a indústria seria impossível se a agricultura não conseguisse, com um reduzido número de homens, alimentar tantas bocas. Supondo que a sociedade tradicional tenha comportado uma sobrepopulação agrária e que a indústria empregue braços que antes nada produziam, falta ainda que a indústria tenha permissão de dar trabalho aos braços antes desocupados. Assim se desenrola uma dialética indefinida entre produzir melhor e mais as mesmas coisas e produzir outras coisas, entre produzir, ao contrário, bens da mesma espécie e produzir bens que ninguém tinha a intenção, a forma precisa das satisfações esperadas, resultando assim do próprio progresso científico, as necessidades fundamentais permanecendo as mesmas.

Não é ilegítimo batizar de *industrial* a economia característica das sociedades desenvolvidas. De fato, a indústria é indispensável para absorver a mão-de-obra liberada pelo crescimento da produtividade agrícola, indispensável para fornecer os instrumentos de trabalho e os objetos técnicos. O setor terciário fornece freqüentemente renda individual superior, mas é, por um lado, o subproduto, o aparelho social do secundário. É este que torna possível a ampliação do setor terciário, é a produtividade do trabalho agrícola e industrial que autoriza a transferência para o setor de serviços ou atividades de jogo e de divertimentos de uma fração importante da mão-de-obra. Socialmente, sob o prisma da observação imediata, a indústria constitui bem o caráter diferencial das sociedades desenvolvidas.

Não é suficiente que se introduzam máquinas ou fábricas para que uma sociedade se desenvolva. Ainda é preciso transplantar o conjunto do aparelho social, da formação humana da qual a indústria é a expressão e que lhe é necessária. Uma sociedade não é autenticamente indus-

4. Utilizamos o exemplo do automóvel e da televisão porque, nesse caso, a originalidade do desejo está em evidência. A análise seria de outro modo fácil, evidente, se se tratasse da moradia ou vestimenta.

trializada senão quando os homens atuam e as instituições funcionam de acordo com o espírito da indústria. Ora, de maneira absolutamente provisória, chamamos de científico o espírito da economia moderna. As sociedades industriais podem ser realmente chamadas de científicas porque maquinaria e rendimento são as causas últimas da industrialização, ao mesmo tempo que do caráter progressivo da economia.

O conceito de sociedade industrial ou científica a que chegamos, a partir da análise do subdesenvolvimento e do desenvolvimento, desperta por sua vez objeções e críticas. Parece-me que, em última análise, objeções e críticas se reduzem a duas.

Definimos a sociedade industrial ou científica pelos traços que são comuns aos regimes soviético e ocidental. A partir do modo de consideração estatístico do qual *Conditions of economic progress*, livro de Colin Clark, é a origem e o exemplo, todos os países podem ser revistos seja ou não a economia planificada, reivindiquem os dirigentes Marx ou Keynes, a História ou Deus. Mais do que isso, todos os países, mesmo com regimes antagônicos, podem ser postos mais ou menos na frente numa estrada, o primeiro sendo aquele cuja renda *per capita* da população é a mais alta. Comunistas e anticomunistas denunciam, por motivos análogos, embora de sentidos opostos, a teoria do desenvolvimento que coloca no interior de um mesmo gênero sociedades onde cada uma se quer radicalmente estrangeira e hostil à outra, denunciando como artificial a aproximação de regimes onde cada um deseja a morte do outro.

Esta primeira crítica — as sociedades soviética e ocidental não devem ser consideradas como duas espécies de um mesmo gênero (ou tipo) — supõe uma outra, a saber: os critérios utilizados para caracterizar o desenvolvimento não são suficientes para definir uma ordem social. Do mesmo modo que existem múltiplas variedades de subdesenvolvimento, existe e existirão múltiplas variedades de desenvolvimento. Um conceito não vale mais do que o outro, e ambos devem ser rejeitados simultaneamente.

Num sentido, esta segunda crítica é incontestável. Uma coletividade não é concretamente definida pelo critério de desenvolvimento. A indústria tem *status* de propriedade, privada ou pública. A repartição dos recursos coletivos entre os diversos empregos se efetua pela decisão de um escritório de planejamento ou por intermédio das inumeráveis decisões tomadas pelos indivíduos sem conhecimento claro das conseqüências de suas decisões. A divisão do produto nacional entre investimento e poupança é, num caso, um objetivo conscientemente visado por um plano, ele mesmo conscientemente elaborado num escritório, no outro, o resultado, na maior parte involuntário, de comportamentos múltiplos e dispersos. (Ocorre que estes dois modos de regulação não se reencontram jamais em parte alguma em estado puro, estando mais ou menos misturados no real.)

Em outros termos, a economia de uma sociedade industrial pertence inevitavelmente a um regime ou a outro. Disso não resulta que o conceito de sociedade industrial seja de fato ilegítimo. A cidade grega era um tipo social, as diversas cidades tendo características comuns (dimensões da unidade, cidadania dos combatentes, recurso ao trabalho de escravos, distinção entre cidadãos e metecos etc.) Do mesmo modo, toda sociedade que quer organizar

cientificamente a produção apresenta características comuns. Mas resta saber quais características são comuns e quais se apresentam sob forma de escolha entre as diversas modalidades.

Ultrapassaríamos os limites deste breve estudo se pretendêssemos tratar detalhadamente a distinção que acabamos de esboçar entre o gênero e as espécies da sociedade industrial. Daremos somente alguns exemplos das análises que se impõem.

Pertence à essência de uma sociedade industrial, nós o dissemos, a aplicação do espírito científico à organização da produção. Desta proposição podemos, parece-me, concluir que toda sociedade industrial tende a aumentar, uma de cada vez ou simultaneamente, a produção e a produtividade. Concluímos também que ela se pensa no tempo porque o crescimento lhe parece conforme à sua ordem própria, que ela é, portanto, movida pela preocupação de quantidade e progresso. A indiferença quanto ao volume das riquezas e ao futuro é, a longo prazo, incompatível com o espírito da ciência moderna aplicada à produção: mesmo supondo que recusemos os objetos novos que a ciência cria, como recusar produzir os mesmos bens com menos gastos e menos despesas?

Será preciso colocar a alternativa do poder coletivo e do bem-estar dos indivíduos como fundamental, definindo duas espécies de sociedade científica em função dos objetivos que se fixam os dirigentes de toda coletividade desenvolvida? Não penso assim. O que me parece certo é que a cada momento, historicamente, uma sociedade em vias de desenvolvimento pode consagrar uma percentagem mais ou menos importante de seus recursos ao consumo, de acordo com a parte reservada aos investimentos. Neste sentido, é lícito que se diga simbolicamente que *uma* coleti-

dade dá mais aos vivos e a *outra* mais às gerações por vir. Mas, até o presente, nenhuma sociedade desenvolvida rejeitou a abundância como objetivo último, qualquer que seja a primazia que tenha dado, transitoriamente, às necessidades de poder. Não é senão na medida em que a guerra parece fatal que as sociedades industriais poderiam logicamente subordinar a título definitivo o bem-estar à força coletiva.

Ao contrário, é impossível deduzir, depois de nossa experiência histórica, o estatuto de propriedade dos meios de produção a partir dos traços essenciais da sociedade industrial. A gestão das empresas deve ser inspirada pelo cálculo do rendimento, animada pelo espírito de produtividade: quanto aos executivos, eles podem ser nomeados pelo Estado ou pelos conselhos de administração ou ter recebido sua autoridade por herança. Estas diversas maneiras são possíveis, ainda que a transmissão hereditária das funções de gestão pareça tornar-se cada vez mais rara.

A alternativa propriedade pública-propriedade privada difere essencialmente da alternativa bem-estar dos indivíduos-poder da coletividade. A primeira marca a indeterminação do estatuto jurídico das empresas, de sua relação com o Estado em relação aos traços essenciais da sociedade industrial. Mas esta, concretamente, adota sempre um ou outro termo da alternativa. Supondo-se a humanidade inteira unificada num Estado universal, a alternativa relativa ao modo de propriedade subsistirá, a alternativa bem-estar-poder não teria mais sentido. Esta última está ligada à pluralidade dos Estados e à violência de seus conflitos. É certo que as respectivas percentagens de investimentos e do consumo continuarão a variar em função da taxa de crescimento desejada: mais alta é a taxa de crescimento almejada, mais elevada deve ser a taxa

dos investimentos, mais lento o progresso do consumo. A alternativa presente-futuro se combina às vezes com a alternativa bem-estar-poder, com as mesmas coletividades afirmando a primazia do crescimento e do futuro. Mas a primazia do crescimento (ou mais precisamente de uma taxa elevada de crescimento) não exclui que o objetivo seja a abundância. Toda sociedade industrial enquanto tal tem por objetivo o poder da humanidade sobre a natureza — daí o poder dos homens sobre os homens ser consequência inevitável —, mas também a multiplicação dos bens ou mercadorias.

A legitimidade do conceito de sociedade industrial enquanto tipo abstrato me parece estabelecida tanto por confronto com as sociedades pré-industriais como por referência aos resultados necessários das características fundamentais do tipo. Todas as coletividades históricas tiveram por base o campesinato, que compreendia a maioria da população: as sociedades industriais são capazes de reduzir a menos de 10% a porcentagem de mão-de-obra empregada na cultura das terras. Todas as coletividades históricas, unidades políticas ou classes contaram com a força, a conquista e o saque para aumentar sua própria parte de uma massa de riqueza supostamente constante: doravante todos têm a chance de aumentar seus próprios recursos sem descontar nos recursos dos outros. A essência da sociedade industrial impele a transformações decisivas no que concerne a dois aspectos da vida coletiva, a residência e o modo de trabalho, de um lado, e a guerra, de outro.

Do mesmo modo compreendemos por que o conceito de desenvolvimento é mais útil e menos criticável do que o de subdesenvolvimento. As sociedades subdesenvolvidas são tão diversificadas quanto as sociedades históricas. No interior do subdesenvolvimento, observamos não apenas

a multiplicidade das formas históricas que sobreviveram até nossos dias, mas também a heterogeneidade imputável às modalidades diversas dos contatos entre cada coletividade e o desenvolvimento. Ao contrário, o desenvolvimento engloba e implica os traços estruturais do tipo social que chamamos de sociedade industrial.

Isto quer dizer, portanto, que aqueles que à esquerda ou à direita insistem sobre as diferenças entre regime soviético e regime capitalista (ou ocidental) estariam errados? Não necessariamente. Atenas e Esparta eram uma e outra *cidades*: pertenciam a um mesmo tipo social, eram capazes de dialogar, mas também eram levadas à luta, cada uma encarnando valores de que a outra era ou parecia ser a negação. Que se trate de regime econômico, de relações sociais, de forma política, de sistemas de valores, a sociedade industrial não implica absolutamente uniformidade. O que coletividades soviéticas e coletividades ocidentais têm em comum importa talvez menos aos homens (ou aos dirigentes) de uns e de outros do que o que elas têm de diferente ou incompatível. Digamos, a título provisório, que a noção de desenvolvimento ou de sociedade industrial não autoriza ainda resposta à questão da similitude, atual ou futura, dos *regimes* das sociedades industriais.

Atualmente a discussão no plano ideológico comporta dois debates: existem aqueles que, marxistas ou não-marxistas, afirmam que as coletividades, soviética ou ocidental, se parecerão cada vez mais fatalmente, pois terão cada vez mais as mesmas forças de produção. Neste debate (até que ponto a similitude das forças produtivas levará pouco a pouco à similitude das organizações sociais?), os partidos científicos não se confundem com os partidos políticos. No Leste como no Oeste, uns respondem sim, e os

outros, não. Um segundo debate diz respeito às etapas do desenvolvimento, o que é uma outra forma de especular sobre os traços desta sociedade que anunciamos parecida em todas as latitudes e em todos os regimes.

Vamos partir do segundo debate que tem por objetivo o *esquema de desenvolvimento*. Na União Soviética, os marxistas oficiais se ocupam da sucessão dos regimes, enumerados por Marx no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*: economia antiga fundada no escravismo, economia medieval fundada na servidão, economia capitalista fundada no assalariado e, amanhã, economia socialista, quando terá desaparecido a exploração do homem pelo homem. (Eles descartam para a maioria o *môdo de produção asiático* que Marx colocava à parte, sem fazer dela uma etapa de desenvolvimento ocidental). O esquema supõe que cada regime, característico de uma etapa da história da humanidade, seja definido pelas relações entre os homens no trabalho, ou ainda pelo estatuto jurídico do trabalhador manual (escravo, servo, assalariado). Ele supõe também que, numa sociedade desenvolvida, as relações entre os partidários da empresa possam ser essencialmente diferentes das relações ditas assalariadas.

A réplica ao esquema marxista, pelo lado ocidental, é, por exemplo, a que esboça W. W. Rostow. Ela está fundada em duas idéias, que eu formularei nos seguintes termos: entre as sociedades tradicionais e a sociedade moderna ou industrial, há uma diferença de natureza; o que caracteriza as etapas de desenvolvimento (na época da sociedade industrial) é o nível de produção e a renda *per capita* da população. Do que resultam as cinco fases, já clássicas: a sociedade tradicional, a sociedade de transição durante a qual as condições para a mudança se realizam, a sociedade na fase crucial da decolagem, a sociedade em curso

de chegar à maturidade na qual os novos métodos de produção se expandem por toda a economia, enfim a sociedade na época do consumo das massas.

Esta teoria das fases do desenvolvimento é, sob muitos pontos de vista, mais discutível do que a teoria da sociedade industrial. Colocando no ponto de partida a etapa da sociedade tradicional, ela corre o risco de cometer o erro (ou ela parece cometer o erro) incluído no conceito de subdesenvolvimento, ou seja, classificar numa única e mesma categoria todas as sociedades que não são desenvolvidas. A segunda fase, a da transição, é também crítica, porque a diversidade das formas históricas da primeira fase se prolonga na época da transição e porque esta é, em essência, outra, segundo a natureza da sociedade tradicional e segundo a natureza do reencontro ou do choque com as sociedades já desenvolvidas. O esquema corre o risco de dissimular as enormes diferenças, que W. W. Rostow não ignora, entre o desenvolvimento autônomo (caso da Europa ou dos Estados Unidos) e o desenvolvimento provocado do exterior ou o desenvolvimento por imitação. O desenvolvimento é outro, segundo o estágio alcançado pela ciência ou pela técnica. A Grã-Bretanha, na frente nas três primeiras fases, não alcançou a quarta e, sobretudo, a quinta senão depois da Segunda Guerra Mundial — o que mostra (e provavelmente W. W. Rostow não o negaria) que o desenvolvimento não é automático, mas reduzido ou acelerado por múltiplos fatores e que a progressão, mais ou menos regular, sugerida pelas estatísticas de produto nacional ou de renda *per capita*, dá uma idéia inexacta da complexidade e do caráter às vezes dramático do desenvolvimento.

Não queremos reter aqui senão a questão central do debate: a economia capitalista é corretamente definida

pelo assalariado enquanto etapa da história humana? Se a essência da modernidade é o espírito científico ou industrial, é possível juntar capitalismo e soviétismo num esquema de sucessão necessário? A estas duas interrogações, não darei apenas uma resposta negativa, mas desafio qualquer economista de boa fé, livre de qualquer comprometimento com o Estado, a dar resposta que não seja negativa.

Não é evidentemente questão de negar que o assalariado foi característico das economias capitalistas e o é ainda no século XX (com a condição de se dar definição bastante ampla de assalariado). Mas o aumento considerável dos meios de produção, a transformação das condições de trabalho e de vida — que Marx observava e onde homenageava a burguesia — acompanharam historicamente o regime do assalariado, não estão ligados a ele em essência, não seriam deduzidos da própria noção de capitalismo ou de assalariado. Sabemos hoje em dia, pela experiência dos países soviéticos, que o desenvolvimento das forças produtivas, segundo Marx, missão histórica do capitalismo, pode concretizar-se com o impulso do Estado, de um partido ou de uma classe de origem aristocrática, tanto quanto pela ação individual dos empresários. Sabemos que a planificação central permite o desenvolvimento tanto quanto os mecanismos do mercado. Portanto, ele é manifestamente contrário à lógica de reter uma modalidade da organização — assalariado⁵ — como característica de uma fase histórica e não o critério — desenvolvimento das forças produtivas — comum a todas as sociedades em vias de industrialização e ausente nas sociedades que praticam o regime assalariado, mas que não se modernizam.

5. Acrescentemos que, em sentido rigoroso, o regime assalariado subsiste na União Soviética tanto como nos países ocidentais — a menos que não decretamos que ele implique propriedade privada dos meios de produção.

Com relação ao esquema de Marx, os acontecimentos obrigam, portanto, ao menos ao reconhecimento de que a ordem de sucessão dos regimes não coincide com a ordem de sucessão das fases do crescimento (as fases sendo definidas pelo montante de renda *per capita*). A cada fase de crescimento (no sentido de Colin Clark), pudemos observar aqui um regime de planificação, lá um regime de mercado — o que não impede que, em cada fase e a despeito da oposição dos regimes, certos fenômenos sejam análogos ou semelhantes.

O que quer dizer que a tese soviética (todas as sociedades industriais chegarão ao socialismo) ou a tese de certos ocidentais (na medida do seu crescimento, as sociedades soviéticas tenderão a se aproximar do modelo ocidental) são contestadas pelos fatos? Certamente não: podemos pleitear que certos traços das sociedades soviéticas ou ocidentais estão destinados a uma difusão universal. Mas, no estado atual de nossa experiência histórica e de nossas análises conceituais, os traços não são assim tão simples, tão facilmente discerníveis quanto planificação ou mercado, propriedade pública ou privada. Limitemo-nos, provisoriamente, a definir as duas conclusões às quais chegamos: é possível que todas as sociedades industriais devam, no futuro, parecerem-se cada vez mais, mas há indícios de que esta sociedade universal não é forçada a uma escolha radical entre planificação ou mercado, entre propriedade pública e privada.

A sociedade científica, para retomar a expressão que empregamos, não é de fato universal, mas o é virtualmente, ao menos no sentido de que ela é, daqui por diante,

condição de poder e de riqueza. Os povos que a recusam conscientemente decidem sair da história e vegetar à margem de nossa época. Os povos que a recusam inconscientemente parecem destinados ao desaparecimento final.

Já que em certo tipo social parece destinado a se expandir ao longo de todas as civilizações, já que todas as raças desejam adotar os mesmos princípios de conduta de trabalho e de organização, por que a concepção evolucionista da história humana não está novamente em moda? O uso que fazemos dos conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento prova nossa adesão implícita a uma visão do futuro que não difere daquela que sugeriam as grandes doutrinas do século passado: as histórias chegam a *uma* história, todas as sociedades acabam por constituir *uma* sociedade ao mesmo tempo em que aplicam, todas, as mesmas idéias fundamentais. Por que a teoria econômico-sociológica do desenvolvimento não reanimou as filosofias evolucionistas?

Esta questão me parece ter múltiplas respostas que iremos indicar sucessivamente e submeter a exame. A primeira resposta enfatizaria a diferença entre os conceitos utilizados recentemente e aqueles que retemos hoje em dia. O desenvolvimento, a sociedade industrial (ou científica) têm o mesmo conteúdo, a mesma ressonância que “racionalização” ou “moralização”? A industrialização é inevitável, tende à universalidade. Equivale à racionalização?

Antes de toda discussão, importa definir os termos e, portanto, a racionalidade. Uma conduta que não podemos chamar de racional se mostra às vezes, de um outro ponto de vista, irracional: é racional dar as armas necessárias para vencer, mas é racional, para o conjunto dos beligerantes, empregar bombas para incendiar as cidades, ou bombas atômicas para matar de uma vez dezenas de mi-

lhares de pessoas? Em outros termos a racionalidade incontestável é estritamente instrumental e reservaremos provisoriamente o problema dos fins para os quais é orientada a racionalização dos meios.

Feita esta observação é difícil negar que a humanidade aplica hoje em dia os conhecimentos científicos mais do que jamais o fez e que possui mais conhecimentos científicos e mais precisos do que nunca. Bem mais, estes conhecimentos avançam em ritmo acelerado, pelo próprio fato de que o número de sábios aumenta cada vez mais, e cada vez mais rapidamente.

Qualquer que seja a definição que retenhamos da racionalidade, parece difícil não ver nas ciências naturais uma obra da razão: precisão de conceitos, rigor dos raciocínios, elaboração sempre mais sutil das noções, pôr em relação domínios aparentemente separados uns dos outros, tendência à sistematização dos resultados ao mesmo tempo que consentimento para renovar as hipóteses de base ou os princípios, todos esses traços são, ao que nos parece, daqui por diante, típicos da razão. Podemos mesmo ir mais adiante: definimos, em nossa época, a razão pela ciência mais do que a ciência pela razão, pelo simples motivo de que a ciência é realidade conhecível, enquanto a razão (se ela não é a capacidade de pensar cientificamente) se presta à contestação.

Do mesmo modo, o que pede explicação é a aceleração do progresso científico depois do século XVI e, mais particularmente, no século XX. Que ninguém pense que os gregos, os chineses ou os indianos tenham sido dotados de razão diferente da dos homens dos tempos modernos ou que não tenham sido dotados de razão. Ora, o passo decisivo a partir do qual a acumulação do saber parece quase certa de ser ultrapassada foi há poucos séculos,

numa zona determinada de civilização. Sem ter a pretensão de esboçar uma teoria desta originalidade ocidental, digamos que nem o raciocínio rigoroso, nem a definição dos conceitos, nem a elaboração sistemática dos resultados, nem a crítica são suficientes para caracterizar o procedimento da ciência natural e a fecundidade crescente da pesquisa positiva. A condição indispensável é uma certa relação entre as modalidades abstratas do pensamento e a experiência, relação que, por sua vez, exige um modo de inteligência típico, com preferência pelas proposições quantificáveis e a exigência de que as explicações se prestem à confirmação ou refutação pelos fatos. Lucien Lévy-Brühl estava errado quando acreditou que os primitivos tinham o pensamento desenvolvido de outra forma que os civilizados. São menos os raciocínios dos primitivos que diferem dos nossos do que suas hipóteses de base, sua metafísica. Provavelmente os sábios de nosso tempo são, mesmo formalmente, mais racionais do que seus predecessores de outras épocas (quero dizer que seus raciocínios são mais rigorosos e seus conceitos mais bem definidos). Mas não está nisso o essencial. Sua superioridade está ligada a uma combinação de abstração e de experiência, a uma maneira de interrogar a natureza, a uma prática que supõe implicitamente que a inteligibilidade seja de determinada espécie. Em resumo, a racionalidade da ciência está ligada a uma metodologia, no sentido mais amplo do termo. Mas esta é solidária à concepção que podemos chamar filosófica do real, sendo metodologia e concepção confirmadas pelo fato.

Não é mais possível recusar o qualificativo de racional para a técnica e a indústria. Os homens, depois que a espécie nasceu, precisaram buscar os meios para viver com alguma atividade, através do trabalho. Este foi mais

ou menos eficaz, comportando a utilização e depois a transformação dos alimentos oferecidos pela natureza, também a criação, graças à manipulação de fenômenos biológicos, de recursos regulares, dando aos homens um domínio crescente sobre o meio ou, ao menos, uma autonomia crescente com relação a ele. É comum lembrar a fórmula de Augusto Comte: a passagem do saber ao poder. O poder aumenta graças à racionalidade do saber. Na ordem estritamente instrumental, o aumento do poder é, por definição, aumento da racionalidade. Os progressos da técnica, agrícola e industrial, por si próprios, marcam o desenvolvimento da racionalidade prática, como a acumulação da ciência significa o desenvolvimento da racionalidade teórica.

Da racionalidade técnica, tal qual ela se manifesta na ciência e na produção, passamos logicamente à racionalidade da organização social, ao menos de alguns aspectos da organização social: não é racional aumentar o rendimento do trabalho coletivo repartindo as tarefas entre os indivíduos, e esta repartição não é da mesma essência que a combinação dos meios materiais, das matérias e dos instrumentos? Direito e administração se tornam por sua vez racionais em certas acepções da palavra.

A racionalização jurídica implica definições, tão precisas quanto possível, dos conceitos, portanto, daquilo que é permitido ou proibido, de raciocínios para deduzir as consequências a partir dos conceitos, tão rigorosos quanto possível ao mesmo tempo em doutrina e jurisprudência, uma elaboração sistemática tão ampla quanto possível. Mas já, neste ponto, as tendências não são tão nítidas quanto para a ciência e a técnica. Não há proporcionalidade entre a racionalidade científica ou técnica e a racionalidade jurídica, tal qual acabamos de caracterizá-la. A proprie-

dade coletiva e a primazia do interesse público sobre os direitos individuais acarretam regressão da racionalidade jurídica com relação às sociedades do século XIX europeu. No próprio Ocidente, as transformações dos regimes econômicos e das idéias sociais tornam, talvez, o direito menos sistemático do que há meio século, os princípios menos unívocos, os raciocínios da doutrina ou dos tribunais menos incontestáveis.

Comparado às sociedades primitivas e às sociedades não-secularizadas e não-diferenciadas, o direito de todas as sociedades científicas é relativamente racional (quer dizer abstrato, com conceitos precisos e raciocínios rigorosos). Mas não saberíamos, a menos que com estudos mais profundos, afirmar que o direito evolua para uma racionalidade cada vez maior. Segundo a ordem se modifique ou esteja temporariamente estabilizada, segundo a preocupação predominante que a sociedade manifeste com os indivíduos ou o Estado, o direito será mais ou menos sistemático, mais ou menos previsível, com princípios mais ou menos unívocos, com aplicações mais ou menos rigorosamente deduzidas.

Quanto à administração, ela aparece primeiro e antes de tudo cada vez mais complexa. Os seguros sociais, as leis fiscais cobrem campo cada vez mais extenso, exigindo cada vez maior número de administradores. Estas espécies de administradores marcam o avanço da racionalidade no sentido de que leis e regulamentos querem definir antes um muito maior número de casos, conceitualizar mais numerosas situações humanas, determinar com precisão a que os indivíduos têm direito, assim como as obrigações às quais estão submetidos, apesar da extraordinária diversidade das atividades a que se dedicam as pessoas. Quanto mais os regulamentos se esforçam por encon-

trar a riqueza indefinida do real, mais se multiplicam as falhas ou os "quase". A racionalidade progride incontestavelmente, mas primeiro em ambição, e é em relação à extensão dos objetivos que os resultados — se bem que sob certos pontos de vista mais imperfeitos do que nas sociedades onde a regulamentação era mais fortemente circunscrita — passam com justa razão, creio, a demarcar o progresso de racionalidade.

Produção, organização das técnicas e dos serviços necessários à produção são mais racionais do que nunca. Mas quais são as conseqüências sociais e humanas desta racionalização de que o esforço de produtividade a qualquer preço e o dinamismo irrepreensível das invenções técnicas são a contrapartida? Ou, se preferirmos, é razoável uma sociedade que tem como objetivo primário produzir o mais possível?

O problema ao qual nos conduziram as análises precedentes se formularia, em nível mais geral, nos seguintes termos: o progresso da racionalidade científica, técnica, administrativa é, para o filósofo, autêntico?

Alguns julgaram o próprio problema destituído de sentido. O progresso não se mede senão em relação aos valores. Como os julgamentos de valor são indemonstráveis e traduzem preferências subjetivas, para que discutir? Segundo as preferências de cada um, há ou não há progresso.

Não acho que esta objeção seja válida. Mesmo se admitimos esta filosofia que é negação da filosofia, permanece o fato de que, em cada época, um acordo aproximado sobre o que é desejável se estabelece entre uma maioria de homens pertencentes à mesma sociedade ou à mesma

civilização. Trazer à tona a questão da racionalização teria pouco alcance se ela fosse o fato dos únicos adversários da ciência e da técnica.

Alguns deploram o desencanto do mundo. O sentido do mistério e a comunhão com a natureza se perdem. A ciência positiva contribui, talvez, para minar a fé religiosa de muitos. Mas de duas uma: ou bem a fé é incompatível com a ciência positiva e, então, em face de nossos valores, não saberíamos deplorar que sejam pouco a pouco eliminadas as superstições, ou bem, como acredito, apenas as versões vulgares das crenças religiosas são alcançadas e, também nesta hipótese, o progresso do saber científico é, enquanto tal, um progresso humano. Como afirmar que vale mais ignorar do que saber, admitir o falso do que demonstrar o verdadeiro?

A problemática do progresso científico e técnico não diz respeito ao progresso em si mesmo, mas às consequências que ele desenvolve, ao gênero de sociedade que ele tende a criar, à condição do homem nesta sociedade. Incrível é menos a crítica dos reacionários e românticos, dos que sempre tiveram horror às máquinas, à quantidade das massas, do que a interrogação que dirigem à história os próprios "progressistas".

Grosso modo, podemos dizer que as interpretações pessimistas da sociedade industrial se prendem a três escolas, que designaremos simbolicamente por três nomes: Aldous Huxley, George Orwell e Oswald Spengler.

A primeira escola é aquela que teme o *brave new world*, ou seja, que teme o tédio e o conforto, a mediocridade sem alma de uma pequena burguesia estendida a todo o planeta e munida dos últimos *gadgets* de técnica. A segunda é aquela que, no Ocidente, confundiu a forma última, patológica, do stalinismo com a imagem mons-

truosa da humanidade por vir. Os meios técnicos permitem a manipulação das consciências assim como a transformação dos materiais, a manutenção de guerras permanentes tanto quanto a supressão dos conflitos armados. A tirania total seria pela primeira vez possível, no século da técnica, porque a própria consciência não seria mais invulnerável. Spengler, enfim, se diferencia dos dois precedentes pelo fato de que nega a originalidade visceral de nossa sociedade. Também vê na urbanização, no reino do dinheiro e das massas, a fase que chama de civilização, aquela que precede imediatamente o fim de uma "cultura", a volta ao caos antes de um novo ressurgimento. *Pequena burguesia universal, tirania total, fim do Ocidente*, tais poderiam ser as três interpretações pessimistas.

Tais pessimistas, responderiam nossos colegas soviéticos, não existem nos países socialistas; eles são os símbolos de regimes que perderam a confiança em si próprios e interpretam sua própria ruína como a decadência da humanidade. Tais pessimistas, é verdade, não podem existir senão nos países do Ocidente, onde a visão histórica não é comandada pelos decretos de Estado. Quando a filosofia do desenvolvimento é parte integrante do *credo* oficial, as heresias são excluídas por definição.

Das três obras às quais fizemos alusão, afastemos imediatamente a primeira. Não que ela coloque questão desprovida de sentido. Ao contrário, a questão colocada pela representação de uma sociedade que se tornou científica, organizando até as relações pessoais, o amor, a reprodução, é perfeitamente autêntica. Em termos abstratos, ela se traduz assim: como viverão os homens, uma vez atenuadas as disputas fundamentais, dissipadas as ilusões, multiplicados os poderes da ciência? Mas, a esta interrogação, não podemos dar resposta porque nada sabemos. Não po-

demos nem queremos interromper o progresso da ciência sob pretexto de que os homens são talvez incapazes de fazer bom uso dela; não podemos nem queremos aceitar passivamente doenças ou catástrofes porque a satisfação corre o risco de deixar os homens medíocres. Do mesmo modo, um mundo sem dramas, sem guerras e sem sofrimentos não é para amanhã.

Afastemos igualmente o pessimismo de Spengler. Mesmo se admitimos suas idéias sobre a pluralidade das "culturas" e a originalidade irredutível e incomunicável de cada uma delas, subsistem, em nossa época, dois fatos, dos quais um é sem precedente, e o outro, ao menos quantitativamente, inédito. As culturas múltiplas são, a partir de agora, em relações, em diálogo, em conflito. Uma sociedade universal está em vias de se constituir. Quanto às aquisições das ciências e das técnicas, elas se acumularam a tal ponto que se torna ilegítimo concluir o futuro pelo passado. O Ocidente morre enquanto "cultura" isolada, mas se tornou o lar de uma sociedade universal. O Ocidente perdeu seu papel dominante: talvez guarde prosperidade e força criadora.

Resta finalmente o segundo pessimismo, o que se estabelece em 1984 e que se exprimiria nos seguintes termos: por que os meios técnicos não seriam empregados para a tirania e a guerra? Em termos ainda mais abstratos, a racionalização dos meios de produção e dos serviços, administrativos ou jurídicos, e do aparelho econômico não implica nem poder moralizado, nem, menos ainda, poder humanitário.

Esqueçamos o livro 1984 que citamos para ilustrar uma idéia. Os chefes do III Reich utilizaram administração técnica e burocrática perfeitamente racionalizada para transportar as câmaras de gás e para exterminar com o má-

ximo de eficiência milhões de seres humanos. Aquele que conclui pela racionalização a moralização sem dar interpretação aos assassinatos em série industrial do III Reich dá provas de curiosa cegueira. A organização dos transportes dos judeus era tão racional quanto a regulamentação do trânsito em Paris ou Nova Iorque. Os livros dos campos da morte não eram vistos menos racionalmente do que os dos campos de juventude. Em resumo, na medida em que a racionalidade científica, técnica, econômica, administrativa é estritamente instrumental, ela se presta a qualquer uso, produtivo ou destrutivo, hospitais ou campo de concentração, bem-estar ou poder, unificação humana ou extermínio.

Diremos que os chefes do III Reich eram alienados, monstros? É possível que sim, mas ainda é preciso reconhecer que um povo de grande cultura, em certas circunstâncias, pode se dar por chefes monstros e alienados. Se nos debruçamos sobre o discurso pronunciado por Khrushchev no XX Congresso, não podemos deixar de tirar uma lição. Mesmo para uma obra cuja legitimidade é justificável (a coletivização agrária), os métodos são eventualmente empregados por um chefe vítima do "culto da personalidade" que levou à morte ou à deportação milhões de seres humanos. Em vista da racionalização social, a pressão, mesmo racionalizada, chega às vezes a excessos inumanos.

Diremos que a racionalização científica, técnica, administrativa, econômica não é apenas instrumental: implicará atitude espiritual, comportamento social, radicalmente contrário às crueldades de que nosso século foi prodigo? Eis aqui, de fato, o centro do debate: a racionalidade das sociedades modernas é algo mais do que instrumental? Ela, de fato, concretamente tem como consequência a moralização das sociedades, a tendência ao respeito aos

valores humanitários? A ciência moderna nasce de uma atitude do espírito, que é racional em seus objetivos e não apenas em seus meios: atenção aos fatos, rigor dos raciocínios, confiança nos outros sábios, crítica de si próprio e das testemunhas. O sábio enquanto tal vive segundo a razão? Considera ele a atitude científica como possível ou obrigatória fora da procura da verdade?

Não é fácil responder categoricamente a tais interrogações muitas vezes formuladas. A transferência para a vida ativa das virtudes científicas da prudência, da modéstia, da submissão ao fato é meritória, ela nos parece chamada por uma espécie de contágio psicológico. Mas, a rigor, ela não se impõe senão por uma reflexão filosófica que a maioria dos sábios não considera igual em dignidade e em rigor, ao estabelecimento científico dos fatos e das leis. Pessoalmente, não acho tampouco que se passe da ciência a uma atitude inspirada no espírito científico em outros domínios por uma dedução lógica ou científica. A passagem não se pode fazer a não ser pela tomada de consciência do ideal humano implicado na pesquisa científica, e esta tomada de consciência é filosófica.

Sobre o plano dos fatos sociais, o problema é duplo: 1) O indivíduo é modificado por sua integração a um aparelho, técnico ou burocrático, racional? 2) As instituições políticas ou morais são, pouco a pouco, racionalizadas pela influência da racionalidade científica e técnica?

O primeiro problema me parece mais simples. O indivíduo age segundo certa racionalidade na cadeia de produção ou na burocracia, mas há tanto tempo que ele não compreende o conjunto e a finalidade da organização, ele não tem motivo algum para se tornar outro, racional, fora de sua atividade especializada. O trabalho racional suportado sem compreensão não transforma o ser total. Im-

plica, é claro, um mínimo de educação, mas este mínimo não é suficiente para transformar a pessoa. Além do mais, mesmo se o indivíduo compreende o conjunto da organização, deve, talvez, segundo a lógica, tornar-se razoável; de fato, não é sempre que ele se torna.

A racionalização científica e técnica não permanece, portanto, sem influência sobre o sistema das idéias morais. De fato, a ciência moderna comporta, em si mesma, uma universalidade virtual. Ela se quer inteligível a todos aqueles que consentem no duro trabalho do aprendizado, ignorando as fronteiras das raças ou dos povos. A comunidade dos sábios é aquela dos homens enquanto homens à margem dos grupos sociais e de seus imperativos. Do mesmo modo, em um aparelho técnico, em um sistema jurídico conceitualizado, os indivíduos são imediata e necessariamente colocados no mesmo plano. Suas particularidades não contam mais, conta apenas seu lugar numa relação (credor-devedor) ou numa organização (funcionário, assalariado etc.). Neste sentido, a racionalização moderna tende a expandir uma concepção universalista da moral.

Mas esta concepção, sobre a qual Ginsberg insiste e que constitui a seus olhos um progresso, não é mais do que um ideal, imperfeitamente realizado no interior de certas coletividades. Precisamente oca porque é mais exigente, mais ambiciosa, está mais afastada da prática do que o foram, no passado, as idéias inspiradoras de ordens sociais, que eles não negam, em direito, as desigualdades de fato.

Uma distinção deve ser feita entre o progresso do ideal e os progressos de comportamento. A racionalidade científica tende a criar a representação de uma sociedade universal de todos os homens. O ideal do século XX ultrapassa o de todas as sociedades fechadas do passado, que colocavam barreiras morais entre as raças e os povos. Do mes-

mo modo, o choque entre aquilo que deve ser e o que é aparece mais brutal em nossa época do que em qualquer outra. Se o mérito dos homens se mede pela sua fidelidade aos valores que endossam, nossa época é a mais desprezível de todas. Não existe, na história passada da Europa, episódio comparável à exterminação industrial de seis milhões de judeus.

Será preciso dizer que tais episódios são sem futuro, que eles são típicos de uma fase transitória na qual as sobrevivências compõem com as promessas e os poderes da racionalidade uma mistura explosiva? Podemos, na ordem de interpretação sociológica e da previsão histórica, apostar numa moralização do Estado e dos costumes sociais a partir da racionalidade científico-técnica?

No estado atual de nossa experiência, confesso que as consequências inevitáveis desta racionalidade não me parecem comportar necessariamente um progresso moral, humanitário, seja das instituições políticas, seja da maneira de viver dos indivíduos. Os sociólogos do século passado não se entendiam sobre a natureza do regime político que acompanharia a sociedade industrial. Neste momento, estamos tentados a acreditar que os regimes da era científica invocarão palavras de ordem democráticas. Todos os homens de Estado governarão em nome dos governados, em nome do povo, do proletariado, da raça, da missão histórica. Mas existe prova de que estas palavras de ordem não excluem as modalidades, compreendidas as piores, do despotismo. A alternativa que colocava Alexis de Tocqueville faz um século, sociedade democrática sim, mas ou bem despótica, ou bem liberal, parece mais afinada com a nossa experiência segundo a qual a infra-estrutura econômico-social *determinaria* de maneira unívoca um regime político determinado e uno.

Enfim, para lá dos conflitos atuais dos sistemas e das ideologias, filósofos e sociólogos se interrogam sobre a finalidade da racionalidade técnico-administrativa. Não nos preocupemos com os pessimistas que denunciam a era dos robôs; tampouco com os ingênuos que contam com o conforto para espalhar os bons sentimentos, para ver multiplicar o número de gênios. Coloquemos apenas proposição evidente de que a produção não é um fim em si, menos ainda o consumo. A plena satisfação das necessidades elementares (alimentação, moradia, vestimenta), a satisfação diversificada das necessidades de transporte e de comunicação, o alívio dos homens e das mulheres no trabalho na empresa ou no lar oferecem perspectivas às quais nenhum povo renuncia. Compreendemos que os povos hoje em dia privados de quase tudo se irrite com as especulações morosas sobre as benfeitorias incontestáveis e o custo possível do domínio técnico adquirido pela humanidade. Os fundadores do socialismo científico mostraram que a desigualdade das classes tinha sido indispensável no passado para que uma minoria tivesse conforto e lazer indispensável à cultura. Dora-vante a fração da humanidade que está na medida de aceder à cultura vai se ampliando. No limite, ela se confundirá com a humanidade inteira. Mas o objetivo, dando às massas de amanhã o luxo das elites de ontem, é permitir a todos acederem à cultura.

Somente sob esta condição, a racionalidade científico-técnica seria, sem contestação possível, um progresso humano em relação a nossos valores e aos valores implícitos das civilizações passadas. Mas não está provado que esta condição deva ser preenchida. A quantidade dos bens disponíveis para cada um não mede a qualidade da existência.

A partir de outras considerações, muitos antropólogos e etnólogos levantaram objeções contra a filosofia evolucionista que filósofos ou sociólogos são inclinados a deduzir do fato incontestável do que nós chamamos desenvolvimento, científico e técnico. Para expor estas objeções e mostrar seu núcleo e seu alcance, eu me referiria a dois pequenos livros, publicados pela Unesco, *Race et histoire*⁶ e *Race et civilisation*⁷, cujos autores são dois etnólogos de reputação incontestável. Tais livros me parecem reveladores porque se dirigem a público amplo e porque os pensadores deixam que se perceba claramente a estrutura de seu pensamento, julgamentos históricos e julgamentos de valor.

A tese dos etnólogos é tanto mais interessante quanto, num ponto essencial; parece coincidir com a dos evolucionistas. Augusto Comte afirmava que a história da humanidade deve ser concebida como a de um povo único. Os etnólogos aos quais nos referimos negam, com certeza, a desigualdade das raças humanas. "É, portanto, vão procurar nos dados biológicos relativos à raça uma explicação das diferenças que se constate entre as realizações culturais às quais chegaram os diversos povos."⁸ As aptidões de uma mesma nação são variáveis. "Vemos tal país brilhar um certo tempo na música, nas artes plásticas ou na arquitetura, depois, ao menos por muitos séculos, nada mais produzir de marcante."⁹ Nenhuma civilização é fruto de uma só raça, nenhuma raça se exprimiu numa civilização constante.

6. Claude Lévi-Strauss, *Race et histoire*, Paris, Unesco, "La question raciale devant la science moderne", 1952.

7. Michel Leiris, *Race et civilisation*, Paris, Unesco, "La question raciale devant la science moderne", 1951.

8. *Ibid.*, p. 35-36.

9. *Ibid.*, p. 35.

Destas proposições Leiris tira a conclusão de que a superioridade transitória da civilização ocidental, na ordem da ciência e da técnica, não é devida à ação da raça ou ao patrimônio hereditário das raças que formaram a civilização ocidental. E reforça esta conclusão enumerando tudo aquilo que a civilização ocidental absorveu de fora.

Fazendo eco a Leiris, Lévi-Strauss mostra que "a história cumulativa" não é monopólio dos ocidentais: "Que esta história cumulativa não seja o privilégio de uma civilização ou de um período da história, o exemplo da América o mostra de maneira convincente. Este imenso continente vê chegar o homem, sem dúvida em pequenos grupos de nômades passando o estreito de Behring no sentido das últimas glaciações, numa data que não saberíamos precisar antes do vigésimo milênio. Em vinte ou vinte e cinco mil anos, estes homens conseguem uma das mais espantosas demonstrações da história cumulativa que existe no mundo: explorando de ponta a ponta os recursos de um meio natural novo e domesticando (ao lado de certas espécies animais) as mais variadas espécies vegetais para sua alimentação, seus remédios e seus venenos e — fato inigualável em outra parte — promovendo as substâncias venenosas, como a mandioca, no papel de alimento de base, ou de outros estimulantes ou anestésicos; colecionando certos venenos ou estupefacientes em função das espécies animais sobre as quais cada um deles exerce uma ação eletiva, impulsionando, enfim, certas indústrias, como a tecelagem, a cerâmica e o trabalho dos metais preciosos, ao mais alto ponto de perfeição. Para apreciar esta obra imensa, é suficiente medir a contribuição da América às civilizações do Velho Mundo. Em primeiro lugar, a batata, a borracha, o tabaco e a coca (base da anestesia moderna), que, sob títulos diversos, constituem quatro pilares da cul-

tura ocidental; o milho e o amendoim, que devem ter revolucionado a economia africana antes talvez de se generalizarem no regime alimentar da Europa; depois o cacau, a baunilha, o tomate, o abacaxi, a pimenta, muitas espécies de feijão, de algodão e de cucurbitáceas. Enfim o zero, base da aritmética e, indiretamente, das matemáticas modernas, era conhecido e utilizado pelos maias pelo menos meio milênio antes de sua descoberta pelos sábios indianos, de quem a Europa recebeu por intermédio dos árabes.”¹⁰ Por que este *ensaio sobre a igualdade das raças humanas* não se desenvolve sobre uma filosofia evolucionista? Vejo dois motivos principais: o mecanismo das mudanças e o sentido dado à civilização ocidental.

Uma filosofia evolucionista supõe uma ordem de sucessão típica, uma continuidade das mudanças, uma orientação comum para uma sociedade determinada. Nenhum desses traços evolucionistas se encontra na visão histórica dos etnólogos que comentamos. As obras de civilização, depois deles, são devidas aos esforços conjuntos de muitos povos. Elas são favorecidas, senão suscitadas, pelos contatos e trocas entre civilizações. “A fortuna cultural dos povos europeus — dos quais não se deve esquecer que a expansão além-mar é fenômeno muito recente e limitado hoje em dia pela própria evolução dos povos sobre os quais suas técnicas representavam um avanço — está ligada ao fato de que estas populações se encontraram em situação de desenvolver numerosas relações, entre elas com populações diferentes.”¹¹

Por seu lado, Lévi-Strauss critica o evolucionismo (ou o *falso evolucionismo*) “tentativa para suprimir a diversi-

dade das culturas fingindo reconhecê-la plenamente. Porque, se tratamos os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas como longínquas, como *estágios* ou *etapas* de um desenvolvimento único que, partindo do mesmo ponto, deve fazê-las convergir para o mesmo fim, vemos bem que a diversidade é apenas aparente. A humanidade se torna uma e idêntica a si própria”.¹² Contra este falso evolucionismo, Lévi-Strauss faz valer múltiplos argumentos, de origem e alcance diversos. A filosofia evolucionista traça um desenvolvimento regular, senão contínuo; Lévi-Strauss interpreta o progresso humano referindo-se à doutrina biológica das mutações: o progresso “não é nem necessário, nem contínuo; ele procede por saltos, pulos, ou, como diriam os biólogos, por mutações. Estes saltos e estes pulos não significam que se vá sempre mais longe na mesma direção, eles acompanham mudanças de sentido, um pouco à maneira do cavalo de xadrez que tem sempre à sua disposição muitas progressões, mas jamais no mesmo sentido”.¹³ As grandes revoluções técnicas, a do neolítico, a dos tempos modernos, mutações humanas ou sociais por assim dizer, que acentuam o caráter cumulativo da história, são explicáveis em termos de probabilidade. As circunstâncias necessárias ao cumprimento de tais revoluções aparecem raramente todas ao mesmo tempo, como é raro que saiam seguidos quatro ou cinco números consecutivos. E “a chance que tem uma cultura de totalizar este conjunto complexo de invenções de todo tipo que nós chamamos de uma civilização é função do número e da diversidade das culturas com as quais ela participa da elaboração, quase sempre involuntária, de uma estratégia comum”.¹⁴

10. Cl. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 22-23.

11. Michel Leiris, *op. cit.*, p. 22-23

12. Claude Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 13.

13. *Ibid.*, p. 21-22.

14. *Ibid.*, p. 42.

A adoção da perspectiva evolucionista seria, segundo este autor, quase sempre artificial, expressão de preconceitos e não mais uma interpretação válida. Há alguns anos, juntávamos as três técnicas do paleolítico — as indústrias nucleares, indústrias a explosão e as indústrias à lâmina — numa ordem de sucessão, como três etapas de um progresso (paleolítico inferior, paleolítico médio e paleolítico superior). “Admitimos hoje em dia que essas três formas coexistiram, constituindo não etapas de um progresso em sentido único, mas aspectos, ou, como dizemos, “faces”, de uma realidade sem dúvida estática, mas submetida a variações e transformações muito complexas.” (p. 21). E ainda: “O desenvolvimento dos conhecimentos pré-históricos e arqueológicos *tende a revelar no espaço* formas de civilização que éramos levados a imaginar como *escalonadas no tempo*.”¹⁵

Enfim, os etnólogos rejeitam o evolucionismo porque se recusam a considerar a civilização ocidental como universalmente exemplar. A civilização ocidental fez, com toda a evidência, aumentar prodigiosamente o poder humano sobre o meio natural. Ela, muito antes do que todas as outras civilizações, esteve numa direção, a da quantidade de energia disponível por habitante, a da proteção e prolongamento da vida humana. Mas, nesta questão, trata-se da escolha de uma atividade, de um centro de interesse, entre outras atividades, outros centros de interesse possíveis. “O progresso não é apenas o máximo de progresso em um sentido predeterminado pelo gosto de cada um.”¹⁶

Um e outro dos dois etnólogos negam que as culturas possam ser hierarquizadas. Cada uma tem seus sucessos

e seus fracassos, cada uma é imperfeita, mas como medir a imperfeição ou os ganhos sem se referir a um sistema de valores que seria aquele de uma civilização, quer dizer, precisamente aquele de uma das realidades que nós gostaríamos de comparar a outras? “Na verdade, podemos dizer de quase todas as culturas que elas têm seus fracassos e seus ganhos, seus defeitos e suas virtudes.”¹⁷ Um e outro ilustram a tese — é impossível hierarquizar as civilizações — por exemplos múltiplos. “Os índios pré-colombianos que não faziam uso de nenhum animal domesticado e não conheciam nem a roda, nem o ferro, mesmo assim deixaram monumentos grandiosos que são testemunho de uma organização social muito avançada, entre os mais belos que os homens já construíram”.¹⁸ “Se o critério último tiver sido o grau de aptidão a triunfar entre os mais hostis meios geográficos, não há dúvida de que os esquimós, por um lado, e os beduínos, por outro, levariam a palma (...) Há já treze séculos, o Islã formulou uma teoria de solidariedade a todas as formas da vida humana: técnica, econômico-social, espiritual, que o Ocidente não deveria encontrar senão muito recentemente, com certos aspectos do pensamento marxista e o nascimento da etnologia moderna.”¹⁹ No que concerne à organização da família, os australianos ocupam lugar avançado: “A riqueza e audácia da invenção estética dos melanésios e seu talento para integrar na vida social os mais obscuros produtos da atividade inconsciente do espírito constituem um dos pontos mais altos que os homens atingiram em tais direções.”²⁰

17. Michel Leiris, *op. cit.*, p. 39.

18. *Ibid.*, p. 38.

19. Claude Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 217.

20. *Ibid.*, p. 28.

15. *Ibid.*, p. 21.

16. *Ibid.*, p. 40.

Traduziremos em termos abstratos: se cada sociedade tem seu estilo próprio de “cultura”, seu *pattern*, as sociedades são na sua essência incomparáveis; já as aquisições de uma sociedade não se podem encontrar no interior do *pattern* de muitas e muitas sociedades arcaicas ou tradicionais. O “modelo cultural” se desintegrará no dia em que aqueles que o vivem desenvolvam meios técnicos ou crenças incompatíveis com sua lógica própria. A civilização ocidental se impôs por sua força superior a todas as outras civilizações ou sociedades de outro modelo cultural, mas os não-ocidentais se modificaram por pressão, eles não foram convertidos pelo brilho da verdade.

Esta filosofia antievolucionista dos etnólogos comporta essencialmente três aspectos:

- 1) uma teoria da *igualdade das raças humanas*;
- 2) uma teoria *das mudanças históricas por mutação*, conjunção rara e improvável de circunstâncias favoráveis, cooperação, diálogo e conflito entre grupos humanos;
- 3) uma teoria *das civilizações ou estilos de cultura incomparáveis*, cada conjunto sócio-cultural sendo definido por escolhas essenciais e estes não podendo ser hierarquizados.

Não discutiremos aqui a primeira teoria, da qual aceitamos facilmente a maior parte. É impossível estabelecer correspondência, termo a termo, entre fenômenos de civilização e dados biológicos ou genéticos. Toda civilização foi obra de muitas raças e muitos povos. Mas, se a desigualdade essencial das raças humanas não foi demonstrada, a igualdade das raças em face de *todas* as obras da civilização tampouco foi demonstrada. No interior de uma população racialmente homogênea, os indivíduos não são

igualmente dotados, não é inconcebível que a porcentagem de indivíduos capazes *de uma certa espécie de atividade ou criação* não seja a mesma no interior dos diversos grupos humanos.

No que diz respeito a nosso tema a relação entre a teoria moderna do desenvolvimento e a filosofia evolucionista são os dois últimos elementos que nos interessarão mais: mecanismo das mudanças históricas e humanas, heterogeneidade radical dos “modos de cultura” ou dos estilos de civilização. O primeiro prosbe reconstituir em esquema evolucionista do futuro, o segundo prosbe mesmo confundir o desenvolvimento do saber e do poder com um progresso social e humano, já que a sociedade ocidental foi mais longe do que todas as outras *num certo sentido*, mas teria, do mesmo modo, sacrificado outras obras da civilização, outras excelências humanas. Nenhuma sociedade pode seguir ao mesmo tempo todos os caminhos, cada uma se insere e se exprime num modelo de cultura e, por necessidade, é estranha a outros modelos.

Destes dois elementos, ao contrário das aparências, é o segundo que me parece o mais importante. Os etnólogos interpretam, segundo a teoria das mutações e do acaso, as grandes revoluções, neolítica ou industrial. Ginsberg discerne o papel ativo da razão durante a fase histórica, no que constitui uma linha de progressão. Provavelmente os etnólogos estariam prontos para admitir que, uma vez determinado o objetivo, a razão é um agente do desenvolvimento. Os racionalistas poderiam, ao menos parcialmente, admitir que a cooperação dos povos e o reencontro de circunstâncias múltiplas foram necessárias para o desenvolvimento de algumas grandes revoluções.

Ao contrário, a contradição é evidente entre a *visão etnológica* da pluralidade dos modelos de cultura, radi-

calmente heterogêneos, e a *visão evolucionista* de um futuro que alcançou racionalização pouco a pouco universal. Contradição incontestável, mas ligada, ao que me parece, a juízos de valor mais do que a juízos de fato.

Os *patterns of culture*, os modelos de cultura, são múltiplos, diversos. Cada um permite a certas virtudes se expandirem e proíbe outras de se exprimirem. Uma civilização se desenvolve pelo domínio das paixões (Índia), e a outra sobre o domínio do átomo (Ocidente). Isto acarretaria que a impossibilidade de estabelecer uma hierarquia entre as culturas, a ausência do progresso entre a humanidade paleolítica e a humanidade hoje em dia fosse a última palavra da ciência? Não **penso** assim.

Em certo sentido, aquele que **afirma a impossibilidade** de todo julgamento de valor de uma verdade universal **é**, como o ceticismo radical, **irrefutável**. Mas refuta a si mesmo quando é atingido por seus próprios golpes. Os etnólogos que citamos multiplicam os juízos de valor.

Leiris, a propósito das pinturas rupestres, fala da "bondade que não foi superada": julga-se, portanto, capaz de apreciar os valores estéticos. Lévi-Strauss, a propósito dos melanésios, não hesita tampouco em evocar "um dos pontos mais altos que os homens atingiram nesta direção". Quando a direção é dada, a altura não escapa a uma medida objetiva. Por que estes etnólogos consideram impossível estabelecer-se uma hierarquia entre as civilizações globais ou os modelos de cultura? A razão é que, a seus olhos, cada um desses modelos é original e provém de uma escolha da obra ou da atividade essencial. Nesta perspectiva, o conhecimento científico ou o domínio técnico não são mais do que uma obra ou uma atividade entre outras. Mais do que isso, se o critério supremo que utilizam os antropólogos, mais ou menos conscientemente, é o da integração

social, as sociedades do passado podem parecer sob muitos pontos de vista superiores às sociedades históricas. Em resumo, para reencontrar uma visão evolucionista, é preciso concordar em privilegiar a ciência e a técnica, quer dizer, a razão. Ao contrário, a visão pluralista dos etnólogos se impõe por si mesma.

Reconhecer uma primazia à ciência e à técnica com relação às outras atividades seria aderir dogmaticamente aos valores particulares do Ocidente e recair no pecado da barbárie, quer dizer, no desprezo ao outro? Não penso assim. Recusar esta primazia à ciência e à técnica, à razão, é professar verbalmente uma filosofia que não vivemos com autenticidade, é não atribuir um sentido ao processo pelo qual o homem lentamente se afastou de sua condição inicial e animal de existência para povoar o planeta e se tornar seu dono e possuidor.

O antropólogo que formula a tese da igualdade dos modelos de cultura reivindica a verdade, finalidade imanente da atividade intelectual. Ele não pode negar que a verdade seja preferível ao erro. Ora, a ciência dos modernos não é um modelo entre outros, ela é mais verdadeira do que a de outras épocas. As civilizações do passado nunca quiseram idéias falsas, não podemos mesmo dizer que elas tenham sido indiferentes à verdade científica. A civilização ocidental lhes é, sob este ponto de vista, superior segundo as normas que os etnólogos recusam, mas que os homens que estudam os etnólogos não teriam recusado de direito, senão de fato.

O verdadeiro conhecimento e o poder técnico não são traços de cultura entre outros elementos de um modelo particular; eles têm uma vocação universal. A civilização ocidental condiz com um modelo singular, mas este, tornando possível o desenvolvimento da razão científica e téc-

nida, participa, *sob um ponto de vista particular*, da universalidade virtual da razão. Doravante, sociedades e civilizações que querem sobreviver devem consentir na *diferenciação* social e mental que exige o desenvolvimento da razão. Um universo mental e social no qual ciência e religião, economia e política, leis e costumes são diferenciados, cada atividade sendo objeto de uma elaboração conceitual própria, não é, enquanto modelo de cultura, superior aos universos dos tempos históricos ou pré-históricos. Talvez seja menos eficaz para integrar os homens na comunidade e as pulsões humanas numa existência harmoniosa e calma. Se a finalidade é a felicidade da grande maioria, talvez valesse mais não ultrapassar o estágio das sociedades fechadas de Bergson. Mas preferir as sociedades meio imóveis às sociedades cumulativas é, em última análise, não preferir o homem humanizado aos primeiros representantes do *homo sapiens*, é recusar todo valor e toda significação ao futuro pelo qual se levantaram, desenvolvidas as características que todos consideram como constitutivas da humanidade no homem.

A filosofia evolucionista acreditava trazer uma resposta aos problemas que os homens sempre se colocaram. Os teóricos do desenvolvimento sabem ou deveriam saber que eles não trazem resposta alguma, mas colocam, em termos renovados, velhos problemas — e também alguns que nos são próprios.

Raymond Aron, que foi professor de sociologia na Sorbonne e no Collège de France, foi um dos intelectuais mais importantes de sua geração. Sua bibliografia comporta mais de 30 volumes e inúmeros ensaios.